

Carlota Miranda Urbano

A Oração de Sapiência
do P. Francisco Machado SJ
- Coimbra 1629 -

Estudo · Tradução · Comentário



Edições Colibri

•
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

(Página deixada propositadamente em branco)

A ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA
DO P. FRANCISCO MACHADO SJ
(Coimbra – 1629)

Estudo. Tradução. Comentário

Colecção: ESTUDOS

Livros Publicados:

- 1- SCHEIDL, Ludwig – *A Viena de 1900: Schnitzler, Hofmannsthal, Musil, Kafka*, Coimbra, 1985 (esgotado).
- 2- RIBEIRO, António Sousa et alii – *A literatura, sujeito e a história. Cinco estudos sobre literatura alemã contemporânea*, Coimbra, 1996 (esgotado).
- 3- BURKERT, Walter – *Mito e mitologia*, Coimbra, 1986 (esgotado).
- 4- GUIMARÃES, Carlos e Ribeiro Ferreira – *Filctetes em Sófocles e em Heiner Müller*, Coimbra, 1977 (esgotado).
- 5- FERREIRA, José Ribeiro – *Aspectos da democracia grega*, Coimbra, 1988 (esgotado).
- 6- ROQUE, João Lourenço – *A população da freguesia da Sé de Coimbra 1820-1849*, Coimbra, 1988.
- 7- FERREIRA, José Ribeiro – *Da Atenas do séc. VII a.C. às reformas de Sólon*, Coimbra, 1988.
- 8- SCHEIDL, Ludwig – *A poesia política alemã no período da revolução de Março de 1848*, Coimbra, 1989.
- 9- ANACLETO, Regina – *O artista conimbricense Miguel Costa (1859-1914)*, Coimbra, 1989.
- 10- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado – *Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na serra da Lousã, Casal Novo e Talasnal*, Coimbra, 1989.
- 11- SOUSA, Maria Armanda Almeida e, VENTURA, Zélia de Sampaio – *Damião Peres. Bibliografia analítica (1889-1976)*, Coimbra, 1989.
- 12- JORDÃO, Francisco Vieira – *Mística e filosofia. O itinerário de Teresa de Ávila*, Coimbra, 1990.
- 13- FERREIRA, José Ribeiro – *Participação e poder na democracia Grega*, Coimbra, 1990.
- 14- SILVA, Maria de Fátima Sousa e OLIVEIRA, Francisco de – *O teatro de Aristófanes*, Coimbra, 1991.
- 15- CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, 1992.
- 16- TORRAL, Luís Reis et alii – *Ideologia, Cultura e mentalidade no Estado Novo – Ensaio sobre a Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1992.
- 17- SEABRA, Jorge et alii – *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, 1993.
- 18- ANACLETO, Marta Teixeira – *Aspectos da recepção de 'Los siete libros de la Diana' em França*, Coimbra, 1994.
- 19- MARNOTO, Rita – *A Arcadia de Sannazaro e o Bucolismo*, Coimbra, 1995.
- 20- PONTES, J. M. da Cruz – *O Pintor António Carneiro no Património da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1997.
- 21- SANTOS, João Marinho dos – *Estudos sobre os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa*, Coimbra, 1998.
- 22- LEÃO, Delfim Ferreira – *As ironias da fortuna – Sátira e moralidade no Satyricon de Petrónio*, Coimbra, 1998.
- 23- SILVA, Maria de Fátima Sousa e (coord.) – *Representações de teatro clássico no Portugal contemporâneo*, Lisboa, 1998.
- 24- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1998.
- 25- SCHEIDL, Ludwig – *Mitos e figuras clássicas no teatro alemão – do século XVIII à actualidade*, Lisboa, 1998.
- 26- BRANDÃO, José Luís Lopes – *Da Quod Amem. Amor e amargor na poesia de Marcial*, Lisboa, 1998.
- 27- CARDOSO, João Nuno Paixão Corrêa – *Sociolinguística rural – a freguesia de Almalaguês*, Lisboa, 1998.
- 28- SOARES, Carmen Isabel Leal – *O discurso do extracénico – Quadros de guerra em Eurípides*, Lisboa, 1999.
- 29- MONTEIRO, João Gouveia – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, 1999.
- 30- FERNANDES, João Luís Jesus – *O homem, o espaço e o tempo no maciço calcário estremenho – O olhar de um geógrafo*, Lisboa, 1999.
- 31- SEABRA, Jorge, AMARO, António Rafael, NUNES, João Paulo Avelãs – *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Lisboa, 2000.
- 32- FERREIRA, Paulo Sérgio Margarido – *Os elementos paródicos no Satyricon de Petrónio e o seu significado*, Lisboa, 2000.
- 33- COELHO, Maria Helena da Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo, GOMES, Saul António, MORUJÃO, Maria do Rosário – *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, 2000.
- 34- DIAS, Paula Cristina Barata – *Regula Monastica Communis ou Exhortatio ad Monachos? (Séc. VII, Explicit). Problemática. Tradução. Comentário*, Lisboa, 2000.
- 35- SILVA, Maria de Fátima Sousa e (coord.) – *Representações de teatro clássico no Portugal contemporâneo*, Vol. II, Lisboa, 2001.
- 36- MARNOTO, Rita – *A Vita Nova de Dante Alighieri. Deus, o Amor e a Palavra*, Lisboa, 2001.
- 37- URBANO, Carlota Miranda – *A Oração de Sapiência do P.º Francisco Machado SJ (Coimbra – 1629). Estudo. Tradução. Comentário*, Lisboa, 2001.

Carlota Miranda Urbano

A ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA
DO P. FRANCISCO MACHADO SJ
(Coimbra – 1629)

Estudo. Tradução. Comentário

Edições Colibri

*

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação

Urbano, Carlota Maria Lopes de Miranda, 1969-

A oração de sapiência. – (Estudos da F.L.U.C. ; 33)
ISBN 972-772-215-6

CDU 821.134.3-5"17"

Título: *A Oração de Sapiência*
do P. Francisco Machado. (Coimbra – 1629)
Estudo. Tradução. Comentário

Autor: Carlota Miranda Urbano

Editor: Fernando Mão de Ferro

Capa: Ricardo Moita

Ilustração da capa: Símbolo da Companhia de Jesus

Depósito legal n.º 159 907/00

Tiragem: 1 000 exemplares

Edições Colibri, Lisboa, Abril de 2001

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
NOTA PRÉVIA	9
OBSERVAÇÕES	11
CAP. I – VIDA E OBRA DO PADRE FRANCISCO MACHADO	13
Esboço de uma biografia	13
A obra	18
Obras impressas e manuscritas	18
A obra do mestre de Retórica	21
A obra do poeta	28
CAP. II – A FORMAÇÃO DO JESUÍTA FRANCISCO MACHADO	49
CAP. III – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ORAÇÃO DE SAPIÊN- CIA DO P. FRANCISCO MACHADO	59
CAP. IV – ANNIVERSARIA SAPIENTIAE COMMENDATIO APVD CONIMBRICENSES ACADEMICOS ANNO 1629 A P. F. MACHADO	96
ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA A QUAL SE TEM TODOS OS ANOS NA ACADEMIA DE CÔIMBRA. ANO DE 1629 PELO PADRE FRANCISCO MACHADO.....	97

CAP. V – A ORAÇÃO DE FRANCISCO MACHADO NO CONTEXTO DO PENSAMENTO RESTAURACIONISTA DA COMPANHIA	157
CAP. VI – A ORAÇÃO DE FRANCISCO MACHADO NO CONTEXTO DAS ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA DO RENASCIMENTO	167
Tradição e novidade	167
Unidade das orações de Sapiência dos sécs. XV e XVI	168
O modelo ciceroniano	168
Observância dos preceitos ciceronianos e humanismo de Machado	171
Originalidade de Machado	177
Diferente organização temática	177
Aparência de uma argumentação deliberativa	179
Sobrevalorização dos <i>exempla</i> : potência narrativa	180
Sobrevalorização dos <i>exempla</i> : potência descritiva	185
Conclusão	189
BIBLIOGRAFIA	191
ÍNDICE DE NOMES E LUGARES	199

PREFÁCIO

As orações de abertura solene do ano lectivo da Universidade, transferida para Coimbra em 1537, ou do Colégio das Artes fundado em Coimbra por D. João III em 1548, são uma fonte importante do conhecimento da vida cultural portuguesa do séc. XVI. A primeira que chegou até nós foi pronunciada na Universidade de Lisboa em 18 de Outubro de 1504, pelo jovem conde de Alcoutim, D. Pedro de Menezes, discípulo do humanista italiano Cataldo Parísio Sículo¹, chegado a Portugal em 1485.

No volume I das *Epistolae et Orationes* de Cataldo publicado em Lisboa, em 21 de Fevereiro de 1500, foi incluída uma oração em louvor da Universidade e da cidade de Bolonha que serviu de modelo à do conde de Alcoutim, e influenciou outras, tanto em Lisboa como em Coimbra, segundo provou um investigador brasileiro prematuramente falecido, cuja tese de doutoramento² orientei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e depois em Coimbra. A mestre Carlota Miranda Urbano refere-se a este trabalho no decurso do presente livro.

Estas orações universitárias em latim, as de abertura do ano lectivo e outras, não eram pronunciadas necessariamente por professores da Universidade onde tinham lugar. Nem o conde de Alcoutim que em 1504 tinha 17 anos de idade, nem André de Resende em 1534, ou Jerónimo Cardoso em 1536, eram professores universitários. Foram bons latinistas, a cuja colaboração a Universidade, então em Lisboa, recorreu. No caso do conde de Alcoutim, sabemos que a escolha foi

¹ RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T., 2.ª ed., 1997, id. *Estudos sobre o séc. XVI*, Lisboa, J.N.C.M., 2.ª edição aumentada, 1983; id., *Para a História do Humanismo em Portugal*, I, Coimbra, C.E.C.H. (J.N.I.C.), 1988; II, Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T., 1994; III, Lisboa, I.N.C.M., 1998; IV, Lisboa, I.N.C.M., 2000; id. *Latim Renascentista em Portugal*, Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T., 2.ª ed., 1994.

² Luiz Carlos Stammato Marcellino de Carvalho, *A Oração de Cataldo em Bolonha*, sua permanência na oratória do séc. XVI, Rio nde Janeiro, 1980, (tese de doutoramento, policopiada).

feita pelo próprio rei D. Manuel, conforme a informação contida na *Visio Tertia*, um poema elegíaco de Cataldo, impresso nos seus *Poemata*. Entretanto, o Padre Francisco Machado S.J., professor de Retórica no Colégio das Artes, então parte da Universidade, não obstante as querelas de autonomia, era membro da Instituição Universitária que provavelmente o incumbiu de falar na abertura solene do ano lectivo de 1629-1630.

Francisco Machado pertencia a uma Ordem religiosa, a Companhia de Jesus, que desde o ano de 1555-1556 detinha o exclusivo do ensino no Colégio das Artes. A oração de 1 de Outubro de 1555, pronunciada pelo P. Pedro Perpilhão S.J., um valenciano, inicia uma época nova na história dessa prestigiosa escola. É um documento importante de que muitos falam e poucos leram.

Mas a oração do P. Francisco Machado, objecto do presente livro da jovem investigadora Carlota Miranda Urbano, é um discurso *sui generis*, como poderá verificar o leitor nas páginas que seguem. Com efeito, nem repete a linha do discurso inaugural do Colégio das Artes, do francês Arnold Fabrice, em 21 de Fevereiro de 1548, nem a do jesuíta espanhol Perpilhão em 1555. O primeiro exaltava as letras com virtude, e o segundo insistia na virtude com letras. Francisco Machado enaltece a sabedoria que permitirá aos portugueses superar as dificuldades do presente, então impostas pela corte de Madrid, no reinado de Filipe IV de Espanha, III de Portugal. A madrugada da Restauração viria onze anos mais tarde.

O trabalho de Carlota Miranda Urbano trará decerto novidades sobre o ambiente cultural e social português nos começos do séc. XVII.

Américo da Costa Ramalho

NOTA PRÉVIA

Decorrido o ano escolar do Mestrado em Literaturas Clássicas, por entre as agruras da escassez do tempo para uma dedicação necessária e as venturas de um sedutor itinerário multidisciplinar pelas culturas de raiz clássica, cedo adivinhei a decisão de fazer da minha dissertação de Mestrado a oportunidade de uma 'peregrinatio' pelo Latim e pela cultura do Portugal do séc. XVI. Foi graças à sugestão do Senhor Professor Doutor Américo da Costa Ramalho que esta curiosa Oração de Sapiência já do séc. XVII veio em boa-hora às minhas mãos. Com feito, uma primeira leitura, ainda que superficial, veio revelar o objecto deste trabalho como um curioso texto, interessante pela sua originalidade, desde logo revelador do atraente percurso que se divisava por uma época de transição ainda pouco estudada, com os aliciantes atractivos próprios de todas as realidades em transformação.

Antes de apresentar neste trabalho a tradução e o comentário da Oração de Sapiência do Padre Francisco Machado, foi meu intento apresentar o seu autor, tarefa que, no aspecto biográfico, não foi fácil, dada a escassez de dados disponíveis sobre os seus passos. Algo mais, porém, pude conhecer da obra deste mestre de retórica quer da sua prosa quer da sua poesia, que não quis deixar de incluir neste trabalho pelo seu contributo que creio ser de peso para o conhecimento do mestre e da produção literária do início do séc. XVII. Algumas páginas consagradas a uma breve apresentação da sua formação pareceram-me de igual modo úteis para melhor identificarmos os seus reflexos na obra do orador.

Na Introdução e nas notas de tradução procurei sobretudo, para além de fornecer dados que proporcionassem o confronto com outras Orações de Sapiência e outros textos literários contemporâneos de Machado, facultar informações de carácter histórico e social que decerto trazem luz, quer sobre o contexto da enunciação deste discurso quer sobre o seu referente.

Deixar de dedicar também uma pequena parte deste trabalho a uma leitura do pensamento restauracionista de Francisco Machado, seria empobrecer o leque de possibilidades deste texto, na revelação histórica e política de uma época.

Finalmente, o confronto da Oração de Sapiência de Francisco Machado com orações anteriores e com textos literários e programáticos contemporâneos pretende fazer deste trabalho um modestíssimo contributo para o estudo da produção literária do início do séc. XVII, século por vezes tão maltratado pela crítica.

As dificuldades e momentos de desânimo que vivi, os erros de metodologia à custa dos quais fui aprendendo, não os teria redimido sem os preciosos apoio e ajuda que de amigos e mestres me vieram.

Quero em primeiro lugar agradecer ao Senhor Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho o seu apoio indispensável, sobretudo nas mais complexas dificuldades, por entre as quais me ajudou a caminhar na mestria da liberdade que o seu alto valor humano e científico me proporcionou.

Devo o meu agradecimento também a todos os professores, que desde os primeiros anos de Faculdade em mim estimularam, com o seu trabalho, o interesse pelo ensino e pela investigação, e os que pelo seu incentivo e apoio me foram guiando na hesitação dos primeiros passos no estudo do Latim Renascentista: os doutores Sebastião Tavares de Pinho, Nair Castro Soares, e Carlos Ascenso André, que para este trabalho atenciosamente me facultou material de trabalho. À doutora Maria do Céu Fialho agradeço o empenho na publicação desta dissertação, bem como às Edições Colibri.

Aos meus colegas e à Dr.^a Zélia Sampaio Ventura agradeço os 'recados' de incentivo e estímulo que sublimaram momentos de fecunda angústia. Devo reconhecer preciosas sugestões ao Zé Carlos, à Margarida e ao Belmiro, que acompanharam a gestação deste pequeno fruto.

Ao Miguel, e aos meus pais ainda, agradeço a incondicional disponibilidade, sem a qual não teria sido possível a dedicação necessária na parte final da elaboração deste trabalho.

Carlota Miranda Urbano

OBSERVAÇÕES

No estudo da poesia de Francisco Machado tivemos como base, na Elegia em louvor de Miguel Reinoso, o texto impresso no início das *Observações Práticas* de Miguel REINOSO, edição de Lisboa de 1625; na Elegia em louvor de Mendocça, o texto também impresso no início do *Viridarium Sacrae et profanae eruditionis* do P. Francisco de MENDOÇA, edição de Lião, de 1631, exemplares existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Na estudo da Oração de Sapiência, objecto principal do nosso trabalho, procurámos estabelecer o texto com base na leitura do único exemplar conhecido, manuscrito do códice 994, fols.279-286, da BGU, ao qual fizemos algumas correcções.

Na revisão da ortografia seguimos os critérios aceites e usados na edição de textos humanísticos.¹

No trabalho de versão para português, quer da poesia, quer da prosa, procurámos traduzir não só o conteúdo dos textos mas também a forma elaborada com que Machado os construiu, tentando ser fiéis ao autor do Latim complexo e elevado do séc. XVII, sem detrimento da clareza do seu pensamento. Para que se tornasse mais fácil o confronto entre texto latino e português, atribuímos ao latino, sempre que possível, a pontuação e disposição gráfica semelhante às que usámos na tradução.

¹ PINHO, Sebastião Tavares de, *Lopo Serrão e os seu Poema da Velhice*, Coimbra, 1987, pp. 255-261. Nas palavras que naturalmente não pertenciam ao universo clássico, optámos por manter a grafia usada por Machado. É o caso, por exemplo, dos termos que este orador usa no elogio dos Descobrimentos.

(Página deixada propositadamente em branco)

FRANCISCO MACHADO

VIDA E OBRA

Esboço de uma biografia

Filho de António Martins e Catarina de Sousa, nascido em Vila Pouca de Aguiar, da diocese de Bragança, arcebispado de Braga, Francisco Machado terá visto a luz no ano de 1597, a confiar nas informações de Diogo Barbosa Machado¹ e António Franco² que situam a sua entrada na Companhia no ano de 1612 quando contava 15 anos.³

As primeiras notícias de Francisco Machado que encontramos nos Catálogos existentes no *Arquiuum Romanum Societatis Iesu* (ARSI) remontam a 1614, e registam-no como noviço do Colégio de Coimbra, com dois anos de Companhia.⁴

Tendo vivido os primeiros anos de jesuíta em Coimbra, o P.e Francisco Machado veio a falecer em Estremoz no dia 29 de Janeiro de 1659 com 62 anos de idade. Quanto à data da morte, todas as fontes⁵ consultadas são unânimes, e algumas referem a sua sepultura em

¹ MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica*. Lisboa, Ed. Ignacio Rodrigues, 1747. tomo II, p. 180.

² FRANCO, António S. J. *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus em Coimbra*. Coimbra, Ed Real Collegio da Artes da Companhia de Jesus, 1719, tomo II, p. 617.

³ Estes autores divergem, no entanto, quanto à data precisa da sua entrada no Noviciado: se Barbosa Machado a situa no dia 15 de Março, António Franco afirma que o jovem Francisco entrou na Companhia no dia 29 do mesmo mês. A diferença, como vemos, não é grande, nem parece ser significativa; não obstante parece-nos mais plausível a segunda hipótese, pois, na condição de padre da Companhia, António Franco teria por certo acesso privilegiado às fontes. Fica por explicar, no entanto, porque é que, sendo a obra de Barbosa Machado posterior em quase trinta anos à de António Franco, e conhecendo aquele muito provavelmente o estudo de Franco, aponta para uma data diferente.

⁴ “*Fr. Machado de Villa Pouca 17 anos boas forças 2 de Companhia, estudou Hum. quando entrou*” in *Lusitania*, 44 II cat. trien., p. 315 (ARSI).

⁵ Para além das obras referidas nas notas 1 e 2, consultámos para estudo deste ponto a *Bibliotheca Hispana Noua* de NICOLAU, António, Madrid, Ed. Joachimum de

Vila Viçosa. Barbosa Machado diz-nos que o jesuíta “jaz sepultado na Caza Professa de Villa-Viçosa”⁶ e António Franco, que “o seu corpo foi levado para Vila Viçosa e sepultado na nossa igreja”⁷. Em vão, porém, procurámos na igreja de S. Bartolomeu, antiga igreja da Casa Professa da Companhia, alguma inscrição que assinalasse o túmulo do P. Francisco; o seu corpo jaz, pois, anónimo como o de tantos outros companheiros, ou na própria igreja ou nos jardins da Casa Professa, edifício contíguo ao templo, ou ainda nas casas nobres da rua dos fidalgos onde primeiro foram alojados os padres da Companhia pelo Duque D. Teodósio que em 1601 os acolheu, e onde ainda passaram largos anos. Só em 1636 foram comprados os terrenos onde começou a ser edificada a igreja e só em 30 de Julho de 1659, ano da morte de Francisco Machado, “se passaram os religiosos em solene procissão, que saiu da capela do paço ducal, para o novo domicílio e igreja.”⁸

Não sabemos muito do percurso deste jesuíta que, quando a morte o colheu, exercia as funções de confessor do Conde de Cantanhede: *'Agebat confessorium Comitis Cantanedii'*,⁹ como informa António Franco. De facto, D. António Luís de Meneses reuniu e chefiou, a partir de Estremoz, um exército de socorro às praças alentejanas aquando da grande ofensiva castelhana comandada por D. Luís de Haro, a partir de 1657, e cujo desfecho foi a conhecida por Batalha das Linhas de Elvas, em 14 de Janeiro de 1659¹⁰. Se Francisco Machado residia há muito em Estremoz ou na Casa Professa da Vila ducal, ou se a sua presença naquelas paragens se limitava ao exercício daquela função¹¹, foi dado que não pudemos apurar. Não encontramos qual-

Ibarra Typographum Regium, 1783; FRANCO, António SJ, *Synopsis Annalium Societatis Jesu In Lusitania*, Viena, 1726; INOCÊNCIO, *Dicionário Bibliográfico português*, Lisboa, 1854; BACKER, August de, *Bibliothèque des écrivains de La compagnie de Jésus*, Liège, Paris, 1869 e SOMMERVOGEL, SJ, *Bibliothèque de La Compagnie de Jésus*, Paris, Bruxelles, 1894.

⁶ MACHADO, D. Barbosa, op. cit., p. 180.

⁷ *sic*. *'Villavissosam pervectum ipsius cadauer, ibique in templo nostro sepultum'* Cfr. FRANCO, António, *Synopsis...*, op. cit., p. 324.

⁸ ESPANCA, Joaquim José da Rocha, *Compendio de Noticias de Villa-Viçosa*. Obra citada em RODRIGUES, Francisco S. J. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1944, tomo 2, vol. 1, p. 115.

⁹ FRANCO, António, *Synopsis...*, op. cit., p. 324.

¹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Verbo, 1979-1989. Vol V, pp. 43-46.

¹¹ O cargo de 'confessor' tendo embora origem na confissão sacramental, deve entender-se aqui em sentido tão somente análogo. De facto, eram prevalentemente políticas as suas funções. O confessor de corte é normalmente um clérigo de ele-

quer referência¹² à presença do orador jesuíta na Casa Professa, muito menos à sua acção missionária, pelo que concluímos que a sua paragem nas terras alentejanas não terá sido muito mais que uma passagem de breves anos que a morte surpreendeu.

Tendo chegado ao Real Colégio de Jesus¹³ de Coimbra pelos 15 anos, como já foi dito, o jovem Francisco Machado nele se aplicou ao estudo preconizado pela *Ratio Studiorum*, a saber os três cursos de Letras, de Filosofia e de Teologia.

O período da sua formação tê-lo-ia dividido entre Coimbra e Lisboa, como faz pensar uma notícia que dele nos dá Francisco Rodrigues, segundo a qual o ir. Francisco Machado¹⁴ ensinava a 7ª classe de Latinidade em 1621 no Colégio de Stº Antão. O Catálogo de 1622, porém, é omissivo em relação ao nosso autor, regista sim, um outro Francisco Machado, natural de Vila Real, como pertencente ao Colégio de St. Antão. Só em 1625 reaparece Francisco Machado de Vila Pouca naquele Colégio como mestre de Latim há cinco anos¹⁵. Em 1625, o título da Elegia que dedica a Miguel e Luis de Reinoso na edição póstuma da obra do primeiro¹⁶, designa-o como mestre de Retórica. Durante seis anos Francisco Machado “ensinou letras humanas”¹⁷, como informam António Franco e Barbosa Machado, e para

vada formação, nomeado para dirimir casos de consciência e negócios de estado, conceitos no tempo sem rigorosa distinção. A escolha do P. Francisco Machado para o cargo é sem dúvida reveladora da sua boa reputação.

¹² Não podemos deixar de agradecer ao Rev. P. e Joaquim Cardoso, pároco de Vila Viçosa que gentilmente nos concedeu tempo, atenção e todo o material de que dispunha para consulta.

¹³ Este foi o primeiro Colégio da Companhia em todo o mundo. Fundado em 1542, foi incorporado juntamente com o Colégio das Artes na Universidade de Coimbra em 1561. Os edifícios de ambos os Colégios chegaram a ser ligados por um pequeno corpo que servia de passagem. Este Colégio destinava-se sobretudo à formação dos estudantes da Companhia, por isso mesmo Francisco Machado nele fez o Noviciado. Para este assunto veja-se VASCONCELOS, António, *Escritos Vários Relativos à Universidade de Coimbra*, Coimbra Ed. 1938, vol. I, pp. 190-196.

¹⁴ RODRIGUES, *História...*, op. cit., tomo 3, vol. 1, p. 82. Trata-se muito provavelmente do mesmo Francisco Machado, pois o jesuíta do mesmo nome que encontramos partiu para a Índia em 1611 e daqui para a Etiópia em 1625. Cfr. MACHADO, *Bibliotheca...*, op. cit., p. 179.

¹⁵ “Francisco Machado, Villa Pouca, 27 anos, de Cª 14, boas forças, leu 5 anos de Latim.” Lus. 44 II fol. 414 v. (ARSI)

¹⁶ ‘*Reuerendissimus pater Franciscus Machado e Societate Iesu, Recthoricae professor, in primo Lycae meritissimus.*’ no início das *Observações Praticas*, de Miguel de Reinoso, Lisboa, 1625. Vd. p. 11.

¹⁷ FRANCO, António, *Imagem da Virtude...*, op. cit., p. 617.

além de estudante de Teologia¹⁸, provavelmente era mestre de Retórica no Colégio das Artes em Coimbra¹⁹ no ano de 1629, ano em que, na Universidade, perante o Reitor e ilustres académicos, pronuncia a Oração de Sapiência cuja tradução ora apresentamos. Francisco Machado poderá ter continuado em Coimbra mais alguns anos mas o seu nome surge no Catálogo de St. Antão em 1633²⁰. Como informa o catálogo seguinte, o de 1639 que o regista residente no Colégio de Braga como pregador e consultor, terá feito os últimos votos em 1635²¹. O Catálogo da Província de 1642²² dá-nos informações sobre os seus cargos, mas não indica a sua residência que na década de quarenta deve ser de novo a Casa Professa de S. Roque, ou o Colégio de St. Antão em Lisboa, como nos levam a pensar as datas de impressão dos sermões pronunciados em Lisboa no Colégio de St. Antão e na Igreja de N^a Sr^a do Loreto²³. Pelo menos a partir de 1645 Francisco Machado exerce o cargo de Prefeito dos Estudos naquele Colégio e ensinou já por sete anos as letras Humanas e a disciplina de Retórica.

Em 1649, Francisco Machado exercia ainda o mesmo cargo, como informa o catálogo deste ano²⁴. O seu nome volta a aparecer na lista²⁵ da Congregação Provincial reunida em Setembro de 1649 na Casa Professa de S. Roque, e a Acta informa-nos que ele foi designado sócio do secretário.²⁶ Presente nesta Congregação, devia constar na

¹⁸ Como informa o catálogo trienal de 1628 que o regista de novo em Coimbra: “*Fr. Machado, Villa Pouca, Braga, 31 anos, de C^a 17. Leo Latim 5 anos. Estuda Theologia, boas forças.*” LUS. 44 II, fol.452 (ARSI).

¹⁹ “*não consta que exercesse na ordem outro cargo que o de mestre de Rhetorica e Poetica no Collegio de Coimbra*”. Cfr. INOCÊNCIO, *Dicionário...*, op. cit. tomo II, p. 433. Sabemos, porém, que exerceu funções também, no Colégio de St^o Antão em Lisboa. Cfr. *infra*.

²⁰ “*Fr. Machado, Villa Pouca, 37 anos, de C^a 22, boas forçasleo Latim 6 anos.*” LUS. 44 II fol. 491 (ARSI).

²¹ “*Collegio de Braga. P. Fr. Machado de Villa Pouca de Aguiar de Braga, idade 42, de C^a 29, leo latim 7 anos o mais tempo pregou, foi consultor algum tempo he professo de 4 votos ha quatro an.*” LUS. 44 I fol. 587 (ARSI).

²² “*P. Fr. Machado ex oppido Villa de Aguiar Diocesi Brac. annorum 45, societatis 30, professus 4 votorum bonas habet uires, docuit litteras humaniores per 7 annos agit munus concionatoris.*” LUS. 44 I (ARSI).

²³ Cfr. p. 19.

²⁴ “*Domus professa Olyssiponensis. P. Fr. Machado ex opp. Aguiar Dioc. Brac. an. 54 soci.39 profess. 4 vot. ab hinc an. 13 viribus bonis docuit linguam latinam 7, praefert studiorum Colleg. Olyssip. agit concionatorem*” LUS. 44 II (ARSI).

²⁵ CATALOGVS PATRVM QVI CONGREGATIONIBVS PROVINCIALIBVS ANTIQVAE PROVINCIAE LVSITANIAE SOCIETATIS IESV INTERFVERE Olisipone, 1907.

²⁶ “*Additus secretario socius P. Franciscus Machado*” in *Acta Cong. Prov. Lus.*

congregação seguinte²⁷, o que não se verifica. O seu nome não consta no catálogo da Congregação de 11 a 16 de Abril de 1655 no Colégio de Coimbra nem no da Congregação seguinte de 5 a 11 de Maio de 1658 reunida no mesmo lugar, mas vamos encontrá-lo, sim, na Congregação Provincial Transtagana de 5 a 12 de Maio do mesmo ano (1658) na Casa Professa de S. Roque em Lisboa. Com efeito, a esta data e desde 1653, a Província estava dividida em duas, a Lusitana ou de Portugal e a Transtagana ou do Alentejo, depois de longos anos de lutas e vãs tentativas para evitar a separação²⁸.

Desde o início do séc. XVII que ganhava forma um movimento que pretendia dividir a Província Portuguesa em duas, aumentando assim o seu poder e representatividade nas Congregações Gerais; mas, se inicialmente os seus objectivos eram engrandecer a Província Portuguesa, depressa ganhou poder uma força desagregadora na Região alentejana que queria constituir uma Província independente. A causa separatista ganha força em 1629, quando foram escolhidos para os reitorados do Colégio e da Universidade de Évora Jesuítas nascidos no Alentejo. Com a Restauração da Independência o Alentejo ganha importância no cenário político nacional e a facção separatista um adepto fortíssimo que não se poupou a esforços e pressões junto do Provincial e do Geral para que o Alentejo, seu berço, visse a sua nobreza reconhecida. Foi com efeito graças ao poder real de D. João IV, aliado conquistado pelos *divisores*, que estes alcançaram seus intentos, conseguindo a tão esperada autonomia. Esta porém, não veio pôr cobro às discórdias e ressentimentos que ao longo dos anos se vinham acumulando e um regionalismo desagregador recrudescer entre Transmontanos, Ilhéus, Beirões, Olisiponenses, Interamnenses, Alentejanos etc..., a ponto de, por decreto²⁹ da 5ª Congregação Geral, ficar cada Superior obrigado a punir aquele que murmurasse contra uma qualquer Região. Pouco depois da morte de D. João IV em 1656, cansada das dissensões, começa a Companhia as diligências para recuperar a união das duas Províncias, o que alcança em 1665, com regozijo de todos, mesmo de alguns *divisores*, como é o caso do P. António

Prov. Ulissipone celebrata in domo Professa D. Rochi a die 20 Septembris ann. 1649. Ms. CONGR. vol. 72 do ARSI.

²⁷ A Congregação Provincial reunia ordinariamente um grupo de 40 religiosos (50 quando preparavam a Congregação Geral) composto pelos superiores das principais casas da Província e pelos jesuítas com mais tempo de vida na Companhia até perfazer o total de 40.

²⁸ Para este ponto ver RODRIGUES, F., op. cit., tomo 3, vol. 2, pp. 3-92.

²⁹ RODRIGUES, F., op. cit., tomo 3, vol. 2, p. 51.

Vieira³⁰. Francisco Machado já não viu a reunião das duas províncias.

Como podemos ver, embora a sua reputação de orador e mestre não o deixasse no esquecimento, pouco mais sabemos sobre a vida deste homem do que alguns dados sobre seu nascimento, entrada na Companhia, cargos nela desempenhados e sobre a sua morte. A pesquisa da sua obra, porém, poderá fornecer-nos mais algumas informações para que ajudemos a ‘desenterrar’ do passado este orador do séc. XVII.

A Obra

– Obras impressas e manuscritas.

**Elegia in Laudem Michaelis de Reynoso, & Ludovici eius filii* no princípio das *Observações Práticas* do mesmo Reynoso. Ulyssipone apud Petrum Craesbeeck. 1625.³¹

“Elegia em louvor de Miguel de Reinoso e Luis seu filho.”

**Anniuersaria Sapientiae Commendatio apud Conimbricenses Academicos Anno 1629. A P. F. Machado.*³² Manuscrito que se encontra no códice 994 da BGU de Coimbra e do qual nos dá notícia Kristeller³³.

“Oração de Sapiência a qual se tem todos os anos na Academia de Coimbra, no ano de 1629.”

**Collegium Conimbricense Lugdunensi pro acerbo funere P. Francisci de Mendoza.* no princípio do *Viridarium Sacrae et profanae eruditionis P. Francisci de Mendoza*, Lugduni apud Jacobum Cardon. 1631³⁴ Exemplar existente na BGU de Coimbra e na BN de Lisboa.³⁵

³⁰ *ibidem*, pp. 87-88.

³¹ Elegia que traduzimos neste trabalho a título subsidiário, para que melhor possamos conhecer o autor da oração de Sapiência na sua vertente de poeta.

³² Objecto de estudo do nosso trabalho.

³³ KRISTELLER, Paul Oskar, *Iter Italicum*, London, The Warburg Institute, 1989. Volume IV, pp. 446-449, citando RAMALHO, Américo da Costa, *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos à Antiguidade clássica*. Coimbra, 1945, p. 50.

³⁴ MACHADO, *Bibliotheca...*, op. cit., e BACKER, op. cit. indicam como data de edição o ano de 1632, mas na folha de rosto do exemplar consultado na BGU podemos claramente ler: LUGDUNI, IACOB. CARDON. MDCXXXI. Também SOMMERVOGEL, op. cit. indica como data da edição 1631.

“O Colégio de Coimbra ao Colégio de Lião por ocasião da triste morte do P. Francisco de Mendouça”, no princípio do “Jardim de erudição sacra e profana” do P. Francisco de Mendouça.

**Sermam que pregou o R. P. M. Francisco Machado da Companhia de Iesus no Collegio de Santo Antão da mesma Comp.^a Estando Exposto o Sanctissimo Sacramento pello felis sucesso das armas, & jornada de Sua Magestade, Lisboa, Na officina de Domingos Lopes Rosa, & à sua custa. Anno de 1643. Exemplar existente na BGU de Coimbra.*

**Oratio in Exequiis Sanctissimi Urbani VIII Pontificis Maximi quas Illustrissimus & Reuerendissimus Dominus Hieronimus Bataginus Lusitaniae Vicecolector celebrauit in Augustissimo Laurentinae Virginis Templo Olisipone 27 die Septembris anni 1644. Olisipone apud Dominicum Lopes Roza, 1644.³⁶*

“Oração nas Exéquias de S. Santidade Urbano VIII Sumo Pontífice que celebrou o ilustríssimo e reverendíssimo D. Jerónimo da Batalha, vicecoletor de Portugal na augustíssima igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa no dia 27 de Setembro de 1644.”

³⁵ Elegia que traduzimos também a título subsidiário para melhor conhecimento do seu autor e da sua produção literária.

³⁶ Seria interessante uma leitura ainda que superficial deste texto que não lográmos localizar. Talvez não se tratasse de uma homenagem puramente formal exigida pela ocasião da morte do Pontífice, antigo discípulo dos Jesuítas, que desde a sua eleição em 1623 se procurou apoiar em doutos homens da Companhia e potencializar o seu entusiasmo de escritores apostados na Renovação das Letras Humanas, no movimento da segunda Renascença romana, como lhe chama FUMAROLI, Marc, *L'Age de l'Eloquence*, Genève, 1980, p. 202. Amigo das artes e das Letras, mecenas de escritores e artistas, ele próprio escreveu poesia, versando temas cristãos na imitação expressiva dos poetas clássicos latinos e compôs alguns hinos do Breviário para cuja reforma se fez rodear dos Jesuítas, ilustres professores de retórica em Roma, Petrucci, Strada e Galluzzi. Apoiados pelo próprio Papa, estes homens ‘ciceronianizaram’ os hinos do Breviário (expressão de FUMAROLI, op. cit., p. 204). Como podemos ver, as relações do Pontificado de Urbano VIII com a Companhia de Jesus, foram além da formalidade hierárquica, e assim, em torno do pontífice e da sua família, entre os jesuítas, cultivou-se bastante a arte do elogio, uma retórica de discurso ‘demonstrativo’ como arte de agradar. Para este assunto veja-se além de FUMAROLI, op. cit, BORIAUD, Jean-Yves, “Rome et les poètes jésuites latins de la Province Flandro-Belgue pendant la première moitié du XVIIe siècle” in *Les Jésuites parmi les hommes aux XVIe et XVIIe siècles*, Actes du Colloque de Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de L’Université de Clermont Ferrand II, 1987, pp. 407-415.

**Oratio anniuersaria in solemnii iuramento pro immaculata Magnae Matris Conceptione a Regio & Academico Collegio Olisiponensi S. J. rite instaurato eodem die 25 Martii quo anno superiore 1646 fuit institutum a triplici Regni Ordine in Commitis regalibus. Olisipone apud Laurentium de Anvers. 1647.*³⁷

“Oração que se tem todos os anos no solene juramento da Imaculada Conceição de Nossa Senhora pelo Real e Académico Colégio de Lisboa da Companhia de Jesus, solenemente proclamado no mesmo dia 25 de Março em que em ano anterior de 1646 tal foi decretado em cortes pelos três estados do reino.”

**Ioãni IV Augustissimo Lusitanorum Regi, pro felicitate, Qua in solenni Corporis Christi pompa proditoris insidias diuinitus euasit. Elogium Triumphale.* Excudit Emmanuel da Silva, anno 1647. Barbosa Machado, Backer, Sommervogel e Inocêncio não referem esta obra mas vimos dois exemplares, um na BGU de Coimbra que tem escrito no final à mão '*Auctor P. Franciscus Machado e Societ.Iesu*' e outro na BN de Lisboa que tem escrito na primeira página também à mão '*Auct. Francisco Machado SJ*'.

“Elogio triunfal a D. João IV augustíssimo rei dos Portugueses, pela felicidade com que na soleníssima festa do Corpo de Cristo escapou por divina graça às insídias do traidor.”³⁸

³⁷ Texto que infelizmente não pudemos localizar.

³⁸ A leitura superficial deste texto vem confirmar o que o título faz supor: reporta-se este elogio a um atentado a que D. João IV teria sobrevivido ileso, graças ao favor divino. No ano da publicação desta obra, 1647, o português Domingos Leite, contratado pelos ministros de Castela prepara a investida na Rua dos Torneiros, por onde passaria El'Rei integrando a Procissão do Corpo de Deus a 20 de Junho. Segundo o Conde de ERICEIRA que narra estes acontecimentos na *História de Portugal Restaurado*, Domingos Leite que alugara umas casas para delas atirar sobre o Rei, não conseguindo fazer pontaria perturbado pela magestade de El'Rei, foi para Madrid de onde regressou com ordens de cumprir o combinado. As confidências feitas ao companheiro Manuel Roque valeram-lhe a denúncia e a morte. O Rei mandou agradecer a Deus em todo o Reino e neste agradecimento se deve integrar o *Elogium Triumphale* de Francisco Machado. “A Rainha, com devoto zelo ensinado do seu agradecimento, deu ordem a que se levantasse no lugar em que Domingos Leite havia intentado executar o seu perverso desígnio, um convento dedicado ao Santíssimo Sacramento, e o mandou ocupar por religiosos carmelitas descalços...” ERICEIRA, Conde de *História de Portugal Restaurado*, 1945, ed. anotada e prefaciada por Atónio Álvaro Dória, Vol. II p. 239. Note-se que também na sua obra, Francisco Machado se integra na interpretação dos acontecimentos como expressão da Vontade divina, o que aliás era corrente ao seu tempo, na justificação da realeza de D. João IV.

**Mausoleum Maiestatis Joannis IV Augustissimi Regis Lusitanorum, & uitae, & obitus compendium*. Olisipone ex Officina Craesbeekiana 1657. Exemplares existentes na BGU de Coimbra, na BN de Lisboa e na Biblioteca da Casa dos Escritores da Companhia de Jesus³⁹.

“Monumento da Magestade de D. João IV, rei augustíssimo dos Portugueses e relação de sua vida e morte.”

**Phoenix Lusitanus videlicet Alphonsus Lusitaniae Infans Serenissimus rediuuius, cum Infans uita periclitaretur: in quo & preces publicae, & Princeps instruitur quinquaginta duobus Elogiis optimis*. MS⁴⁰.

“A Fénix Lusitana ou o redivivo, Sereníssimo Infante D. Afonso de Portugal, estando o Infante em perigo de vida: onde se acham preces públicas e se exalta o mesmo príncipe com cinquenta e dois excelentes elogios.”

– A obra do mestre de Retórica

“applicado às letras humanas sahio nellas tão perito, que depois de as dictar seis anos mereceu a primasia entre os maiores professores da Oratoria, como da Poetica. Não alcançou menor applauzo nos Pulpitos sendo igualmente versado na intelligencia das Escrituras, como na lição dos Santos Padres.”⁴¹

Bem sabemos quão generosos usam ser os encómios de Barbosa Machado, mas não nos parece inteiramente gratuito este elogio que o autor justifica com a citação de vários eruditos⁴² que infelizmente só

³⁹ A obra que parece ter tido mais projecção, pois é a que surge mais vezes referida pelos bibliógrafos. Em lugar mais oportuno fazemos o seu comentário. Vd. pp. 164-165

⁴⁰ Esta obra não aparece datada, mas podemos localizá-la algures entre 1643 (data do nascimento de D. Afonso VI) e 1649. Como informa o título, este texto foi escrito estando o Infante em perigo de vida, referindo-se decerto à doença, ainda hoje não identificada, que o atacou na primeira infância (entre os 0 e 6 anos) deixando-o hemiplégico. Infelizmente também não localizámos este manuscrito.

⁴¹ in Barbosa Machado, op. cit., tomo II, p. 180.

⁴² *Eximius tum Rhetor, tum Elogiastes* he intitulado pelo Padre Manoel Luiz Vit. *Princip. Theod.* lib. I cap. 26 n. 339 & liv. 3 cap. 16. n. 197. *uir nostrae Societatis eruditissimus, & in historicis monumentis apprime uersatus*. *Bib. Societ.* pag 235. col. 2 Franco *Annal. S J. in Lusita.* pag. 524. *Eminuit in litteris Latinis sacra & profana eloquentia.* e na *Imag. da uirtud em o Colleg. de Coimb.* Tom. 2 pag. 617, D. Francisco Manoel *Carta dos AA Portuguezes* in BARBOSA MACHADO, op. cit., p. 180.

em parte pudemos consultar. Com efeito, Francisco Machado vai merecer entrar no rol de jesuítas que no séc. XVII se distinguiram no ensino e na pregação, “que no mesmo tempo ilustraram as cadeiras e o púlpito”⁴³, oradores que “sobressaíram notavelmente acima da craveira dos pregadores ordinários.”⁴⁴. Muito embora não seja abundante a obra publicada de Francisco Machado, não podemos deixar de verificar a sua actividade intelectual como mestre, como pregador e como jesuíta empenhado na divulgação dos frutos literários dos seus companheiros. Confirmamos neste seu membro a vasta actividade editorial que a Companhia de Jesus desenvolveu e promoveu sobretudo junto dos Colégios como apoio à sua estratégia educativa e à formação dos seus membros.

Coforme a informação de Francisco Rodrigues, em 1621 “ensinava a sétima classe de latinidade o jovem Francisco Machado, já então aprimorado humanista”⁴⁵. Alguns anos mais tarde, em 1629 ser-lhe-ia conferido o encargo de discursar na oração inaugural da Universidade de Coimbra, apesar de não ensinar nela⁴⁶, o que revela a reputação que já alcançara no meio universitário como professor de Retórica.

É em Lisboa que Francisco Machado vai exercer mais visivelmente o seu *munus* de orador, pelo menos assim pensamos, pois é nesta cidade que são ouvidos os seus discursos publicados que chegaram até nós. O seu dom da palavra foi usado ao serviço da causa que fez mover muitos dos seus irmãos e outros pregadores naquele momento da História portuguesa, unindo intimamente a oratória sagrada à justificação da Restauração e legitimação da Soberania da Casa de Bragança.⁴⁷ Entre estas obras conta-se o único sermão em português que o pregador publicou e que lhe merece o epíteto de “versado na intelligencia das Escrituras, como na lição dos Santos Padres”⁴⁸. Para além das numerosas citações da Sagrada Escritura, do

⁴³ RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia...*, op. cit tomo III Vol. 1, p. 78.

⁴⁴ *ibidem*, p. 143.

⁴⁵ *ibidem*, p. 82 e nota 3. F. Rodrigues diz-nos que no Catálogo de Janeiro de 1621 se lê que o ir. Francisco Machado ensinava a sétima classe.

⁴⁶ Este costume de convidar para discursar oradores que não davam aulas na Universidade era frequente. Veja-se p. e. D. Pedro de Alcoutim, André de Resende e Jerónimo Cardoso.

⁴⁷ A parenética portuguesa do séc. XVII é detalhadamente estudada, na sua relação com o movimento de Restauração por MARQUES, João Francisco, *A parenética portuguesa e a Restauração* (1640-1668), INCM, Porto, 1989. O autor cita várias vezes o P. Francisco Machado, entre outros seus contemporâneos e analisa os seus sermões.

⁴⁸ MACHADO, D. Barbosa, op. cit, p. 180.

Antigo bem como do Novo Testamento, podemos ver na edição que consultámos⁴⁹, anotadas à margem, citações de Tertuliano, St. Agostinho, St. Ambrósio, S. Crisóstomo, Maldonado, Theodoreto, Didymo, S. Boaventura, Vatablo, Plínio o novo e S. Tomás.

A sua obra publicada que maior projecção teve – foi dela que mais referências encontrámos – foi o *Mausoleum Maiestatis Joannis IV...*, ou *Virtutum suarum Compendium*⁵⁰, como lhe chama o P. Francisco Machado na sua dedicatória a D. Afonso VI. Esta obra, afirma o autor, *moris nostri monumentum*,⁵¹ deverá constituir para o monarca o sumário das virtudes do pai que aquele deve imitar – *tu intueberis Compendium ad imitamentum*⁵² – enquanto ao mesmo tempo é consolação para os saudosos – *nos imaginem ad solatium*.⁵³

Neste Compêndio de virtudes que Francisco Machado apresenta como modelo ao novo monarca, ao fazer o elogio de um elenco de qualidades vividas por D. João IV, o autor aproxima o seu texto da tratadística da educação de príncipes que a obra de Nair Castro Soares nos apresenta⁵⁴. Se não podemos classificar esta obra como ‘tratado’, ela expressa, pelo menos, em pleno séc. XVII a permanência do ideal ético-político humanista do príncipe perfeito do Renascimento⁵⁵.

Como o demonstra claramente no seu trabalho Nair Castro Soares, a elaboração do modelo de governante no humanismo renascentista português “prende-se necessariamente com a nossa realidade histórica”⁵⁶. Com efeito, a extensão de um império alargado e em expansão confere aos portugueses a viva consciência da sua missão

⁴⁹ *Sermam que pregou o R. P. M. Francisco Machado*, Na Officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa, 1643. Exemplar existente na BGU de Coimbra com ref. 6141 do Catálogo de Miscelâneas.

⁵⁰ *Mausoleum Maiestatis Joannis IV Augustissimi Regis Lusitanorum, & uitae, & obitius compendium*. Ulyssipone ex Officina Craesbeekiana 1657, in dedicatória a D. Afonso VI nas páginas iniciais.

⁵¹ *ibidem*.

⁵² *ibidem*.

⁵³ *ibidem*.

⁵⁴ SOARES, Nair de Nazaré Castro, *O Príncipe Ideal no séc. XVI e o ‘De Regis Institvione et Disciplina’ de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, 1989.

⁵⁵ Não é de estranhar que um elogio fúnebre de um monarca seja passível desta interpretação ideológica, com efeito, “Praticamente toda a produção literária do séc. XVI nos informa deste ideal ético-político: os tratados de educação de príncipes, as obras de carácter jurídico, a produção dramática e poética, as novelas de cavalaria, as crónicas, os panegíricos, para não falar já das orações de sapiência (...) mesmo os tratados de retórica.” in SOARES, N. Castro, op. cit., p. 258.

⁵⁶ SOARES, N. Castro, op. cit., p. 255.

“religiosa e civilizadora”,⁵⁷ e acarreta a complexificação da política interna e externa. Aquela convicção reforça a influência do quadro de valores do humanismo cristão que associa indissolivelmente a moral e a política⁵⁸, e reconhece “a maior importância ao factor humano, à liderança personalizada em individualidades de carácter exemplar, de cujo comportamento se fazia depender o destino dos povos”⁵⁹.

Quando em meados do séc. XVII Francisco Machado escreve esta obra em homenagem a D. João IV este ideais permanecem activos na consciência portuguesa, reforçados grandemente pela restauração da Independência e do orgulho nacional que valorizou o ideal de Pátria e do monarca como símbolo humano dela representante, legado de Deus na terra.

Neste Compêndio de virtudes, Machado louva a Felicidade, Modéstia, Caridade, Prudência, Providência, Justiça, Clemência, Afabilidade, Fortaleza, Longanimidade, Magnificência, Religião e Piedade de D. João IV, apresentando-as a D. Afonso, como dissemos, por modelo a imitar. Na descrição de como o monarca viveu estas virtudes destaca-se o tema quase omnipresente da redenção da pátria⁶⁰, por parte de D. João IV, à semelhança de Moisés,⁶¹ libertador e condutor do seu povo por mando de Deus. Documento da presença de ideais humanistas neste texto são a referência à *aurea mediocritas*⁶² e a alegorias clássicas⁶³, bem como as anotações que remetem para autores e personagens do mundo clássico⁶⁴.

⁵⁷ SOARES, N. Castro, op. cit., p. 197.

⁵⁸ Associação que é fruto da assimilação humanista do conceito bíblico da Providência divina para com o rei: *In manu Dei cor regis est*, divisa suspensa do dossel do *Grande Carro Triunfal de Maximiliano I* de Durer que segundo a autora que temos vindo a seguir representa o ideal de príncipe perfeito do Renascimento através da “figuração alegórica das virtudes estóicas, assimiladas pelo cristianismo, num enquadramento cénico renascentista”. Cfr. SOARES, op. cit., p. 306. Ganha também vulto, sobretudo entre os doutrinadores jesuítas a razão de estado *ad maiorem Dei gloriam* “que exprime a perfeita harmonia entre os ensinamentos da fé e as exigências (...) do governo dos povos, proclamadas pela razão.” Cfr. *ibidem*, p. 207.

⁵⁹ SOARES, N. Castro, op. cit., p. 200.

⁶⁰ Cfr. p. e. ‘*Felicitatem quam momento Lusitaniam Lusitaniae restituit liberam captivae...*’ *Mausoleum...*, op. cit., p. 1.

⁶¹ Cfr. ‘*Conferrem te cum magno Hebraeorum Liberatore*’, *ibidem*, p. 3

⁶² Cfr. ‘*Amabat auream Mediocritatem, sed non mediocrem virtutem*’ *idem*, p. 2

⁶³ P. ex. ‘*Quandoque induens leoninum, numquam uulpinum.*’ Alegoria que Machado remete para Píndaro. Cfr. *idem*, p. 4.

⁶⁴ Encontramos anotações à margem que remetem, entre autores da patrística e humanistas, como Erasmo, para autores e figuras clássicas:(pela ordem em que surgem no texto) Trajano, Plutarco, Heródoto, Plínio, Píndaro, Aristóteles, T. Lívio, etc...

Esta visão humanista do ideal de príncipe, está em consonância com o espírito da época. Pouco antes da publicação desta obra de Francisco Machado, saíra no prelo em 1651 um tratado de ‘política cristã’ – Harmonia política dos documentos divinos com as conveniências d’Estado – de António de Sousa Macedo. Esta obra refere algumas virtudes do monarca que Machado atribui a D. João IV como, a liberalidade, a afabilidade, a clemência e a fortaleza, descrevendo-as nos mesmos termos que o orador⁶⁵.

Como acima foi dito, Francisco Machado empenhou-se na publicação das obras dos seus companheiros e sobretudo na de um contemporâneo seu, o P. Francisco de Mendoza⁶⁶. É o caso da recolha e publicação da colectânea *Mausoleum Postumae ac perennis gloriae, quod Collegium Conimbricense Regium et Academicum P. Francisco de Mendoza Rectori quondam suo*, publicada em Lião, (1631) no início do *Viridarium Sacrae et Profanae Eruditionis*, seis anos após a morte daquele jesuíta que Múcio Vitelleschi, Geral da Companhia, viria a classificar “admirável por ser grande pregador, grande escritor, grande Superior e grande santo”⁶⁷. Por ocasião da sua morte em Lião de França, a 3 de Junho de 1626 quando regressava de Roma⁶⁸, nume-

⁶⁵ Cfr. TORGAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, 1982, vol. II, pp. 187-199.

⁶⁶ Conhecido orador jesuíta no seu tempo, mas hoje pouco recordado, as suas obras tiveram várias edições, não só em Portugal, mas também além-fronteiras. Tendo entrado para o Noviciado da Companhia de Jesus em 1587, repartiu as suas funções de mestre por Coimbra, Lisboa e Évora. Foi mestre de Retórica em Lisboa (1595-1599), de Retórica e Filosofia em Coimbra (1601-1602; 1604-1608) e de Sagrada Escritura na Universidade de Évora (1608-1617; 1621-1623). Foi Reitor do Colégio das Artes de 1617 a 1620 e da Universidade de Évora de 1623 a 1625, ano em que foi eleito Procurador Geral da Província portuguesa à Corte de Roma. Foi no regresso de Roma em Junho de 1626 que faleceu em Lião no Colégio da Santíssima Trindade da Companhia de Jesus. Cfr MACHADO, Barbosa, *Bibliotheca*, op. cit., tomo II, pp. 203-206; INOCÊNCIO, *Dicionário...*, op. cit. tomo III, p. 13; GOMES, J. Pereira, “Os Reitores do Colégio das Artes”, *Brotéria*, 62, (1956), pp. 69-80, 211-222, 341-351; DURÃO, Paulo, “Um Clássico Desconhecido”, *Brotéria*, 67, (1958), pp. 42-50. *idem*, “Vida alentejana num escritor seiscentista” *Brotéria*, 67, (1958), pp. 170-180. Conforme poderemos concluir pela leitura da Elegia que Machado dedica a Mendoza (pp. 24-38), este teria abdicado do reitorado de Évora e pretendia retirar-se em Coimbra para terminar o seu Comentário ao Livro dos Reis, plano que foi impedido pela morte que o surpreendeu no regresso da sua missão em Roma.

⁶⁷ FRANCO, *Imagem*, op. cit., I, p. 466.

⁶⁸ Em carta de 4 de Junho de 1626, o P. Francisco Freire relata ao Geral da Companhia a súbita doença que surpreende o P. Francisco de Mendoza dois dias depois de chegar a Lião onde fazia uma paragem na viagem de regresso de Roma. RODRIGUES, op. cit., tomo 3, vol. 1, Apêndice de documentos inéditos, pp. 552-553.

rosas composições latinas, epigramas e elegias, foram escritas em seu louvor pelos melhores mestres de Humanidades dos Colégios da Companhia. Francisco Machado as recolheu e publicou não deixando de contribuir para essa homenagem com uma elegia⁶⁹ saída da sua pena, que posteriormente comentaremos, e um epitáfio assinando como *Collector et Viridarii Cultor*. O *Viridarium* de Francisco Mendonça, que mereceu várias edições, incluía a 1ª edição do *Breue Compendium Rhetorices*,⁷⁰ vinte capítulos sobre a *ars dicendi* que são representativos do estádio germinante do barroco nele visível já nos títulos construídos sobre metáforas florais, já nos conteúdos. Muito embora não se poupe a esforços para recordar os clássicos valores da sobriedade, simplicidade, da clareza e brevidade do discurso, Mendonça manifesta-se adepto de um estilo destinado a deslumbrar o ouvinte pela riqueza e abundância de figuras e ornato das palavras, e admite mesmo que o bom fim justifique o meio de apresentar o falso pelo verdadeiro⁷¹. Como poderemos ver ao contactar com a obra de Machado, este não foi indiferente à leitura que fez do mestre de Retórica seu prestigiado contemporâneo, inventor dos “conceitos predicáveis”, como o classificam A. Pinto de Castro⁷² e outros⁷³.

Também é póstuma a edição dos sermões deste precursor de António Vieira⁷⁴ levada a cabo pelo P. Francisco Machado⁷⁵ que no segundo volume, editado em 1649, dedicado a D. Francisco de Castro, Inquisidor Geral, faz referência à primeira parte que não lográmos

⁶⁹ A esta elegia de 90 dísticos Francisco Machado deu o título: *Collegium Conimbri-cense Lugdunensi pro acerbo funere P. Francisci de Mendonça*. Também os professores da Universidade de Évora publicariam uma colecção semelhante com o título *Mausoleum Posthumae ac Perennis Gloriam a Collegio et Eborensi Academia P. Francisco Mendonça Rectori suo erectum*, conforme nota RODRIGUES, op. cit., tomo 3, vol. 1, p. 83.

⁷⁰ Segundo a divisão em *invenção, disposição e elocução*, este compeêndio foi depois editado em opúsculos. Cfr. RODRIGUES, op. cit., tomo 2, vol. 2, p. 49.

⁷¹ Cfr. CASTRO, Aníbal Pinto, *Retórica e teorização literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, 1973, pp. 70-73.

⁷² CASTRO, op. cit., pp. 66 e 63.

⁷³ “Não falta quem afirme que este prégador fôra o primeiro que introduzira os ‘conceitos’ nos sermões, passando este gosto e estylo (de que depois tanto se abusou) para os prégadores de Hespanha e Italia.”, INOCÊNCIO, *Dicionário...*, op. cit., tomo III, p. 13.

⁷⁴ António Vieira, segundo António Franco, reconhecia como seus mestres na pregação os sermões e escritos do P. Francisco de Mendonça. Vd. RODRIGUES, op. cit., tomo 3, vol. 1, p. 124

⁷⁵ SOMMERVOGEL SJ, op. cit., tomo V, p. 253.

encontrar⁷⁶. Conforme Francisco Rodrigues⁷⁷ a primeira edição seria de 1632, mas a que encontramos desta data foi ao cuidado de João de Matos que assina a dedicatória e, como o próprio Machado afirma, a edição da primeira parte teria sido em 1633⁷⁸. No Prólogo “ao pio e douto leitor” afirma que teve ao seu cuidado para além do terceiro volume do *liuro primeiro dos Reys, o Viridario de Varia erudiçam & a primeira parte dos Sermoens*,⁷⁹ e tem a preocupação de afirmar que “Dos Assumptos que no principio uão, se deixa uer esta uniam: todos sam tirados dos Sermoens do Author, & assy nenhua cousa he nossa, maes que algum trabalho de os reduzir a breues palauras, que me fica bem recompensado com o gosto de seruir o bem commum.”⁸⁰

Não obstante este protesto de modéstia não é justo esquecer que Francisco Machado não se limitou a editar o texto do autor, tendo acrescentado no início um resumo de cada sermão, que intitulou “Assumptos dos Sermoens que se contem neste tomo”, aos quais juntou ainda “Assumptos pera outros Sermoens de festas de Santos, cujas prouas se podem tirar destes Sermoens” e ainda “Assumptos espiritualmente polyticos e predicaueis que uão neste tomo”. No final do volume Machado fez ainda por ordem alfabética um índice “Das cousas maes notaueis deste tomo” e um índice das citações da Sagrada Escritura: *Index Sacrae Scripturae*. Podemos concluir que Francisco Machado procurou, pela sua publicação destes sermões, fornecer aos pregadores um instrumento de trabalho, paradigmas onde estes pudessem procurar motivos, temas, lugares comuns, exemplos e citações para a composição das suas próprias prédicas, costume que começa a tornar-se cada vez mais frequente nesta época de pré-barroco. O mestre jesuíta segue na esteira da *Ratio Studiorum* que procura pôr à disposição do discípulo a bagagem necessária para a elaboração de um

⁷⁶ “sae a luz esta segunda parte, que ha 16 annos se prometteo com a primeira” in *Segunda parte dos sermoens do Padre Francisco de Mendoça*, Lisboa, na Officina de Lourenço de Anueres, anno de MDCXXXIX

⁷⁷ RODRIGUES, F. *História...*, op. cit tomo 3 vol. 1, p. 124 nota 4.

⁷⁸ “Prevaleceo contudo a fineza dos viuos cõtra a desgraça dos mortos, & sae a luz esta segunda parte, que ha 16 annos se prometteo com a primeira.” in dedicatória a D. Francisco de Castro, Bispo Inquisidor geral, de MENDOÇA, Francisco, *Segunda Parte dos Sermoens do Padre Francisco de Mendoça, da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1649.

⁷⁹ “Retardou tanto esta estampa, nam o descuido, mas o divertimento de occupaçoens, que me não embarçarão tanto pera a dos tres tomos, que foram o terceiro sobre o livro primeiro dos Reys, o Viridario de varia erudiçam, & a primeira parte dos Sermoens” in MENDOÇA, op. cit., prólogo.

⁸⁰ *ibidem*, prólogo.

discurso eficaz, sobretudo o do orador cristão, o do pregador da Companhia, e organiza com base na obra que edita um repertório de lugares-comuns tão caros à geração barroca, temas que constituem um património comum dos pregadores.

À publicação d'Os *Sermões*, do *Viridarium* e do terceiro volume do *Comentários dos Livros dos Reis*, cujos dois primeiros volumes foram publicados ainda em vida do autor⁸¹, presidiu decerto este empenho na divulgação de instrumentos de estudo e de trabalho no meio literário do seu tempo.

– A obra do poeta

Sendo reconhecido como orador pelos seus contemporâneos e pelos bibliógrafos que apresentam a sua obra, Machado escreveu também em verso. Pareceu-nos, pois, oportuno para dele formarmos uma imagem equilibrada, incluir neste estudo dois exemplos do engenho versejador de Machado. Neles revela-se-nos à saciedade o erudito do seu tempo, munido de toda a bagagem gramatical e retórica que se esperava de um humanista, alguém que se orgulha de professar e ensinar a arte de bem falar⁸². Convém notar que a retórica escolar se tinha concentrado e praticamente reduzido à transmissão dos preceitos técnicos relativos ao género epidítico, vindo nele a subsumir-se o exercício dos outros dois géneros mais caracteristicamente '*de parte*', os géneros judicial e deliberativo⁸³. Além do mais, os jesuítas utilizavam a Retórica também como sinal de dignidade, como '*etichetta verbale caratterizante una veste sociale distinta e raffinata*',⁸⁴ sendo por isso natural que valorizassem o exercício do género epidítico que se presta precisamente à *amplificatio*, conforme o princípio de Cipriano Soares: '*proprium enim laudis est res amplificare et ornare*'⁸⁵. Não é por isso de estranhar que toda a produção do mestre se insira neste género e

⁸¹ Entre 1621 e 1631 (data da publicação do 3º volume) saíram os '*Comentários*'. Cfr. RODRIGUES, *A Companhia...*, op. cit., p. 333; FRANCO, *Imagem...*, op. cit., p. 324 '*simul aptavit typographiae tertium eiusdem auctoris volumen in libros Regum*'; MACHADO, Barbosa, *Bibliotheca...*, op. cit., tomo II, p. 206.

⁸² Cfr. o início da Oração de sapiência p. 96.

⁸³ LAUSBERG, Heinrich, *Elementos de Retórica Literária*, tradução, prefácio e aditamentos de ROSADO FERNANDES, Lisboa, 1982 3ª ed., pp. 83-85.

⁸⁴ BATTISTINI, Andrea, "I Manuali di Retorica dei Gesuiti" in *La 'Ratio Studiorum' Modelli culturali e pratiche educative dei Gesuiti in Italia tra Cinque e Seicento*, Roma, 1981, pp. 77-120, p. 89.

⁸⁵ SOARES, Cipriano, *De Arte Rhetorica*, Coimbra, 1562Lib. I. Cap. 42, p. 26 v.. Ideia que remete para *Arist. lib. I Rhet. c. 6 & Quinti. li. 3. c. 7*.

parta sempre da sua situação mais típica, real ou encenada. Trata-se sempre do discurso do orador 'contratado' para abrilhantar uma solenidade: de festa, como na Oração de Sapiência ou na Oração para o juramento da Imaculada Conceição, ou de luto, como no caso dos dois poemas que escolhemos, em que o autor encena artificialmente uma oração perante a assembleia imaginária dos leitores cujos sentimentos quer, sobretudo, deleitar.

As duas composições cuja tradução apresentamos revelam-nos o poeta jesuíta, membro de uma geração que concebe a arte da poesia como um jogo criativo e artificioso tecido de intrincadas correspondências, correlações, fundadas na identificação metafórica ou na antítese. Um mesmo tema repete-se na variedade das imagens, sem que de facto se diga algo de novo, diz-se, sim, de novo modo. O modo, a forma, são o objecto de trabalho do artífice da palavra que no uso da língua latina, que domina, com os jogos de palavras, os paradoxos, o hipérbato que a sintaxe latina favorece pela mais livre disposição da palavra, arquitecta as subtis agudezas de espírito com que pretende, sobretudo, surpreender o receptor. A poesia de Machado segue afinal o gosto maneirista da época, moda que transforma a “busca da expressão numa aventura gozosa pelo mundo da linguagem”⁸⁶. Esta aventura, porém, gozosa para o criador, dificulta, especialmente quando muito intensa, a compreensão do texto pelo leitor hodierno, dificuldade que experimentámos⁸⁷.

O tema da primeira elegia é o lamento pela morte de Reinoso, mas mais manifestamente o seu elogio, porque permanece – pese embora a ausência – na sua obra, que o filho publica, dando assim, de novo, alento ao pai. Todo o poema desenvolve o paradoxo: o pai gerou o filho e o filho gera o pai. Ao cuidar da edição dos trabalhos do pai, Reinoso filho trá-lo de novo à vida.

A segunda e mais longa elegia encena o tema do pranto na morte. Numa primeira parte, o Colégio de Coimbra chora a morte de Mendça, seu recente membro, morte agravada pela circunstância ocorrer em terra estranha, tal como a sepultura, longe do solo pátrio. O Colégio de Coimbra invectiva, por isso, o seu irmão, Colégio de Lião, onde como hóspede se acolheu o peregrino Mendça, e onde veio a morrer. Ao cair na conta da injustiça das palavras que proferira, o Colégio de Coimbra reconhece que foi arrastado pela dor profunda e passa a lou-

⁸⁶ SILVA, Aguiar, *Teoria da Literatura*, Coimbra, 1988, p. 500.

⁸⁷ Veja-se a este propósito SILVA, Aguiar, op. cit., cap. 6, pp. 437-502.

var Lião pelo zelo com que velou Mendocça moribundo. O sujeito do poema louva ainda a obra de Mendocça na qual este permanecerá vivo.

A hiperbolização dos sentimentos, neste caso a dor da morte e da separação, expressos em paradoxos e antíteses segue o gosto do séc. XVII “que parece ter especial predilecção”⁸⁸ por composições que versam o tema da partida e da ausência⁸⁹.

I

EGREGIO IVRIS PERITO, INSIGNI CAVSARUM ADVOCATO
MICHÆLI DE REINOSO, EIVSQUE FILIO INDVLGENTISSIMO
LVDOVICO DE REINOSO. PRO OPERE POSTVMO A FILIO IN LVCEM
EDITO.

REVERENDISSIMVS PATER FRANCISCVS MACHADO E SOCIE-
TATE IESV, RHETORICAE PROFESSOR, IN PRIMO LYCAEO MERI-
TISSIMVS.

- 1 Fas dixisse: Patrem reuocat sub luminis auras
Natus, et aetherias praeflat inire uias.
Scilicet acceptos uitales reddidit usus,
officii foedus ne uiolaret amor.
- 5 Si Pater usuram uitae concessit, et auram,
Dat Patri Natus non potuisse mori.
Gratus uterque suos alternat lucis honores.
Muneribus pariter certat uterque suis.
Naturae leges ars ingeniosa refixit,
- 10 Et fixit leges imperiosa suas.
Fit Genitor Nati genitus, (mirabile dictu)
Fitque parens natus: natus et ipse parens.
Ergo sepulcrales Rainose attolle triumphos,
Ingenio nescit gloria parta mori.

⁸⁸ ANDRÉ, Carlos Ascenso André, “Saudade Humanista. Poemas de despedida em latim na Universidade dos séculos XVI e XVII” Sep. *Congresso História da Universidade Actas* Vol. IV, Coimbra 1991, p. 107.

⁸⁹ A este propósito veja-se o artigo supra citado, onde o autor indica como ‘*condição essencial ao processo de criação poética*’ em Portugal as “marcas de ausência” (p. 109). Veja-se também do mesmo autor *Mal de Ausência, o canto do exílio na lírica novilatina portuguesa do séc. XVI*, Coimbra, 1990, especialmente cap. II, “Motivos que se repetem”, cap. V “Cidadãos desterrados da pátria celeste”, sobretudo na análise que faz de algumas composições e nas conclusões “poetas novilatinos, poetas portugueses”.

- 15 Quae mentis gladio ciuilia iura resoluis,
 Ingenii surgunt in monumenta tui.
 Te uocat exstinctum ingenii tua postuma proles,
 Quam memor aeterna filius arte fouet.
 Ille tuos animi fetus excludit in auras,
- 20 Ingeniique tuas gaudet obire uices.
 Ille quidem bene gratus, et ad tua munera fidus,
 Patris ab ingenio non fugit ille sui.
 Non tamen ille sibi patrios furatur honores,
 Nam satis est titulos laudis habere tuae,
- 25 Sed dum cura duos similes ferat una labores,
 Gloria dissimiles non dabit una duos.
 O illi ueniat laudum mensura tuarum,
 Et testantis bonos, heres honoris eat.
 Quem tua mens moriens heredem ex asse reliquit,
- 30 Heredem instituat mens rediuiua suum.
 Haud tanto poteras, Nato uiuente perire
 Qui sine te uiuas nescit habere moras.
 In Nato moriens tibi uiua sepulcra locasti,
 Illius ut uita mors tua uiua foret.
- 35 Gratus uterque fuit, fuit officiosus uterque
 Nempe suo uiuis munere, at ille tuo.
 Ex te, cede Pater, uitam tulit ille caducam,
 Perpetua ex illo, sed tibi uita fluit.

AO EGRÉGIO JURISTA E INSIGNE CAUSÍDICO MIGUEL DE REINOSO E A SEU MAGNÂMINO FILHO, LUÍS DE REINOSO.

PARA A OBRA PÓSTUMA PELO FILHO EDITADA, O REVERENDÍSSIMO PADRE FRANCISCO MACHADO, DA COMPANHIA DE JESUS, MERITÍSSIMO PROFESSOR DE RETÓRICA NO PRIMEIRO LICEU.

1 Com razão se disse: O filho revela⁹⁰ o pai;

⁹⁰ Literalmente: “chama para debaixo da luz”. Subentenda-se a expressão idiomática ‘*ferre aliquid sub auras*’, aqui com o peculiar determinativo de *luminis*, com o significado preciso de “revelar”. Em *fas dixisse*, que anuncia o uso de uma asserção do domínio comum, poderia descortinar-se uma velada referência ao axioma elementar da teologia trinitária, baseado em passos como Mt.11, 27 ‘*Nemo nouit Filium, nisi Pater: neque Patrem quis nouit, nisi Filius, et cui uoluerit Filius reuelare*’. Citamos segundo a Vulgata, Jo. 14, 18-24, com especial destaque para Jo 12, 20-50, em que o Filho se apresenta como a luz sob a qual os homens podem

- eis que de novo à vida o traz.⁹¹
 A vida dele havida, sem dúvida lha devolveu,
 não fora o próprio amor violar o dever de ofício.⁹²
- 5 Se vida e alento o pai lhe deu,
 ao pai dá o filho, agora, o não poder morrer.
 Honrando-se à porfia, ambos gratos,
 concorre cada um com os seus dons.
 Poderosa, a Arte do humano engenho,
 10 à Natureza as leis refez, impondo as suas:
 Filho de seu filho,(quem diria!) se torna o próprio pai;
 pai se torna o filho e filho o pai se torna.
 Ergue pois, ó Reinoso, tuas funéreas homenagens;
 não sabe morrer, a glória que o engenho alcança.
- 15 Monumentos do engenho teu, as leis se levantam;
 e as causas⁹³ que na espada do pensamento desataste.
 Já defunto, chama-te a póstuma prole do teu saber
 que teu filho agradecido, com arte imperecível acalenta.
 Os frutos da tua arte e da tua mente, leva-os ele à perfeição;
 20 e assim muito se ele alegre, com fazer as tuas vezes.
 Pois que grato, justamente, e fiel ao que lhe deixaste,
 não se afasta da arte de seu pai.
 Não te rouba para si, porém, as honras,
 pois bastante lhe é já o poder louvar-te.
- 25 Mas se um só cuidado dois trabalhos iguais vos traz,
 a mesma glória vo-los não dará diferentes.⁹⁴

conhecer o Pai que o enviou. A circunlocução latina, '*Patrem reuocat sub luminis auras Natus*', não nos permite afirmá-lo com certeza mas não se vê outro modo de justificar a chave de abertura, *Fas dixisse*: "eis que justamente foi dito".

⁹¹ Literalmente: "Dá-lhe o alento para percorrer os caminhos etéreos". Antes de indicar, na cultura cristã, o "céu" por oposição a "este mundo", o campo semântico de "etéreo" indica precisamente "este mundo", isto é, o mundo dos vivos, por oposição ao mundo dos mortos, os "infernos". Assim, "percorrer os caminhos etéreos" equivale a "percorrer de novo os caminhos deste mundo, isto é, voltar à vida. O mote do poema consistirá precisamente na identificação entre a publicação da obra póstuma e o acesso à imortalidade.

⁹² Isto é, bastaria o puro dever ou solidariedade entre juristas, o '*foedus officii*', para motivar a solicitude da publicação. Se tal não acontecesse seria caso para dizer que o amor filial, '*per absurdum*', violaria o dever de colegia.

⁹³ "As leis e as causas", '*iura ciuilia*', no original, referindo-se à soma de jurisprudência que o causídico defunto teria produzido ao longo da sua vida, discernindo na lâmina afiada da sua inteligência (*gladio mentis*) as intrincadas questões do Direito.

⁹⁴ Entenda-se: Tendo ambos os juristas, pai e filho, a mesma solicitude pela ciência jurídica (*una cura*), dispõem-se ambos às mesmas canseiras (*duos similes labores*).

- Oh! Venha sobre ele a mesma medida dos teus louvores
 e quem a honra lhe herdou,
 tome também em mãos os bens do testador⁹⁵
 Àquele que a tua mente
 por herdeiro universal, ao morrer, deixou,
 30 institua-o agora seu herdeiro a tua mente rediviva.
 Não puderas perecer, vivendo-te um tal filho
 que sem ti não sabe achar descanso.
 Nesse filho para ti achaste, ao morrer, vivente sepultura,
 para que fosse a sua vida, a tua morte viva.
 35 Gratos ambos fostes, fostes ambos devedores
 pois que graças a ele vives e ele graças a ti.
 De ti, ó Pai, (hás-de reconhecê-lo), uma vida caduca recebeu
 Mas dele, pelo contrário, uma vida imperecível te procede.

II

COLLEGIUM CONIMBRICENSE LVGDVNENSIS
PRO ACERBO FVNERE P. FRANCISCI DE MENDOÇA

- 1 Ah frater iam non frater, sed durus, et expers
 Hostis⁹⁶ amicitiae, sed feritate Leo.
 Ah Leo crudelis Busiride saeuior ipso,
 Qui nudo hospitium polluit ense suum.

Justo é, pois, que para alcançar a mesma glória (*una gloria*) não sejam diferentes os trabalhos por que hão-de passar. O sentido geral dos vv. 23 a 29 será, assim: Não se podem considerar roubadas as honras que cabem ao filho pela publicação da obra paterna (*non sibi furatur honores patrios*), pois que não se lhe exigirão outros trabalhos senão aqueles por que passou o pai. (“a mesma glória não dará dois trabalhos diferentes”).

⁹⁵ ‘(...) *testantis bonos, heres honoris eat.*’ O acusativo ‘*bonos*’ em correlação com ‘*eat*’, deixa subentender a preposição *in*. Assim, literalmente, “o herdeiro da honra vá ao encontro dos bens do testador”, devendo entender-se que o filho, ao herdar a glória do pai (*heres honoris*), se torna responsável pela obra que ele lhe deixou em testamento (*bonos testantis*).

⁹⁶*sic* *hostilis*. Correção que agradecemos ao prof. Doutor Américo da Costa Ramalho. Houve decerto neste verso um erro de impressão, só assim se compreende o uso de *hostilis* incompatível com a medida do pentâmetro, o segundo verso do dístico elegíaco. Também o conteúdo destes versos justifica a correção de *hostilis* por *hostis*, termo cuja acepção de ‘peregrino, hóspede’, se configura mais oportuna no contexto. É recolhido no Colégio de Lião, como seu hóspede, que o P. Mendoça, no caminho de regresso de Roma, adoece e vem a morrer.

- 5 Haud tua clementi genuit te Gallia caelo,
 Sed rigido genuit terra Libyssa sinu.
 Quid tria dure refers gentilia lilia, cum te Stemma Galliae
 Plus deceant rabidi tela trisulca Iouis.
 Progenies primi cedat tibi prima Parentis,
- 10 Quae fratri auulsit sanguinolenta caput.
 Cedat, et egregiae soboles diuisa Rachelis,
 Ausa uel in fratrem bella ciere suum.
 Haec Ignatia dum fuit indiuisa uoluntas?
 Haec sacra fraternus foedera sanxit Amor?
- 15 Hoc Loyolaeum tibi perfide sacramentum?
 Haec iurata fuit dextera militiae?
 Haec fuit hospiti nobis data tessera? nobis
 Hoc fuit antiquae pignus amicitiae?
 Quid iura abrumpis, quid pacta refringis amoris?
- 20 Sic agnata ligat dulcia uincla fides?
 Quid Mendoça meus potuit committere tantum,
 Hospitii leges ut uiolaret amor?
 Qui sine labe fuit, poterat committere crimen?
 Nullum crimen erit, sit nisi crimen amor.
- 25 Nam fueras illi Rhodanum noua causa uidendi,
 Flectendique nouas ad tua tecta uias.
 Hos illi reditus, haec illi praemia, et illi
 Has meritas, frater Punice, reddis opes?
 Quid loquor, aut ubi sum, quae mentem insania mutat?
- 30 Quis dolor arbitrii non sinit esse mei?
 Ipse dolor mentem, non mens fert ipsa dolorem.
 Ille dolet uere qui sine mente dolet.
 Ferreus, et ferus est qui non dolet, atque dolorem
 In, Mendoça, tuas exprimit inferias.
- 35 Parce tamen frater, ueniam concede precanti,
 Si facilem ueniam crimen amoris habet.
 Heu mihi caecus amor rabidas exarsit in iras,
 Atque in non meritos impulit ire modos.
 Heu pudet indignis fratrem incusasse querelis,
- 40 Et uertisse atris munera funeribus.
 Ex hoc incipiam Zephyris dare lintea retro,
 Cum mihi sis rebus portus et aura meis.
 Iam dolor impatiens liquidos mitescit in amnes,
 Iam sua compositus dicta recantat amor.

- 45 Hic Leo mellifluus soluit mihi fenore fructus,
Parturit ore fauos, parturit ore rosas.
Ora Palaestini cedant tibi blanda leonis,
Mortuus ille habuit, quae bona uiuus habes.
Non tibi rugitus, rabies nec dira leonis,
- 50 Sed tenera agnelli pax erit apta magis.
Nulla tibi lacrimis sine, nec sine fletibus hora, Cura Collegii
Atque oculis requies irrequieta tuis. Lugdunensis erga
Nam super aegrotum uigiles traducere lunas, Mendoçam
Et pariter soles sedula cura fuit. aegrotum
- 55 Tam mitem agnoscunt caelestia signa leonem,
Excubet ut praedam peruigil ante suam.
Iam bene conueniunt niueo tibi stemmata flore,
Mille aperit flores frons tua, mille rosas. Mendoçae cadauer
Mille super dulces sparsisti lilia Manes, floribus coronatum
60 Lilia purpureis mista papaueribus. sepelitur
Quod tibi frater erit tanto pro munere munus?
Gratia quas grates reddere grata potest.
En Mendoça mei tibi sit pro munere amoris,
Hunc quaecumque tegit, cor tegit urna meum.
- 65 Cor tibi solvo meum, (num quid dare maius habebø?)
Plura licet dederim munera, nulla dabo
O nimium felix! Nimium o tibi fauste, ruinis
Fertilis, et damnis ditior ipse meis!
Heu tamen infausto mihi sidere tollis honores
- 70 Inuide, nunc nostris inuidiose oculis.
Non merui Nato miserum producere funus,
Nec legere errantem (si foret) ore animam.
Non merui fertis uitale ornare sepulcrum,
Nec celebrare rosis funeris exsequias.
- 75 O cineres! O reliquias! O pignora vitae!
O tumulum, noster quo tumulatur amor!
Gallia te meruit, quem non meruisse fatemur;
Quid meritum dicam, cui sua terra parum est?
Si meus hinc ieras, cur non meus inde redisti?
- 80 Noster eras uiuus, mortuus esse negas.
Heu subito incubuit membris inimica mali uis, Lugduni morbo
Et tenuit gressus ad mea tecta tuos. impeditus, et ibi
Finis ego magnarum, ego meta extrema uiarum, diem obit
Et pretium tanti dulce laboris eram.

- 85 Haud equidem Eboreos repetis Mendoça penates. A Rectoratu
 Est Rectoris honos, grande laboris onus. Eborensi se
 Causatus fueras diuina uolumina Regum, abdicauerat, et
 Causa tamen reditus haec domus una tui. Conimbricam
 Argumentum ingens, quanto tibi carior essem, petebat, ut ibi
 90 Et quanti Herculeos feceris ipse lares. libros Regum
 Adstringunt pro quanta tibi mea nomina, malis absolueret.
 Cum seruire meis, quam superesse tuis!
 Sed Deus opposuit uotis sua numina nostris,
 Iussit et in media spem cecidisse uia.
- 95 Sed non instantis cecidit mens conscia fati,
 Mens melius poenas inter adulta suas.
 Mille nouos adflat patriae caelestis amores,
 Et uocat in portus aura secunda ratem.
 Praedulcem ambrosiam, et diuini nectaris haustum
- 100 Sumit in aetherium sponte uiator iter.
 Dicite uos fidi Comites, et dulcia Nati Comites uiae in
 Pignora, fatalem uos memorate diem. Sacello Conimb.
 Dicite uos quantas iaculatur ad astra sagittas Mendoçae acta et
 Mille poli facibus, mille cupidinibus. fata narrant.
- 105 Seu legit appensum uitali ex arbore Numen,
 Seu faciles libat Virginis ore manus.
 Vos mihi narrastis, flendoque aequastis amores,
 Astra quibus moriens in sua uota tulit.
 Vos eritis testes, uultusque oculique meorum.
- 110 O quas ex animis elicuistis aquas!
 Quis tibi tunc animae frater dulcissime sensus?
 Vrget adhuc oculos Doris amara tuos.
 Mitte renascentem lacrimis lactare dolorem
 Namque meis si uis parcere, parce tuis.
- 115 Si tamen usque iuuat lacrimis urgere sepulcrum
 Et lenire modis marmora flebilibus.
 Ah peream, si laeta placent mihi gaudia uitae.
 Tecum flere iuuat, tecum et amare iuuat.
 Cumque tuis praestat lacrimis confundere nostras,
- 120 Una solet tristes poena levare duos.
 Tam bene condiderat Regum monumenta, sepulcro
 Conditur, at neutro conditur orbe decus.
 Nam decus, et nomen titulis circumsonat orbem,
 Et superat meritis solis utramque domum.

- 125 Unde orbis meritis gemini cum excedat honores,
 Conditur in meritis dignius ille suis.
 Quod si fata uelint tumulo tumularier ullo,
 Gallica prae cunctis digna sepulcra forent.
 Par erat, ut lucis moriens ibi linqueret usus,
- 130 Vnde iubar lucis fluxerat, unde decus.
 Gratus uterque fuit, fuit officiosus uterque,
 Nempe suo uiuis munere, at ille tuo.
 Ille suo moriens peperit tibi funere famam,
 Fama illi exposito marmore uiua fluit.
- 135 Ille quidem bene gratus, et ad tua munera uiuus,
 Lapsura incineres nec tua dona suos.
 Non obiit, sed abiit, merces non parua sepulcri est,
 Quod capiās tanti corporis exuuias.
 Cera inter uiuos scripta est tibi prima bonorum,
- 140 Et signata bonis prima tabella tuis.
 Corporis heredem nimirum ex asse reliquit,
 Corporis aut humilis dos tibi frater erit.
 Te memorem compellat adhuc sua postuma proles, *Mendoçae cadauer*
 Postuma quae primam posthabuisse potest. *Lugdunensi*
- 145 Illa patrem, Auctoremque suum uiuo exprimit ore, *collegio*
 Nec superest generis degener illa sui. *adscriptum*
 Nempe alios fetus niueos concepit in ortus,
 Quos fauor excludet, quos calor ille tuus.
 Regum alia, et pulchrae tibi prolis adorea crescit, *Postuma opera*
- 150 Accrescit titulis, et nova palma tuis. *typis mandanda*
 Sermonum accedunt pulcherrima corpora prelo,
 Doctiloqui accedunt clara trophaea ducis.
 Purpureas uestes seu stamina picta Mineruae,
 Seu Sophiae chlamydes ars studiosa parat.
- 155 Rhetoricae mittam flores, et amoena vireta,
 Quae legit abroso plurimus ungue labor.
 Palmatos calamos victricia plectra, Camenas
 Cura triumphales officiosa dabit.
 Quicquid Castalio de gurgite Phoebus anhelat,
- 160 Fatidico dabimus quicquid ab ore fluit.
 Tanta illum insignem dederat fetura Parentem,
 Et sibi tam grauidum fecerat Auctor onus.
 Haec tamen excludent genuino lumine Fratres,
 Carduus exornat quos sine sente nouus.

- 165 Fortunati ambo quos nomina tanta coronant,
 Nomina purpureis inuidiosa rosis.
 Vestra Palaestinos decorant insignia Reges,
 Vestra uerecundas fert mihi spina rosas.
 Haud ignarus ego quantum exhibuistis honorem,
- 170 Et quantum in maesto funere funus erat. Domini Cardones⁹⁷
 Scripta igitur uestris uiuent animata tabellis, erga Mendoçam et
 Et superas discent lucis inire uias. praeemiis, et
 Ergo sepulcrales, germane, attolle triumphos, praeliis insignes.
 Vt redimat socius nomen utrumque labor
- 175 Namque feret nostrum Mendoça in secula nomen,
 Ingenio nescit gloria parta mori,
 Aurea marmoreis surgant monumenta sepulcris,
 Carminibus uiuant quae monumenta meis.
 Lysiacum uiuet peregrino in marmore nomen,
- 180 Et quod fata negant marmora sculpta dabunt.

EPITHAPHIVM

Siste hospes: uirtutum operosam est cernere molem,
 Ingenii posuit quam pretiosa manus
 Isacidum⁹⁸ cernis Regum monumenta, triumphos
 Et Dauidis habes, et Salomonis opes.
 Ingredere hinc sophiae sedes, et Apollinis aulam,
 Serta uides, lauros collige, sume lyras.
 Perge: sepulta uides clarissima pulpita mundi,
 Ista triumphales dant monumenta togas.
 Haec offert Mendoça tibi spectacula: secum
 Hoc habet in tumulo quidquid in orbe micat.
 Siste hospes: cerne haec decora, haec miracula: siste,
 Quod uideas maius non habet orbis opus.

Horum Florum Collector,
 et uiridarium cultor.

⁹⁷ Admitamos aqui tratar-se de um erro tipográfico que teria adulterado *cardinis*. O termo medieval *cardo, onis*, não faria aqui sentido conveniente.

⁹⁸ *sic* Isacidum.

O COLÉGIO DE COIMBRA
 AO DE LIÃO
 POR OCASIÃO DA CHORADA MORTE
 DO P. FRANCISCO DE MENDOÇA

- 1 Ai Irmão⁹⁹ que já não és irmão mas Leão¹⁰⁰ feroz e acerbo
 sem a amizade do teu hóspede.
 Ai Leão cruel, mais fero que Busíris¹⁰¹
 que, a espada desnudando,
 a própria hospitalidade maculou.
- 5 Não te gerou em seu céu clemente a tua Gália
 mas a terra africana de duro seio!¹⁰²
 Porque ostentas rudemente os três lírios do teu povo¹⁰³ As armas da Gália
 se bem melhor te conviriam
 os dardos de três pontas de Júpiter enraivecido?
 Renda-se à tua frente do antigo Pai a prole primeira
- 10 que a seu irmão, sanguinária, degolou¹⁰⁴.
 Renda-se ainda da virtuosa Raquel a estirpe desavinda¹⁰⁵

⁹⁹ Todo o poema se desenvolve sobre o eixo da dupla personificação dos interlocutores: a do orador, o Colégio de Coimbra, e a do destinatário que é o Colégio de Lião. Só esporadicamente o destinatário gramatical será Mendoça, o objecto real da homenagem, (cfr., p. e. os versos 34 a 35) mas nunca se lhe dará o título de Irmão que, aplicado ao Colégio de Lião personificado, serve para repôr em primeiro plano o destinatário retórico. Ao não atentar nesta sua função, o anotador marginal será induzido em erro e dificultará a abordagem do leitor hodierno. (Cfr. nota aos versos 56 a 60).

¹⁰⁰ O texto latino supõe a assonância ou mesmo a falsa etimologia, implícita na mente do leitor português ou francês, de *Lion* com *leão*. A pura referência à forma latina do topónimo, *Lugdunum*, não justificaria a alusão ao *Leo crudelis*.

¹⁰¹ Rei cruel do Egipto que sacrificava todos os estrangeiros que lá chegassem. O Colégio de Lião é a ele comparado porque também ele 'sacrificou' o estrangeiro Mendoça que a ele se acolheu.

¹⁰² A terra africana era já símbolo de desterro pela ferocidade do ambiente agreste e selvagem que as feras e o tórrido calor agudizavam. Cfr. p. e. o belo passo do episódio de Inês de Castro dos *Lusíadas*, canto III, est. 129: "Mas, se t'ó assi merece esta innocencia,/ Põe-me em perpetuo e misero desterro, / Na Scythia fria, ou lá na Lybia ardente, / Onde em lagrimas viva eternamente". Agradecemos este comentário ao Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho.

¹⁰³ Alusão às três flores-de-Lis das armas da Casa Real Francesa.

¹⁰⁴ Alusão ao crime de Caim, primogénito de Adão, '*prima Parentis progenies*'. Cfr. Gn, 4.

¹⁰⁵ Raquel, a mulher de Jacob, por antonomásia, (Gn. 29 e 30) representa aqui todo o Israel, aludindo-se à venda de José pelos irmãos (Gn. 37), à divisão entre os reinos de Judá e Israel (Cfr. I Re, 12) e às constantes guerras civis em cada um deles (Cfr. I Re 14-16; II Re, 9-12 e 21).

- ousando o irmão fazer guerra a seu irmão.
 Foi esta porventura a indivisa vontade¹⁰⁶ do nosso Padre Inácio?
 Estes os santos pactos que o Amor fraterno estabeleceu?
- 15 Esta, ó pérfido, a tua herança de Lóiola?
 Este o teu juramento militar?¹⁰⁷
 Foi essa a senha de hospitalidade que nos coube?
 Esse o penhor da nossa amizade antiga?
 Porque rompes os laços, porque quebras os pactos do amor?
- 20 Assim ata seus doces laços a lealdade familiar?
 Que pôde o meu Mendoça de tão grande cometer
 para que o amor violasse as leis da hospitalidade?
 Poderia cometer um crime, alguém que foi sem mancha?
 Nenhum crime será, se não fôr crime o amor.
- 25 Foste tu, com efeito, a nova causa que o levou a vêr o Ródano
 e a abrir seus novos rumos em direcção às tuas portas.
 É esta a paga, este o prémio, ó Irmão Púnico,¹⁰⁸
 estes, os bens merecidos que lhe dás?

Mas que digo eu? Onde estou?

Que loucura é esta que me arrebatou a mente?¹⁰⁹

¹⁰⁶ A ‘*uoluntas indiuisa*’ de S.Inácio e dos seus, outro termo para a mais recorrente “união de corações” (cfr. *Constitutiones Societatis Jesu*, VII), insinua-se aqui como a face positiva da milenar desavença de Israel, a ‘*soboles diuisa*’ do verso anterior.

¹⁰⁷ Note-se a presença do espírito inaciano no poema. A formação do militar Inácio de Lóiola permaneceu no convertido que transporta para a espiritualidade da Companhia de Jesus o ideal da milícia ao serviço do Reino e do Senhor. Cfr. *Exercícios Espirituais*, o “Chamamento do Rei Temporal – Ajuda a contemplar a vida do Rei Eterno”, (§91-98), e a “Meditação das duas bandeiras – uma de Cristo, sumo capitão e Senhor Nosso, a outra de Lúcifer, mortal inimigo da nossa natureza humana”, (§137-147), da Segunda Semana. Citamos segundo tradução de PEREIRA, Vital, SJ, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1983.

¹⁰⁸ Os púnicos, ou cartagineses, tornaram-se na antiguidade o paradigma da má-fé e da infidelidade. Daí a expressão ‘*fides punica*’ para significar a infidelidade a uma promessa, uma traição, ou um falso juramento; e daí também a provocatória invectiva de “Irmão Púnico” que o orador (o Colégio de Coimbra personificado) dirige ao seu Irmão lugdunense, acusando-o, como que “fora de mente” (cfr. *infra*), de lhe ter morto o seu Mendoça.

¹⁰⁹ Os vv. 29 a 34, que constituem um apelo retórico à razão após as invectivas tresloucadas ditadas pela dor (vv. 1 a 29), supõem o jogo semântico, menos transparente em português, entre as duas acepções de *mens*: como “alma” e como “razão”. Tal consideração torna-se indispensável na interpretação da capciosa distinção dos vv.31 e 32.

- 30 Que dor é esta que não consente
que eu seja senhor do meu juízo?
Não é a mente que me suporta a dor;
é antes a própria dor que a custo me suporta a mente.
E dói-se de verdade só aquele que se dói sem mente.
Férreo e fero é quem se não dói, Mendocça,
quem dor não põe em tuas fúnebres homenagens!¹¹⁰
- 35 Perdoa pois, Irmão,¹¹¹ excusa quem to pede,
se fácil perdão obtém o crime que vem do amor.
Ardeu-me, ai de mim, o cego amor em iras revoltosas
empurrando-me além do justo...
Envergonho-me de assacar a um irmão tão indignas acusações
- 40 confundindo, ai de mim, suas mercês
com tenebrosos e mortíferos intentos.

E com isto a contrários ventos darei as velas
pois porto és, para mim, e brisa suave em minhas penas.¹¹²
Já a dor impaciente se abranda em águas claras,
já, recomposto, canta o amor seus versos.

- 45 Frutos melífluos, com altos juro me rendeu este Leão;
brotam favos, brotam rosas da sua boca.
Rendam-se à tua frente, do Leão da Palestina as fauces brandas;
teve ele, só na morte, os bens que em vida tens!¹¹³

¹¹⁰ Os *Inferia* são os sacrifícios aos *manes*. Trata-se de um classicismo de recurso para designar as realidades modernas, neste caso, os ritos fúnebres, segundo os critérios da *puritas* retórica (isto é, evitando os “cristianismos” lexicais e outro neologismos do latim eclesiástico corrente). Optámos na tradução pelo conceito genérico de homenagem fúnebre.

¹¹¹ Depois da encenação da loucura (vv.1 a 29) e do apelo à razão (vv. 29 a 34) retoma-se agora na encenação do arrependimento (vv. 35 a 39) e do panegfírico compensatório (vv. 40 e ss), o fio condutor dos dois interlocutores: o Colégio de Coimbra a seu “Irmão” o Colégio de Lião.

¹¹² ‘*Aura rebus meis*’: subentenda-se a expressão idiomática *res secundae* ou *res adversae*, aqui em sentido negativo.

¹¹³ Este Leão da Palestina que nos dá a chave de leitura dos vv. 45 a 48 vem a ser o famoso leão que Sansão matou sem armas em terras de filisteus. Menos conhecido será o pormenor a que aludem com precisão os ditos versos: voltando por ali mais tarde para lhe ver a carcaça, reparou Sansão que se lhe havia alojado entre as fauces um enxame de abelhas. Tirou o favo, comeu pelo caminho e deu de comer a seus pais. Daí viria depois a criar o enigma com que abriu a guerra aos filisteus: “o que é que é mais doce do que o mel e mais forte que o Leão?”... (Cfr. JZ 14).

- Não o urro do Leão, nem a raiva aterradora,
 50 mas do cordeiro a terna paz te é mais conforme.
 Hora alguma tu tiveste, sem lágrimas nem prantos, O desvelo
 nem em teus olhos houve ao menos um repouso irrequieto.¹¹⁴ do Colégio de
 Pois que à beira do enfermo, passar noites de vigília, de Lião com o
 e de vigília também os dias, foi constante teu cuidado. enfermo
 55 Têm por seu os signos celestes um Leão tão manso Mendonça
 que vela tão dedicado à cabeceira da sua presa.¹¹⁵
 Já bem te quadram tuas armas, ostentando a nívea flor.¹¹⁶
 Mil flores, mil rosas em tua frente desabrocham. O corpo de
 Sobre teus bons antepassados mil lírios tu espargiste, Mendonça
 60 brancos lírios com a púrpura das papoilas.¹¹⁷ é sepultado de
 Por tão grande dom, Irmão, que outro dom te caberá? flores.
 A gratidão, somente, que logra retribuir-te a grata estima.
 Eis aí Mendoça, por preito de meu amor;
 urna que a esse encerra, ao meu coração, a um tempo encerra.
 65 Meu coração te dou em paga.(Algo maior terei acaso p'ra te dar?)
 Ofereça-te eu embora muitos dons, ainda assim nada te dou,
 ó felicíssimo sem igual, sumamente afortunado,
 que de minhas ruínas surges fértil e de minhas penas te enriqueces!
 Mas assim, ai, por desgraça, ó rival, as honras

Assim, o Colégio de Coimbra alegra-se de tirar da boca do Colégio de Lião, a quem “emprestou” o seu Mendoça, os favos de mel e os melíferos frutos da sua arte oratória. Mel, teve-o na boca o leão já morto; mas tem-no agora, e em vida, o Colégio de Lião no espólio de Mendoça que lhe coube por herança.

- ¹¹⁴ Note-se a antítese mais transparente no Latim pela figura etimológica '*requies irrequieta*'.
- ¹¹⁵ A constelação zodiacal do Leão parece aqui identificar-se, por ser – também ela – celeste, com o Leão da profecia messiânica que “comerá feno e dormirá com o cordeiro sem lhe fazer mal algum...” (Is, 11, 6-7). Este Leão reconhece-se no Colégio de Lião porque, à cabeceira de Mendoça enfermo, também ele '*excubat ante praedam suam*'.
- ¹¹⁶ I. é, a flor-de-lis das armas da Casa Real francesa. (Cfr. vv. 7-8).
- ¹¹⁷ Conforme informa Barbosa Machado, o corpo de Medoça foi coberto de flores '*como symbolo das religiosas virtudes, que vigilantemente cultivava.*' MACHADO, *Bibliotheca...*, op. cit., tomo II, p. 204. '*Mendoça floribus coronatus sepelitur*', reza a anotação marginal. Parece, tratar-se de uma precipitação própria da leitura em diagonal. O interlocutor é ainda o Colégio de Lião a quem o de Coimbra coroa com as flores da sua gratidão e homenagem. Daí o explícito vocativo '*Frater*' do verso seguinte, referindo-se sempre, como vimos, ao Colégio irmão. O facto do corpo de Mendoça, como refere Barbosa Machado, ter sido coberto de flores, pode ter levado o anotador a interpretar este passo como uma referência àquela homenagem feita ao orador.

- 70 a nossos olhos, cheios de inveja, no-las levas.
 Não mereci adiar a um filho a infausta morte
 nem recolher-lhe (se tal fosse) um último suspiro fugitivo.
 Não mereci ornar-lhe da vida o sepulcro
 nem celebrar-lhe entre rosas as exéquias.
- 75 Ó cinzas! Ó Relíquias! Penhores da vida!
 Ó sepulcro, em que o nosso amor foi sepultado!
 Mereceu-te a Gália. Confessamos não haver-te nós merecido.
 Que hei-de por nós dizer a quem sua terra pouco é?
 Se meu daqui partiste, porque daí meu não tornaste?
- 80 Em vida, nosso eras; na morte, negas sê-lo.
 Bem depressa em teus membros irromperam,
 ai, do mal as forças inimigas
 e teus passos, que a mim vinham, retiveram.
 De teus longos caminhos era eu o fim, a meta extrema;
 de tantos trabalhos era eu o doce prémio.
- 85 Não tornarás decerto aos penates eborenses.
 É grande a honra do Reitor,
 mas pesado o encargo do trabalho.¹¹⁸
 Os santos livros dos Reis tu invocaste;
 causa única, porém, do teu regresso, era esta casa.
 Razão tanto mais forte quão caro eu te sou
- 90 e em quão grande conta tens tu próprio os lares de Hércules.¹¹⁹
 Oh! quão te prendem meus créditos
 pois preferes servir meus méritos a mandar com os teus.¹²⁰
 Mas Deus, a nossos votos, opôs os seus desígnios
 e mandou que a meio caminho ruísse de vez a esperança.
- 95 Não ruíu porém a alma, senhora do fado instante!
 A alma amadurecida em seus cuidados,
 mil amores enfim inspira, pela pátria celeste;
 outros ventos favoráveis ao porto a barca chamam.
- 100 De bom grado o caminheiro, para sua extrema viagem,
 da dulcíssima ambrósia e do néctar divinal a beber é logo pronto.

Em Lião é
 empecido
 pela doença
 e aí se fina.

Abdicara do
 Reitorado de
 Évora e
 dirigia-se a
 Coimbra a
 fim de aí
 completar
 os Livros
 dos Reis

¹¹⁸ Aludem os vv. 83-85 ao facto de Mendoça haver sido Reitor na Universidade de Évora, antes de passar para o Colégio de Coimbra, onde tencionava terminar o seu comentário escriturístico aos Livros dos Reis.

¹¹⁹ Os lares de Hércules designam aqui a cidade de Coimbra, miticamente fundada por aquele herói.

¹²⁰ Machado refere-se à mudança de Mendoça de Évora para Coimbra, e ao facto de ter deixado a nobre função de Reitor (na qual mandava com os seus méritos) para em Coimbra servir os méritos deste Colégio.

- Dizei-mo vós, fidelíssimos companheiros,¹²¹ Os companheiros
 ao lembrardes aquele dia funestíssimo de viagem, na
 e o legado tão suave deste filho. capela de Coimbra
 Dizei-me vós quantas setas ao alto erguia contam os ditos e
 com mil ardores do céu, com mil desejos. os feitos de
- 105 Quer colha o ânimo celeste, à árvore da vida apenso Mendonça
 quer beije da Virgem Santa as mãos generosas
 Vós mesmos me contastes – igualando em pranto o que contáveis –
 do amor com que, ó Céus, morrendo, confiou seus votos.
 Sereis vós mesmos testemunhas; o rosto dos meus sereis, e o seu olhar.
- 110 Ah! Os prantos que na alma me excitastes!
 Que sentir de alma, o teu, Irmão suavíssimo!
 Preme ainda a amarga Doris os teus olhos.¹²²
 Deixa alimentar de lágrimas a dor constante
 E se meu pranto queres conter, cessa o teu.
- 115 Apraz-te porém, cobrir de lágrimas o sepulcro
 e abrandar com nosso pranto o duro mármore.
 Ah! Perdido eu seja, se os ledos gozos desta vida me aprazerem.
 É mister chorar contigo, é mister também amar contigo
 e confundir, com as tuas, nossas lágrimas;
- 120 que soe a comum pena aos dois tristes dar alívio.
 Quem tão bem em vida soube
 as memórias dos Reis compôr¹²³
 eis agora encerrado no sepulcro. Sua virtude, todavia,
 nem vossa, nem nossa terra¹²⁴ esconde.
 A virtude, como a fama, em suas obras pelo mundo soa;
 e em seus méritos, sozinho, sobre ambas nossas Casas se avantajá.

¹²¹ Os companheiros de viagem que testemunharam a morte de Mendonça no Colégio de Lião, nesse *'diem fatalem'* (v. 102), e que provavelmente a terão narrado em Coimbra aos companheiros do Colégio desta cidade, com as usuais referências à piedade e serenidade do defunto.

¹²² Doris, a mãe das Nereides, personifica a água e origina aqui uma perífrase equivalente a um sinónimo de “chorar”.

¹²³ Note-se o jogo intraduzível baseado na exploração das múltiplas acepções de *condere*. O próprio jogo determina, aqui de um modo transparente, os próprios conteúdos do poema. Neste caso: *'Condere monumenta'*, no v.121 (“compôr uma obra literária”), *'condere sepulchro'*, no v. 122 (“sepultar”), *'condere decus'*, no mesmo verso, (“esconder ou encerrar a glória”)... que em português é forçoso traduzir com três termos diversos.

¹²⁴ Note-se o jogo entre as duas acepções de *orbis*: *'neuro orbe'*, nos vv.122 e 125 (“nehum dos países”) e *'circumsonat orbem'*, no v. 123, (“corra o mundo”).

- 125 E assim, excedendo em honra os méritos da terra irmã,
 mais digna sepultura em seus próprios méritos encontra.
 Mas quisessem os fados nalgum sepulcro sepultá-lo,
 os da Gália haviam de ser
 os sepulcros, entre todos, os mais dignos.
 Justo era que, aí morrendo, sua luz aí deixasse.
- 130 De onde o brilho da sua luz correra,
 daí também lhe manasse a glória.
 Gratos ambos fostes, fostes ambos devedores¹²⁵;
 Graças a ele por certo vives; e ele graças a ti.
 Em sua morte granjeou-te ele grande fama;
 para ele, erguido o túmulo, corre viva desta feita a mesma fama.
- 135 Com razão, decerto, te é ele grato, pois que graças a ti é vivo,
 E teus dons não se perderão com as suas cinzas.
 (Não morreu mas abalou)¹²⁶. Não pouco é já, teres o sepulcro,
 em que guardes os despojos de um tal corpo.
 De seus bens a primeira folha¹²⁷, em testamento,
 entre os vivos, para ti, já está escrita;
- 140 e a página primeira a teus bens acrescentada.
 De seu corpo deixou decerto um herdeiro universal; O corpo de
 de seu corpo o humilde dote, Irmão, te cabe. Mendonça é
 Reconhecido, te exorta ainda sua prole póstuma concedido ao
 que a prole primeira pode haver emsombrecido. Colégio de Lião
- 145 A qual em viva voz nos representa seu pai e autor,
 e não é sobra que do génio¹²⁸ lhe degenerere.
 Ainda outros claros rebentos

¹²⁵ Repetem-se quase textualmente estes versos no poema dedicado a Reinoso. Encontramos aí o mesmo jogo retórico que consiste em aplicar tortuosamente até à exaustão um modelo de reciprocidade a uma relação. Neste caso, a relação entre o Colégio de Lião e o seu defunto Mestre; naquele, a relação entre o autor póstumo e o filho que lhe publica a obra.

¹²⁶ Note-se a figura etimológica: o texto latino joga com a assonância de dois compostos de 'ire': '*Non obiit sed abiit*'.

¹²⁷ Vide nota 97 ao v. 34. '*Cera*' (v.135) e '*tabella*' (v.136) são classicismos requeridos pela virtude retórica da *puritas* na designação de realidades modernas. A tradução tem de refugiar-se em conceitos genéricos como "folha" e "página", consciente de que "cera" e "tábua" são termos que regressaram já há muito ao seu campo semântico originário e nos sugeririam hoje tudo menos "material de escritório".

¹²⁸ Literalmente, 'da estirpe'. Optando por 'génio', no seu valor de 'condição', 'qualidade', tentamos salvar na tradução a assonância da figura etimológica: '(...) *generis degener sui*'.

- aprendendo a percorrer os caminhos da luz celeste.
 Ergue pois, meu Irmão, tuas honras fúnebres,
 que o esforço de um e de outro de ambos resgate a fama.
- 175 Pelos séculos, a mesma fama levará decerto o nosso Mendonça. tanto na vida
 Pois morrer não sabe a glória que o engenho fez nascer.¹³³ como no
 Monumentos de oiro se ergam nos marmóreos sepulcros repouso
 e em meus versos sempre vivam. da morte.
- 180 No mármore perecedoiro, o nome de Lísias¹³⁴ durará
 e aquilo que os fados negam
 o mármore esculpido o há-de dar.

EPITÁFIO

Detém-te, viandante, e vê a mole laboriosa
 que do engenho a mão preciosa edificou.
 Os monumentos vês dos Reis Isácidas,
 os triunfos de David, o fausto de Salomão.
 Entra por aqui nas mansões da Sapiência, nos palácios de Apolo.
 Vês as grinaldas; colhe os louros, toma a lira.
 Avança: os mais gloriosos púlpitos deste mundo eis sepultados.
 É uma toga de triunfo, cada uma destas obras.
 Dar-tos-á Mendonça a ver; tem consigo neste túmulo
 o que de seu pelo mundo corre.
 Detém-te, viandante; atenta nestas glórias e prodígios,
 detém-te. Não tem o mundo nada maior que possas ver.

Destas flores o ceifeiro e jardineiro...

¹³³ *'Ingenio nescit gloria parta mori'*. Este verso há-de ler-se a par do v. 173 *'Ergo sepulcrales... atolle triumphos'*. Aparecem ambos na mesma correlação no poema dedicado a Reinoso. Quer se cite a si próprio (num processo de montagem que hoje se reconhece a todo o artista na elaboração da sua obra) quer recorra a máximas correntes nas colações da época, Machado põe de novo na mesa as suas receitas retóricas, desenvolvendo-as com naturalidade. Isto é, sem qualquer pretensão (diríamos hoje, "romântica") nem de criatividade pessoal, nem de unicidade do momento criativo.

¹³⁴ Lísias, orador ateniense, aqui, orador por antonomásia. Não esqueçamos que foi pelos seus Sermões que chegou até nós o nome de Mendonça. Cfr. DURÃO, Paulo, op. cit., pp. 45-50.

(Página deixada propositadamente em branco)

A FORMAÇÃO DO JESUÍTA FRANCISCO MACHADO

Nascido nos últimos anos de quinhentos, Francisco Machado desperta para o estudo das Letras e Humanidades já na primeira década do séc. XVII, quando dá entrada no noviciado da Companhia de Jesus em Coimbra no ano de 1612, na idade de 15 anos. O noviciado da Província funcionava no Real Colégio de Jesus desde 1542, o primeiro Colégio que teve a Companhia em todo o mundo e que foi, juntamente com o Colégio das Artes, incorporado na Universidade em 1561¹. Desde 1568 os jesuítas começaram a construir junto ao Colégio de Jesus na alta de Coimbra as instalações para o Colégio das Artes, cujo funcionamento asseguravam até ali com algum inconveniente na baixa da cidade. Os dois Colégios passaram, pois, a funcionar junto um do outro, na alta da cidade. Em termos curriculares a formação dos estudantes de um colégio e de outro não diferia substancialmente, mas apenas naquilo que distingue a formação do religioso da Companhia da do estudante leigo, formação profundamente inspirada nos objectivos da Companhia e do seu fundador.

Figura inegável do humanismo pelo seu sentido da *universalidade horizontal*², pelo sentido do positivo, da centralidade da pessoa e pelo cristocentrismo, Inácio de Loyola não renega a tradição medieval da naturalidade da fé, da fidelidade à Igreja e à sua tradição, dos ideais cavaleirescos, onde encontra as imagens mais expressivas dos seus *Exercícios Espirituais*³, bem como a *'forma mentis'*, de clara matriz escolástica, da sua impoção⁴. Era, pois, talhado para o papel

¹ VASCONCELOS, op. cit., p. 190.

² ANTUNES, Manuel, "A Companhia de Jesus e o seu humanismo" *Brotéria*, Lisboa, 1965, 28-40, p. 32.

³ Cfr. p. ex., Meditação de charneira da 1ª para a 2ª semana (Contemplação do Rei temporal e do Rei Eterno §92-98), e as contemplações do 4º dia da segunda semana (Meditação das duas Bandeiras, § 137-146, e meditação dos três binários de homens, § 150-155). Cfr. LOYOLA, Inácio de, *Exercícios*, op. cit.

⁴ É disso particularmente sintomática a quase obsessiva recorrência de distinções, divisões e enumerações em que se estruturam os Exercícios: admonições, anotações,

fundamental que desempenhou ao serviço da Reforma Católica mediante a criação da Companhia de Jesus. Tal como para Erasmo, cuja formação tem pontos comuns à de Inácio⁵, a educação era o instrumento fundamental do seu objectivo reformista⁶, e para a Companhia acabou por se definir o colégio como base institucional da sua actividade apostólica⁷. Os propósitos originais da Companhia não incluíam a educação⁸; Inácio queria os membros da Companhia disponíveis para qualquer mudança, e as instituições educativas ou outras constituiriam uma ameaça à mobilidade dos seus responsáveis. Se inicialmente o colégio era meio de formação dos membros da Companhia, propósito expressamente enunciado na primeira bula de fundação de 1540, quando morre o fundador, 40 das 56 casas da Companhia são colégios⁹, não apenas para formação *ad intra*, mas para formação de alunos externos, e ainda hoje a educação constitui uma das prioridades da Companhia em todas as suas províncias.

Nestes colégios que a Companhia fundou pela Europa teve lugar preponderante, quase como modelo, o Colégio de Messina fundado em 1548, a cujo leme Inácio colocou Jerónimo Nadal, antigo estudante de Paris que transportará para Messina o *modus parisiensis*¹⁰.

preâmbulos, regras, adições, meditações e contemplanções, exames particular e geral com as suas divisões em três e cinco pontos, repetições de exercícios e exercícios de exercícios, (Cfr. as XX anotações e a 1ª semana); a própria divisão geral em que assenta o opúsculo (do mês, para as semanas, destas para os dias, dos dias para as horas e das horas para os 'pontos') e principalmente a mundividência que unifica todo o conjunto pelos conteúdos (Cfr. Princípio e Fundamento, § 23 e os Dois Modos de Fazer Eleição § 178-188). Cfr. *Exercícios...*, op. cit.

⁵ Comum à formação de três nomes fundamentais do geral movimento de reforma, parece ter sido Standonck, principal do Colégio universitário de Montaigu onde estudaram Erasmo de Roterdão, João Calvino e Inácio de Loyola. BAINTON, Roland, *Erasmo da Cristandade*, trad. Mrª Regina S. C. RAMALHO, Lisboa, 1988, p. 39.

⁶ BAINTON, op. cit., p. 3.

⁷ DEMOUSTIER, Adrien, "Des 'grandes ecoles' aux 'colleges'" *Les jésuites...*, op. cit., pp. 375-383.

⁸ Segundo a fórmula apresentada a Paulo III para aprovação, a Companhia foi fundada '*para se dedicar principalmente ao proveito das almas na vida e doutrina cristã e ao serviço da Palavra de Deus, aos Exercícios Espirituais e obras de caridade, e concretamente por meio da instrução das crianças e dos ignorantes no cristianismo e para especial consolação dos fiéis ouvindo-os de confissão*' in GRACOS, (Grupo de Reflexão e Análise dos Colégios da Companhia de Jesus), *Características da Educação da Companhia de Jesus*, Braga, 1987, pp. 54-55.

⁹ DEMOUSTIER, op. cit., p. 380.

¹⁰ O P. Polanco, assistente de Inácio de Loyola na direcção da Companhia, afirma que no Colégio de Messina se foi introduzindo pouco a pouco o método da Universidade de Paris. Cfr. RODRIGUES, Francisco, *A Formação Intelectual do Jesuíta*, Porto, 1917, p. 110.

Inácio estava convencido de que os métodos de Paris eram os mais eficazes para levar os Colégios à consecução dos seus objectivos e, por isso, desde as primeiras actividades pedagógicas da Companhia eles foram usados e adaptados pelos educadores jesuítas consoante a sua formação e experiência nos Exercícios Espirituais, com os quais a *Ratio*, manterá estreita relação¹¹.

Depois da morte do fundador – que prometera na sua correspondência um desenvolvimento dos princípios que haviam de reger os Colégios, embora nem todos os jesuítas estivessem de acordo quanto à prioridade a dar à educação – o compromisso da Companhia no ensino continuou a aumentar, tornando-se, assim, urgente, a elaboração de um documento que exprimisse os princípios comuns a todos os Colégios da Companhia¹², a *Ratio Studiorum*.

É com base nas regras estabelecidas pelo grupo que dirigiu pela primeira vez o colégio de Messina, que será elaborado, durante longos 40 anos de sucessivos intercâmbios de experiências entre colégios, o texto da *Ratio Studiorum*. Foi ao Geral Aquaviva¹³ que coube a tarefa de promover a redacção final do programa de estudos, redacção que apenas veio a ser impressa em 1598 e divulgada por toda a Companhia no ano seguinte. Este método apresenta grandes afinidades com o método parisiense, não apenas na distribuição das matérias como nos métodos pedagógicos. As disputas, emulações e composições que a *Ratio* propõe para estímulo e avanço dos alunos eram igualmente recomendadas nos estatutos da Universidade de Paris¹⁴, e já se realizavam no Colégio das Artes em Coimbra antes da sua direcção jesuítica, pois já os seus primeiros responsáveis tinham sido discípulos de Paris.

A distribuição das matérias em três cursos, o de Línguas (ou Letras), o de Artes (ou Filosofia) e o de Teologia, que encontramos nos estudos da Companhia, era também a adoptada em Paris¹⁵, embora a fixação do texto da *Ratio Studiorum* lhe trouxesse naturalmente variantes nos métodos, duração de cursos e noutros pormenores,

¹¹ Veja-se a este propósito, GRACOS, *Características da Educação...*, op. cit., pp. 47-48, “Algumas características da pedagogia jesuíta: a partir da experiência dos Exercícios Espirituais”.

¹² GRACOS, *Características da Educação...*, op. cit., pp. 56-57.

¹³ Eleito na IV Congregação Geral em 1581, nessa mesma congregação nomeou doze padres para o esboço do programa, vendo-se depois obrigado a reduzir este número com o intuito de apressar a redacção que demorava.

¹⁴ RODRIGUES, *A Formação...*, op. cit. p113.

¹⁵ *ibidem*, p. 111.

variantes essas, consequência natural dos propósitos específicos da Companhia.

A *Ratio* programava os estudos numa perspectiva hierárquica e progressiva¹⁶ dos conhecimentos a atingir: três anos de Gramática preparavam o aluno para o conhecimento de textos latinos e gregos que, com a ajuda de alguns breves preceitos de Retórica da classe de Humanidades, proporcionavam o contato mais profundo com os autores. A classe de Retórica tinha como objectivo a formação de bons oradores mas também de poetas, por isso nela se estudavam os preceitos de Cícero e Aristóteles mediante o estudo das orações daquele, e exercitava-se a poesia estudando os melhores poetas latinos e gregos. Acessoriamente a estas classes, mas não em aula própria, o professor enriquecia o seu programa com conhecimentos de 'erudição'¹⁷: história, geografia, biografia de autores, noções de mitologia, de tecnologia e literatura. O estudo do português era simultâneo ao de Latim¹⁸, e só no sec. XIX passou a ser ministrado em aulas próprias. O estudo destas matérias do curso de Letras era feito através de preceitos memorizáveis, prelecções do mestre que consistiam no comentário dos autores do programa e nas composições, tarefas diárias do aluno cuidadosamente acompanhadas pelo professor¹⁹.

Seguia-se o Curso de Filosofia de três anos, que em Coimbra e em Évora se alargava a quatro, Curso destinado a dispôr para o estudo da Teologia os estudantes membros da Companhia, e a preparar as

¹⁶ Os cursos de Gramática e Humanidades podem considerar-se 'propedêuticos' do de Retórica, uma vez que os segundo e terceiro ano de Gramática já se ocupam da '*figurata constructio*' e o curso de Humanidades já predispõe para o treino nos preceitos de Retórica. Cfr. *Ratio...* Roma, 1616, pp. 34 e 122, citada em BATTISTINI, op. cit., p. 77.

¹⁷ Expressão da *Ratio Studiorum*. Cfr. *ibidem*, p. 45.

¹⁸ A aprendizagem do Latim convertia-se naturalmente no aperfeiçoamento do domínio da língua vernácula: '*O Latim ensinava à língua vulgar a elegância, a medida, a força e a eloquência...*', GARIN, Eugénio, "A Prosa Latina do século XV" in *Medioevo e Rinascimento*, Tradução de SANTOS, Isabel Teresa e SHOOJA, Hossein S. Lisboa, 1994, p. 108, citando na nota 18 SPONGANO, R, *Un Capitolo di Storia della nostra prosa d'arte*, Firenze, 1941, p. 3.

¹⁹ Nas primeiras classes, as de Gramática, o professor devia corrigir individualmente cada aluno, em voz baixa, enquanto os outros faziam trabalhos por ele destinados. Em Humanidades e Retórica o mestre corrigia os trabalhos sozinho enquanto os alunos imitavam uma passagem de um poeta ou orador, faziam descrições de um jardim, de uma tempestade, etc... Ao corrigir cada aluno o professor devia notar os pontos em que mais falhara e onde poderia melhorar, na sintaxe, ortografia, elegância ou harmonia do discurso, consoante a classe de que se tratasse. Cfr. LEBRUN, François, "Un Aspect de la Pedagogie Jesuite", in *Les Jésuites...*, pp. 385-393.

faculdades do aluno secular para os estudos a que a sua vocação se inclinasse. Eram variadas as matérias deste curso: Lógica, Física, Metafísica, Ética, e o método usado era, já não o simples comentário de autores, mas a sua discussão²⁰. O estudante da Companhia atingia a última fase da sua formação no Curso de Teologia para o qual se vinha preparando nos anteriores. Os quatro anos deste curso eram dedicados ao estudo da Teologia escolástica e positiva, a Sagrada Escritura, o Hebraico, a Moral e a Casuística, e prolongar-se-iam por mais dois anos para os alunos que se preparassem para ser mestres nos colégios ou universidades, terminando por aqui a formação curricular do jesuíta²¹.

O estudo de todas estas matérias não era porém um fim em si mesmo. O ideal reformista que esteve na origem da Companhia e o pensamento de St. Inácio de Loyola conferiram desde sempre ao projecto educativo da Companhia de Jesus um princípio fundamental, referência em todas as dimensões da sua acção, o *'Ad maiorem Dei gloriam'*. Promover a "Maior Glória de Deus" em Cristo era, pois, o fim último da promoção dos valores que o homem protagoniza, (na dignidade do homem revela-se a dignidade de Deus) e por isso designamos o humanismo da Companhia, humanismo cristão, ou mesmo cristocentrismo²². Nas actividades de um Colégio, pois, tudo convergia para a formação moral, humana e espiritual dos estudantes. Desde as aulas aos exercícios escolares, passando pelos divertimentos e pelas representações teatrais, todas deveriam ser "exercício practico de virtude e lições de moral"²³. O ideal de educação de Inácio de Loyola, mostrava-se mais uma vez, comparável ao de Erasmo²⁴: a

²⁰ RODRIGUES, *A formação...*, op. cit., pp. 57-60.

²¹ Veja-se a respeito da educação jesuíta o artigo de MIRANDA, Margarida, "Uma Paideia Humanística: A importância dos estudos literários na pedagogia jesuítica do séc. XVI", *Humanitas* XLVIII, (1996), pp. 223-256.

²² ANTUNES, Manuel, "A Companhia de Jesus e o seu Humanismo", *Brotéria*, 1965, pp. 28-40.

²³ RODRIGUES, *A Formação ...*, op. cit., p. 136. Sobre este assunto veja-se também MIRANDA, Margarida, "Uma 'Paideia' Humanística: A importância dos estudos literários na Pedagogia Jesuítica do séc. XVI", *Humanitas*, XLVIII (1996), pp. 223-256

²⁴ Veja-se a propósito desta semelhança: BÉNÉ, Charles, "Ignace de Loyola, Thérèse de Jesus et la piété érasmiennne" in *Les Jésuites...*, op. cit., pp. 9-20. Béné faz notar que não obstante à primeira vista tudo pareça opôr Inácio a Erasmo, *'l'esprit d'obéissance, le goût de l'orthodoxie chez l'un s'opposent à l'esprit indépendant et antidogmatique de l'autre'* (citando J. Olin nota 2), reencontramos no princípio da Indiferença inaciana, pedra basilar dos seus Exercícios, a Regra IV de Erasmo, agostiniana, expressa no *Enchiridion*.

humanitas e a *pietas*. Sobretudo este último unia os dois pensadores, já não apenas a '*pietas*' romana, mas a piedade cristã, "a reverência, devoção, entrega, o que enriqueceu o conceito de humanidade acrescentando-lhe as qualidades cristãs mais amáveis tais como a compaixão, paciência, resignação, perdão, humildade e renúncia"²⁵. Era o homem formado nestas qualidades de vida cristã, com fé segura, resistente às heresias, que Inácio queria educar na sua acção apostólica do ensino nos colégios e com a criação das Congregações Marianas. Estas tiveram um papel fundamental na criação do tipo de homem 'devoto', um novo tipo cristão que abarcava em todas as dimensões da sua vida as responsabilidades da vida cristã²⁶.

Neste programa espiritual e académico se formou o jovem Francisco Machado e, terminado o seu curso, ensinou durante seis anos, como já dissemos, a classe de Retórica, notabilizando-se como mestre e como orador.

A formação retórica de Francisco Machado, como a de qualquer jesuíta português depois de 1562, foi grandemente informada pelo compêndio propositadamente elaborado para o ensino da Retórica nos colégios da Companhia, não só em Portugal mas na restante Europa e também no Oriente e no Brasil²⁷. Trata-se do *De Arte Rhetorica* do jesuíta Cipriano Soares, obra que alargaria os estudos de Retórica à *Retórica* aristoteliana, enquanto até então estes estudos se baseavam nas obras de Cícero e Quintiliano. É inegável a influência que este excelente manual teve na aprendizagem do exercício da palavra, por parte dos jovens alunos dos jesuítas, quer a usassem na oratória profana quer na sagrada. Publicado pela primeira vez em Coimbra no ano de 1562, este manual é, com efeito, já um fruto dos ideais da Reforma Católica.

Depois das primeiras sessões do Concílio de Trento desencadeia-se juntamente com a Reforma da Igreja, a reforma da Retórica sagrada, uma renovação da Cultura Católica no seu conjunto. Assim, depois deste Concílio programático da Reforma Católica, sucedem-se as publicações de tratados de Retórica eclesiástica, em grande parte patrocinados pelo cardeal Borromeu que pretende fazer de Agostinho de Hipona e do seu *De Doctrina Christiana* a pedra angular da eloquência sagrada²⁸.

²⁵ BAINTON, op. cit., p. 48.

²⁶ CHATELIER, Louis, "Naissance d'un type: Le devot." in *Les Jésuites...*, op. cit., pp. 257-263.

²⁷ CASTRO, Aníbal Pinto de, *Retórica e Teorização Literária em Portugal*, Coimbra, 1973, p. 36.

²⁸ FUMAROLI, Marc, "Le Concile de Trente et la Reforme de L'Éloquence sacrée"

Embora no fundamental estejam de acordo, na fidelidade ao pensamento reformista de Trento que dota a missão do orador cristão de grande prestígio e dignidade, fazendo dele um novo Cristo, um novo apóstolo, e elevando a Eloquência à dignidade de *múnus sacerdotal* e apostólico, as retóricas da Companhia de Jesus, como sustenta Fumaroli²⁹, dão aos clássicos pagãos um lugar de mais destaque que as retóricas 'borromeanas' que insistem na importância da inspiração divina e preterem a forma e os preceitos ciceronianos. Estes preceitos, porém, profundamente arraigados na mentalidade humanista, visceralmente ciceroniana, permanecem nos oradores e teorizadores de Retórica, jesuítas ou não.

As primeiras décadas do séc. XVII, aquelas em que Francisco Machado faz a sua formação, assistem ainda, no meio jesuíta, à produção de tratados de Retórica³⁰, eclesiástica e profana, que dão a Cícero a primazia na escrita da boa *latinitas* e fazem deste autor referência fundamental, critério do bom-gosto, num movimento que Fumaroli designa de '*cicéronianisme dévot*'³¹.

Nos primeiros anos da Companhia, revelando a sua formação clássica, St. Inácio aconselha nos seus colégios a leitura directa dos textos de retórica clássica³², mas já nas regras do Colégio de Guyenne se aconselhava genericamente o estudo de um manual de um bom autor, criando-se progressivamente a ideia de que era indispensável à leitura dos clássicos a mediação de um manual. Foi Cipriano Soares o primeiro a responder a esta necessidade elaborando o referido manual, substancialmente fiel à retórica clássica e adaptado ao ensino e objectivos didácticos da Companhia.

Como fica demonstrado pela sua introdução, esta obra vem suprir a falta '*di una rationale gradualità pedagogica nel passaggio dalla classe di grammatica...alla classe di umanità*'³³, pretendendo

L'Age de L'Éloquence, Genève, 1980. Veja-se também a este propósito PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estação*, Coimbra, 1991, p. 73.

²⁹ *ibidem*, pp. 138-142.

³⁰ Falamos sobretudo do *Orator Christianus*, do P. Carlo Reggio de 1612 e do *Prolusiones Academicæ*, do P. Famiano Strada de 1617. Veja-se a este propósito FUMAROLI, op. cit., pp. 179-202.

³¹ Cfr. FUMAROLI, op. cit., p. 179.

³² Em carta de 14 de Julho de 1551 dirigida a Polanco, recomenda-se para o estudo da Retórica o *Partitiones Oratoriae* de Cícero, e a *Institutio Oratoria* de Quintiliano. Cfr. BATTISTINI, op. cit., p. 83.

³³ BATTISTINI, op. cit., p. 85.

suavizar, aos alunos com escassos rudimentos de Gramática, as dificuldades do contacto com os textos clássicos.

Desde o segundo quartel do século anterior, a Retórica ganhara com o movimento humanístico um valor e dignidade novos, como o demonstra Pinto de Castro³⁴. A essência da *humanitas renascentista*, que confia ao próprio homem a responsabilidade da formação de homens livres, orientados para a participação social, encontra instrumento fundamental na Retórica que é comunicação, persuasão, mudança interior do outro³⁵.

As orações de Sapiência que ao longo do séc. XVI foram proferidas são um claro exemplo da importância que o ensino da Retórica conquistou no humanismo português, como o afirmam Pinto de Castro³⁶ e com mais pormenor o demonstra Luiz de Carvalho no seu estudo³⁷ que apresenta como dissertação de doutoramento.

No século da sofisticação da língua, desde cedo St. Inácio se apercebeu da importância de uma minuciosa formação retórica na preparação dos membros da sua Companhia, pois teve clara consciência da utilidade religiosa, política e social do discurso, de que o domínio da palavra representava um poder efectivo. O conhecimento dos recursos de argumentação da linguagem, em particular da língua latina, era instrumento fundamental no aprofundamento da exegese da Sagrada Escritura e servia antes de mais a formação 'profissional' do jesuíta, uma vez que era pelo uso da palavra que mais exercia a sua actividade, fosse pela pregação, fosse pela escrita ou pelo ensino.

A Companhia de Jesus movida pelos seus objectivos de defesa da ortodoxia vai encontrar na eloquência a “arma poderosa a secundar a Dialéctica nas lutas contra os pregadores da heterodoxia reformista”³⁸; ao serviço da difusão da verdade católica, a Retórica não servia apenas a expressão persuasiva mas unia a esta a exercitação do intelecto nas disputas e competições³⁹. Nos programas de estudo da Companhia, pois, a Retórica teve também um papel de relevo a que os seus formadores dedicavam especial atenção. Apóstolos que eram, aos jesuítas interessava formar não apenas homens que dominassem e

³⁴ CASTRO, op. cit.

³⁵ A este propósito veja-se GARIN, Eugénio, op. cit.

³⁶ CASTRO, op. cit., pp. 30-31.

³⁷ CARVALHO, Luiz Carlos Stamato Marcellino de, *A oração de Cataldo em Bolo-nha, sua permanência na Oratória do séc. XVI*, Rio de Janeiro, 1980.

³⁸ CASTRO, op. cit., p. 33.

³⁹ BATTISTINI, op. cit., p. 78.

fizessem progredir a Teologia e as ciências do seu tempo, mas homens que soubessem comunicar, com agrado e eficácia, homens industriados na arte de bem-falar, aliando o *delectare* ao *mouere*.

Conquanto a obra de Cipriano Soares tivesse como referência o ideal humanístico na sua fundamentação em Cícero e Quintiliano, nos apelos à clareza, simplicidade e equilíbrio, o alargamento do estudo a Aristóteles, “dando uma tão grande projecção aos lugares-comuns sobre os quais...iriam fortalecer-se os conceitos, e concedendo tão evidente importância à amplificação e ao ornato retórico”⁴⁰, preparava a génese do barroco⁴¹.

A obra de Frei Luís de Granada, *Ecclesiasticae Rhetoricae... libri sex*, de 1576, abrirá também as portas da oratória sagrada ao barroco, pela importância que dá aos lugares-comuns na *inuentio*. Na sua obra, Luís de Granada fornece ao orador cristão uma abundância de *loci* em que dominam as fontes bíblicas e dos padres da Igreja, deixando para as autoridades clássicas pagãs um pequeno papel na indicação de modelos, e consagra como meio de *probatio* a *amplificatio*, que consiste sobretudo em *affectiones* e *descriptiones*, destinadas a mover os sentimentos dos ouvintes⁴².

Em Portugal, alguns anos mais mais tarde, o já referido P. Mendoça, com os seus famosos sermões, engendrará os conceitos predicáveis.

O gosto da época vai esquecendo os apelos ao equilíbrio e cedendo à valorização do ornato retórico, da amplificação, da hipérbole ao serviço mais dos argumentos afectivos que racionais. O *delectare* ganha relevo sobre o *docere*, e na fase da *inuentio*, na recolha de materiais para o seu discurso, o orador necessita de recorrer ao originalíssimo, ao inaudito, à agudeza e engenho, socorrendo-se, para isso, dos já conhecidos manuais de sentenças e exemplos usados pelos humanistas do Renascimento, das colecções de lugares-comuns, dos índices do tipo dos elaborados por Machado para uso dos sermões do P. Mendoça.

⁴⁰ *ibidem*, p. 45.

⁴¹ A importância do ornato é visível nos exercícios práticos retóricos previstos pela *Ratio*. Deles constavam a compilação de figuras retóricas, tradução e retroversão, a *amplificatio* de um passo, a reescrita de uma passagem segundo o estilo de determinado autor, exercícios com base na *imitatio* e *uariatio*. Cfr. BATTISTINI, op. cit., p. 81.

⁴² FUMAROLI, op. cit., pp. 144-148.

Como o demonstra Pinto de Castro⁴³, o próprio texto definitivo da *Ratio Studiorum*, transporta, nos seus preceitos, elementos que foram decisivos para a *'formação do gosto e do estilo barrocos'*⁴⁴.

Nos preceitos sobre a correcção das composições dos alunos, torna-se claríssima a importância que o professor devia dar ao artifício oratório ou poético, à elegância, ao culto da língua, à escolha dos lugares-comuns, sendo o objectivo do professor despertar no aluno o aprazimento na sumptuosidade da forma, na riqueza do conteúdo e na originalidade⁴⁵. Se não eram ausentes as recomendações de sobriedade e equilíbrio, facilmente eram esquecidas na procura de mostrar nas composições a subtileza e finura de espírito.

Cícero continuava a ser o modelo, mas outros ventos desafiavam os oradores para uma expressão mais arrevesada na forma, ainda que recorrente ou mesmo desprovida de conteúdo. Estes ventos desafiaram Machado, ou não fôra ele um homem do seu tempo, como claramente podemos concluir pela leitura da sua Oração de Sapiência, e mais claramente ainda pela leitura dos dois poemas que dele escolhemos para traduzir. Se a Oração se mantém nos padrões de sobriedade e equilíbrio clássico, sendo por isso mesmo um bom exemplar de *transição*, não podemos dizer o mesmo da sua poesia declaradamente barroca, sobretudo o poema a Miguel de Reinoso.

É pois, à luz desta época e deste contexto formativo em que Machado produziu, que devemos ler a sua obra, mormente a *Oração de Sapiência* pronunciada em 1629, na Universidade de Coimbra.

⁴³ CASTRO, op. cit., pp. 63-65.

⁴⁴ *ibidem*, p. 65.

⁴⁵ *ibidem*, pp. 64-65.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA DO P. FRANCISCO MACHADO

Não mereceu a publicação, como mereceram muitas das suas congêneres do séc. XVI, a oração de sapiência proferida pelo Padre Francisco Machado SJ. Dela apenas conhecemos um exemplar¹ manuscrito existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, compilado na Miscelânea 994. O facto porém, não abona em seu desfavor, pois não encontramos publicadas outras orações de Sapiência deste século.

O título da oração inaugural do ano académico – *Anniuersaria Sapientiae Commendatio apud Coninbricenses Academicos* – não nos garante que o texto tenha sido pronunciado na Universidade e não no Colégio das Artes a cargo da Companhia e onde Francisco Machado foi professor de Retórica. Na verdade, este Colégio denominava-se também *Academia Inferioris* e durante largos anos se discutiu a sua autonomia/dependência em relação à Universidade. Também o facto de Francisco Machado não figurar nos catálogos de professores da Universidade de Coimbra nos poderia causar estranheza, mas não é de todo impossível que, pela sua reputação de retórico e pelas estreitas e mais ou menos pacíficas ligações que uniam a Universidade e o Colégio das Artes, tivesse sido convidado para o desempenho desta função. Aparentemente o mesmo aconteceu com o autor da *Oratio anniuersaria in laudem Sapientiae habita in aula regia anno DNI 1611*, o P. Gonçalo de Abreu SJ. Esta parece ser a única oração de Sapiência² existente no códice 994, para além daquela que constitui o objecto do nosso estudo.

A leitura do texto traz-nos a confirmação de que se trata de uma oração proferida na Universidade. São frequentes as apóstrofes dirigidas à Academia que, depois do louvor de D. João III, se identifica cla-

¹ Exemplar catalogado por RAMALHO, Américo da Costa, *Catálogo...*, op. cit., p. 50.

² Cfr. nota 2, p. 115.

ramente com a Universidade. Posteriores referências – por vezes bastante detalhadas – a acontecimentos que envolveram a Academia e o louvor do Reitor³, '*decus Britorum*', vêm dissipar qualquer dúvida que ainda reste. Trata-se, na verdade, de uma oração de Sapiência proferida no acto inaugural do ano académico de 1629, na Universidade de Coimbra.

Familiarizado com a leitura das Orações de Sapiência dos sécs. XV e XVI, o leitor do texto de Francisco Machado cedo se apercebe de que está perante um 'modelo' diferente. Mas percorramos passo a passo o conteúdo desta oração.

O Exórdio

Abrindo a Oração com a invectiva à erudição estéril⁴, este Exórdio não visa simplesmente justificar o exercício retórico que se segue, como se poderia inferir pela interrogação a que dá azo:

'Quare quis iure me reprehendat? (...) si (...) illam dicendi artem, siquam docui, uel didici aliquando, uelim iterum profiteri.'

“Quem pois, com justiça poderá censurar-me (...) se a arte de bem falar que tenho ensinado (...) de novo tentar exercer?” p. 97.

Sob a condenação do sábio estéril passa também uma discreta e engenhosa *captatio benevolentiae* dirigida a uma assembleia composta substancialmente de Mestres, facilmente reconhecíveis naqueles que por outros repartem as Letras e aos outros as comunicam.

Como indica o título, esta oração propõe-se fazer o louvor da Sabedoria. É depois da justificação e enaltecimento da sua missão, que o orador propõe o tema: As riquezas da Sabedoria.

“Maxime quod illud dicendi argumentum nactus sum, in quo non tam pauper orator, quam diues orationis materia uos inuitet; ne oratorem in sapientiae diuitiis, sed Sapientiae diuitias in oratore quaeratis.”

³ Ver notas de tradução: 48-58, 65, 69 e 72-73.

⁴ “Censuram com razão, os homens sábios, o costume dos que tratam de tal modo com as letras, que não hajam delas coisa alguma para proveito de todos e à luz do dia nada ponham”; *'Merito sapientes uiri illorum improbant consuetudinem, qui ita se litteris abdiderunt ut nihil possint ex his neque ad comunem afferre fructum, neque in aspectum, lucemque proferre;*’, p. 96.

“Tanto mais que tomei para discorrer um certo tema em que, não um tão pobre orador, mas a rica matéria de oração, de per si vos chamará. De tal modo que não venhais a buscar o orador nas riquezas da Sabedoria, mas as riquezas da Sabedoria no orador”. p. 99.

É ao propor o tema que Machado faz um discretíssima confissão de incompetência para o desempenho de tal função que não se cansou de elevar, o que já o distingue dos autores do século passado, como Jerónimo Cardoso, João Fernandes, Pedro Fernandes, Hilário Moreira⁵, que desenvolviam mais ou menos longamente, com mais ou menos sinceridade os já rituais protestos de incompetência e modéstia.

A oportunidade do tema

– As riquezas da Sabedoria

Para captar as atenções do público, que nestas ocasiões teria já formuladas as suas expectativas, Francisco Machado não se limita a declarar a sua confiança na benevolência e atenção do auditório, mas, proposto o tema, demonstra a sua oportunidade para a Academia e para os tempos difíceis que todos atravessam: Só as riquezas da Sabedoria poderão salvar a nação. É, decerto, para justificar a necessidade da escolha de tal tema que Francisco Machado pinta de cores tão negras o estado da Nação, mas atrevemo-nos a comentar que não se trata aqui de um artifício literário gratuito: o seu objectivo está para além da justificação do tema e atinge o auditório no orgulho ferido do português, que associa a ruína da fazenda à união das Coroas de Portugal e Castela. A decadência de que nos fala o orador não é somente material, é uma decadência moral que só a Sabedoria poderá redimir, a decadência de...

⁵ CARDOSO, Jerónimo, *Oração de sapiência proferida em honra de todas as disciplinas*, (1536) tradução de Miguel Pinto de MENEZES e introdução de Justino Mendes de ALMEIDA, Lisboa, 1965; FERNANDES, João, *A oração sobre a fama da Universidade*, 1548, Prefácio, Introdução, Tradução e Notas de Jorge Alves OSÓRIO, Coimbra, 1967; FERNANDES, Pedro, *A Oração de Pedro Fernandes em Louvor de todas as artes e ciências*, tradução de Maria Manuela ALVELOS, trabalho policopiado, 1965; MOREIRA, Hilário, *Oração de Hilário Moreira sobre o louvor e estudo de todas as partes da Filosofia*, Tradução e estudo de Albino de Almeida MATOS, Coimbra, 1990.

Estas são apenas algumas das orações de sapiência que lemos, em que a confissão de incompetência e a modéstia do orador não se exprime com subtilzas.

“tempos tão duros e ruinosos, mister é dizê-lo, que ao esplendor verdadeiro das virtudes e aos bens da Sabedoria se é pronto a preferir o brilho adúltero das peças de oiro”. p. 101.

'tempus durum adeo, et calamitosum, ut adulterini nummorum splendores, ueris uirtutum, ac literarum opibus anteponantur.'

Parece-nos que a escolha do adjetivo *'adulterinus'* visa atingir, com todo o seu acento moral, aqueles que haviam tomado o partido de Castela e aclamado rei de Portugal, D. Filipe I (II de Castela). Embora teoricamente salvaguardasse a sua autonomia como reino e apenas tivesse que aceitar um monarca, que o era de outra Coroa, cedo o país se apercebeu de que, na realidade, perdia a sua dignidade e soberania, para além das desvantagens políticas e económicas que sobre ele pesavam. Francisco Machado não seria único a insinuar acusações de traição, e 'adulterio' de Portugueses com Castela. Generalizava-se entre os defensores da autonomia, a ideia de que os partidários de Castela se tinham vendido às conveniências, ao comodismo, ao medo e ao oiro⁶. Poderá parecer abusiva esta interpretação do passo, mas teremos oportunidade de verificar que noutros momentos da oração se torna inequívoca tal atitude em Francisco Machado, bem como o aproveitamento que fez desta ocasião para exaltar o sentimento nacional.

O jovem mestre de retórica capta deste modo as atenções e interesse dos ouvintes com promessas de esperança e de 'melhor fortuna' pois por meio da sua oração virá à Academia e a todos a rica Sabedoria. Está lançado o tema que dará unidade ao texto: A riqueza 'material' e a riqueza moral ou espiritual da Sabedoria.

Minerva

– A suprema imagem das riquezas da Sabedoria

As suas primeiras palavras sobre o tema que escolheu não são, como esperaríamos depois de ler as orações do séc. XVI, para definir

⁶ É nestes termos que nos fala Hernani Cidade de uma série de nomes de grandes casas portuguesas onde “venceu a corrupção”: “sobretudo naquela (na nobreza) a corrupção grassava, quebrando vontades, flectindo caracteres, açulando baixas ganâncias. Nomes cheios de passado..., por todos o dinheiro espalhado por Cristóvão de Moura estende a poderosa fascinação, todos se enredam na trama vergonhosa.” Cfr. CIDADE, Hernani, *A Literatura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, 1940, cap. II, pp. 39-40

ou tecer largas considerações teóricas sobre o valor da Sabedoria. Machado empenha-se em propôr uma imagem; teremos oportunidade de verificar que esta é uma das características peculiares do seu discurso que se apresenta frequentemente figurativo, de uma descrição de imagens e episódios quase cinematográfica.

A imagem que o orador nos apresenta é o rico manto de Minerva, '*sábia e também rica*', que em Atenas lhe teceram e ornaram. Nada melhor para aliar a sabedoria e a riqueza, que este manto onde o 'engenho' reuniu todas as riquezas da natureza.

*'ut quidquid rerum, aut diuitiarum per terrarum orbem
Natura large diffuderit, in una Mineruae chlamyde Ars ingeniose accumulauit'*

“tudo o que de rico com largueza a natura repartiu pela face da terra, reuniu-o com engenho a Arte só no manto de Minerva” p. 101.

A Sabedoria reveste-se então da imagem de Minerva e do seu manto que reúne a riqueza universal de todo o orbe. Se algum dos ouvintes, diz Machado, desejasse tal primor de arte como a produz a habilidade específica de cada canto do mundo, encontraria tudo reunido no manto de Minerva. E o refrão repete-se: '*una Mineruae palla exhiberet*'.

É um parágrafo curioso, este, mas não de todo original, pois podemos encontrar o mesmo tema descritivo na *Oratio Anniuersaria in laudem Sapientiae, habita in aula Regia anno Dni 1611* do P. Gonçalo d'Abreu⁷ no códice 994, onde se encontra também esta oração de Francisco Machado. Este não se limita a copiar o passo, acrescentando mesmo mais alguns elementos e alterando as actividades de cada povo. Acrescenta *Milesii, Coi e Seres*, e emprega apenas três dos verbos usados por Gonçalo de Abreu para referir as actividades em que cada povo se distingue na sua arte. Também ao referir os diversos tipos de veste, Machado acrescenta aos três exemplos do 'modelo', as vestes dos Hebreus e dos Persas. Eis o texto de Gonçalo d'Abreu:

'ut similes uestium luxus semiramia acu Babylonii non depingant, Sardi non colorent Phryges non distinguant, Siculi non elaborant, Cretici non pectant, Tyrii purpura non infi-

⁷ ABREU, Gonçalo, *Oratio Anniuersaria in laudem Sapientiae, habita in aula Regia anno Dni 1611*, Ms. Cod. 994, Fol. 49-61, exemplar da BGU.

ciant, et Alexandria aurea multiplicique liciorum uarietate non intertextat, singulas Pontificis uestimentorum lautitias est in animo recensere (...) Oculatior Argo tunica undulatas Graecorum uestes soriculatas ac uirgatas Etruscorum, scutulatas romanorum lineasque uestes Aegypto petitas priscis seculis in pretio habitas anteibat: acu depictis oculorum luminibus omnium oculos sollicitabat'. Fol. 50.

“Cabe-me dar-vos conta de cada fineza das vestes pontificais. Tais eram que, luxos desta sorte no vestir, com a agulha de Semíramis, não os fariam os babilónios, e os sardos não tingiriam, os frígios não ornariam, os sicilianos não inventariam, os cretenses não cardariam, os de Tiro não tingiriam de púrpura, e os de Alexandria com sua preciosa e abundante variedade de fio não teceriam. A túnica, mais vistosa do que Argos, superava em valor as vestes onduladas dos gregos, malhadas e listadas dos etruscos, as axadrezadas dos romanos e as vestes de linho que em tempos antigos vinham do Egipto; bordada para deleite da vista, atraía a vista de todos.”

Reencontramos também o mesmo motivo no *Viridarium* do P. Francisco Mendonça⁸, o célebre orador jesuíta, cuja obra Francisco Machado conheceu profundamente, como tivemos oportunidade de referir anteriormente. No Livro VI do *Viridarium*⁹ Mendonça, em comentário ao SIm 138, desenvolve o tema: *acu pictus sum, uelut tapetum*: “com a gulha, fui tecido como um tapete”. O orador segue:

‘Vidistis aliquando ullos tapetes mirabili distinctos, quales Milesii tondent; uel Seres pectunt, uel Babylonii textunt, uel Tyrii colorant; (...) Haec, si placet, profanae historiae sale condiantur. Ethnicorum numina uestibus simplici colore imbutis utebantur. Mars sanguineis, Neptunus caeruleis, Apollo aureis, Vulcanus ferrugineis, aliaque aliis, prout singulorum officia exigebant. Minerua sapientiae praeses, una fuit ex omnibus, quae sibi multicolore cultum uendicarit; ferunt enim eius pallam Athenis fuisse tali artificio picturatum, tamque subtili stamine intertextam; ut quidquid bellorum unquam contigisset, una chlamyde Mineruae adumbratum, seu, ut dicam uerius, collocatum uiseretur.’ p. 185.

⁸ Vide p. 126.

⁹ MENDONÇA, op. cit., fol. 185 “Oratio IV”.

“Decerto vistes já daquelas tapeçarias com admirável riqueza de motivos ornadas, como em Mileto se tosquia, na China se carda, como se tece na Babilónia, se colora na Fenícia; (...) Ou se preferis as graciosas histórias pagãs: Os deuses dos gentios usavam vestes tintas de uma só cor: Marte as vestes cor de sangue, Neptuno, vestes cor de mar, Apolo, vestes douradas, Vulcano, vestes cor de ferrugem, e outros, vestes de outra cor, conforme reclamava o ofício de cada um. Minerva, patrona da sabedoria, foi singular entre todos, a que para si reclamou o fausto multicolor; conta-se, com efeito, terem-lhe em Atenas com tal primor ornado o manto de tão precioso fio tecido que tudo o que de belo vez alguma se pudesse ter encontrado, só o seu manto o esboçaria, melhor, o ostentaria.”

É inegável o contacto que verificamos ter existido entre estas diversas produções de texto. Ter-se-ão as três inspirado no mesmo modelo descritivo, cuja origem desconhecemos, ou terá o texto do P. Francisco de Mendoça servido de modelo ao P. Gonçalo e ao P. Francisco Machado? Teria o primeiro convivido com Francisco Mendoça, mestre de Retórica no Colégio das Artes entre 1601-1608?¹⁰ Francisco Machado, como sabemos, conheceu a obra de Mendoça antes da sua publicação e muito provavelmente já a conheceria em 1629, pois que se tratava de trabalhos dispersos do professor de retórica, reitor do Colégio das Artes entre 1617 e 1620¹¹, trabalhos que a publicação reuniu em 1632, para o homenagear na sua morte.

É nesta imagem de Minerva que Francisco Machado se propõe oferecer liberalmente aos seus ouvintes toda a riqueza da Sabedoria. O manto da deusa, manto que recolhe a riqueza universal, Machado quer não só mostrá-lo mas quer igualmente concedê-lo largamente aos que o ouvirem e o quiserem fazer sem desânimo. Alcançar a Sabedoria não é fácil, muitos perigos sobrevêm, mas o seu valor é tão grande que “o difícil em fácil (...) se converte(m)”. É na enumeração dos perigos terríveis que ameaçam os cultores da Sabedoria, e usando para tal o terror do imaginário do mar que Francisco Machado encontra ocasião para falar do enorme merecimento daqueles ...

¹⁰ Cfr. nota 66, p. 25.

¹¹ *Vide supra*.

“que por povos estranhos navegando, acarretam tanta riqueza dispersa para comum vantagem de todos eles”. p. 105.

'illos bene mereri iudicamus qui sparsas per exteras gentes diuitias ad communem utilitatem nauigando conuehunt'.

O seu merecimento não se limita à vitória sobre os perigos do mar para trazer os bens preciosos do Oriente, pois...

“não trazem tudo de uma só mas cada cousa de sua região” p. 107.

'Videre tamen est, quod non omnia ex una, sed alia ex aliis regionibus exportent.'

O Elogio dos Descobrimentos

– A assistência da Sabedoria e a exaltação do amor-próprio nacional

Este passo que faz o elogio dos Descobrimentos, já recorrente nas Orações de sapiência, não parece gratuito; pelo contrário, é intencional a sugestão do paralelismo existente entre os que procuram a Sabedoria, e os 'nossos homens' que trazem até nós as riquezas do Oriente. Na verdade, eles lutam com as 'mesmas' dificuldades e vencem 'assistidos' pela Sabedoria.¹² Erguer a tão elevado conceito o valor dos Descobrimentos era pelo menos saudável em tempos de desânimo e decadência como eram aqueles para o amor-próprio da Pátria que via já longe os sonhos de grandeza do Império.

Mas muito embora os Portugueses tenham dado ao mundo as riquezas dos novos mundos,

“nem toda a Terra dá todas as coisas; somente a Sabedoria, tudo o que a natureza encerra na mole imensa do universo mundo, tudo o que em seu grémio contém, o distribui largamente por seus cultores.” p. 107.

'Non omnis fert omnia tellus una duntaxat sapientia quidquid natura condidit in mole immensa uniuersitatis mundanae, totum id in suo gremio continet, et suis cultoribus effusissima elargitur.'

¹² Vd nota de tradução 12, p. 105.

O Preço da Sabedoria

– Carlos Magno, o rei sábio

É a pretexto de ilustrar isto mesmo que Francisco Machado introduz o primeiro longo *exemplum* da Oração. A nossos olhos desenrola-se o quadro de uma feira na Gália, vemos uma a uma as mercadorias que se apresentam na sua arrumação, variedade e riqueza junto dos feirantes, dos algibebees, bordadores, ourives e joalheiros, e por entre estes, outros mercadores de grave aspecto, que apregoam a sua mercadoria sem nada ter para oferecer. O seu pregão ouve-se ao longo do episódio: *'Emite Sapientiam!'*

Sabendo da sua presença, Carlos Magno manda-os chamar e pergunta quanto custa a Sabedoria ao que eles respondem que custa somente o sustento dos vendedores. Carlos Magno, que bem conhece o inestimável preço da Sabedoria que, por paradoxo, nada custa materialmente, 'comprou-a' dotando estes mercadores de uma larga tença anual e pondo-os à frente de duas grandes Academias, Pavia e Paris.

Se a originalidade do *exemplum* não é absoluta – com efeito era sobrejamente conhecida esta faceta do monarca que, cativado pelo gosto do saber, se fez rodear de homens doutos¹³ – o aproveitamento que dele faz Francisco Machado é de apreciar. Para além da introdução inovadora dos sábios que Carlos Magno contratou, como 'mercadores' enigmáticos que apregoam a Sabedoria, o próprio carácter descritivo do texto é original pois não lemos noutras orações do Renascimento exemplos tão intensamente descritivos.

Dois períodos finais fazem a reflexão conclusiva e a ligação com o tema seguinte, o elogio de um rei que muito teve em comum com Carlos Magno.

'En uobis in una Sapientia rerum omnium affluentiam bene collocatam demonstrauimus, eiusque pretium cunctis terrae, marisque mercibus antepositum exposuimus. Certe anteposuit non solum Carolus, sed etiam Joannes tertius Lusitaniae Rex potentissimus.'

“Acabamos pois de comprovar-vos que, na única Sabedoria, bem se acomoda a abundância de todas as cousas. Mos-

¹³ O exemplo de Carlos Magno é escolhido por outros oradores para ilustrar a imagem de monarca ideal que tudo faz para que floresçam a Cultura e o Saber no seu reino. Vide nota de tradução 16, p. 111.

trámos que é de preferir o seu valor a todas as mercadorias da terra e do mar. E, na verdade, não só o preferiu o Imperador Carlos, mas também o mui poderoso D. João III, Rei de Portugal” p. 113.

Louvor de D. João III

– O elogio de um rei morto

Não é, decerto, sem intenção, que Francisco Machado evita habilmente o elogio do rei, D. Filipe III. O tópico do louvor do monarca era já lugar-comum nas orações do Renascimento mas Machado evita-o, substituindo-o pelo elogio de um rei já morto: D. João III. Considerado o grande patrocinador da Universidade, o seu louvor em textos como este nunca pareceria despropositado; com efeito, foi sob seus auspícios que ganhou forma no reino, um movimento de transformação do mero mecenato real numa governação cultural própria dum estado moderno, empenhada na modernização do ensino, no alcance do caminhar da Europa, na renovação inspirada no pensamento do humanismo cristão¹⁴. Foi o empenho de D. João III que permitiu a permanência de bolseiros portugueses em Paris, que posteriormente seriam os agentes da reforma do ensino, foi ainda a sua vontade que criou o Colégio das Artes cujo projecto consistia num meio fundamental para aproximar dos padrões da Europa o ensino em Portugal. Este monarca não era apenas uma figura pacificamente admirada por todos no meio universitário, era emblema de um passado áureo da nação soberana, imagem com que o auditório de Machado facilmente se identificaria.

Em nenhuma outra oração de Sapiência encontramos o elogio formal de um rei já morto. Mesmo na única Oração de Sapiência do início do séc. XVII que conhecemos, o seu autor, o P. Gonçalo d'Abreu, concede uma escassa referência a D. Filipe, referência tão breve que não a podemos comparar ao elogio, tal como formalmente ele se apresenta nas outras orações de Sapiência. Vem reforçar a indiferença do P. Gonçalo pelo monarca, patente na omissão do elogio, o facto de a breve alusão a D. Filipe ser subsidiária do louvor de um português, João Gonçalves da Câmara¹⁵, a quem o orador se dirige em apóstrofe:

¹⁴ A este propósito veja-se MENDES, António Rosa, “A vida cultural”, in *História de Portugal*, sob direcção de José Mattoso, vol. 3, p. 375-421.

¹⁵ João Gonçalves da Câmara, decerto um membro da família dos Câmara, desde o séc XV ligados à Ilha da Madeira. Com efeito, noutro passo desta Oração de

*'Te uero totum non Marti, sed Musis; non bello sed sapientiae Philippus rex lusitaniae consecrauit.'*¹⁶ Fol. 61.

“Às musas, não a Marte, à Sabedoria, não à guerra, te consagrou D. Filipe, rei de Portugal.”

Para suprir a falta de um elogio formal do monarca, ou, tal como Machado, para estimular no auditório os sentimentos de perda nacional, o P. Gonçalo não deixa de recordar a liberalidade de dois monarcas portugueses graças à qual nasceu e vive a ilustre Academia diante da qual pronuncia a oração.

*“(...) ille hanc augustissimam Academiam copiosis redditibus exstruxit, hic pene iam iterum a Lusitania exsulantem Sapientiam donariis amplissimis euocauit. In Dionysio uixit Academia, in Joanne iterum coepit reuiuiscere in utroque locupletata fuit sapientia (...).”*¹⁷ Fol. 58v.-59.

“(...) Aquele (D.Dinis), esta nobilíssima Academia com generosas rendas edificou; este (D. João), chamou a si com grandes dons a Sabedoria que de Portugal andava de todo apartada. Em D. Dinis nasceu a Academia, em D. João de novo tornou à vida, em ambos a Sabedoria foi ornada.”

Curiosamente, a ‘dificuldade’ em louvar os reis deste período ‘filipino’ parece mais comum do que poderíamos pensar. Também Aquiles Estaço na Oração de Obediência de Filipe I “deixa entrever o que lhe vai na alma. (...) e secundariza os louvores do rei ao insistir nos elogios dos anteriores soberanos de Portugal”¹⁸.

Francisco Machado não se limita a um elogio avaro de D. Filipe, nem mesmo à omissão; com efeito, pudera simplesmente não fazer elogio de rei nenhum, mas arroja-se a fazer o louvor de D. João III, o que, sabia, seria ouvido com agrado e bem acolhido pelo auditório que tinha diante de si.

O orador traz à nossa presença D. João III para lhe apresentar os progressos da sua Academia e de seguida evocar os seus feitos em

Sapiência podemos ler várias referências à acção de J. G. Câmara na Ilha da Madeira (fols 60 e 61). P. ex. *'Joannes Gonsaluus a Camara (...) ditissimam Insulam, cui a materia nomen est, (...) perlustrauit (...)'* Fol. 60.

¹⁶ ABREU, Gonçalo, *Oratio...*, op. cit., fol. 61.

¹⁷ *ibidem* fol. 58v.-59f.

¹⁸ PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, 1991, p. 68.

favor da Universidade. O louvor do rei e da instituição confundem-se numa exaltação do amor-próprio da Universidade que se estende depois ao elogio de toda a nação pela sua natural inclinação para as artes mais elevadas.

Desde a Oração de Cataldo¹⁹ em Bolonha²⁰ – que, como sustenta Luís Carlos Stamato de Carvalho²¹ na sua tese de doutoramento, permaneceu como modelo das orações de quinhentos em Portugal – que surge um tema recorrente nestes textos: o louvor da cidade onde é pronunciada a oração de Sapiência e das suas naturais qualidades que a tornam propícia aos estudos. Cataldo dedicou grande parte do final da sua oração ao elogio de Bolonha; os oradores²² que seguiram o seu exemplo dedicaram alguns períodos ao louvor da cidade da Academia cujos estudos elogiam, mas Francisco Machado é para cada região do reino que forja habilidosos elogios sobre as suas características naturais para os estudos. Não é de todo improvável que este tenha sido um recurso de Machado para exaltar sentimentos de unidade e de dignidade nacional num texto em que se vai tornando clara a sua posição perante a situação política do momento²³. Sendo, assim, louvado todo o reino, e não apenas Coimbra e sua ilustre Academia, D. João merecerá os louvores do mundo inteiro.

'Itaque tota Lusitania diues ingeniorum, ferax literarum. Iure igitur serenissime Joannes, tibi gratulor, imo uniuersus orbis tanta, ac tam praeclara tuarum Athenarum incrementa gratulatur.'

“E assim é Portugal inteiro, rico de engenho e nas letras tão fecundo. Com justiça, pois, sereníssimo D. João, vos felicito; e mais do que eu vos felicita o mundo inteiro, tantos são, e tão notáveis, os aumentos da vossa Atenas.” p. 117.

¹⁹ Cataldo Parfísio Sículo, considerado o introdutor do Humanismo em Portugal. Ver RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969. *ibidem*, “A introdução do Humanismo em Portugal”, *Humanitas*, XXIII-XXIV, 1971-1972, pp. 435-452.

²⁰ *Oratio habita Bononiae publice a Cataldo in omnium scientiarum et in ipsius Bononiae laudes.*

²¹ CARVALHO, Luiz, op. cit.

²² Ver nota de tradução 21, p. 115.

²³ Lembremos também que em 1629 se agudizava a polémica da divisão da Província portuguesa em duas províncias da Companhia. Podemos também ler este passo como expressão de Machado contra tal divisão. Vd. p. 17.

Finalmente Francisco Machado dá início ao que vinha anunciando: a distribuição das riquezas da Sabedoria, propondo-se apresentar uma por uma as riquezas de cada ciência.

A distribuição das riquezas da Sabedoria

– Um emblema de grande riqueza expressiva

Obedecendo mais uma vez ao seu gosto pela imagem, Machado recorre a um símbolo da Sabedoria para ilustrar a sua própria atitude de quem distribui largamente as riquezas do saber.

“Ocorre-nos a este propósito aquele nobre símbolo da Sabedoria que um ilustríssimo príncipe de Itália para si mesmo gravou: sobre um altar, no qual permanecia aberto um livro, uma mão-cheia de oiro se estendia, parecendo derramar-se sobre ele, como se fora uma chuva de Juno, uma larga quantidade de moedas” p. 117.

'Hac in re nobile extat illud Sapientiae symbolum, quod clarissimus Italiae princeps sibi adscripsit; super aram, in qua patebat apertus liber, manus auro grauis impendebat, quae grandes nummorum aceruos, ueluti Iunonio imbre, in librum effundere uidebatur'

Este símbolo que um nobre príncipe italiano teria escolhido para sua divisa, não o encontramos²⁴, mas a sua descrição quase fotográfica permite-nos apreciar o seu valor simbólico sem conhecermos o modelo a que Machado teria recorrido. Ao percorrer a *Chronica da Companhia de Jesus* de Baltasar Telles dedicada a D. João IV²⁵, encontramos uma imagem muito semelhante que provavelmente se inspirou no mesmo símbolo. No final do Livro VI B Telles ocupa, dos últimos dez capítulos, nove com o encómio de D. João III e o último com o de St^o Inácio. Depois de recordar a piedade, a religião, a liberalidade, e os bons sucessos do monarca no governo da Religião, das Letras e das Armas, o autor compara D. João III ao '*Sancto Rey Jozias*'. Este rei de Judá (638-608 a. C.) que tomou a seu cargo a renovação do templo e tomou medidas político-religiosas que procuravam eliminar todos os cultos que

²⁴ Ver nota de Tradução 23, p. 117.

²⁵ TELLES, Balthasar, *Chronica da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1645.

não fossem o de Javé, ficou na memória do povo como rei reformador. O autor conclui a comparação dizendo que:

“parece sua a empresa²⁶ que o outro tomou, que foy hum braço, que com a mão estava espalhando ouro, & pedraria sobre hum altar, sobre hum livro, & sobre hum escudo. Foy sem duvida este o braço Portugues delRey Dom Joam III pois tanto ouro espalhou sobre os escudos das conquistas da Asia, & do Brazil, tanto sobre os livros da Universidade de Coimbra, tanto sobre os altares das Igrejas, & das Religioens.” pp. 785-786.

Parece-nos, pela leitura do texto, que Baltasar Telles se refere ao Rei Jozias a quem compara D. João, mas nos livros da Bíblia não encontramos qualquer imagem semelhante associada àquele Rei de Israel; é porém muito possível que em textos mais recentes Jozias aparecesse assim caracterizado, nomeadamente nos textos teatrais que tinham por tema inspirador os textos do Antigo Testamento²⁷. Podemos pois supor que se tratasse de um lugar comum da heráldica eclesiástica do tempo.

Depois de extrair deste emblema toda a sua riqueza expressiva, na *captatio* das atenções para o momento que se segue, Francisco Machado dá início àquela que seria a parte central da Oração, a mais desenvolvida, que faria o elogio de todas as ciências. Estas porém, não serão, como veremos, o mais importante na estrutura do discurso. Se nas orações do séc. XVI são as ciências o ‘esqueleto’ da oração e o seu louvor o revestimento que lhe dá conteúdo, na oração de Francisco Machado elas resvalam para um plano secundário. O que de facto confere unidade ao texto é a Sabedoria, ou as riquezas da Sabedoria, e as várias disciplinas vêm a propósito dos episódios – *exempla* – desenvolvidos, que documentam e conferem autoridade e ornamentam o discurso de Francisco Machado.

Para evitar discórdias, o orador avisa que respeitará não a importância mas a ordem das ciências na sua enumeração:

'At ne ulla seditio oriatur in muneribus acceptandis, non dignitatem, sed ordinem servabo scientiarum.'

²⁶ Empresa em sentido heráldico, isto é, divisa ou emblema escolhidos e assumidos pelo próprio titular.

²⁷ Sobre esta matéria veja-se MIRANDA, Margarida Lopes de, “Teatro novilatino” in *Tragoedia cui nomen inditum Achabus de Miguel Venegas SJ.*, Coimbra, 1992, dissertação de mestrado, trabalho policopiado.

“Para que se não levante qualquer discórdia porém, na aceitação dos presentes, respeitarei não a dignidade mas a ordem das ciências.” p. 119.

Machado parece aqui precaver-se contra as eventuais susceptibilidades que uma enumeração hierárquica das ciências poderia suscitar nos mestres de cada Faculdade. Com efeito, não segue o quadro de estudos que desde o séc. XIII, com o aparecimento das Universidades, se ordenara em Faculdades superiores, Teologia, Leis, Cânones e Medicina, e Faculdade das Artes, Faculdade inferior, de acesso àquelas, nem segue a divisão tradicional do saber, *trivium* e *quadrivium*²⁸.

O louvor da Retórica

– Um episódio de singular vivacidade

Os primeiros a receber daquela mão generosa as riquezas da Sabedoria são os 'cultores das Humanidades'. Como se não fosse claro ainda o teor destas riquezas, Francisco Machado interroga retoricamente o auditório sobre a sua natureza, para que fique claro que não se trata aqui das riquezas que a ambição e avareza dos homens procuram mas de outras, essencialmente diferentes, cuja natureza será demonstrada pelo *exemplum* que de seguida o orador desenvolverá. Francisco Machado vai distribuir as riquezas que Numeriano escolheu para monumento eterno do seu nome, e quem as vai receber são os mestres de Retórica.

Neste episódio o mestre de Retórica desenvolve um lugar-comum do humanismo que une a Sabedoria à Eloquência²⁹ e o princípio ciceroniano de que a Eloquência é o ornamento máximo do imperador³⁰. Machado convida os mestres de Retórica a contemplar o nobre dom da Sabedoria no grandioso Teatro de Roma.

Depois de descrever com singular vivacidade o diálogo que se estabelece entre Numeriano³¹ e os seus súbditos que lhe ergueram uma estátua com a inscrição: *Numeriano Imperatori suis temporibus*

²⁸ Veja-se a este propósito nota 26, p. 119.

²⁹ Sobre este princípio humanista segundo o qual a Eloquência não pressupõe apenas técnica mas uma vasta cultura global, veja-se o comentário de FUMAROLI, (op. cit., pp. 37-41) à oração inaugural do Curso anual de Retórica de Aristóteles de um Colégio de Paris, proferida em 1621 pelo humanista Pierre Bertius.

³⁰ *Eloquentia principibus maxime ornamento est.* Cicero, *De Finibus*, 4.

³¹ Vide nota de tradução 30, p. 121.

potentissimo', Machado detém-se maravilhado a contemplar aquele singular louvor da Eloquência do imperador que escolheu ser recordado, não como o mais poderoso, mas como o mais sábio, não como imperador mas como orador, que reconhece vir-lhe a glória mais da arte de falar que da arte de reinar. O orador faz-nos imaginar tal estátua, e evoca dois *exempla* clássicos, o orador Górgias³² e o astrónomo conhecido pelas suas profecias, Beroso³³, que de igual modo ficaram recordados em famosas estátuas. Imaginamos de seguida que da boca de tal estátua *'dimanam os rios dourados da eloquência'*, tal como das estátuas que decoram os jardins dimana a água que os alimenta e fecunda, e Machado encerra este episódio e louvor da Retórica renovando a afirmação da superioridade da Retórica sobre a dignidade imperial.

Em nenhuma outra oração do séc. XVI encontrámos referência a este *exemplum* de Numeriano; apenas Gonçalo d'Abreu³⁴ na sua Oração de Sapiência que já referimos o inclui num elenco de célebres imperadores que célebres foram também como oradores.

Também o P. Francisco Mendoça faz uso do *exemplum* de Numeriano na sua obra já citada³⁵, dando relevo à preferência do imperador pelo título de orador num breve diálogo destinado a fazer o elogio da Retórica e de Cícero.”

*'OR – Numerianus orandi, et imperandi arte
insignis, malluit orator, quam imperator apellari.
AVD – Quid ego ex te audio? Numerianus?
O – Ipsusmet Numerianus.
A – A se Imperatoris nomen abdicavit?
O – Dixi.
A – Vsurpavit oratoris?
O – Verum.
A – Hoc ille anteposuit?*

³² Vide nota de tradução 32, p. 123.

³³ Vide nota de tradução 33, p. 125.

³⁴ Vide nota de tradução 32. Na sua oração de Sapiência já citada, Gonçalo d'Abreu refere-se deste modo a Numeriano que escolheu o elogio de orador e não de imperador: *'...tot numerantur imperatores, quot recensentur oratores: Praestat enim orare quam imperare. Hinc sibi inter oratores, exigi curavit Numerianus; quam oratoris elogis inscripsit, non imperatoris. Caesares Julius et Augustus sumiis oratoribus aemuli exstiterere. Tiberium, Claudium, aliosque Imperatores maximos euasisse oratores in laudem cedat Eloquentia.'*

³⁵ MENDOÇA, *Viridarium ...*, pp. 239-240. Vd. nota de tradução 30, p. 121.

O – *Tantundem.*

A – *Lauda testem.*

O – *Volaterranum.*

A – *Locupletem: sed quid ille?*

O – *Sui, inquit, simulacrum Numerianus hoc elogio conscripsit Numeriano oratori, non uero imperatori.*

A – *O factum bene! herbam porrigo; praestat orare quam imperare.*” pp. 239-240.

“Or – Numeriano, insigne na arte de orar e de reinar, preferiu o título de orador ao de imperador.

AVD – Que me dizes? Numeriano?

O – O próprio.

A – E abdicou do título de imperador?

O – Abdicou.

A – E para si quis o de orador?

O – É verdade!

A – Preferiu este àquele?

O – Isso mesmo.

A – E quem o testemunha?

O – Volaterrano.

A – É digno de fé: O que diz ele?

O – *Para sua estátua, disse ele, Numeriano escreveu na inscrição: Ao orador Numeriano, não ao imperador.*

A – Que notável feito! ergo-lhe a palma. Mais vale o orar que o mandar.”

O curioso diálogo pedagógico estabelecido entre ‘orador’ e ‘ouvinte’ faz uso da tradição segundo a qual Numeriano teria escolhido para si o título de orador e revela-nos um pormenor de relevo: O P. Mendoça cita a sua fonte, Rafael Maffei de Volterra³⁶, um huma-

³⁶ Conhecido no meio humanista por ‘Volaterrano’, Raphael Maffei, natural de Volterra, pequena cidade da Etrúria, viveu entre 1451 e 1522. Membro de uma família influente nos meios eclesiásticos, foi educado entre Roma e Volterra e exerceu funções de secretário apostólico. A sua residência em Volterra constituiu um ponto de encontro de homens doutos (Lorenzo de Medici, Ângelo Poliziano, Paolo Cortesi, entre outros). Da sua obra, granjeou-lhe grande popularidade no meio humanista o *Commentaria urbana* (1506) em trinta e oito livros, obra de carácter enciclopédico que Erasmo menciona nos *Adagia*. Também as suas traduções de autores gregos para latim (Procópio, Xenofonte, Homero) foram conhecidas. Publicou ainda em 1518 o tratado teológico *De Institutione Christiana* e o tratado filosófico *De Prima Philosophia* e em 1520 *In Urbe Roma*.

nista italiano que, como podemos concluir, foi conhecido no ambiente humanista de Coimbra.

O colorido episódio que Machado nos apresenta, não o foi buscar aos oradores do séc.XVI o mestre de Retórica, mas também não lográmos encontrá-lo nos autores latinos. Das fontes históricas que consultámos³⁷ e que nos dão notícia do imperador Numeriano, apenas uma, *Scriptores Historiae Augustae*,³⁸ refere os elevados dotes do orador e a decisão do Senado lhe erguer uma estátua na Biblioteca Ulpia. Esta mesma fonte, porém, não dá notícia da preferência de Numeriano pelo título de orador sobre o de imperador; refere sim a opção de o senado lhe erguer a homenagem,

‘non quasi Caesari sed quasi rhetori’ p. 240.³⁹
 “não em honra do imperador mas do orador”

A ideia de que Numeriano preferiu para si mesmo a fama de orador, parece, pois, nascida da tradição humanista, provavelmente de Maffei ‘Volaterrano’, e é esta mesma que Francisco Machado explora pela criação do episódio em que o próprio Numeriano teria mandado destruir a primeira estátua a ele erguida ou alterar a inscrição. Macha-

Vd. D’AMICO, John, “Raffaele Maffei of Volterra” *Contemporaries of Erasmus, A biographical Register of the Renaissance and Reformation*, Peter G. Bietenholz ed., Toronto, Buffalo, London, 1986, vol. 2, pp. 366-367; COSENZA, Mario Emilio, *Biographical and Bibliographical Dictionary of the Italian Humanists and of the World of classical scholarship in Italy 1300-1800*, Boston, 1962, tomo III, p. 2060.

³⁷ FLAVIUS VOPISCUS, *Scriptores Historiae Augustae*, XXX, 11, Teubneri, 1965, pp. 240-241; AVRELIVS VICTOR, *De Caesaribus*, 38, Les Belles Lettres, 1975, pp. 47-48; EVTROPIUS, *Breuiarium Historiae Romae*, IX, 12, Porto, pp. 126-127; OROSIO, Paulo, *Historiarum Liber*(...) VII, Parisiis, 1524, “De IX Persecutione per Aurelianum in christianos facta”, p. 99.

³⁸ FLAVIUS VOPISCUS, *Scriptores Historiae Augustae*, XXX, 11, Teubneri, 1965, pp. 240-241:

“eloquentia etiam praepollens, adeo ut puer publicae declamauerit feranturque illius scripta nobilia, (...) huius oratio fertur ad senatum missa tantum habuisse eloquentiae, ut illi statua non quasi Caesari sed quasi rhetori decerneretur, ponenda in bibliotheca Ulpia cui scriptum est: ‘Numeriano Caesari, oratori temporibus suis potentissimo’.

“notável pela sua eloquência, de tal modo que, ainda jovem, declamou em público e os seus escritos tornaram-se famosos (...) conta-se que a oração que levou ao senado foi de tal modo eloquente, que se decidiu colocar-lhe uma estátua na Biblioteca Ulpia não em honra do imperador mas do orador, na qual ficou escrito: Ao Imperador Numeriano, o orador mais poderoso no seu tempo.”

³⁹ Vd. *supra*.

do desenvolve o argumento do episódio partindo do princípio de que teria havido duas inscrições: uma dirigida ao 'imperador', o mais 'poderoso' no seu tempo, e outra, a definitiva, dirigida ao 'orador', o mais 'sábio' no seu tempo. A inscrição que segundo a fonte latina sempre esteve na estátua, porém, está na origem das duas imaginadas por Machado, estas resultam da divisão daquela:

'Numeriano Caesari, oratori temporibus suis potentissimo' p. 241.⁴⁰

“Ao **imperador** Numeriano, o mais **poderoso orador** do seu tempo”

É com esta divisão que Machado obtém um motivo para justificar a inserção do episódio e a sua autoridade no tema da Oração. Porque amava a Sabedoria, Numeriano quis ser recordado como sábio orador e não como poderoso imperador.

Se não podemos afirmar a absoluta originalidade de Machado na escolha dos seus *exempla*, pelo menos é-lhe devido que notemos o aproveitamento, esse sim original, que fez da ideia, habilmente expressa num vivo e ritmado diálogo.

O louvor da Filosofia

– Um episódio realista

De seguida Machado faz o louvor da Filosofia. Mais uma vez, o orador não se detém em definições ou considerações teóricas sobre a grandeza da Filosofia, limita-se a oferecer ao ouvinte um 'caso maravilhoso' seguido mais uma vez da contemplação do ensinamento que o episódio descrito encerra.

Desta vez o protagonista do *exemplum* não tem nome, é apenas '*quidam Philosophus*' que no leito da morte deixa aos filhos como herança a Filosofia que eles próprios deverão procurar. É de apreciar neste breve episódio o ritmo que Machado imprime ao discurso, desta vez sem recorrer ao diálogo, e o realismo do passo que descreve os últimos momentos do moribundo. O realismo descritivo e a interrogação do orador suspendem o auditório que acaba por contemplar as riquezas da Filosofia que excedem todos os bens, todas as heranças.

⁴⁰ *ibidem*.

Breve louvor da Matemática e da Astronomia

– O *exemplum* de um contemporâneo

No louvor da Matemática – na qual inclui a Astronomia⁴¹ – e da Medicina, Francisco Machado não consome grandes elogios nem desenvolve longamente os *exempla*. Para ilustrar as grandes riquezas da Astronomia, Machado evoca, curiosamente, não uma figura da Antiguidade clássica, mas um famoso astrónomo dinamarquês seu contemporâneo: Tycho Brahe⁴². Este homem “arreatou a palma a todos os matemáticos de antiga nomeada”; *'sane omnibus superioris memoriae Mathematicis palmam praeripuit'*⁴³, e graças ao seu intenso trabalho de observação tornou possíveis avanços consideráveis na Astronomia. O que torna este *exemplum* oportuno no tema desta oração é o facto de este sábio dedicar a sua vida e o seu património ao estudo dos astros. As riquezas da Astronomia lhe bastariam, e constituiriam um tesouro incorruptível e inabandável.

Breve louvor da Medicina

– Um *exemplum* clássico

O *exemplum* que ilustra as riquezas da Medicina é mais breve ainda, ocupa três breves períodos apenas, e o seu protagonista é uma figura clássica sobejamente referida em orações de Sapiência: Hipócrates. Também este sábio preferiu as riquezas da Sabedoria e desprezou o oiro oferecido por Artaxerxes. Se ambas as figuras deste *exemplum* seriam por demais conhecidas no ambiente de Francisco Machado, não o seria do mesmo modo esta proposta que o rei teria feito ao médico e a recusa deste. Com efeito não lográmos encontrar nem nos clássicos nem nos humanistas qualquer referência a este episódio.

⁴¹ Não encontramos noutra oração de Sapiência esta, mais que simples associação, inclusão da Astronomia na Matemática.

⁴² Vide nota de tradução 36, p. 127.

⁴³ Cfr. p. 127.

O louvor dos Direitos

– Afonso X e o tesouro das leis

Depois do breve louvor da Astronomia e da Medicina, Francisco Machado prossegue com o encómio dos Direitos, Civil e Canónico, e da Teologia, disciplinas que ocupavam um lugar *a se stante* na divisão tradicional do saber.

É o louvor de ambos os Direitos, unidos por um “pacto de afeição” para que nenhuma discórdia se levante, que irá dar azo a mais um longo episódio. Também este, não o encontramos em outras Orações de Sapiência, pelo que ilustra o gosto de Machado por *exempla* pouco conhecidos, ou se possível, originais. Como protagonista deste episódio temos Afonso X, o Sábio, Rei de Leão e Castela, um autêntico Rei Sábio, figura cujo impacto e influência no Direito⁴⁴ se pode considerar equiparável à que representou na afirmação e elevação formal das línguas castelhana e galaico-portuguesa.

Atormentado pelo estado decadente do reino, D. Afonso reúne a corte para a consultar, e todos, consoante o seu próprio modo de pensar, davam seus conselhos. Ouvidos todos os pareceres, é o rei em pessoa que aponta a solução para tal estado de coisas.

'Rex uero, auditis omnium iudiciis, librum quendam, qui tam Pontificias, quam Caesareas Leges continebat, manibus aperit, folia percurrit, et hunc in modum dicit sententiam. Remedium, quod temporis calamitas postulat, unus praestat hic sapientiae thesaurus.'

'Ouvidas todas as opiniões, abre o rei com suas mãos um livro que contém tanto as leis canónicas como as civis, percorre as folhas e fala desta maneira: – “O remédio que requer a gravidade do momento é um só, só este tesouro da sabedoria o concede.” p. 131.

Só, pois, as riquezas das Leis civis e canónicas poderiam restaurar aquele reino como restauraram com grande presteza e sucesso. Este episódio inspira a Francisco Machado o efúgio para o momento presente e para o estado do Reino.

⁴⁴ Contam-se entre as suas obras o *Libro del Especulo* e o *Espejo de todos los Derechos*, o *Fuero Real*, as *Siete Partidas*, o *Ordenamiento de las Tafurerias*, as *Leyes para los adelantados* e as *Leyes nuevas*.

Servindo-se do tópic⁴⁵, já recorrente nas orações de Sapiência, segundo o qual os estados prosperam e vivem em paz quando respeitam as leis sagradas e civis, Francisco Machado aplica-o ainda a Portugal a quem não faltaria a fazenda se guardasse o tesouro de Sabedoria da justiça. O orador remete para o passado a grandeza da nação, que outrora foi sustentada, não pelas riquezas, não pelos sucessos ou pelas armas ou ainda pelos impostos, mas pelo tesouro da Sabedoria. Mais uma vez, Machado não perde a oportunidade de aludir ao estado crítico do reino e à grandeza perdida de Portugal.

Aproveitando o ensejo da crítica ao estado e à governação, Francisco Machado alonga-se num demorado excurso que decerto teria provocado no auditório momentos de aplicada atenção.

Um episódio épico

– Ataques de piratas holandeses a Buarcos

O excurso é anunciado por uma máxima que Machado se propõe 'reformular': se os antigos diziam que o dinheiro é o nervo da guerra, com mais propriedade o mesmo se diria da Sabedoria, pois já muitas guerras terão começado sem dinheiro mas nenhuma sem Sabedoria. Para o demonstrar, Francisco Machado evoca um exemplo que certamente é conhecido de todo o auditório.

Não veremos desenrolar a nossos olhos um episódio clássico nem um *exemplum* inteiramente inaudito, mas um caso que há poucos meses sucedeu e que envolveu a Academia. Trata-se de um ataque de piratas holandeses a Buarcos, que devastou o lugar e profanou as igrejas e as imagens dos seus santos. Dando largas à expressão do seu horror pelas atrocidades que os piratas cometeram, Francisco Machado lança invectivas sobre os batavos e apela às emoções do auditório lançando sobre ele uma série de interrogações e respostas retóricas para concluir que o povo não lutou nem ofereceu resistência por meio da guerra porque faltou a Sabedoria. Um segundo ataque a Buarcos vem demonstrar que só a Sabedoria soube fazer frente à ofensiva protestante, provando assim que foi mais forte o poder das Letras que o poder do dinheiro. Vejamos porquê: a Academia soube do assalto e lança-se Mondego abaixo sob o comando do próprio Reitor. Era tal o terror que inspirava este exército de Sabedoria que o próprio Gerião, monstro que domina o Mondego, se rende e entrega as suas armas

⁴⁵ Vide nota de tradução 43, p. 133.

para auxílio do combate. A este exército não faltavam a coragem nem vontade de pelejar, o que não chegou a fazer porque o inimigo à visão de tais forças desiste do combate e deita-se ao mar.

É de tal acento épico esta descrição que chegamos a pensar tratar-se apenas de um artifício literário, a referência a estes ataques dos batavos, mas, como veremos, a *amplificatio* que de facto Machado usa, não altera a verdade dos factos.

Vejamos o que nos diz deste sucesso Manuel Severim de Faria, autor contemporâneo de Machado:

“A 18 de Maio de 1629 achandose seis piratas olandeses defronte de Buarcos em occasião de calmaria, sairão em terra em grande numero e saquearam o lugar por descaido dos moradores a quem a confiança de estarem em costa brava por viver com tão receyo de inimigos que se tem sempre por segura delles, posto, (...) que já os virão em suas casas os pudera ter desenganado deste tão custoso erro”.⁴⁶

O testemunho de Manuel Severim de Faria vem confirmar a existência deste ataque bem como a origem dos piratas. Com efeito, Joaquim Veríssimo Serrão⁴⁷ na sua *História de Portugal* fala-nos de um ataque de ingleses a Buarcos em fins de Maio, mas nas fontes⁴⁸ que refere não encontramos qualquer referência à origem das “quatro naus inimigas (que) botaram gente em Buarcos”⁴⁹. A obra de Faria vem pois confirmar o testemunho de Francisco Machado segundo o qual os inimigos eram holandeses.

A este ataque, como afirma Machado “a custo alguém houve que (...) fizesse frente”; por isso, a série de questões que o orador levanta sobre o auditório para que este conclua que a Sabedoria é o “nervo da guerra”, tem o seu fundamento. Com efeito, a população da costa não se defendeu devidamente, como afirmam Veríssimo Serrão⁵⁰ e Antó

⁴⁶ FARIA, Manuel Severim de, in *História Portuguesa e de outras provincias do Ocidente Desde o Anno de 1610 até ao de 1640 da Felice Acclamação de ElRey*, Ms. cod. 241, fol. 256, exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁴⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, in *História de Portugal*, vol. IV, p. 108.

⁴⁸ *Collecção Chronologica da Legislação portuguesa*, compilada e anotada por José Justino Andrade e SILVA, LISBOA, 1854-1857, 9 vols.

⁴⁹ *ibidem*, p. 153, carta régia de 6 de Julho de 1629.

⁵⁰ SERRÃO, op. cit., vol. IV, p. 108 “houve gente que não quis combater”.

nio dos Santos Rocha⁵¹. Houve gente que não quis combater e por isso foi castigada.

Veríssimo Serrão e António dos Santos Rocha fazem-nos crer que teria havido somente um ataque a Buarcos no ano de 1629, o que transformaria a *secunda irruptio* de que nos fala Machado em um artifício literário bem cogitado, para comprovar que, com a assistência da Sabedoria – da Academia 'em pessoa' – todas as guerras seriam vitoriosas. Mais uma vez, porém, o manuscrito de Faria traz luz sobre esta questão e confirma a versão de Francisco Machado, referindo uma tentativa de ataque a 7 de Junho e o pronto auxílio de Coimbra de onde acudiram o Corregedor com gente da cidade, fidalgos e nobres e o Reitor da Universidade com alguns mestres por capitães de 420 estudantes⁵². Foi a este segundo ataque, e não ao de Maio, como afirma Veríssimo Serrão, que acorreu a Academia.

É bastante curioso este episódio, sobretudo pelo tom épico que Machado lhe confere, a ponto de já imaginarmos o exército académico na peleja, quando de facto ele não chega a combater graças à desistência do inimigo que regressa ao mar⁵³. A evocação desta

⁵¹ ROCHA, António dos Santos, “Considerações sobre o estado economico da Figueira no seculo XVII” p. in *Materiais para a História da Figueira da Foz no sec. XVII e XVIII*, Figueira, Casa Minerva, 1893, p. 62, citando a fonte: “sobre o que resultou da devassa que o Desembargador João Carreiro de Almada tirou do successo de Buarcos” se recomenda: “E porque é justo e conveniente que as pessoas que naquela ocasião não cumpriram com sua obrigação sejam castigadas, para exemplo de outros, fareis que os que forem achados culpados, se livrem ordinariamente, diante do corregedor da Comarca de coimbra”. *Livro de Correspondência do desembargador do paço*, fol. 86 in *Collecção Cronológica da Legislação portuguesa 1627-1633*, p. 156.

⁵² FARIA, op. cit., fol. 256 “Contudo logo aos 7 de Junho, vendo outra semelhante bonança, deram môstras de querer sair em terra, porem como já o mal passado nos tinha feito vigilantes, foi logo dado rebate em Coimbra, donde acudiram com suma presteza o Corregedor com a gente da cidade, de Infantaria por mar, e os de Carvalhos / em que estavam os fidalgos, e nobres / por terra. O Reitor da Universidade Francisco de Brito de Meneses se embarcou tambem em quize barcas com os estudantes que então havia, que por ser no fim do anno erão já poucos, mas ainda assy passarão de 420 de que forão por Cappitães D. Andre de Almeida, o Doutor Francisco Roiz de Valladares, D. Antonio da Silvr.^a, Franc.^o Cabral, e Nuno da Cunha, Estêvão da Cunha; sargentos Gaspar Pinto da Fonseca, e Jeronimo da Silva: o General de todos era o mesmo Reitor que ia diante em corpo com um bastão na mão.”

⁵³ De facto, o inimigo chega a desembarcar mas presta-se a abandonar a terra e fazer-se ao mar, e também FARIA aponta como motivo da fuga o temor inspirado pelo exército vindo de Coimbra: FARIA, op. cit., fol. 256 f e v, “Foy este esquadrão notabelicimo assy pela qualidade da gente, pois nelle encerrava a flor da fidalguia e letras deste reyno, como pelo valor e armas que levarão. Sem duvida que a noticia

'aventura' no início do novo Ano Académico foi decerto bem acolhida pelo auditório, quer pelos que nela teriam participado quer pelos que estando ausentes de Coimbra, porventura já de férias, agora ouviam com atenção a empolgada narrativa dos acontecimentos. Não faltou a Machado a habilidade para a integrar no tema da oração de modo a que não viesse a despropósito, nem aquele careceu de empenho na descrição exaltada do estado em que ficou Buarcos. Na verdade, Francisco Machado não exagera quando afirma que ele próprio viu tal desolação, como pode confirmar, de novo, o manuscrito de Faria ao referir o contributo material para o exército que o P. Reitor da Companhia enviou a Buarcos, pelo P. Francisco Machado⁵⁴. Este teria, pois, assistido ao espectáculo desolador dos resultados do ataque devastador de finais de Maio, que seriam ainda visíveis a 7 de Junho.

O louvor da Teologia

– O enigmático ceptro de Bruto

Findo o excuro de tom épico que termina com a explicação da máxima com que principia – a Sabedoria é o nervo da guerra – Francisco Machado retoma o louvor das ciências para terminar em grande com o encómio da Teologia. Usando o tópico já recorrente da carência de meios suficientes para o merecido elogio de ciência tão digna, Machado diz temer a falta de recursos para louvar a Teologia que a todas em valor excede. Na Teologia,

“encontramos encerradas as riquezas, escondidos os cofres dos melhores tesouros.” p. 143.

'Etenim in ipsa Theologia inclusos diuitiarum thesauros, et reconditas gemmarum thecas reperiemus'

Imagem vivíssima da riqueza da Teologia é o ceptro que Bruto levou de presente a Apolo, um ceptro enigmático que, sob a aparência

delle fez voltar aos inimigos as costas pois desembarcando de seis ou sete vellas mais de quinhentos homens, se tornarão a embarcar com maior presteza do que vierão. E assy podemos dizer que foi este maior vencimento que o de Cesar, pois sem os nossos serem vistos, só com a fama fizerão fugir os inimigos.”

⁵⁴ FARIA, op. cit., fol. 256 v: “O provimento para toda esta gente mandou largamente dar o Cabido por o conego Jacinto Pereira, e os senhores Inquiridores por o Deputado Pedro de Baeça, a quem acompanharão os officiaes do Santo officio e o P. Reytor da Companhia pelos P.^{cs} Francisco Machado e Antonio da Rocha “.

da humildade da matéria em que foi esculpido, encerra a riqueza de um ceptro de ouro.

A imagem escolhida para a riqueza da Teologia é desta vez um *exemplum* clássico que não encontramos em nenhuma outra oração de Sapiência dos sécs. XVI ou XVII, recolhido do Livro primeiro da *História de Roma* de Tito Lívio⁵⁵:

'Is tum ab Tarquiniis ductus Delphos, ludibrium uerius quam comes, aureum baculum inclusum corneo cauato ad id baculo tulisse donum Apollini dicitur, per ambages effigiem ingenii sui'.

“Levado também ele para Delfos pelos Tarquínios, mais propriamente por bobo que por companheiro, diz-se que levou de presente a Apolo um ceptro de ouro encerrado em outro ceptro esculpido em corno, significando por este enigma a imagem do seu engenho.”

Texto de Machado, p. 142:

'Qui Brutus Delphos iturus, ut Apollinem de rebus gra- uissimis consuleret, penes quem erat scientia rerum diuinarum, dicitur baculum aureum inclusum scipione cauato ex paupere materia Apollini donum tulisse per ambages, effigiem ingenij sui,...'.

Justamente, esclarece Machado, temos neste ceptro a imagem da Teologia, não só pela riqueza discreta que encerra sob a sua humildade, mas também porque a Teologia, tal como o ceptro, rege todo o poder sagrado do mundo. É com o louvor desta ciência 'Rainha', como lhe chama D. Pedro de Meneses na sua oração de Sapiência⁵⁶, que Machado vai pôr termo ao louvor das disciplinas, não à oração. Na tradicional divisão medieval do saber, ela ocupa o lugar supremo, e por isso tem em orações deste género o primeiro ou o último lugar na ordem de apresentação, mas sempre o primeiro hierarquicamente.

⁵⁵ TITO LÍVIO, *História de Roma*, Livro I, cap. LVI, 9.

⁵⁶ MENESES, D. Pedro, op. cit., pp. 76-77.

O elogio de D. Frei Luis de Brito Meneses

– Um governador do Oriente pouco conhecido

A imagem do ceptro continuará a criar oportunidades a Machado, que encontra nela o ensejo para tecer elogios a ilustres 'Britos' cuja linhagem entronca naquele famoso 'Brito' ou 'Bruto', usando a oscilação do uso das semi-vogais i e u. É apoiando-se no seu ceptro que governam os pastores, os Pontífices, de entre os quais se deve admirar o ilustre Brito, bispo e governador do Oriente.

Este ilustre ornamento da linhagem dos Britos é D. Frei Luís de Brito Meneses⁵⁷ que terá, em Janeiro de 1627, sucedido ao Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, no vice-reinado da Índia⁵⁸. Bispo de Meliapor confirmado em 1615, foi também bispo eleito de Cochim. Pensamos que o seu elogio neste texto apenas se explica por se tratar de um familiar próximo do reitor, também este pertencente à linhagem dos Britos, D. Francisco de Brito de Meneses. Na altura em que Francisco Machado pronuncia esta oração, já o bispo governador falecera alguns meses atrás, a 28 de Junho de 1629, facto que Machado parece ignorar, o que não é extraordinário, pois as novas demorariam a chegar ao reino, demoradas que eram as viagens para o Oriente (cerca de seis meses, em média). Não é pequeno o elogio que este governador do Oriente merece do mestre de Retórica; por isso estranhámos não ter encontrado outra referência aos seus méritos como governador do Oriente. Mesmo no que respeita ao seu múnus de governador, poucos dados pudemos apurar: Veríssimo Serrão⁵⁹, no relato da polémica sucessão de D. Francisco da Gama no vice-reinado da Índia, informa-nos de que foi D. Frei Luís de Brito de Meneses quem recebeu ordens para prender D. Francisco da Gama e enviá-lo sob custódia para Lisboa, e que D. Francisco Mascarenhas foi convidado para lhe suceder. Este autor, pois, não refere D. Brito como sucessor de D. Francisco da Gama, e, o que torna ainda mais complexa a questão é que, em carta de Março de 1627, D. Francisco da Gama roga a El'Rei que lhe envie sucessor⁶⁰.

⁵⁷ Vide nota de tradução 61, p. 101.

⁵⁸ Teria ocupado o cargo em Janeiro de 1627, segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, tomo I, p. 112, que infelizmente não refere as fontes.

⁵⁹ SERRÃO, op. cit., p. 192. "Ordens foram dadas a D. Frei Luís de Brito e Meneses, bispo de Meliapor e eleito de Cochim, para prender D. Francisco da Gama e o enviar sob custódia para Lisboa.' (...) 'para o substituir foi convidado D. Francisco Mascarenhas, capitão-geral de Macau...".

⁶⁰ Carta publicada por REGO, António da Silva, "O início do segundo governo do

O único documento que encontramos e que poderá referir-se ao governo de D. Brito é um passo do manuscrito de Faria, já citado, em que o autor, noticiando a chegada de uma nau em Outubro de 1629, aponta entre as novas chegadas, a de que “O Bispo governador despachou com muita diligência todas as Armadas ordinarias...”⁶¹. Este leva-nos a crer que, pelo menos em 1629, seria D. Brito o Vice-rei da Índia, pois D. Francisco da Gama não era Bispo, nem o era D. Francisco Mascarenhas, capitão-geral de Macau, que segundo Serão teria sido convidado para substituir D. Francisco da Gama.

Provavelmente D. Brito de Meneses assumiu o cargo mais tarde, não logo em Janeiro de 1627⁶², ou assumiu-o, recebendo-o directamente de D. Filipe sem que D. Francisco da Gama dissesse tomasse conhecimento. É uma página pouco clara da História do governo do Oriente.

O louvor do reitor

– As obras das Escolas Menores e as relações entre a Universidade e o Colégio das Artes

A própria Academia é regida por este ceptro de ouro, o ouro da Sabedoria, e o seu ceptro é o Reitor que a governa. Machado poderia tecer-lhe rasgados elogios, não fora a modéstia do homenageado, mas, recorrendo à paralipse, não deixa de referir “em silêncio” a sua Sabedoria e as obras das Escolas Menores que graças à sua munificência crescem de dia para dia.

Com efeito encontravam-se em curso as obras de edificação das Escolas Menores⁶³, ou Colégio das Artes a cargo da Companhia de

vice-rei da Índia D. Francisco da Gama” in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe de Letras*, tomo XIX, Lisboa, 1978, p. 341, nota 22: “vai em cinco annos que estou no governo deste Estado e isto sobre sessenta e quatro de idade (...) em caso que nas naos que hora de lá hão de partir me não tenha vindo sucessor, se sirva vossa Magestade de mandar que venha nas que apos ellas primeiro partirem”.

⁶¹ FARIA, op. cit., fol. 262: “As novas que vieram foram as seguintes: O Bispo governador despachou com muita diligência todas as Armadas ordinarias particularmente duas para o Norte, (...) com António de Sousa de Carvalho por Capitão (...)”

⁶² Ainda em 1628, como afirma SERRÃO, op. cit., p. 192, chegavam ao reino queixas sobre D. Francisco da Gama e a sua “pouca energia” no governo.

⁶³ Provisoriamente instaladas, aquando da sua fundação em 1548, nos Colégios de S. Miguel e de Todos os Santos, as Escolas Menores, ou Colégio das Artes passaram a ter edifício próprio na baixa, construído por D. João III. Quando foi entregue à

Jesus⁶⁴. Estas obras porém, ou o seu patrocínio, não eram de todo pacíficas, como não eram aliás, as relações entre a Universidade e o Colégio no que respeitava a rendas e concessão de graus. Muito embora alguns religiosos da Companhia regessem várias cadeiras na Universidade e fossem convidados para o desempenho de funções como a de pronunciar a oração de Sapiência, o que coube a Machado, durante o séc. XVII não cessaram as querelas que ao longo dos anos se reacendiam com maior ou menor fervor.

Se à Universidade incomodava a isenção do Colégio, os jesuítas eram intransigentes na atitude de pugnar pela sua isenção e independência que mantinham desde D. João III e que julgavam indispensável para o bom governo do colégio.

Desde 1595 que os padres da Companhia buscavam recursos para continuar a construção do edifício iniciada em 1568⁶⁵ e interrompida em 1573 por falta de recursos. Em Novembro daquele ano, o provincial, Francisco de Gouveia, pede a D. Filipe atenção para o problema das Escolas e, não vendo resultados, os padres do Colégio renovam em 1603 o empenho, expondo ao rei, como protector da Universidade, os riscos, para mestres e estudantes, da “indecência do sítio”⁶⁶ onde são dadas as classes. Queixam-se ainda os religiosos de que já muito dinheiro gastaram nas escolas que “não têm obrigação de fabricar”⁶⁷ rogando ao rei o dinheiro necessário. D. Filipe endoça a questão para o reitor da Universidade que, depois de reunir o Conselho-mor em 1604, argumenta que deveria ser o monarca, e não a Universidade, a

Companhia de Jesus, pois, funcionava na baixa, tendo por isso os padres a seu cargo um Colégio na baixa e outro na cidade alta, o Colégio de Jesus, onde residiam. Quando, depois da morte de D. João III, o Cardeal-Infante D. Henrique estabeleceu em Coimbra o tribunal do Santo Ofício, instalou-o nos edifícios onde funcionava o Colégio das Artes, o velho e o novo, sendo aquele transferido em 1566 para a cidade alta, na vizinhança do Colégio de Jesus. Novo edifício se projectou para as Escolas Menores, tendo-se iniciado em 1568 a sua construção que se prolongou pelo séc. XVII adiante. Veja-se a este propósito VASCONCELOS, António, *Escritos...*, op. cit., vol. I, Secção II-B), “Os Colégios Universitários”, cap. VI, pp. 207-222.

⁶⁴ Para estudo deste ponto veja-se: RODRIGUES, Francisco, *História...*, op. cit., tomo 2, vol. 2, pp. 200-249; *ibidem* tomo 3, vol. 1, pp. 211-243; TEIXEIRA, António José, *Documentos para a História dos Jesuítas*, Coimbra, 1899, Nota H, pp. 703-712.

⁶⁵ Ano em que se iniciou a construção das Escolas depois de passar o Colégio das Artes da cidade baixa para a alta.

⁶⁶ RODRIGUES, Francisco, *História...*, op. cit., tomo 2, vol. 2, p. 238, citando (nota 3) Arquivo da Universidade, *Conselhos*, 14, 1600, p. 1604. Conselho de 16 de Janeiro de 1604, em cuja acta se inseriu integralmente a petição dos Padres.

⁶⁷ *ibidem*.

patrocinar as obras, tal como o tinham feito os reis passados, reforçando este argumento com o de que os Padres da Companhia não eram da Universidade nem obedeciam ao reitor. Pelos argumentos apresentados vemos como a fonte dos litígios era a velha questão da independência da Companhia no governo do Colégio que desde sempre pertencera à Universidade por vontade do fundador. Aquele porém, já dispunha dos privilégios da autonomia desde a sua fundação e a Companhia queria mantê-lo isento da superintendência do reitor, sem deixar de ser, como sempre fora de início, membro da Universidade. De acordo com a sua própria regra, os jesuítas não podiam permitir o governo de estranhos na administração dos seus colégios. Por isto mesmo estiveram a ponto de deixar o governo do Colégio das Artes nos finais do séc. XVI.

A questão arrasta-se até 1610, quando os contendores assinam um contrato a 17 de Junho desse ano. Em Novembro do mesmo ano, D. Filipe ordena em provisão que a Universidade dê aos padres da Companhia 20000 cruzados, 3000 em cada ano para se acabar o edifício das Escolas Menores, e no ano seguinte ordena que a universidade adiante 5000 ou 6000 cruzados para que se concluam as obras mais brevemente. O prazo de pagamento estabelecido naquele contrato era de seis anos mas em 1618 e 1619 os padres já lamentavam sustentar as obras com suas rendas por a Universidade faltar ao prometido.

As obras recomeçaram em 1611 e, embora não estivessem concluídas, as aulas do novo edifício foram inauguradas em 1616. De 1624 a 1626 D. Filipe renova, diante do reitor – desde 1624 D. Francisco de Brito de Meneses – as recomendações para que se conclua o pagamento da dívida, permitindo, assim, a conclusão da obra das Classes Menores⁶⁸. À data de 1629 as obras estariam ainda em curso e aparentemente, os anos do reitorado de D. Brito de Meneses foram pacíficos no que diz respeito às relações do Colégio com a Universidade; assim se compreende o rasgado elogio que Francisco Machado tece ao reitor pelo patrocínio polémico que foi o desta obra. Segundo Francisco Rodrigues, no entanto, o pagamento cabal da dívida nunca foi efectuado, arrastando-se a questão por todo o séc. XVII e primeira metade do séc. XVIII.

⁶⁸ “Por parte do reitor e religiosos da Companhia de Jesus dessa cidade se me pediu dar cumprimento ao dinheiro necessário para acabar a obra das classes menores, e, porque convirá que se ponham em perfeição, sem faltar às outras obrigações precisas da Universidade, vos encomendo que assim o procureis acomodar o mais brevemente possível.” 11 de Agosto de 1626, in RODRIGUES, Francisco, *História...*, op. cit., tomo 3 vol. 1, p. 221.

A Junta dos Prelados em Tomar

– O anti-semismo de Francisco Machado e o pensamento da Companhia

Os méritos que Machado atribui ao Reitor são tais que lhe mereciam não apenas o ceptro de Reitor da Universidade mas também o de Pastor da Santa Igreja. Elogiando esta figura, considerando-a enviada à Academia em tempos difíceis para Portugal, o orador passa a um novo tema que lhe proporcionará comentar mais um acontecimento em que a Universidade esteve envolvida.

É com fortes expressões de horror que Machado descreve esses tempos e as dores que afligem Portugal, dores que primeiro invectiva para depois lamentar, e com tal desprezo lamenta que fere a sensibilidade do nosso século. Expressões como “inimigos da Fé” “ninhada de víboras”, “veneno”, “peste”, “pestilência”, não chocariam, porém, do mesmo modo o auditório de Francisco Machado. Na verdade, é aos cristãos-novos que se refere Machado como viremos a concluir pela identificação da reunião em Tomar de que fala o autor, com a Junta dos prelados em Tomar sobre os remédios contra o Judaísmo⁶⁹.

Os termos pejorativos que Machado utiliza inserem este passo num conjunto de textos que nesta época não são raros, textos que não são apenas fruto, mas eles próprios estimuladores do anti-judaísmo. Não havia muito tempo tinham sido publicadas duas obras que lançavam ferozes acusações sobre a raça judaica: *O Breve Discurso contra a herética perfídia do Judaísmo* em 1623 e *Honras Cristãs nas afrontas de Jesus Cristo* em 1625 de Vicente da Costa Matos, obras que têm em última análise o objectivo de conseguir a expulsão dos judeus do reino⁷⁰.

Ainda que leis e medidas superiores fossem inconstantemente favorecendo ou desfavorecendo a gente de nação, consoante os interesses económicos do estado e os raros esforços pela justiça, a menta-

⁶⁹ Catalogada na “Cronologia da Inquisição” de BETHENCOURT, Francisco, publicada no *Catálogo da exposição organizada por ocasião do 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987, p. 26.

⁷⁰ RODRIGUES, Maria Idalina Resina, “Literatura e anti-semitismo, séculos XVI e XVII” *Brotéria*, Lisboa, 1979, pp. 41-56, 137-154. A autora apresenta dois tipos de Literatura anti-semita. Uma de intuito apologético, geralmente da autoria de judeus convertidos ao cristianismo, que pretendia justificar as razões da adesão à Igreja Católica de modo a alcançar mais conversões, e outra de “exacerbamento do anti-semitismo”, na qual se inserem as obras acima referidas.

lidade popular nacional permanecia adversa ao judeu e ao cristão-novo. Prova disto mesmo eram os acontecimentos recentes, do início do século, quando, após longos esforços, os cristãos novos alcançaram, a custo, o perdão geral de 1604, que pouco duradouro veio a ser. Abriram-se as prisões, mas esperava os libertos o ódio popular que muitas atrocidades cometeu. Em Coimbra alguns libertos morreram e as suas casas arderam às mãos de estudantes que não vieram a ser identificados⁷¹. Se em alguns passos da História a Companhia de Jesus foi o contra-poder em relação à Inquisição sobretudo na defesa dos cristãos novos, outros houve em que colaborou com o movimento geral anti-judaico. A simpatia granjeada junto de Reis e de Papas e a natureza internacional da Ordem proporcionou-lhe o uso do seu poder de influência, nomeadamente a favor dos cristãos-novos. Claro exemplo disto mesmo foi a acção de António Vieira, hábil diplomata que, lutando sem sucesso por uma nova ordem socio-económica, para si próprio granjeou conflitos com a Inquisição⁷².

Dentro da própria Companhia, porém, não era pacífica a aceitação de cristãos-novos. Nas regras que compôs para a sua Província, o P. Simão Rodrigues “determinou que se não aceitassem nela os que eram de linhagem judaica”⁷³. Com efeito não era fácil a aceitação destes homens no século e na Ordem, como nos diz o P. Miguel Torres ao atribuir as dissensões nas casas da Companhia ao “aborrecimento que os cristãos-velhos têm contra os novos”⁷⁴. Como entender este conflito com os jesuítas cristãos-novos, se a orientação de Simão Rodrigues determinava a recusa de candidatos de linhagem judaica à Companhia? Prevalencia sobre a determinação do Provincial, a regra⁷⁵ do Fundador, Inácio de Loiola, que não queria que houvesse na Ordem distinção entre “judeu e grego”⁷⁶.

⁷¹ A este propósito veja-se: AZEVEDO, João Lúcio de, “Domínio Castelhana – Reinados de Filipe II e Filipe III”, *História dos Cristãos-novos Portugueses*, Lisboa, 1921, pp. 149-170. SERRÃO, op. cit., tomo IV “Perdão geral aos Cristãos-novos”, pp. 55-60.

⁷² Outros jesuítas de seu tempo, Baltasar da Costa, Manuel Fernandes, Manuel de Andrade, José de Brito, Bento Pereira e Francisco Lopes entre outros, pugnaram em particular pela defesa dos cristãos-novos e de modo geral contra os processos inquisitoriais. A este propósito veja-se: RODRIGUES, Francisco, op. cit., tomo 3 vol.1, pp. 445-477 e 493-496; e AZEVEDO, João Lúcio de, *História de António Vieira*, Lisboa, 1918-1920.

⁷³ Cfr. RODRIGUES, Francisco, *História...*, op. cit. Tomo 2, vol. 2 p. 338.

⁷⁴ *ibidem*, p. 339.

⁷⁵ *ibidem*, p. 338.

⁷⁶ Citando a 1ª epíst. de S. Paulo aos Romanos, 12.

O próprio Stº Inácio viveu momentos conflituosos com a Inquisição enquanto estudante em Alcalá, em 1527, por via dos seus *Exercícios Espirituais*⁷⁷. Alguns anos mais tarde, Inácio afirma que teria considerado um favor divino o ser descendente de Judeus, e assim ser da mesma raça de Cristo e da Virgem Maria. *'He left at least the Spaniards among his listeners astounded, if not shocked'*⁷⁸. No texto das *Instruções* dadas aos primeiros jesuítas a respeito da Reforma é visível a influência inaciana de um homem que sentiu na pele o excesso de zelo dos Tribunais da Inquisição. Diz o seu texto: “todos aqueles que puderem ser úteis aos hereges manifestem um grande amor para com eles e os estimem verdadeiramente em muito, apartando de si todos os pensamentos que possam de algum modo diminuir a sua estima dos mesmos”⁷⁹. Longe dos princípios do fundador, porém, religiosos cristãos-velhos não tributam a consideração merecida aos seus irmãos cristãos-novos da Ordem e não toleram vê-los em cargos de mando e poder⁸⁰.

Entende-se assim a atitude de Machado diante dos cristãos-novos: os membros da Companhia não partilhavam do mesmo pensamento sobre esta questão.

É então para dar notícia daquela Junta em Tomar, que Francisco Machado traz à oração este tema, cuja ligação à Sabedoria não será esquecida para que termine com nota de unidade esta oração.

Alastra pelo reino um fogo de divisão, uma peste que envenena o reino e que só a Sabedoria poderá vencer, como se espera depois da

“feliz deliberação com que, em Tomar, um exército se constituiu, de santos sacerdotes e eminentíssimos varões”
p. 104.

*'felix illud auspiciu[m], quo sanctissimorum Pontificiu[m],
summoru[m]que hominu[m] exercitus fuit Nabantiae comparatus'*

Nesta reunião, prossegue Machado, “empunhou o estandarte” o Bispo de Coimbra que nela gastou as suas próprias rendas, e nela

⁷⁷ KAMEN, Henry, *Inquisition and Society in Spain in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Bloomington, 1985, p. 124.

⁷⁸ O'MALLEY, John W. SJ, *The First Jesuits*, Cambridge, 1993, p. 190.

⁷⁹ ANTUNES, Manuel, “A Companhia de Jesus e o seu Humanismo” in *Brotéria*, Lisboa, 1965, p. 39.

⁸⁰ Alguns cristãos-novos que, admitidos à Companhia, se distinguiram pelo talento queixam-se das humilhações sofridas dentro da Companhia por via das suas origens. É o caso de Cipriano Soares, famoso pela sua obra de *Arte Retórica*.

estiveram presentes dando a sua assistência “gravíssimos Doutores” da Academia. O orador não se limita a louvar os mestres que a Tomar se deslocaram, louva também os que, retidos na Academia, não puderam estar presentes, pois apesar de ausentes cuidaram de igual modo do bem-estar do reino.

D. João Manuel⁸¹, a esta altura bispo de Coimbra, foi de facto o principal mentor desta Junta sobre os remédios contra o Judaísmo.

Eleito pelo clero reunido para o desempenho de uma missão diplomática junto da Corte, ele próprio em 1628 sugeriu que se aproveitasse a oportunidade para requerer, em nome dos bispos, que o governo ordenasse a convocação de um Concílio Nacional com que definitivamente se resolvesse o problema do Judaísmo⁸². Autorizada⁸³ a reunião da Junta, e não Concílio, pois para essa designação lhe faltava o beneplácito do Papa, foram inauguradas as sessões em 23 de Maio de 1629 no Convento de Cristo em Tomar⁸⁴.

Conforme nos diz Machado, estiveram presentes na Junta para dar seus pareceres alguns doutos lentes de Coimbra⁸⁵, teólogos e juristas. O mesmo aconteceu com lentes de Évora que estiveram

⁸¹ Conforme CARDOSO, A. Brito, “Catálogo dos bispos da diocese de Coimbra”, Separata do *Boletim da Diocese de Coimbra*, Coimbra, 1985. Vejam-se mais informações na nota de tradução nº 71 e SERRÃO, op. cit., vol. IV, p. 117.

⁸² AZEVEDO, op. cit., p. 193

⁸³ A autorização foi dada formalmente apenas no ano seguinte, em 17 de Fevereiro de 1629, conforme informação de AZEVEDO, op. cit., p. 194, nota 3.

⁸⁴ Inicialmente o local previsto para a reunião era Elvas, mudando-se depois para Tomar por ser lugar mais central para todos os prelados.

⁸⁵ Para que pela sua ausência da Universidade não fossem prejudicados os lentes de Coimbra, os bispos pediram a D. Filipe que aqueles fossem contados e vencessem como presentes na Universidade. Em carta de 22 de Junho de 1629: “Os Prelados deste Reino, que de mandado de Vossa Magestade, se juntaram na villa de Thomar, escreveram a Vossa Magestade, neste Tribunal, a carta inclusa, em que apontam as razões que os movem a se pretenderem ajudar das letras e estudos de alguns Doutores da Universidade de Coimbra, e pedem a Vossa Magestade que, já que agora não fazem falta nella, por o tempo das lições ser acabado, lhes faça Vossa Magestade mercê de mandar que os doutores a quem chamarem sejam contados e vençam nas suas Cadeiras como se actualmente estivessem presentes. (...) E porque a matéria de que se ha de tratar na Junta dos Prelados, é tão grave como se deixa de vêr de sua carta, e sempre será de efeito ouvir nella aos mais doutos homens do Reino, pareceu que será de mui justo que vossa Magestade mande deferir aos prelados (...). Ao que se acrescenta que no tempo das ferias, como agora entra, se offerecem menos difficuldades. E por ganhar tempo, e este negócio ser tão extraordinario, que nem o comprehendem os Estatutos, se deixou de pedir parecer nelle ao Reitor da Universidade de Coimbra.” in *Collecção Cronológica da Legislação portuguesa, 1627-1633*, pp. 152-153, Livro de Consultas da Mesa da Consciência, fol. 106.

durante a Junta em Tomar, tal como os de Coimbra, hospedados no Convento de Cristo a expensas dos prelados⁸⁶.

Manuel Severim de Faria, contemporâneo de Machado, ao momento em que escreve a *História Portuguesa*, nada sabe das resoluções da Junta e diz-nos que “ficou tudo em segredo e assy ate agora se não puderão penetrar as resoluções que se tomarão”⁸⁷. A única resolução que este autor diz conhecer é a de a gente de nação poder vender os seus bens e deixar o reino.

João Lúcio de Azevedo, no entanto, descreve com pormenor o decorrer da Junta e as resoluções nela tomadas. Assim, a Junta pronuncia-se pela expulsão geral, com algumas limitações. Exceptuava-se, por exemplo, aquele que tivesse um dos pais cristão-velho.⁸⁸ Entre o encerramento da Junta e a deslocação dos delegados⁸⁹ a Madrid com as deliberações da Junta mediou mais de um ano, e quando finalmente estas chegaram à consideração de D. Filipe, este mostrou-se mais a favor dos cristãos-novos que das resoluções dos Prelados⁹⁰.

Agradecendo aos doutores o trabalho que deram ao serviço de tal Junta, e já que a assistência folga em concorrer 'para a pátria honra', Machado pede-lhe que recuse todas as riquezas que sejam contra a pátria e contra a verdadeira religião, que recuse todas as que não forem as riquezas da Sabedoria. Deste modo retoma o tema inicial usando as mesmas expressões:

⁸⁶ FARIA, op. cit., fol. 258. Diz-nos este autor que na primeira sessão da Junta se deliberou que “fossem chamados alguns Theologos e Juristas de Sciencia e autoridade para consultores” e entre outros cuja origem não refere, informa-nos da presença de três Doutores de Coimbra e dois de Évora.

⁸⁷ FARIA, op. cit., fol. 258.

⁸⁸ Contra esta expulsão geral lutou o Santo Ofício, que assim perdia uma reserva de testemunhas para futuros processos, motivo justificado com a argumentação pastoral de que esses cristãos aproveitariam esta medida para, no estrangeiro, se tornarem apóstatas, dadas as suas tendências ‘naturais’ para o erro. Foram várias as tentativas de expulsão pois, “se a repressão inquisitorial era impotente para acabar com a heresia do judaísmo, seria necessário expulsar toda a comunidade dos cristãos-novos que ‘infectava’ o reino. Este problema, formulado de uma maneira clara pela primeira vez no início dos anos de 1620, foi objecto de numerosos arbítrios nessa época (até à Junta de Tomar)”, mas a política da Inquisição foi sempre no sentido de evitar uma saída geral de judeus e cristãos-novos do reino. Cfr. BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália*, Círculo de Leitores, 1994, pp. 298-299.

⁸⁹ Mais uma vez é D. João Manuel que chefia esta missão, por ser “mais treinado nos meneios da corte” AZEVEDO, op. cit., p. 207.

⁹⁰ Veja-se AZEVEDO, op. cit., pp. 199-221.

'Et facietis, ut affluens bonorum omnium copia accumulissime uobis accedat.'

“Fareis assim, também, com que a abundância de todos os bens como um rio largamente vos visite.” p. 155.

A oração termina com calorosas saudações ao Reitor, Doutores e Mestres, às Santas Ordens religiosas e à Academia.

**ANNIVERSARIA SAPIENTIAE
COMMENDATIO APVD
CONIMBRICENSES ACADEMICOS
ANNO. 1629
A P. F. MACHADO**

**ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA A QUAL SE TEM
TODOS OS ANOS NA ACADEMIA DE COIMBRA.
ANO DE 1629
PELO PADRE FRANCISCO MACHADO**

**ANNIVERSARIA SAPIENTIAE
COMMENDATIO APVD
CONIMBRICENSES ACADEMICOS
ANNO. 1629
A P. F. MACHADO**

Merito sapientes uiri illorum improbant consuetudinem, qui ita se litteris abdiderunt ut nihil possint ex his neque ad communem adferre fructum, neque in adspicuum, lucemque proferre; illos uero approbant, et laudant, qui conceptam litterarum dulcedinem animo inclusam continere non possunt, quin eam aliis impant, communicentque cum bonis.

Quare quis iure me reprehendat? aut quis mihi sucenseat? si ad pristina recolenda studia animum appellam, et illam dicendi artem, siquam docui, uel didici aliquando, uelim iterum profiteri. Atque hoc mihi concedendum est magis, quod aliena potius, quam propria ducar uoluntate.

Me autem cur pudeat relictos cursus iterare? An quia hoc munus intempestiuum iam nimis uideatur? at persaepe uel emeriti Doctores illud obeunt? An propter auditorum frequentiam, quae in aliis actionibus maior esse solet? at nunquam nec grauior nec sapientior. An quia iam aliis nobilioribus studiis emancipatus? at etiam summi uiri nobilioribus studiis addicti antiquo Humanitatis ludo gaudent non numquam se includere.

An quia timeam de auditorum beneuolentia? at cognitam et exploratam iam diu in me habeo singularem.

**ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA A QUAL SE TEM TODOS
OS ANOS NA ACADEMIA DE COIMBRA.
ANO DE 1629
PELO PADRE FRANCISCO MACHADO**

Censuram com razão os homens sábios o costume dos que tratam de tal modo com as letras que não hajam delas coisa alguma para proveito de todos e à luz do dia nada ponham. Aprovam pelo contrário, e muito louvam, aqueles que em si não podem encerrar a doçura das letras que um dia saborearam, sem que por outros a repartam, e a outros a comuniquem, com toda a sorte de bens¹.

Quem pois, com justiça poderá censurar-me, quem contra mim poderá agastar-se, se ao cultivo do engenho antigo me atrever? Se essa arte de bem falar que tenho ensinado, (se é que um dia a aprendi), de novo intentar exercer? E, depois, tanto mais mo hão-de conceder quanto não tanto por vontade própria, quanto alheia, a isso sou levado.

Porque hei-de então envergonhar-me de percorrer esses caminhos abandonados? Quiçá porque esta função parece já demasiado fora de propósito? Muito embora a tomam inúmeras vezes eméritos doutores. Quiçá pelo concurso da audiência, que em outros actos usa ser de maior monta? Nem por isso, todavia, ela é mais grave, nem mais sábia... Quiçá por ter-me já entregue a mais altos saberes? Mas quantas vezes não folgam os mais esclarecidos varões, que aos ditos saberes se consagram, em contar-se na velha escola das Humanidades!... Quiçá porque algo haja a temer pela bondade da audiência? Bem provada e conhecida, de há muito a tenho já por singular a meu favor.

Vergonha, pois, somente, houvéramos se em tão alto e tão notá-

¹ Francisco Machado abre a Oração com a invectiva à erudição estéril. Com este exórdio, para além de justificar a sua dedicação a esta tarefa – “Quem pois, com justiça poderá censurar-me (...) se a arte de bem falar que tenho ensinado (...) de novo tentar exercer?” – Machado procura naturalmente conquistar a simpatia da assembleia composta substancialmente de Mestres.

Solum igitur pudeat si in tanto ac tam praeclaro litteratissimorum hominum conuentu, in quo eximii sunt oratores, minus grauiter, minus copiose, quam par est, dixerimus.

Sane multae sunt causae, ut tenuitati meae diffidam sed plures, profecto, plures sunt, ut humanitati uestrae confidam. Maxime quod illud dicendi argumentum nactus sum, in quo non tam pauper orator, quam diues orationis materia uos inuitet; ne oratorem in sapientiae diuitiis, sed Sapientiae diuitias in oratore quaeratis.

*Habetis itaque argumentum, quo nullum neque ad hanc Academiam, neque ad hoc tempus accommodatius adferri poterat. Ad hanc Academiam, in qua est pretiosa scientiarum omnium supellex, in quam Sapientiae opes quasi quodam plenissimo flumine inuehuntur. Ad hoc uero tempus, quo Respublica pecuniarum difficultate laborat; ad hoc, inquam, tempus durum adeo, et calamitosum, ut adulterini nummorum splendores, ueris uirtutum, ac litterarum opibus antepo-
nantur. Tam diuitem ergo in locum diues oppido afferi debuit Sapientia; in tempus tam miserum, tam difficillimum thesaurus erat aliquis*

vel conselho de letrados², onde exímios oradores não faltam, usásemos no falar de menos gravidade e de menos eloquência do que justo aqui seria.

Muitas razões tenho, deveras, para que da minha pequenez me não fie; mas muitas outras tenho, e muito mais são, para que na vossa humanidade confie. Tanto mais que tomei para discorrer um certo tema em que, não um tão pobre orador, mas a rica matéria de oração³, de per si vos chamará. De tal modo que não venhais a buscar o orador nas riquezas da Sabedoria, mas as riquezas da Sabedoria no orador⁴.

É, pois, tal o assunto que aí tendes que nenhum outro poderia aduzir-se mais acomodado; nem a esta Academia, nem a estes tempos. A esta Academia, pois que nela achamos um precioso instrumento de todas as ciências e para ela correm, como que em torrente caudalosa, todos os bens da Sabedoria. A estes tempos⁵, também, porque anda a

² Reminiscência de Cícero, *Pro Archia*, 2: '*tanto conuentu hominum ac frequentia*', como nota PEREIRA, Maria Helena da Rocha, no seu estudo da *Oração sobre o estudo de todas as disciplinas* proferida por Belchior Beleago em 1548. Também este latinista elogiou deste modo a assembleia que o escutava. Vide BELEAGO, Belchior, *Oração sobre o estudo de todas as disciplinas*, introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha PEREIRA, Centro de Estudos Humanísticos, 1959, p. 19, e p. 78 nota 3. É muito possível que Machado faça eco de Cícero inconscientemente e use esta expressão que ouvira ou lera noutras orações de sapiência.

³ '*Non orator sed oratio inspectanda*'.

“Não o orador, mas a Oração se há-de examinar”.

Machado recorre a uma sentença recolhida por André RODRIGUES Eborense na sua obra *Sententiae et Exempla ex probatissimis quibusque scriptoribus collecta*, que alcançou na segunda metade do séc. XVI e no séc. XVII grande popularidade no meio académico e largo aproveitamento por parte dos oradores na elaboração e enriquecimento dos seus discursos. Machado não se limita a copiá-la mas usa-a, com alguma originalidade, ao serviço do tema unificador da oração, a Sabedoria.

⁴ Ao longo de toda a oração Francisco Machado desenvolverá a imagem da Sabedoria como riqueza suprema que palavras postas na boca de Salomão fixaram num dos mais belos passos da Bíblia: “Eu amei-a (a Sabedoria) mais do que a saúde e que a formosura, e resolvi-me tê-la por luz, porque a sua claridade é inextinguível. Todos os bens me vieram juntamente com ela, e inumeráveis riquezas por suas mãos; e regozijei-me em todas as coisas, porque ia adiante de mim esta Sabedoria, e eu ignorava que ela é a mãe de todos estes bens. Eu a aprendi sem intenções reservadas, e a reparto com os outros sem inveja, e não escondo as suas riquezas; porque ela é um tesouro infinito para os homens”. Cfr. Sab, 7, 10-14.

⁵ Note-se como, para afirmar a oportunidade do tema que trata na sua oração, Francisco Machado coloca a audiência diante de um quadro bem decadente que retrata o estado da Nação: “A estreiteza da fazenda, os tempos duros e ruinosos...” tempos estes cuja miséria não é apenas material mas mais gravemente ainda, miséria moral. “Ao esplendor verdadeiro das virtudes e aos bens da Sabedoria se é pronto a preferir o brilho adúltero das peças de ouro”. A expressão “brilho adúltero” poderá, como pensamos, referir-se com dureza àqueles que conseguiram tirar algum partido da

necessario exportandus, quo Respublica leuaretur, et auaritia multorum obrueretur.

Ceterum quis insusurrat, et illud antiquum uel in ipso orationis limine, iam obiicit?

Diuitem pinxisti, quia pulchram facere non potuisti. Tace mi homo, quisquis es; Sapientiam enim non pulchram, sed diuitem facere instituimus; quod si pulchram: tenuissimas nos quoque lineas ducemus, et ueram Sapientiae imaginem uiuis coloribus redderemus.

Quapropter adeste animis, auditores, et siqui rerum egestate, uel inopia laboratis, erigite animos, ac ditioris fortunae spem concipite. Diuitem uobis adfero Sapientiam. Nemo uestrum hodierno die in domum suam pauper remigrabit.

Mineruam Sapientiae deam, et sapientem, et diuitem arcana quadam mentis solertia finxit antiquitas. Eam idcirco pretioso pariter, ac ingenioso uestium cultu, et apparatu indutam accepimus.

Ferunt enim eius pallam Athenis fuisse tali artificio picturatam, tam diuite ac subtili stamine intertextam, ut quidquid rerum, aut diuitiarum per terrarum orbem Natura large diffuderit, in una Mineruae chlamyde Ars ingeniose accumulauit.

república em cuidados com a estreiteza da fazenda; tempos tão duros e ruinosos, mister é dizê-lo, que ao esplendor verdadeiro das virtudes e aos bens da Sabedoria se é pronto a preferir o brilho adúltero das peças de ouro. Assim, a este lugar⁶ de tantas riquezas, tinha de ser trazida, certamente, a rica Sabedoria. Em tempos de tanta miséria e aflição, algum tesouro era mister conseguir com que a república alcançasse algum alívio, e a tanta avareza se achasse abatimento.

Mas alguém estará já murmurando; e há-de querer decerto atalar-me logo ao abrir da oração, com um reparo muito antigo:

“Rica a pintaste, porque a não pudeste fazer bela”! Calai-vos amigo, por quem sois! Por bem havemos, com efeito, dar-vos rica, a Sabedoria, e não bela; bela a quiséramos, e também em finíssimos traços a esboçaríamos; nas mais vivas cores vos representaríamos a verdadeira imagem da Sabedoria.

Estai, pois, atentos, vós que me ouvis, e se privações alguns passais e penúria padeceis, acordai de ânimo e havei esperança da melhor fortuna. A rica Sabedoria aqui vos trago. Nenhum de vós tornará hoje pobre a sua casa⁷.

Minerva⁸, deusa da Sabedoria, a qual era sábia e também rica, com não sei que fina argúcia de espírito, a criou a Antiguidade. E assim é que, com aquela finura de vestes, rica e engenhosa por igual, revestida de esplendor, a viemos a receber.

Conta-se com efeito, terem-lhe em Atenas com tal primor ornado o manto, de tão fino e precioso fio tecido que, tudo o que de rico com largueza a natura repartiu pela face da terra, reuniu-o com engenho a Arte só no manto de Minerva⁹.

união das Coroas num só Rei. Embora o tópico da decadência material e moral do tempo do orador seja já recorrente, por exemplo, em Cícero na primeira Catilinária – *In L. Catilinam oratio prima*, I, 1 e IV, 9 – neste contexto torna-se política e socialmente pertinente.

⁶ Se os tempos são de miséria, a Universidade é oásis para onde “correm (...) todos os bens da Sabedoria”, é lugar de “tantas riquezas”. Machado apresenta-a aos contemporâneos como a reserva onde a Sabedoria permanece imaculada, o lugar de onde poderá partir a salvação para a *respublica*.

⁷ Francisco Machado termina aqui a primeira parte da oração com promessas de esperança. A rica Sabedoria será remédio para as “privações” e “penúria”, imagem da pobreza moral e cultural que vive o reino.

⁸ A primeira imagem da Sabedoria que Francisco Machado vai desenvolver é, como não podia deixar de fazer o orador do séc. XVII, a deusa Minerva. Continuando a identificação da riqueza com a Sabedoria, Machado focaliza a riqueza desta deusa, riqueza universal, recolhida de todas as partes do mundo no seu manto.

⁹ Este rico manto de Minerva consubstancializa toda a riqueza da Sabedoria que o

Siquis uestrum illam cultus elegantiam concupisceret, uel qualem Milesii tondent, uel Seres pectunt, uel Phryges pingunt, uel Babylonii texunt, uel Tyrii colorant, uel Sardi nectunt, uel Siculi distingunt, uel Cretici nent, uel Coi fucant; siquis, inquam, uestrum talem concupisceret: una Mineruae palla exhiberet. Siquis autem admirabilem aliquam ex Liciis sericis texturam in multiplices uariegatam labyrinthos, in floridos orbis circumductam, in patulos ramos diffusam; in crispantes nodos implicatam, in oculorum aucupium solerti manu confectam desideraret: una Mineruae palla exhiberet. Qui denique uestes oculatas cum Hebraeis, undulatas cum Graecis, uirgatas cum Etruscis, scutulatas cum Romanis, gemmatas cum Persis lubentius sibi indueret: una Mineruae palla exhiberet.

Quid ditius? Quid elegantius? Ambigeres: Utrum ambitiosior Ars in imitando, an Natura in fabricando uideretur?

Se algum de vós aquele fino enfeite desejasse, tal como em Mileto se tosquia, ou na China se carda, e na Frígia se pinta; ou como se tece na Babilónia, se colora na Fenícia, na Sardenha se coze, na Sicília se enfeita, em Creta se fia e na Ilha de Cós se tinge de púrpura, se algum, dizia, tal desejasse, tudo junto encontraria só no manto de Minerva. Se alguém desejasse daqueles finos panos de seda Lícia, figurados em tão vários labirintos, orlados com anéis de flores, com largas ramagens espalhadas, enlaçados em nós frisados, fabricados com destreza de mãos para deleite da vista, tudo junto encontraria só no manto de Minerva. Quem preferisse enfim envergar as vestes garridas como os hebreus, listadas como os etruscos, de malha como os romanos, bordadas de pérolas como os Persas, tudo junto encontraria só no manto de Minerva¹⁰.

Haverá maior riqueza? Haverá maior beleza? Duvidaríeis qual vos parecera mais ambiciosa: se a Arte no imitar¹¹, se a Natureza no fazer.

autor afirma distribuir a quem quiser simplesmente procurar tal tesouro. A procura desta Sabedoria torna-se difícil em tempos difíceis, por isso muitos perigos se apresentam, figurados num quadro de terror cuja fonte de imaginário é o mar com os seus perigos inesperados e desconhecidos, o mar recentemente domado mas nunca absolutamente dominado pelos marinheiros portugueses pioneiros dos descobrimentos.

Encontramos um passo muito semelhante no *Viridarium...* op. cit. do P. Mendoça, a propósito da virtuosa descrição de uma tapeçaria, imagem da alma humana que parafraseia o SIm 138, na Oratio IV do “De floribus eloquentiae” Fol. 185. Cfr. “Introdução”, pp. 64-65.

¹⁰ Podemos encontrar um passo semelhante na *Oratio Anniuersaria in laudem Sapientiae, habita in aula Regia anno Dni 1611* do P. Gonçalo d'Abreu que encontramos no códice 994, (fol. 49-61) onde se encontra também esta oração de Francisco Machado. Mais uma vez Machado não se limita a copiar o passo. Cfr. “Introdução”, p. 63.

Este mesmo tema descritivo seria igualmente explorado pelo P. Francisco Mendoça, no *Viridarium...*, op. cit., fol. 185. Cfr. “Introdução”, p. 64.

¹¹ O tópico da Arte como imitação da Natureza é usual nas orações do Renascimento. Estão à disposição do orador nos *Sententiae et exempla*, op. cit. de André RODRIGUES Eborense citações de Aristóteles e de Cícero entre outras para que o orador demonstre alguma erudição. Por exemplo:

‘*Ars imitatur naturam, in quantum potest*’. Arist. *Physic.* 2

“A arte imita, enquanto lhe é possível, a natureza”.

‘*Nulla ars imitari naturam solertiam potest*’. Cic. *De Natura Deorum* 2

“Nenhuma arte logra imitar a natureza em perfeição”.

Este mesmo motivo é usado pelo P. Francisco Mendoça na Oratio IV do “De Floribus Eloquentiae” (Vd. nota supra) ‘...ut ingeniosior ars in imitando, quam natura in fabricando uideatur’: “que de superior talento pareceria a arte no imitar que a natureza no fabricar”.

Hanc uero adeo diuitem Mineruae chlamydem, quae olim Atheniensibus ostendebatur, uobis ego hodie, auditores, non solum explicabo, uerum etiam donabo. Ea tamen lege, ut nulla sit in ea desideranda remissio, nulla in ea inuestiganda socordia, nulla in ea consequenda desidia, nulla in ea retinenda obliuio. Quae lex suauior?

Paruo quidem pretio a uobis emitur Sapientia, cuius tamen pretio, quid carius? Cuius opulencia, quid abundantius? Cuius utilitate, quid amabilius? Cuius aestimatione quid pretiosius? Et quanquam siue in conquirendis, siue conseruandis Sapientiae mercibus multa se offerant pericula subeunda; tantum, ac tale est eius pretium, ut ardua in facilia, amara in dulcia, aspera in suauia diuinitus conuertat.

Occurrent Sapientiae donum quaerentibus capitis discrimina formidanda? Non inficior. Obstabunt innumerabiles ardui itineris molestiae? Ita praenuncio. Incursabunt immanissima siluarum monstra? Fateor. Insurgent debacchantium tempestatum procellae? Id praedico. Erumpent rapidissimi undarum uertices? Sic existimo. Insidiabuntur Syrtes, latrabunt Charibdes, minabuntur scopuli? Assentior. Sed capitis discrimina a uobis auertet Sapientia, molestias itineris subleuabit, monstra siluarum cicurabit, tempestates tranquillabit, uertices refrenabit, Syrtes, et Charibdes monstrabit, scopulos submouebit Sapientia.

Iure optimo de mortalium genere illos bene mereri iudicamus qui sparsas per exteris gentes diuitias ad communem utilitatem nauigando conuehunt.

Ora, este rico manto de Minerva que outrora aos atenienses se mostrava, vou eu, ante vós que me ouvís, não só desenrolá-lo; mas vou mesmo dá-lo. Nesta condição, porém: que não haja qualquer desânimo em desejá-lo, nem indiferença em perscrutá-lo, nem preguiça em alcançá-lo ou esquecimento em guardá-lo. Haverá lei mais suave?

Por baixo preço, com efeito, comprais vós a Sabedoria! E, contudo, o que há de mais caro do que o seu preço? E de mais rico do que a sua opulência? O que há de mais desejável do que a sua necessidade? E de mais precioso do que o seu valor? Se é verdade que, quer para alcançar quer para conservar os bens da Sabedoria, muitos perigos se apresentam e hão-de ser suportados, é tão grande e tal o seu preço que o difícil em fácil, o amargo em doce, o penoso em suave, divinamente se convertem.

Opor-se-ão aos que procuram o dom da Sabedoria, perigos de vida terríveis? Não nego. Virão contra eles incontáveis adversidades do difícil caminho? Disso vos previno. Atacarão de assalto os feros monstros das florestas? É verdade. Levantar-se-ão as procelas das tempestades furiosas? Assim prenuncio. Rebentarão os turbilhões velozes das ondas? É o que julgo. Armarão ciladas as Sirtes, rugirão as Caríbedes, espantar-se-ão os rochedos? De acordo. Mas dos perigos de vida vos livrará a Sabedoria, das dificuldades do caminho vos aliviará, os monstros dos bosques domará, as tempestades acalmará, os turbilhões refrreará, os escolhos e os abismos vos mostrará, os rochedos afastará, a Sabedoria.

Com toda a razão julgamos muito merecerem de entre a estirpe dos mortais aqueles que por povos estranhos navegando, acarretam tanta riqueza dispersa para comum vantagem de todos eles¹².

¹² O tópico da Sabedoria associada à navegação parece ser comum na oratória do tempo. Veja-se, p. ex. a "Oratio IX" do *Viridarium...*, op. cit. do P. Mendoça, fol. 205: '*Quid porro mare? Ad cuius furorem eludendum sapientia navigationis inuentrix, primum naues compegit ex subtilis, sequacisque naturae uirgis opere textorio solidissimo connexis.*'

"Que direi eu acerca do mar? Para enganar o seu furor, a sabedoria, autora da navegação, criou pela vez primeira as embarcações com esguios e penetrantes ramos cingidos pela arte duradoira do tecelão".

A procura da Sabedoria e suas riquezas é pretexto para passar pelo costumado elogio dos descobrimentos e dos feitos dos portugueses, tão saudável em tempos de desânimo e decadência como foram para alguns os tempos em que a Coroa castelhana era a nossa também. Os "nossos homens" que recolhem riquezas de todas as partes do novo mundo recém-descoberto, vencem as dificuldades que sofrem também os que procuram a Sabedoria. Há um paralelismo claro entre uns e outros e

Et inprimis mirum est, quo labore, qua industria nostri homines pretiosas Orientis merces exquirant, siquidem ultra promontorium ad Atlantis radices, et aquarum impetu, et Syrtibus¹ uicinis infame feliciter uela facientes, per summam animi contentionem ad Iaponas usque excurrunt, onerarias suas naues implent mercibus peregrinis, et laureatis puppibus ad patriam remeant triumphantes.

Videre tamen est, quod non omnia ex una, sed alia ex aliis regionibus exportent. Nimirum ex Ophir aurum optimum, ex Ormusio tapetia pulcherrima, ex ora Malauarica piper, ex Piscaria margaritas, ex Ceilano cinnamonum, ex Bengala byssina, ex Pegu pyropos, ex Chersoneso aurea, ac finitimis insulis bazares, ut aiunt, lapides, ex Malucis caryophylla, ex Sinis uellera serica, ex Iaponis uero argentum.

Non omnis fert omnia tellus una duntaxat sapientia quidquid natura condidit in mole immensa uniuersitatis mundanae, totum id in suo gremio continet, et suis cultoribus effusissima elargitur. Rem comprobo illustri plane exemplo: attentas mihi, ac beneuolas date aures, et fidem adhibite scriptoribus iuratissimis.

Sub imperatore Carolo Magno in amplissimo quodam Gallio

¹ Sic: Syrcibus

É de admirar, antes de mais, com que esforço e com que trabalhos buscam os nossos homens os bens preciosos do Oriente, já que em boa hora velejando além do promontório até aos confins do Atlântico, (mal afamado promontório, quer pela violência dos mares, quer pela vizinhança de muitos escolhos) com sua força de ânimo, avançam até ao Japão e enchem de mercadorias exóticas as suas naus de carga para, enfim, triunfantes, de popas engalanadas, à Pátria regressarem.

É também de assinalar que não trazem tudo de uma só mas cada coisa de sua região. A saber: de Ofir o oiro finíssimo, de Ormuz as vistosas tapeçarias, das costas do Malabar a pimenta e, da Costa da Pescaria, as pérolas; e a canela de Ceilão e o linho de Bengala, o piro-po de Pego, a ourivesaria do Quersoneso e, das ilhas vizinhas, a dita pedra de bazar, das Molucas o cravo-da-Índia, da China os veludos de seda e do Japão, enfim, a prata¹³.

Nem toda a Terra dá todas as coisas; somente a Sabedoria, tudo o que a natureza encerra na mole imensa do universo mundo, tudo o que em seu grémio contém, o distribui largamente por seus cultores. E vo-lo provo claramente com um exemplo mui evidente. Concedei-me atentos e benévolos vossos ouvidos¹⁴ e prestai fé a escritores consagrados.

No tempo do Imperador Carlos Magno, em um importantíssimo

podemos mesmo concluir, não abusando, que os navegantes vencem assistidos pela Sabedoria, pois só ela distribui largamente pelos seus cultores “tudo o que a natureza encerra na mole imensa do universo mundo”.

Também João Fernandes (1548), Pedro Fernandes (1550), D. Pedro de Meneses (1504) e Beleago (1548) fazem referência nas suas orações de modo mais ou menos desenvolvido aos feitos dos portugueses.

¹³ Este período enriquece o elogio dos Descobrimentos mostrando a universalidade do mundo descoberto e unido pelos portugueses. Este passo pode ser também entendido como um exercício escolar que contribui para a erudição dos ouvintes entre os quais não havia apenas professores mas também jovens alunos para quem estas orações constituíam verdadeiras aulas.

¹⁴ Tópico recorrente no Renascimento. Por exemplo: FERNANDES, João, *A Oração...*, op. cit. (1548), p. 128: '*Attentissimas mihi aures praestabis*'. OSÓRIO, Jorge, op. cit. em nota a esta passagem (p154, nota 13) refere outro passo semelhante do mesmo autor na *Oratio funebris* de 1536, p. 692: '*et dum eum depingimus cuius crudele et immaturum funus celebramus, aures quaeso uestras mihi, quae uestra humanitas est, praestabis attentissimas*'. Outros oradores se atrevem a pedir atenção, mas de outra forma: '*...uos oro atque obsecro, auditores humanissimi, ut me (...) attente bonaque cum uenia audiatis*' in FERNANDES, Pedro, *A Oração...*, op. cit., p. 78. Na nota 15 ALVELOS, M. Manuela, op. cit. remete-nos para o confronto deste passo com Cícero – *Pro Sexto Roscio Amerino*, 9 – : '*ut bona uenia uerba mea audiatis*'.

emporio fiebant nundinae maximo hominum concursu. Ecce tibi duo uiri multa canitie uenerabiles, uultu ad grauitatem, et modestiam ornato, habitu institorio, in medium nundinantium² sese proferunt, peregrinas merces uenditant, mercibus tamen uacui; sine opibus, sine uenalibus diuitiis mercaturam faciunt, uocemque attollunt.

– Emite sapientiam!

Pergunt, moranturque uestiarios inter, et Phryghiones, apud quos cernere erat de parietibus, de funiculis, de clauis pendentia exemplaria mercium, quae intus domi, quae in arcis adseruabantur. At uero inter uestes specie, et colore uenustissimas, auro, argentoque rigentes, inter maximam rei sericae copiam duo illi homines haec omnia nihilo aestimantes, merces suas praedicant quaestuosissimas.

– Emite sapientiam!

Progrediuntur; hac, illac relinquunt temporarias mercatorum tabernas, apparatissimas aurificum, et gemmariorum cellas, suis ordinibus distinctas, suis armariolis exstructas; prominebant ingentis pretii uasa ex auro barbarico confecta; fulgebant toreumata multa mirabiliter elaborata: distingueres auratas pateras, gemmatos cyathos, argenteas phialas, aureos torques, pretiosa monilia: uideres sapphiros, pyropos, smaragdos, uniones, margaritas, omne reliquum gemmarum genus lucidissimum. Vident quidem, sed non inuident duo illi mercatores.

Medio igitur in foro officinam aperiunt, sedentque pro tripode, et maiori contentione identidem clamant.

– Emite Sapientiam!

Concurrunt uniuersi; circumferuntur nundinantes, admirantur homines, merces sine mercibus ostentantes, pretium offerunt, licentur. Renunciatur Carolo rei nouitas, qui cum esset egregius literarum aestimator, arcerssiri³ iubet Sapientiae mercatores; ad quos ita:

² Sic: nudinantium

³ Sic: accerciri

porto da Gália, faziam-se umas feiras com grande concurso de gentes. Eis diante de vós dois homens veneráveis pela avançada velhice, de aspecto grave e modesto, vestidos de mercadores. Apresentam-se no meio dos comerciantes e apregoam mercadorias exóticas; desprovidos, porém, de qualquer mercadoria. Sem meios, sem riquezas para vender, fazem negócio e erguem a voz.

– Comprai a Sabedoria¹⁵!

Avançam e detêm-se entre os algibebe e bordadores, junto dos quais se podem ver dependuradas das paredes, de cordéis, de pregos, amostras das mercadorias que lá dentro de casa, em grandes arcas têm guardadas.

E afinal, entre as vestes mais formosas pelo feitio e pela cor, endurecidas com ouro e prata, no meio da maior abundância de sedas, não apreciando nenhum daqueles bens, dão-se os dois homens a apregoar a sua valiosíssima mercadoria.

– Comprai a Sabedoria!

Continuam o seu caminho, para aqui e para ali e deixam estas lojas temporárias dos mercadores, aparatosos balcões de ourives e joalheiros, bem organizados por suas classes e providos de pequenos cofres. Preciosíssimos vasos se lhes deparam, feitos com oiro dos bárbaros; brilhavam inúmeras peças cinzeladas, trabalhadas a primor. Fitaríeis uma a uma páteras de oiro, as taças de pedras preciosas, as garrafas de prata, as pulseiras de oiro, os colares preciosos. Veríeis as safiras, os piropos, as esmeraldas, pérolas grandes e pequenas, e toda outra luzida espécie de pedras preciosas. Tudo isto vêm decerto, mas não invejam, aqueles dois mercadores.

Então, no meio da praça abrem uma loja, aí se sentam diante do balcão e clamam sempre com maior denodo:

– Comprai a Sabedoria!

Juntam-se todos; rodeiam-nos os feirantes que andam ali à volta e admiram-se com aqueles homens que apregoam as mercadorias sem mercadorias, aventando preços e licitando.

Chega a Carlos a novidade, o qual por ser distinto cultor das Letras, manda chamar os mercadores da Sabedoria e assim lhes fala:

¹⁵ O apelo destes vendedores – “Comprai a Sabedoria” – estará talvez inspirado no apelo de Isaías (Cfr.55,1) “Todos vós que tendes sede, vinde à nascente das águas; mesmo os que não tendes dinheiro, vinde, comprai pão e comei sem pagar”. Ao pão e à água, clara imagem do Messias que se oferece gratuitamente para saciar a fome e a sede dos homens, a estes pão e água, dizíamos, corresponderá nesta imagem, a Sabedoria que também se oferece gratuitamente para aliviar os males que agravam o Estado.

– Nuntiatum mihi est, uenalem apud uos esse Sapientiam: quanti constat?

Respondent:

– Solo uendentium uictu et uestitu constat.

O facilem sapientiae mercaturam! Quis non emet tam paruo pretio, quod tam magno aestimatur? Emit Carolus, et cum bene nouerit Sapientiae pretium, utrumque uenditorem hereditatibus amplissimis donauit, anniuersariis redditibus locupletauit: utrumque insignibus Academiis praefecit, Ticino unum, Parisiis alterum, quorum memoriam celeberrima illa scientiarum domicilia magnopere adhuc colunt, atque obseruant.

En uobis in una Sapientia rerum omnium affluentiam bene collocatam demonstrauius, eiusque pretium cunctis terrae, marisque mercibus antepositum exposuimus. Certe anteposuit non solum Carolus,

– Foi-me dito que se vende entre vós a Sabedoria. Quanto custa?
Ao que eles respondem:

– Custa tão somente o sustento e o vestido dos vendedores.

Ó fácil negócio da Sabedoria! Quem não comprará por tão baixo preço o que em tão alta estima todos têm? Compre-o Carlos e, como bem conhecesse o preço da Sabedoria, com larguíssimas heranças presenteou ambos os mercadores e de uma tença anual os fez dotar. Pôs ainda os dois à frente de duas grandes Academias, uma em Pavia, outra em Paris cuja memória aquelas mui célebres sedes das ciências até hoje vivamente têm cultivado e respeitado¹⁶.

Acabamos pois de comprovar-vos que na única Sabedoria, bem se acomoda a abundância de todas as cousas. Mostrámos que é de preferir o seu valor a todas as mercadorias da terra e do mar. E, na ver-

¹⁶ Carlos Magno era a personificação do monarca ideal em todas as dimensões, exemplo ímpar para ilustrar o modelo do rei ideal que, cativado pelo gosto do saber, não hesita em fazer tudo para que no seu reino floresçam as Letras e todas as Ciências. Para este homem, a tarefa mais importante do príncipe era a educação dos seus súbditos. Por isso acalentou o projecto de alargar a cultura da Corte a todo o império, incentivando a frequência das escolas nascidas ao lado de cada catedral e mosteiro e para isso se rodeou dos sábios mais instruídos, que procurou pela Europa. De entre as suas várias aquisições destaca-se o inglês Alcuíno que Carlos Magno nomeou professor da escola do Palácio e a quem consultava frequentemente. João Fernandes na sua oração de 1548 já citada, no elogio de D. João III menciona Carlos Magno, como exemplo que o nosso monarca seguiu: *'qui exemplum Caroli Magni secutus, non contentus suis quos habet ad miraculum usque doctissimos, ex Germania, Scotia, Gallia, ipsaque denique matre omnium litterarum Italia uiros doctissimos magnis beneficiis et amplissimis salariis euocavit.'*, op. cit., p. 142.

“Seguiu ele o exemplo de Carlos Magno; não contente com os que tinha, profundamente cultos, atraíu homens doutíssimos da Alemanha, Escócia, França e, finalmente, da própria mãe de todas as terras, da Itália, oferecendo-lhes grandes mercês e largos salários”, op. cit., p. 143.

O episódio que Machado aqui desenrola a nossos olhos, e no qual protagoniza Carlos Magno, servirá para introduzir a glorificação de D. João que excede qualquer exemplo de devoção pelo Saber. O mesmo faz Belchior Beleago na *Oração sobre o estudo de todas as disciplinas*:

'qua quidem in re magna regum Galliae semper fuit laus: qui in suo regno doctissimis professoribus stipendia numerantes fontes bonarum litterarum aperuerunt: ac ueteres lacunas exter gentes, litteras pure acliquide fluere fecerunt'.

E de imediato louva D. João III:

'Sed maior Ioannis huius nominis tertii Lusitanorum Regis Christiannissimi gloria: iam per omnia ora apud exterar nationes uolitans.' Cfr. op. cit., pp. 67-69.

“...ponto em que sempre foi grande o mérito dos Reis de França, que, pagando honorários no seu reino a doutíssimos professores, fizeram jorrar as fontes das boas letras; e, eliminando antigas lacunas, conseguiram que as letras corresse puras e cristalinas. Mas maior é a glória de D. João III, Rei Cristianíssimo dos Lusitanos, que já voa de boca em boca pelas nações estrangeiras.”, op. cit., pp. 66-68.

sed etiam Ioannes tertius Lusitaniae Rex potentissimus. Age uero Ioannes Serenissime, et hoc incomparabile tui nominis theatrum ingredi, in quo olim diffusas per terrarum orbem sapientiae diuitias sedulo accumulasti, et accumulatas auxisti, nunc uero eas non modo cernis auctas, sed etiam tanto faenore duplicatas, ut omnes Europae, totiusque orbis Academiae ab hac tua Conimbricensi mutuari possint litterarum diuitias.

Enim uero ex illustrioribus exterarum gentium Academiis sapientiores magistros elegisti, deinde in hanc urbem transtulisti, eosque tantis honoribus ac muneribus adfecisti, ut illis regalia stipendia consignaueris, et hanc ipsam Regiam, in qua habitabas; ad habitandum, docendumque dederis. Quibus igitur opibus, quibus possessionibus, quibus patrimoniis, non iam exteros, sed Lusitanos, si adhuc uiueres, locupletares? Quibus fortunis, quibus uectigalibus, quo auri pondere emeris tam pretiosum Sapientiae thesaurum?

dade, não só o preferiu o Imperador Carlos, mas também o mui poderoso D. João III, Rei de Portugal¹⁷.

Entrai, pois, sereníssimo D. João¹⁸, neste teatro incomparável do vosso nome, onde um dia reunistes zelosamente as riquezas da Sabedoria dispersas por toda a terra¹⁹, reunidas as aumentastes, e agora não as vedes apenas aumentadas mas dobradas e com tal lucro que todas as Academias da Europa e de todo o mundo podem receber riquezas das Letras da vossa Academia de Coimbra.

Na verdade, de entre as mais ilustres Academias lá de fora, por mestres os mais sábios escolhestes, depois os trouxestes para esta cidade e com tantas honras e benefícios os assinalastes, que as vossas próprias rendas lhes quisestes entregar; e este mesmo paço onde moráveis, para morada sua e ensino lho concedestes²⁰. Com que riquezas então, com que bens, com que património, não já os mestres

¹⁷ Note-se como Francisco Machado habilmente evita o elogio do rei (D. Filipe III), lugar-comum nas orações do Renascimento. Aproveitando o episódio anterior em que Carlos Magno é modelo a preferir a Sabedoria a todas as riquezas, Francisco Machado evoca D. João III, emblema de um passado áureo da nação soberana. Na única oração de sapiência que se encontra no códice 994 para além da de Machado, o seu autor, Gonçalo de Abreu, embora refira brevemente D. Filipe III, (Fol.61) *'Te uero totum (...) non bello sed sapientiae rex Lusitaniae consecrauit'*, não se detém em contemplações sobre a figura do monarca. Esta breve referência surge inserida no louvor do português João Gonçalves da Câmara, a quem o orador se dirige pela apóstrofe citada e como se não bastasse a omissão do elogio do rei, a oração não esquece os dons que a Academia recebeu da liberalidade de D. Dinis e D. João III (Fol. 58-59). Cfr., p. 68

¹⁸ Neste momento o orador não louva os feitos de um rei do passado, o que irá fazer a seguir, mas torna presente D. João III dirigindo-se-lhe como se El'Rei fora parte da assembleia.

¹⁹ Também BELEAGO, Belchior, op. cit., p. 69 no elogio de D. João III faz referência a esta faceta do monarca. *'non conqueuit, donec literas(sic) quasi toto orbe fugientes in suum regnum reduceret...'*, e OSÓRIO, Jorge Alves, op. cit na nota 82, pp. 163-4, refere uma série de passos semelhantes em RESENDE, André de, *Oratio habita Conimbricae in Gymnasio Regio anniuersario dedicationis eius die. Quarto Calendas Julii. MDLI*; prefácio e tradução de Gabriel de Paiva Domingues, Coimbra, 1945, p. 64 e MOREIRA, Hilário, op. cit., p. 91.

²⁰ FERNANDES, João, *Oração sobre a fama...* op. cit. faz referência a este facto: *'Primum, ut laetis omnibus musarum studia procederent, hanc aulam, templum regiae maiestatis pulcherrimum, musis in museum concessit(...). Noster tamen rex munificentissimus, urbem, regnum et regiam ipsam musis largitur.'*, op. cit., p. 136. "Em Primeiro lugar, para que os estudos das artes prosperassem com alegres presságios, cedeu às Musas este palácio para museu, belíssimo templo de majestade digna de um rei. (...) e, contudo, o nosso magnânimo rei cedeu uma cidade, um reino e o próprio palácio às Artes!" op. cit., p. 137.

Plane a tuo ipsomet regno peteres, non aliunde sapientiam exportares: intra Lusitaniā, intra patrios fines, intra hos parietes, intra hanc aulam incredibilis tibi accresceret scientiarum cumulus. Gratulor tibi magne Rex tuarum Athenarum tam eximia incrementa, gratulor tam bene exulta tuorum ingenia, gratulor insitam totius Regni ad optimas facultates propensionem.

Nam Olisiponenses natura ipsa ad litterarum studia tenuissimo pinxit penicillo. Transtaganis maxima est copia subtilitasque ingeniorum. Conimbricenses, et quos Monda animos beat, diuinam sortiti sunt in litteris profitendis facilitatem, et felicitatem. Beirenses reliqui ab stellato sui montis culmine caeleste ingenii acumen mutuantur. Interamnenses ad Academiae facultates addiscendas atque docendas amoenissima sua regione multo sunt amoeniores. Transmontanis uero haud minor est ingenii gratia ad docendum, quam semper fuit animi fortitudo ad dimicandum. Itaque tota Lusitania diues ingeniorum,

estrangeiros, mas os portugueses enriqueceríeis se até hoje vivêsseis? Com que fortunas, com que rendas, com que peso de oiro se não compra o tão precioso tesoiro da Sabedoria!

Ao vosso próprio reino, certamente, e não alhures, iríeis hoje buscar-nos a Sabedoria. Dentro de Portugal, dentro das fronteiras da Pátria, dentro destas paredes, dentro desta aula veríeis acrescentar-se-vos o assombroso tesoiro das ciências. Felicito-vos, grande Rei, por tão notáveis progressos da vossa Atenas, felicito-vos pelo engenho tão cultivado dos vossos súbditos, felicito-vos pela natural inclinação de todo o Reino para as artes mais elevadas.

Aos de Lisboa, em verdade, com finíssimo pincel os pintou para a lide das letras a própria natureza. Têm os Alentejanos a maior riqueza e finura de espírito. Aos de Coimbra e a todos os espíritos que o Mondego irriga, divinal facilidade, e não menos felicidade, lhes coube em sorte no cultivo das letras. Aos cumes estrelados da sua serra, vão tirar os demais beirões aquela celestial agudeza de entendimento. Em aprender ou ensinar as artes da Academia, são os de Entre-Douro-e-Minho de maior prazimento ainda, do que as terras aprazíveis donde vêm. Têm, por sua vez, os Transmontanos não menos graça de espírito para ensinar quanta força de ânimo sempre tiveram para lutar. E assim é Portugal inteiro, rico de engenho e nas letras tão fecundo²¹. Com

²¹ É um tópico recorrente o louvor das naturais capacidades de uma cidade para o estudo. Encontramo-lo, em algumas orações, seguindo muitas vezes o modelo de Cataldo na sua *Oratio habita Bononiae* traduzida em CARVALHO, Luiz, op. cit.: '*Quae ut in litteris omnium urbium clarissima celebratur, sic quoque in rerum abundantia fertilitateque nec minus in aeris temperie et in sui ipsius pulchritudine, praestantissima extollitur neque id immerito*' Cfr., p. 68.

"Ela, assim como é celebrada nas Letras como a mais ilustre de todas as cidades, assim também na abundância e fertilidade das coisas, não menos no clima e na própria beleza, é considerada, e não imerecidamente notável." Cfr. p86.

É o caso da oração de MOREIRA, Hilário, op. cit., em que Coimbra recebe os epítetos de *amoenissima* e *opulentissima* e de quem o autor diz: '*Nam et rerum abundantia, fertilitate, aeris temperie, pulchritudine praestat...*', op. cit., p. 90.

Na Oração pronunciada por D. Pedro de Meneses, Conde de Alcoutim, perante o sereníssimo rei D. Manuel nas Escolas de Lisboa, a cidade de Lisboa é elogiada pela sua riqueza e pelas suas Escolas que são devidas a D. Henrique. '*Et si aliqua urbs hac nostra tempestate est quae dicatur his facultatibus excellere cum doctoribus interpretibusque celeberrimis, urbs haec Vlyxbona illa est, quae ut diuitiis, auro, argento, omnique rerum opulentia, uirique fortissimis cunctas latissimi orbis ciuitates longe antecellit, sic quoque doctrinis optimarumque artium studiis si non longe antecellit, huiusmodi tamen iactis fundamentis faustisque principiis facile adaequat, breuique tempora se illas superaturam ualde confidit.*'

"E se nos nossos dias há alguma cidade que se possa dizer superior nestes meios de cultura, devido a celeberrimos doutores e mestres, essa cidade é a nossa Lisboa, a qual, assim como de longe excede em riquezas, ouro e prata, e em toda a opulência

ferax litterarum. Iure igitur serenissime Joannes, tibi gratulor, immo uniuersus orbis tanta, ac tam praeclara tuarum Athenarum incrementa gratulatur.

Ad expendendas autem sapientiae diuitias nostra festinat oratio. Pergite igitur, auditores, ingentes Sapientiae thesauros recludamus, et in conspectum singularum scientiarum diuitias proferamus. Hac in re nobile exstat illud Sapientiae symbolum, quod clarissimus Italiae princeps sibi adscripsit; super aram, in qua patebat apertus liber, manus auro grauis impendebat, quae grandes nummorum aceruos, ueluti Iunonio imbre, in librum effundere uidebatur.

Et quoniam diuitem a me habetis sapientiam, tam liberalem, tam profusam in suos, accedat unusquisque uestrum, et promissas antea opes largiter accipiat, iisque, perfruatur iucundissime. Deus immortalis, quam uos excitat nummorum tinnitus? Nullus loco dimoueatur suo, omnes uos omnium rerum affluentibus copiis ditabit hodie Sapientia.

justiça, pois, sereníssimo D. João, vos felicito; e mais do que eu vos felicita o mundo inteiro, tantos são, e tão notáveis, os aumentos da vossa Atenas.

Mas apronta-se já esta nossa oração a ponderar as riquezas da Sabedoria. Prossegui, pois, comigo, vós que ouvis; desvendemos os imensos tesouros da Sabedoria e apresentemos uma por uma as riquezas de cada ciência. Ocorre-nos a este propósito aquele nobre símbolo da Sabedoria que um ilustríssimo príncipe de Itália para si mesmo gravou: sobre um altar, no qual permanecia aberto um livro, uma mão-cheia de oiro se estendia, parecendo derramar-se sobre ele, como se fora uma chuva de Juno²², uma larga quantidade de moedas²³.

E visto que de mim haveis de receber a Sabedoria tão liberal e generosa para com os seus, aproxime-se cada um de vós, tome larga-

de coisas e homens fortíssimos, todas as cidades do vastíssimo mundo, assim também, se não as supera de longe no ensino e estudo das melhores artes, todavia com estes auspiciosos fundamentos e princípios, facilmente as iguala, e confia deveras em vir brevemente a superá-las.”

Cfr. MENESES, D. Pedro de, *Oratio habita a Petro Menesio Comite Alcotini Coram Emanuele Serenissimo Rege in Scholis Ulyxbonae*, tradução de Miguel Pinto de MENESES, introdução de A. Moreira de SÁ, Lisboa 1964, p. 108.

Machado, no entanto, não se limita a louvar Coimbra, é para cada região do país que o autor forja os elogios sobre as suas naturais capacidades para o saber. Talvez entenda que é necessário o elogio de toda a nação para exaltar os sentimentos patrióticos dos ouvintes.

²² Traduzimos assim a expressão '*iunonio imbre*'. Embora tivéssemos procurado outras referências a uma "chuva de Juno" particular, não encontramos. Entendemos assim simplesmente que Machado usa o adjectivo *iunonius* porque se trata de uma chuva de moedas e a estas está ligada a deusa Juno. Como é sabido, Juno era considerada, tal como Saturno, guardiã das finanças e venerada com o cognome de *Moneta*. Com efeito, era no seu templo, onde hoje se ergue a Igreja de *Stª Maria in ara caeli*, que era cunhada a moeda.

²³ Tendo consultado a *Associazione Italiana di Araldica*, sediada em Roma, Via di St. Maria dell'Anima, 9, fui gentilmente informada de que tais armas não são do domínio comum, pois não constam dos catálogos correntes daquela Associação. A sua identificação seria somente possível através de uma consulta *ad infinitum* de todas as colecções de heráldica, civil ou eclesiástica de todas as bibliotecas comunais da Itália. Note-se que a diversidade política dos estados italianos e a particular situação da Igreja não favoreceram, como noutros estados europeus, o surgir de autoridades reguladoras nesta matéria (como os 'reis d'armas' de Portugal), deixando campo aberto à iniciativa de grandes famílias, Comunas (municípios) e simples *condottieri*. Se lhes juntarmos a livre iniciativa das dignidades eclesiásticas, sempre de natureza pessoal, poderemos imaginar a busca interminável em que tal trabalho consistiria. De notar ainda serem muito raros nestas bibliotecas índices simbólicos ou onomásticos que o facilitassem. Veja-se a propósito do valor deste símbolo "Introdução", pp. 71-72.

At ne ulla seditio oriatur in muneribus acceptandis, non dignitatem, sed ordinem seruabo scientiarum. Erigite uos etiam animos Humaniorum Litterarum studiosi, siqui forte adestis, prima uobis ducitur sors, ambas manus expandite, innumerabiles pecunias accipite, quas uobis liberalis illa manus large copioseque diffundit? (Porro autem quas diffundet?)⁴ Anne illas, quas saeua hominum cupiditas per omne scelus expetit, ac inuadit? Illas quas insatiabilis humani pectoris auaritia ex penitioribus terrae uenis, ac uisceribus, ad nefarios uitae usus, foras extrahit? Illas quas portentosa multorum temeritas repugnantibus naturae legibus, in profundo maris expiscatur? Illas, ob quas

⁴ Texto entre parêntesis inserido à margem.

mente das riquezas de antemão prometidas e delas disfrute a seu contento. Por Deus! Como vos alvoroça o tinido das moedas²⁴. Ninguém saia dos seus lugares; a vós todos, com riquezas abundantes de toda a espécie há-de hoje a Sabedoria enriquecer²⁵.

Para que se não levante qualquer discórdia porém, na aceitação dos presentes, respeitarei não a dignidade mas a ordem das ciências²⁶.

Erguei então vós os ânimos, cultores das Humanidades, que decerto estais presentes; a primeira sorte tira-se para vós, abri ambas as mãos e aceitai as incontáveis riquezas que aquela mão liberal, generosa e abundante derrama sobre vós, e nunca de futuro deixará de derramar. E que riquezas²⁷? Serão porventura aquelas que a feroz ambição dos homens busca e obtém à custa de qualquer crime? Aquelas que a avareza insaciável do coração humano para suas práticas criminosas arranca das mais profundas veias e entranhas da terra? Aquelas que a espantosa temeridade de muitos contra as leis da natureza, no fundo do mar procura?²⁸ Aquelas por cuja culpa se desmoram Estados, se destroem cidades, se perdem vilas, se tomam castelos, se der-

²⁴ À correlação, diríamos, quase idiomática, entre o tinido do ouro e a excitação do ânimo recorre também Gonçalo de ABREU para ilustrar custosamente, porém, um valor semântico positivo. Referindo-se aos guizos de ouro que debruam o manto sacerdotal hebraico, nota com insistência que “por seu tinir harmonioso muito se excitavam os ânimos dos ouvintes”; *‘quorum tinnitu numerosu audientium animi excitantur’*. Cfr. ABREU, op. cit., fol. 186.

²⁵ O autor continua a explorar a identificação entre a riqueza e a Sabedoria, quando se propõe começar o louvor de cada ciência, neste caso o louvor da riqueza de cada ciência.

²⁶ Machado parece aqui precaver-se contra as eventuais susceptibilidades que uma enumeração hierárquica das ciências poderia ferir. A repartição medieval dos ramos do saber em Teologia, Direito (Leis e Cânones) e Artes (*trivium e quadrivium*), fora ultrapassada nos factos pela importância das respectivas faculdades, começando a granjear os mestres de Artes, a partir do séc. XV, o título de *doctores*, à semelhança do que acontecia com os seus colegas de Teologia e de Direito. Cfr. SERRÃO, J. Veríssimo, “Universidade” I *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, 1976, vol. 18.

²⁷ Se nem toda a riqueza e Sabedoria se identificam, não são quaisquer riquezas as que o orador vai distribuir. Há que distinguir as falsas riquezas das autênticas. É com o uso da interrogação retórica e da *gradatio* que o orador torna execrandas as falsas riquezas para nos propôr a autenticidade daquelas que vai distribuir.

²⁸ Embora tenha já feito o elogio dos descobrimentos relacionando-os com a Sabedoria, Francisco Machado neste passo faz uso do tópico clássico, eco de Hesíodo, (*Trabalhos e Dias*, 646-7), que associa à navegação o lucro fácil e a avareza. André RODRIGUES Eborense recolhe na sua obra já citada uma sentença de Plínio, o Velho que expressa também este tópico: *‘Mare navigare, coegit avaritia’* Plin. lib. 19 “A navegação conduz à avareza”. Este era pois, um lugar-comum à disposição dos humanistas.

labefactantur Respublicae, delentur ciuitates, perduntur oppida, expugnantur castella, profligantur exercitus, funduntur classes, euertuntur domus, omnia tandem conquassantur, incenduntur, exstinguntur, ad nihilum rediguntur.

Talem superi terris auertite pestem!

Non execrandas adeo diuitias suis alumnis tribuit Sapiencia, sed illas, quas Numerianus orator simul ac Imperator elegit, in sempiternum sui nominis monumentum.

rotam exércitos, se afundam armadas, se arruinam casas, tudo enfim se arrasa, se incendeia e ao nada se reduz²⁹?

Afastai, Ó Deus do Céu, tal ruína da face da terra!

Não são tais execrandas riquezas as que a Sabedoria oferece aos seus discípulos, mas aquelas que o orador e ao mesmo tempo imperador Numeriano³⁰ escolheu para o monumento eterno do seu nome.

²⁹ As falsas riquezas são caracterizadas como Cícero caracteriza as ambições insaciáveis no *De Finibus*:

'Cupiditates enim sunt insatiabiles, quae non modo singulos homines, sed universas familias evertunt: totam etiam labefactant saepe rem publicam. Ex cupiditatibus odia, discidia, discordiae, seditiones, bella nascuntur, nec eae se foris solum iactant, nec tantum in alios caeco impetu incurrunt, sed intus etiam animis inclusae, inter se dissident, atque discordant'. Cic. *De Finibus*, I, XIII.

“São insaciáveis, as ambições e arruinam, não somente cada homem, mas famílias inteiras. Por elas, com efeito se desmorona inteiramente o Estado. Das ambições nascem os ódios, a desunião, a discórdia as dissensões e as guerras. E não contentes em tudo isto, em lançar para fora de si e em cair sobre os outros com ímpeto cego, albergando-se dentro da própria alma, entre si se degladiam e discordam”.

³⁰ Filho do imperador Caro, Numeriano acompanhou o seu pai ao Oriente em 283, e com a morte deste, tomou o título de Augusto. Tendo-se notabilizado na Oratória e na Poesia, o Senado ergueu-lhe uma estátua na Biblioteca Ulpiana, no espaço hoje assinalado pela famosa coluna eliocoidal de Trajano.

Este episódio singular, que Machado explora com notável vivacidade o *exemplum* de Numeriano, não o encontramos em qualquer outra obra. Este imperador, porém, não seria tão pouco falado nos meios humanistas como é entre nós. Com efeito, também Gonçalo de Abreu refere o exemplo do imperador Numeriano que quis ser recordado como orador. Seguindo o princípio ciceroniano de que a Eloquência é o maior ornamento do imperador, Gonçalo de ABREU faz um elenco de ilustres imperadores que se notabilizaram como oradores e encima esse elenco com Numeriano:

'...tot numerantur imperatores, quot recensentur oratores: Praestat enim orare quam imperare. Hinc sibi inter oratores, exigi curavit Numerianus quam oratoris elogis inscripsit, non imperatoris. Caesares Julius et Augustus sumiis oratoribus aemuli exstitere. Tiberium, Claudium, aliosque Imperatores maximos euasisse oratores in laudem cedat Eloquentia.'

“...tantos são os imperadores quantos oradores se contam. Pois mais que o mandar vale o orar. Daí que haja Numeriano cuidado de ser contado entre os oradores e em sua (estátua) se inscreveu o elogio do orador; não do imperador. Foram émulos dos mais altos oradores, os Césares Júlio e Augusto. Que Tibério, Cláudio e outros imperadores igualaram os mais altos oradores, há-de concedê-lo, em sua honra, a Eloquência.”

Também o P. Francisco de Mendonça usa o *exemplum* de Numeriano no *Viridarium...*, op. cit. “De Floribus Rhetoricae-Progymnasma I”, fol. 239-240: Num diálogo que se estabelece entre ‘orador’ e ‘ouvinte’, destinado a fazer o elogio da Retórica e de Cícero, o *exemplum* de Numeriano surge como paradigma da Utilidade da Retórica. Vd. “Introdução”, pp. 74-75.

A preferência de Numeriano pelo título de orador, pelo que podemos averiguar, parece ser fruto do imaginário dos humanistas pois nas fontes históricas consultadas apenas encontramos testemunho da singular eloquência do imperador e da estátua que o senado lhe ofereceu com a inscrição: *'Numeriano Caesari, oratori*

Ergo Rhetoricae professores sedibus exciti uestris ad amplissimum Romae theatrum mecum uos conferte: attollite oculos, illustre sapientiae donum intuemini.

Numerianus Caesar tantisque muneribus, tantisque beneficiis suorum animos deuinxerat, ut grati animi causa statuam ei ingentis magnitudinis celeberrimo in loco collocarint, et hanc in basi honorificentissimam inciderint inscriptionem:

“Numeriano Imperatori suis temporibus potentissimo.”

Statuam forte offendit Numerianus: quid ille?

– Statuam illam sine mora, statim deturbate, adfligite, commiuite, dissipate!

Quid iubes bone Imperator? Deturbanda est tui nominis memoria? Hanc gratiam gratis tuorum animis rependis? Quid displicet⁵ in egregio opere?

Displicet⁶ titulus – inquit Numerianus – uel titulum obliterate, uel statuam dissipate. Quid, nullo erat notanda titulo?

– Alio.

– Quo?

– Numeriano oratori suis temporibus sapientissimo.

O Elogium Eloquentiae singulare! Non imperatori, sed oratori, non potentissimo sed sapientissimo. Vestram gloriam Rhetoricae professores, uestram agnoscite nobilitatem. Maluit Numerianus appellari orator, quam Imperator, maluit dici sapientissimus, quam potentissimus. Cedit oratoriae nobilitas Imperatoria.

Fingite quaeso, auditores, statuam illam, ut aequum erat, deducam ex argento, auroe: talem suam duxit Gorgias Leontinus. Fingite

⁵ Sic: *disciplicet*

⁶ Sic: *disciplet*

Levantai-vos pois dos vossos lugares, mestres de Retórica, e vinde comigo até ao grandioso Teatro de Roma: erguei os olhos e contemplai o nobre dom da Sabedoria.

O imperador Numeriano, com tantas merçês e benefícios atraíra os ânimos dos seus que, agradecidos, lhe ergueram uma estátua de grandes dimensões num lugar de muita fama e no seu pedestal gravaram esta mui honrosa inscrição:

“Ao imperador Numeriano, o mais poderoso do seu tempo”

Deparou-se Numeriano casualmente com a estátua. Que fez ele?

– Essa estátua, destruí-a já, derubai-a, desfazei-a em bocados e espalhai-os!

– Que mandas, imperador? Há-de pois ser derrubada a memória do teu nome? É assim que agradeces aos ânimos agradecidos dos teus? Que te desagrada nesta obra notável?

– Desagrada a inscrição – responde Numeriano – ou apagais a inscrição, ou destruis a estátua.

– Pois haveria de ficar sem título?

– Outro houvera de ser.

– Qual?

– Ao orador Numeriano, o mais sábio do seu tempo!

Ó singular louvor da Eloquência! Não ao imperador, mas sim ao orador, não ao mais poderoso, mas sim ao mais sábio. Reconhecei a vossa glória, mestres da retórica, reconhecei a vossa nobreza. Preferiu Numeriano ser chamado orador, a ser chamado imperador, preferiu ser dito o mais sábio a ser dito o mais poderoso. À nobreza do orador curva-se a do imperador³¹.

Imaginai, peço-vos, aquela estátua, que devia ser, como justo seria, construída em prata ou ouro, tal como Górgias de Leontinos³²

temporibus suis potentissimo: “Ao imperador Numeriano, o orador mais poderoso no seu tempo” in FLAVIVS VOPISCUS, *Scriptores Historiae Augustae*, XXX, 11, 11-12, Teubneri, 1965, Vol. II p. 241.

Francisco Machado usa a fama do orador e a tradição humanista, altera o valor real da inscrição e desenrola aos 'olhos' do ouvinte um episódio cheio de vivacidade graças sobretudo ao diálogo ritmado seguido de um período de contemplação daquele “singular louvor da eloquência”.

³¹ Neste episódio, Machado, fazendo-se eco de Cícero, desenvolveu o lugar-comum humanista da sabedoria/elocuência do imperador. Cfr. p. ex. *De Finibus*, IV, XXII: ‘*Eloquentiae uer, quae principibus maximo ornamento est...*’

³² Nasceu em Leontinos cerca de 485 a C. este sofista e orador grego. Consciente do poder da palavra, Górgias notabilizou-se sobretudo como mestre de Retórica e ficaram conhecidas como 'gorgiânicas' algumas figuras retóricas por ele usadas. Ele próprio consagrou uma estátua sua de ouro, no Santuário de Delfos.

in eius ore linguam ex auro obryzo conflatam. Talem Athenienses Beroso⁷ conflarunt. Fingite rursus ex auro statuæ huius ore aureos Eloquentiæ fluuios promanare, ad illorum instar, qui ex beluato statuarum oris rictu in subiecta stagna continenter cadunt, pomaria rigant, uiridaria beant, hortos alunt, et fecundant, quo pateat aurea illa dicendi copia, atque ubertas, qua Numerianus orator totum imperium fortunauit.

Sentiebat Imperator sapientissimus ingentes illos pecuniarum aceruos, quibus Reipublicæ aerarium suosque ciues adimpleuerat, non deberi tantum potestati imperatoriae, quantum oratoriae. Sentiebat perenne illud gloriæ monumentum, non ab arte regendi, sed ab arte dicendi defluxisse. Numeriano Oratori suis temporibus sapientissimo.

Nunc uenio ad Philosophiæ diuitias quæ a doctis hominibus tanti fiunt, ut uel maximis possessionibus anteponanantur.

Rem audite singularem ac prope diuinam.

Extremum uitæ diem subodoratus nobilis quidam Philosophus, arcerssiri⁸ iubet filios, cognatos, necessarios, ac familiares suos: uult condere testamentum, cartam postulat, mox paululum uultum erigens puluinari adnititur: oculos deinde tollit ad filios, amicos supremis uerbis alloquitur et quasi fidei iussores testamenti adhibet.

Vrgente fati necessitate, cadauerosa iam facie, depressis in altum oculis, tremantibus labris, solutis paene dentibus, sine suo uultu, sine

⁷ Sic: *Berosio*

⁸ Sic: *accirciri*

construiu a sua. Imaginai na sua boca a língua fundida de oiro fino, tal como os atenienses a fundiram para Beroso³³. Imaginai ainda que da boca dourada daquela estátua dimanam os rios dourados da eloquência, tal como aqueles que das fauces animais das estátuas caem continuamente sobre os tanques subjacentes, regam pomares, abençoam arvoredos, alimentam jardins e os fecundam, para que se manifeste aquela abundância áurea e riqueza de falar com que o orador Numeriano enriqueceu todo o império³⁴.

Compreendia o mui sábio imperador que aquelas largas quantias com que cumulara o tesouro público e os seus cidadãos, não tanto ao seu poder imperial quanto ao de orador se deviam. Entendia que aquele monumento eterno de glória lhe vinha, não da arte de reinar, mas da arte de falar. “Ao orador Numeriano, o mais sábio do seu tempo!”

Venho agora às riquezas da Filosofia, as quais os homens doutos tanto estimam que às maiores fortunas são preferidas.

Ouvi este caso singular, diria, maravilhoso:

Suspeitando o último dia da sua vida, manda um certo nobre filósofo chamar os filhos, os parentes, os amigos mais chegados e os familiares: Deseja fazer o seu testamento, pede uma folha e alteando um pouco o vulto, apoia-se na almofada. Ergue então os olhos para os

³³ Tendo vivido entre 340-270 a. C., Beroso, sacerdote babilónio do deus Bel, escreveu em grego uma ampla história da Babilónia, e dedicou-se também ao estudo das doutrinas de Astronomia e Astrologia caldeias, fundando na Ilha de Cós, para onde teve de emigrar, uma escola de Astronomia. Beroso distinguiu-se pelas suas sábias profecias que lhe mereceram uma estátua com a língua dourada, símbolo da sua eloquência.

Encontramos o *exemplum* de Beroso e da sua estátua com a língua de ouro na Oração de Sapiência de CARDOSO, Jerónimo de 1536, op. cit., entre outros nomes que se destacaram na Astrologia: *‘Berosus etiam multifariam hanc disciplinam amplificasse creditur. Cui ob diuinas praedictiones syderalisque scientiae cognitionem, Athenienses publice in gymnasio statuam inaurata lingua erexere’*. p. 118; “Também se crê que Beroso ampliou de muitas formas esta disciplina. Devido às suas predições divinas e ao conhecimento da ciência astral, os Atenienses erigiram-lhe publicamente no ginásio uma estátua com língua de oiro”, p. 119. A sua fonte foi decerto Plínio, VII, 37, a mesma de BELEAGO, Belchior, op. cit. quando evoca Beroso, mas omitindo o pormenor da língua dourada, tal como nota PEREIRA, Maria Helena da Rocha, na p. 85, nota 46 do seu estudo sobre esta Oração. de Sapiência: *‘Quo circa Beroso astrologiae perito, ob diuinas praedictiones, Athenienses publice statuam in ginasio statuere’*, p. 35; “Foi por isso que os Atenienses erigiram publicamente uma estátua no ginásio a Beroso, sábio em Astrologia, pelas suas divinas profecias”, p. 36.

³⁴ Note-se o quanto este período revela, pela complexificação dos símbolos, a emergência da maneira barroca, que este gosto já prenuncia.

colore, sine uoce, calamum uix capit et titubante manu, et uacillantibus litteris testamentum exarat, nomen inscribit, uicino tradit, clara uoce legi imperat, uiribusque prorsus deficientibus in lectulum collabitur.

Quas opes, quas fortunas, quas possessiones hominem copiosum heredibus filiis testamento reliquisse arbitramini?

Percipite quaeso, diligenter testamenti uerba, et ea penitus animis uestris, mentibusque mandate: – Philisophiam uos hereditatem filii adeunto!

O testamentum praeclarissimum! O hereditatem amplissimam! O uirum sapientissimum! qui licet omni diuitiarum genere abundans, nullarum tamen opum, praeterquam Philosophiae heredes filios instituit. Ita profecto ita est, omnes hereditates Philosophiae pretium excedit, ipsa suo splendore diues satis, copiosaque habetur.

Quid dicam de lautissimis Mathematicae opibus? Quid recludam unius tantum Astronomiae thesauros? Obuiam nobis fit magnus ille Tycho Brahe nobilis Daniae princeps, qui sane omnibus superioris memoriae Mathematicis palmam praeripuit. Occurrit autem augurali habitu indutus radioque solari insignitus. Sub tranquilla nocte, sudoque aere, ex illa sua⁹ editissima arce ad astrorum contemplationem nos inuitat, in quorum cognitione non solum omnem uitae cursum absoluit, sed etiam patrimonium suum, quod certe regium erat, absumpsit, satis se diuitem et beatum fore credens, si Astronomiae opibus aleretur, cuius patrimonium nullis neque latronum insidiis, neque piratarum incursibus, neque tyrannorum minis, aut insultibus minui unquam posse iudicabat.

⁹ Sic: sua 2 illa 1

filhos, dirige-se aos amigos nas suas derradeiras palavras invocando-os como testemunhas de fé do seu testamento.

Oprimindo-o a fatalidade do destino, a face já cadavérica, os olhos encovados a fundo, trementes os lábios, os dentes quase soltos, sem a sua expressão, sem cor, sem voz, pega a custo na pena e, com mão trémula e letra vacilante, lavra o testamento, escreve o seu nome, entrega ao que está mais próximo, manda que seja lido em voz alta e, faltando-lhe enfim as forças, acaba por desfalecer no leito³⁵.

Que riquezas, que fortunas, que bens pensais que este homem rico deixou em testamento aos seus herdeiros?

Ouvi cuidadosamente, rogo-vos, estas palavras do testamento e guardai-as no mais fundo da vossa memória e das vossas almas: – Filhos, procurai vós mesmos a Filosofia como herança!

Ó testamento esclarecido! Ó herança abundantíssima! Ó homem sapientíssimo que ainda que na abundância de toda a sorte de bens, não deixou os filhos herdeiros de outra riqueza que não da Filosofia. Assim é, na verdade: excede todas as heranças, o valor da Filosofia, só a ela em seu esplendor se tem por bastante rica e copiosa.

E que dizer das faustosas riquezas da Matemática? Porque hei-de abrir só os tesouros da Astronomia? Surge diante de nós o grande Tycho Brahe³⁶, nobre príncipe da Dinamarca que sem dúvida arrebatou a palma a todos os matemáticos de antiga nomeada. Apresenta-se ele com o traje dos áugures e ornado com o raio solar. Numa noite tranquila, de céu limpo, da sua altíssima torre, convida-nos a contemplar os astros em cujo estudo não só gastou a vida inteira como consumiu o seu património que era decerto o de um rei; pensando que rico e afortunado assaz seria se das riquezas da Astronomia se alimentasse; cujo património, assim julgava, nem ciladas de ladrões, nem assaltos de piratas, nem ameaças ou afrontas de tirano algum poderiam jamais minguar³⁷.

³⁵ Note-se a habilidade com que Machado faz esta descrição, o realismo e o visualismo que conseguiu neste período e que decerto seduziu as atenções dos ouvintes.

³⁶ Ao contrário de outros modelos de dedicação à Sabedoria nas suas várias disciplinas, Tycho Brahe não é um clássico, mas um contemporâneo de Francisco Machado (n. 1546, f. 1601). Este astrónomo dinamarquês, notável homem de Ciência dos finais do séc. XVI, sob o mecenato de Frederico II da Dinamarca construiu um observatório astronómico no seu castelo de Uraniburgo onde ensinou por doze anos, até que o sucessor do seu Mecenas lhe retirou a pensão anual, obrigando-o assim a retirar-se para a Alemanha. O seu intenso trabalho de observação proporcionou avanços consideráveis neste campo do saber.

³⁷ Eco do tema do tesouro incorruptível, Lc, 12, 33-34.: *‘Vendite quae possidetis, et date eleemosynam. Facite vobis sacculos, qui non ueterascunt, thesaurum non*

Quid deinde dicam de medicae facultatis innumerabilibus fortunis? Hippocratem laudo, qui infinita ab Artaxerse sibi oblata auri talenta generosus contempsit. Non illum pecuniarum cupiditas, non opum tantarum affluentia, non Regis potentissimi scepra comouebant.

Caduca semper, et mobilia hoc esse duxit, non uirtutis, atque ingenii, sed fortunae, et temporum munera, quorum ille non tam facultatem unquam, et copiam expetendam putauit, quam et in utendo rationem, et in abiiciendo maiestatem.

Solo sapientiae amore suauiter allectus eius animus acquiescebat: solas litterarum opes ueras perpetuasque esse existimabat.

Que direi eu a seguir, das incontáveis qualidades da Faculdade de Medicina? Louvo Hipócrates³⁸ que os infinitos talentos de ouro oferecidos por Artaxerxes³⁹ nobremente desprezou. Não o demoveram, nem a ambição do dinheiro, nem a abundância de tantas riquezas, nem o poderoso rei.

Tudo considerou caduco, tudo instável, não dom da virtude e do engenho, mas da fortuna e da mudança; cuja posse e abundância menos desejável reputou do que a moderação em usá-lo, bem como a superioridade em recusá-lo⁴⁰.

Docemente seduzido, apenas, pelo amor da Sabedoria, lhe achava descanso a alma⁴¹; a riqueza das Letras, apenas, tinha por perene e verdadeira.

deficientem in caelis: quo fur non appropriat, neque tinea corrumpit. Ubi enim thesaurus uester est, ibi et cor uestrum erit'.

“Vendei o que possuíis, e dai esmola; provei-vos de bolsas que não envelhecem, de um tesouro inexaurível no céu, onde não chega o ladrão, nem a traça rói. Porque onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.”

³⁸ O célebre pai da Medicina que terá vivido entre c. 460 e 375 a. C.

³⁹ Não encontramos qualquer referência a este *exemplum* de Hipócrates e Artaxerxes. Embora quer Artaxerxes I quer Artaxerxes II tenham reinado em época contemporânea à de Hipócrates, (465-424; 404-358), deve ter sido com Artaxerxes II, com o qual houve breve acordo da parte dos Atenienses na luta vitoriosa contra Esparta, que Hipócrates contactou.

⁴⁰ Claro reflexo do princípio inaciano da relação de indiferença com os bens terrenos, formulado no *Princípio e Fundamento dos Exercícios Espirituais* de St^o Inácio: “O homem é criado, para louvar, reverenciar e servir a Deus, nosso Senhor, e, mediante isto, salvar a sua alma. E as outras coisas, sobre a face da terra, são criadas para o homem, para o ajudarem na prossecução do fim para que é criado. Donde se segue que o homem tanto há-de usar delas, quanto o ajudam para o seu fim, e tanto deve privar-se delas, quanto disso o impeçam. Pelo que, é necessário fazermo-nos indiferentes a todas as coisas criadas, em tudo o que é concedido à liberdade do nosso livre arbítrio, e não lhe está proibido. De tal maneira que, da nossa parte, não queiramos mais saúde que doença, riqueza que pobreza, honra que desonra, vida longa que breve, e, assim por diante em tudo o mais, somente desejando e escolhendo o que mais nos conduz para o fim que somos criados”. Cfr. LOYOLA, Inácio de, *Exercícios...*, op. cit. “Primeira Semana – Princípio e Fundamento”, § 23.

⁴¹ Francisco Machado faz eco de uma das imagens bíblicas da Sabedoria, precisamente a do *Livro da Sabedoria* em que, como em todo o Oriente Antigo ela é considerada uma qualidade natural do homem, mas também um atributo da divindade que a comunica a alguns privilegiados. Salomão, no *Livro da Sabedoria* declara-se por ela enamorado: “Por isso desejei a inteligência e ela me foi dada; invoquei o Senhor e veio a mim o espírito da Sabedoria.” (Cfr. Sab, 7, 7); “Eu a (Sabedoria) amei e busquei desde a minha juventude, e procurei tomá-la para mim como esposa, e fiquei enamorado da sua formosura” (Cfr. Sab, 8, 2.); “todos os bens me vieram juntamente com ela, e inumeráveis riquezas por suas mãos” (Cfr. Sab, 7, 11.).

Sed iam dicamus necesse est de innumeris opibus utriusque Iuris. Verum enimvero ne ulla irrepat discordia, quae ultimam orationis partem inturbet, geminum Ius, tam Pontificium, quam Caesareum adiungamus, et inter utrumque amabile quoddam foedus sanciamus. Videre mihi uideor me uobis allaturum rem grauem, rem perillustrem, et ad declarandas utriusque Iuris diuitias singularem.

Alphonsus Hispaniae Rex sapientissimus cum grauissimis de summi¹⁰ regni curis uehementer anxius torqueretur, qua uia posset periclitanti imperio subuenire cogitabat. Obseruabatur ante oculos regni imago, lugubris illa quidem, squalida, sordida, ac deformata. Videbat semidirutas urbes paene deleta oppida, depopulatos agros, uastatas domos, imminutas opes, fractas uires, consternatos homines. Occurrebat ille in priuatis dolor, in publicis maeror, in plebe squalor, in curia timor, in foris solitudo, totumque imperium funus potius ad deplorandum, quam munus ad regendum uidebatur. His curis, et cogitationibus, Rex ualde conflictatus, aulicorum suorum cogit concilium: ingrediuntur omnes, sedent pro cuiusque ordine, ac dignitate. Rex uero in medio maeroris causam aperit, laboranti imperio, aegrotae, ac prope desperatae Reipublicae praesens aliquod remedium efflagitat. Omnes, prout suppetit prudentia, mentem suam exponunt. Quidam finitimorum Regum auxilia implorabat, alter uel iniquis conditionibus pacem cum hostibus faciebat, alius tributa imponebat, aliquis ante tempus uectigalia exigebat, nec deerat, qui saeuos etiam redditus auocaret, unusquisque ad mentis arbitrium prouidebat.

Rex uero, auditis omnium iudiciis, librum quemdam, qui tam Pontificias, quam Caesareas Leges continebat, manibus aperit, folia percurrit, et hunc in modum dicit sententiam: – “Remedium, quod temporis calamitas postulat, unus praestat hic sapientiae thesaurus.” O sententiam tanto principe dignam. O principem ob tam suauem, diuinamque sententiam omnium gentium linguis, litteris, monumentisque

¹⁰ Sic: *summa*

É ainda necessário que falemos das inúmeras riquezas de ambos os Direitos. Na verdade, para que não surja qualquer discórdia que turve a última parte da oração, ligaremos os dois Direitos, o de César e o dos Pontífices e entre ambos firmaremos um pacto de afeição. Um caso de grande monta, julgo agora dever trazer-vos, sumamente elucidativo e singular para demonstrar-vos as riquezas de ambos os Direitos.

Andando em cuidados, Afonso⁴², o sábio, rei da Espanha, com os penosos encargos da governação, pensava por que meios poderia socorrer o reino em perigo. É que tinha diante dos olhos aquela imagem lúgubre do seu reino, lutuosa, sórdida, deformada. Via as cidades meio arruinadas, as vilas quase destruídas, os campos despovoados, as casas devastadas, os recursos minguados, as forças quebradas, os homens abatidos. Assaltava-o sozinho, aquela dor, acompanhado, o desânimo; diante do povo a aflição, na corte o medo; em público a solidão. E coisa para chorar, mais que para reger, lhe parecia aquele reino. Em tais cismas e cuidados assim aflito, reúne o rei a sua corte; vêm todos e sentam-se por sua ordem e dignidade. O rei então, no meio deles, revela o motivo da sua tristeza, rogando-lhes algum remédio de salvação eficaz para o reino em perigo, para a república enferma e quase sem esperança. Todos, consoante a prudência lhes assiste, expõem o seu pensamento. Um pedia a ajuda dos reis vizinhos, outro, mesmo com condições desvantajosas, fazia a paz com os inimigos, outro ainda lançava impostos, alguém pedia rendas adiantadas, e não faltava quem pedisse também penosos tributos. Cada um dava conselhos segundo o seu modo de pensar.

Ouvidas todas as opiniões, abre o rei com suas mãos um livro que contém tanto as leis canônicas como as civis, percorre as folhas e fala desta maneira:

– “O remédio que requer a gravidade do momento é um só, só este tesouro da Sabedoria o concede.”

Ó sentença digna de tão grande príncipe! Ó príncipe que por tão suave e divina sentença, nas línguas de todos os povos, em suas crônicas e memórias houvera de exaltar-se. É de admirar com quanta rapi-

⁴² Trata-se de Afonso X, rei de Leão e Castela, filho de D. Fernando III e de D. Beatriz da Suábia. De invulgar actividade cultural em muitos campos do saber, entre os quais o Direito, Afonso X foi responsável por várias obras de carácter jurídico. O seu reconhecido valor cultural eternizou-o como um daqueles raros homens que gravam na História a sua memória como modelo de excelência numa virtude, neste caso, a dedicação à Sabedoria.

condecorandum. Hoc usus sapientiae thesauro mirum est dicere quanta celeritate res fractas instaurauit, urbes redintegrauit, oppida renouauit, classes reaedificauit, totumque imperium ad pristinam suam formam reuocauit: O Lusitania si tibi perpetuo foret locupletissimus hic sapientiae thesaurus? Haec in sacras, ciuilesque leges reuerentia? Quid? Nullae tibi deerunt pecuniae, dum iustitiae thesaurum custodieris. Dicite, auditores. Quid olim optime florentem uestram Rempubicam conseruauit? opes? iis imperia submerguntur. Fortunae? iis regna pessundantur. Arma? iis Respublicae dissoluuntur. Tributa? iis populi exstinguntur. Solus igitur sapientiae thesaurus erat, qui Lusitaniam abundanter alebat, et in summa rerum omnium felicitate retinebat.

Veteres belli neruos pecuniam appellarunt, nec immerito. Quemadmodum enim corpus neruis continetur, ac sustentatur, sic bellum

dez o tesouro da Sabedoria refez o que estava desfeito, reedificou as cidades, renovou as vilas, restaurou as hostes e reconduziu todo o reino ao seu antigo vigor. Ai Portugal, se tivesses para sempre este fecundíssimo tesouro da Sabedoria, este respeito pelas leis sagradas e divinas! Então sim! Não te faltaria a fazenda enquanto guardasses o tesouro da justiça.

Dizei, vós que me ouvis: O que é que outrora conservou a vossa grande nação? As riquezas? Com elas os impérios se afundam. Os sucessos? Com eles sucumbem os reinos. As armas? Com elas se destroem as nações. Os impostos? Com eles os povos se aniquilam.

Era pois, só o tesouro da Sabedoria⁴³ o que alimentava abundantemente Portugal e em tudo o guardava em suma felicidade⁴⁴.

Os antigos chamavam ao dinheiro, e não sem fundamento, o nervo da guerra⁴⁵. Com efeito, assim como o corpo é mantido e

⁴³ Veja-se um tratamento semelhante do Direito na Oração de Gonçalo de Abreu:

'Pontificis et Caesarii iuris peritissimi solitas etiam laudes exoptatis. Mitto Dyonisium leges...Utroque iure uigente /totius regni/ politia uigebit: utroque iure florente, bene instituta Lusitania'.

“Desejais ainda os costumados louvores dos juristas, quer no direito dos Pontífices, quer dos Césares (...) Em ambos os direitos vicejando, prosperará o bom governo do inteiro reino. Em ambos os direitos florescendo, bem se ordena Portugal”.

É em ambos os direitos que reside a possibilidade de um governo florescente, em Paz e segurança, e a grandeza das nações.

Outros autores enaltecem esta qualidade das Leis:

MOREIRA, Hilário, op. cit., p. 68: *'Nam qui status, quae hominum condicio tuta in terris existeret, si leges non regnarent, fueritque humana cupiditas seueritate legum et metu iudiciorum illigata?'*. op. cit., p. 68. “Efectivamente que estado, que situação haveria na terra que se dissesse segura, se não reinassem as leis, se a cobiça humana não fosse coarctada pelo rigor das mesmas e pelo rigor os tribunais? p. 69.

MENESES, D. Pedro de, op. cit., p. 88: *'Nam qui status, quae hominum conditio, tuta et libera in terris uiueret, si leges suis uiribus subsistentes non regnauerent?'*; “Com efeito, que estado, que condição humana poderia viver segura e livre na terra, se as leis não reinassem, firmes em suas forças?”, p. 89.

FERNANDES, Pedro, op. cit, p. 128: *'Sine hac quomodo pietas, quomodo religio, quomodo excellens aliqua Respublica posset consistere?'*. “Sem ela, como poderia subsistir a piedade, a religião ou qualquer governo excelente?”, p. 129

⁴⁴ A grandeza da Nação está projectada no passado. Era o tesouro da Sabedoria que outrora mantinha Portugal, 'grande nação' que contrasta com os tempos 'ruinosos' e a 'estreiteza da fazenda' que caracterizam Portugal sob os Habsburgos.

⁴⁵ Não encontrámos nos 'antigos' esta afirmação, mas algo muito semelhante, que decerto Francisco Machado teve oportunidade de ler no primeiro volume da obra de André Rodrigues Eboense que já referimos:

'Diuitiae nerui sunt rerum' apud Diog. lib. I.

“As riquezas são os nervos das cousas”.

pecunia. Rectius tamen belli neruos dicerent sapientiam, quia sine pecunia nonnunquam bellum inferri poterit, non uero sine sapientia.

Tollite stipendia, uestigalia, commeatus, praemia, dona militaria; si una supersit sapientia, nihil eorum desiderabitur. Tollite signa, hastas, gladios clypeos: tollite reliquum armorum genus, si unus tantum sapientiae thesaurus non deficiat, haec omnia dimicabunt.

Mense quodam superiore, nuperrime quidem uidistis clarissimum huiusce rei documentum, qui autem non uidistis uacuas mihi praebete aures, et qui etiam uidistis: forsitan meminisse iuuabit.

Expugnant hostes per summum nostri nominis dedecus Buar-chense oppidum: incolarum tectis iniectae sunt flammae, nec sacris aedibus temperatum est. O audaciam immanem! Ingreditur impudentissimus Batauorum grex, seu potius terrarum fax¹¹ templa sacratis-

¹¹ Sic: *fex*

suportado pelos nervos, também a guerra o é pelo dinheiro. Com mais razão, porém, diriam que a Sabedoria é o nervo da guerra, pois sem dinheiro, não poucas vezes poderá alguém ter começado uma guerra, não porém sem Sabedoria.

Acabai com os soldados, com as rendas, com os lucros, com os prêmios, com as recompensas militares; se apenas a Sabedoria subsistir, não se sentirá a falta de nenhuma destas coisas. Deitai mão dos estandartes, das lanças, das espadas afiadas, deitai mão de tudo o mais que são armas. Se somente o tesouro da Sabedoria vos não faltar, todas elas vos servirão⁴⁶.

Ainda há meses, bem pouco há, disso vistes um claro exemplo⁴⁷. Vós que o não vistes, prestai-me os ouvidos ignaros; mas vós, também, que o vistes; quiçá lembrá-lo vos aproveite.

Expugnam os inimigos, para suma desonra do nosso nome, a praça de Buarcos⁴⁸; aos telhados dos moradores se lançaram chamas; nem com as igrejas houve temperança.

Ó desmedida ousadia! Entra a caterva desavergonhada dos batavos⁴⁹, a bem dizer, flagelo das nações, pelos templos consagrados;

Um autor contemporâneo de Machado, António Sousa de Macedo, usa também aquela expressão denunciando assim a sua popularidade na altura: '*as riquezas são as armas mais fortes, e o nervo da guerra...*'. Cfr. TORGAL, op. cit., p. 196, citando MACEDO, António Sousa de Macedo, *Harmonia política dos documentos divinos com as conveniências d'Estado*, 1651, pp. 112-113.

⁴⁶ Estamos perante um passo pouco claro cuja tradução por isso mesmo se torna difícil. Terá o autor usado o mesmo verbo *tollo* nos seus dois valores opostos '*tirai*' e '*tomai*' por mero exercício escolar? Com efeito, não há oposição clara entre um período e outro: Se não houver recompensas materiais mas apenas a Sabedoria for o móbil da guerra, quem combate não sentirá a falta daquelas. Se pegarmos nas armas e a Sabedoria estiver connosco, mesmo que faltem as recompensas, todas as armas nos serão úteis, porque combateremos.

⁴⁷ Note-se como Francisco Machado relata com entusiasmo, apresentando-o como exemplo da importância da Sabedoria, e para provar que é ela o '*nervo da guerra*', um acontecimento recente que envolveu a Academia e será por isso ouvido com atenção e agrado.

⁴⁸ Francisco Machado refere-se a um ataque sofrido em 18 de Maio de 1629 relatado por FARIA, M. Severim na *História Portuguesa...* op. cit. Fol. 256. Cfr. "Introdução", pp. 80-83.

⁴⁹ SERRÃO, J. Veríssimo, *História de Portugal*, op. cit., vol. IV, p. 108 diz-nos (com base na carta régia de 6 de Julho de 1629, publicada por J. J. Andrade e SILVA na *Collecção Chronologica da Legislação portuguesa*, pp. 152-153) que houve em fins de Maio de 1629 uma "incurção armada dos ingleses" a Buarcos. Após a leitura de tal carta, não econtrámos, porém, qualquer referência à origem das "quatro naus inimigas (que) botaram gente em Buarcos". A confirmar a afirmação de Machado segundo a qual é holandesa a origem das naus inimigas temos o testemunho de FARIA, M. Severim, op. cit.. Cfr. "seis piratas olandeses", "Introdução", p. 81.

*sima, profanus religiosissima sanctorum fana polluit, uiolat, et inces-
tat, parietes illos omnibus donariis, ornamentisque nudat, adyta diripit,
aras expilat, sacraria depeculatur; illa diuorum simulacra quae ego
ob maximam suam dignitatem prae religione nominare non audeo,
audacissimus demolitur, manus amputat, capita obtruncat, membra
dissipat. O sentinam flagitiorum! Tu ingredi illas domos ausa es? tu illa
sanctissima limina intrare? tu purissimis Numinibus os impurissimum
ostendere? tu in tam pias, et pulcherrimas Diuorum statuas tam
impias, et sceleratas manus iniicere? tu nequissima, improbissima,
sceleratissima gens omnium mortalium (si tamen fas est inter homines
locum aliquem tibi concedere) tu caelestium corpora mutilare? quae
nemo poterat sine horrore tangere? nemo sine religione adspicere? O
facinus execrandum! O piaculum pro atrocitate sua expiandum
nunquam satis!*

*Non commemoro, auditores, fictum aliquod scelus, sed uerum,
non auditum, sed uisum, testes laudo non quoscumque, sed locupletis-
simos: et quid foret, si me quoque testem possim producere? Testis
etiam sum non auritus, sed oculatus. His oculis, his, inquam, oculis
uidi obscurata diuorum lumina, uidi abscisa, mutilataque membra: his
manibus, qua potui ueneratione, accepi tutelarium Numinum manus;
sed quales accepi? Pro Deum immortalem, cur iniuriam adeo imma-
nissimam caelestibus tuis illatam non ulcisceris? Accepi illas manus
beatissimas, quas in me saepius pias, munificas, et liberales expertus
fueram, semiustas, fractas, contaminatasque.*

sujam pés profanos as sagradas capelas dos santos, arrombando, violando, desnudando aquelas paredes de seus ornamentos e preciosos ex-votos, depredando altares, delapidando aras, despojando sacrários. Aquelas imagens dos santos que eu, por sua tão alta dignidade, por religião, não ousou nomear, arrogantemente deitam por terra decepando-lhes as mãos, destroncando-lhes as cabeças, dispersando-lhes os membros⁵⁰. Ó flagelo imundo! Ousaste entrar em aquelas santas moradas, transpôr aqueles sagrados umbrais; ostentar a face imunda aos santos imaculados, deitar as ímpias, malvadas mãos a tão santas e formosas imagens de santos? Tu, entre os mortais a mais vil, iníqua, criminosa gente, (se é que entre os homens és digna de algum lugar) ousaste decepar os corpos da corte celestial que ninguém sem horror poderia tocar, que ninguém sem religião poderia contemplar? Ó execrável torpeza! Ó malvadez que por sua atrocidade nunca há-de ser expiada.

Não é, senhores, algum crime imaginário que estou lembrando, mas um verdadeiro, não de que se ouviu, mas que se viu, não são quaisquer as testemunhas que invoco, mas de nomeada; e quê, se posso eu mesmo citar-me como testemunha? Sou-o, não pelo que ouvi, mas pelo que vi⁵¹. Com estes olhos, com estes próprios olhos vi apagadas as luzes dos santos, vi-lhes soltos os membros decepados; com estas mãos, com quanta devoção pude, tomei as mãos dos santos nossos patronos, e em que estado as tomei! Ó Deus imortal, porque não vingais tão torpe injúria arremessada aos vossos santos? Aquelas mãos santíssimas que tantas vezes sentira em meu favor pias, generosas, liberais, meio queimadas as tomei, quebradas, profanadas.

⁵⁰ Este procedimento com as imagens de santos parece ser usual nos ataques dos piratas protestantes. É o que sucede no ataque de 1602, conforme o relato de STª MARIA, Nicolau, na *Crónica da Ordem dos Cónegos regrantes do Patriarca Stº Agostinho*, Lisboa 1688, Livro IX, p. 392: “& assi forão roubando tudo muito a seu salvo, & depois fizerão o mesmo nas Igrejas, e onde quebrarão todas as Imagens”. Este comportamento repete-se depois em 1629 como relata Francisco Machado e confirma o testemunho de FÁRIA, op. cit fol. 256: “Saquaream os hereges a villa, deixando os sinaes desta impiedade nos templos e imagens...”.

⁵¹ Esta afirmação de Francisco Machado não é um artifício literário para tornar a sua narrativa mais convincente. Conforme informação do Manuscrito de FÁRIA, op. cit., fol. 256 o P. Reitor da Companhia participou nas despesas enviando o seu contributo pelos P. Francisco Machado e António da Rocha: Cfr. “Introdução” nota 52, p. 82.

É muito provável que no cumprimento da sua missão no início de Junho, Francisco Machado deparasse ainda com os vestígios, difíceis de reparar, deixados pelo ataque de 18 de Maio contra o qual a população surpreendida nada pudera fazer.

Quid agitis Lusitani? Quid amplius moramini? O pudor! Vbi Lusitanorum inuicta gloria? Vbi maiorum uestrorum uirtus? Nemo est, qui arrogantium perfidorum supercilium conculcet? Nemo: omnem illi Lusitanorum potentiam suis pedibus conculcarunt. Nullus est, qui belli expedire audeat machinamenta? Nullus: omnium illi audaciam praepi-diuerunt. Vix fuit, qui sceleratissimis se opponeret.

Quid? Deerant pecuniae? aderant. Quid? fugerunt milites? aliqui dimicarunt. Quid? non erant arma? praesto erant. Quid ergo defuit? Sapientia.

Renunciantur Academiae in oppidum infelix secunda irruptio barbarorum. Quae alacritas? quae promptitudo? Vix belli signum Palladia ab arce Illustrissimus Rector extulit: iam Academia in armis. Quis ad amnem concursus? tantus ac tam praeceps, ut non defuerint qui, labente uestigio, pectore tenuis mergerentur; quasi uero a Martio calore uelint refrigerari. Jam cymbas exercitus conscendit, rostratas magis naues, quam cymbas iudicares: iam Mondam qua uelis, qua remis, qua contis findunt: Oceanum non Mondam appelaes. Quam horrida belli facies? pulsantur tympana, perstrepunt litui, personant tubae, crispantur uexilla. Aer fulminat in glandes, liquescit in plumbum, soluitur in fulgura, conflatur in nebulas, ruit in tonitrua. Iam

Que fazeis, Portugueses? Que esperais ainda? Ó vergonha! Onde está a glória invicta de Portugal? Onde a força dos vossos maiores?⁵² Ninguém há que abata a cabeça desses arrogantes, desses malvados?! Ninguém! E calcaram eles a seus pés todo o poderio dos portugueses. Ninguém há que se atreva contra as suas máquinas de guerra? Ninguém! Em todos tolheram a coragem. A custo alguém houve que aos malvados fizesse frente⁵³.

Porquê? Faltava dinheiro? Dinheiro havia. Então porquê? desertaram soldados? Alguns pelejaram. Então? Não havia armas? Logo as houve. Que faltou então? A Sabedoria.

Vem a saber esta Academia de um novo e infausto assalto desses bárbaros à dita praça⁵⁴. Que algazarra! Que presteza! Logo o ilustríssimo reitor traz o estandarte de guerra do forte de Minerva⁵⁵. Já a Academia está em armas. Que correria para o rio! Foi tão grande e impetuosa que não faltou quem resvalando-lhe o passo, mergulhasse até ao peito, como se quisesse refrescar-se dos calores de Março. Já a tropa baixa os botes, naus de proa se diria, mais que botes. Já à vela, a remos, à vara vão sulcando as águas do Mondego. Ó que feroz semblante guerreiro. Rufam tambores, ressoam clarins e tocam trombetas, desfraldam-se bandeiras. Estremece o céu aos tiros, derrete-se em chumbo, desfaz-se em clarões, inflama-se em fumaça, desaba em tro-

⁵² Note-se como o episódio se torna pretexto para exaltar o orgulho nacional, os sentimentos patrióticos humilhados neste momento histórico pelos ataques protestantes, facilitados pela crise política que se vivia, por muitos atribuída à perda do garante da Soberania da Nação, a Coroa Portuguesa.

⁵³ Pensamos, tal como ROCHA, António dos Santos, op. cit., p. 62, que se refere a este ataque a Buarcos a carta régia de 10 de Outubro, recomendando o castigo daqueles que não “cumpriram com a sua obrigação” e se escusaram a combater. Também SERRÃO, J. V. *História de Portugal*, op. cit., vol. IV, p. 108, com base no mesmo documento, refere que neste ataque “houve gente que não quis combater”. Veja-se a este propósito “Introdução”, notas 50 e 51, pp. 81-82.

⁵⁴ Os testemunhos de ROCHA, A. S., op. cit. e SERRÃO, J. V. op. cit. fazem-nos crer que teria havido um só ataque a Buarcos e, sendo assim, a *secunda irruptio* de que fala Machado seria um artifício literário para tornar a sua argumentação mais convincente. O manuscrito de FARIA, op. cit. porém, vem confirmar a ocorrência dessa segunda incursão armada: “Contudo logo aos 7 de Junho, vendo outra semelhante bonança, deram môstras de querer sair em terra”.

⁵⁵ Foi a esta *secunda irruptio* que ocorreu a Academia, e não ao ataque de Maio como afirma Veríssimo SERRÃO, op. cit., p. 108. O testemunho de FARIA, op. cit. confirma o de Machado, reafirmando assim que este episódio não é ficção literária. Cfr. “Introdução”, nota 52, p. 82.

classis uniuersa praeterlabitur Academicum illud Geryonis promontorium. Quo euentu?

Obstupescit Geryon Hispaniae quondam terror, ac dominator, deponuit furorem, clauam abiicit, submittit capita, Rectorem Academiae praesentit, fortiorem agnoscit, Herculem alterum ueneratur, amicum se praedicat, non hostem, triremes illas suas, bellica tormenta, hastas, gladios, clypeos offert in hostium perniciem. Jam apud montem maiorem emicat in litus lectissima Phalanx. Quo ordine? In sago, non in toga natos crederes Palladis milites: egregios diceres, non gregarios: ueteranos, non tirones: Hectores Troiae non Doctores Academiae. Iam uero Imperatorem, non Rectorem, sed Martem putares.

Memini, et obliuiscar nunquam illius maeistatis, qua sapiens, et fortis Imperator ducebat exercitum; illius grauitatis, qua Primarius Magister, iam dux Primarius incedebat; illius facilitatis et uenustatis qua egregius signifer modo uexillum attollebat, modo deprimebat; illius dexteritatis, qua insignes ordinarii totam aciem in tempore composuerunt. Memini sane, et obliuiscar nunquam illius alacritatis, qua

vões. Já a inteira frota dobra aquele académico cabo de Gerião⁵⁶. Que acontecimento!

Espanta-se Gerião outrora terror e dominador das Espanhas, amansa a fúria, depõe a clava, baixa a cabeça, pressentindo o reitor da Academia, reconhecendo-o como mais forte; teme nele um outro Hércules, apregoa ser seu amigo, não inimigo, entrega para perdição dos infieis as suas triremes, os canhões, as lanças, as espadas, os punhais. Já por detrás do monte mais alto se assoma sobre a praia a falange dos eleitos. E que ordem! Em cota de malha, não na toga pensaríeis terem nascido os paladinos de Minerva; acima da grei os diríeis, não da grei; veteranos, não caloiros, Heitores de Troia, não doutores da Academia. Mais ainda, pensaríeis não de um reitor, nem mesmo de um general tratar-se, mas de Marte em pessoa.

Lembro-me, e nunca hei-de esquecer-me daquela majestade com que o sábio e forte general guiava o seu exército, daquela gravidade com que avançava o mestre reitor, agora mestre de armas, do garbo e da leveza com que o altivo porta-bandeira, ora alçava ora baixava o seu estandarte; da destreza com que os bravos capitães a seu tempo dispuseram as fileiras⁵⁷. Lembro-me, oh sim, e nunca me esqueceréi

⁵⁶ Reunir o gado deste monstro com três corpos que vivia numa ilha do Ocidente (Eriteia) terá sido uma das tarefas de Hércules. No seu trabalho, “O Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, Agente da Tradição clássica no início do séc. XVII”, publicado na *BIBLOS*, Sebastião Tavares de PINHO dá notícia da representação da écloga *Gerion* no final do ano lectivo de 1612, curiosamente o ano da entrada de Francisco Machado no noviciado da Companhia em Coimbra. Gerião é o gigante dominado por Hércules algures no extremo Ocidente, região “por muitos identificada com uma parte da Península Ibérica”. Segundo o artigo citado, a acção passa-se na região entre Lisboa e Coimbra, representadas pelos rios Tejo e Mondego. *Monda prologus* é precisamente o símbolo da Região dominada por Gerião, tirano de toda a Hispânia.

Em Maio de 1629, o Colégio das Artes dedica uma representação desta écloga ao Reitor da Universidade. Estaria portanto viva na memória do orador e dos seus ouvintes, a imagem deste monstro do Mondego, dominador do “Académico promontório”.

⁵⁷ O paralelo desenvolvido pelo orador, entre o reitor e os estudantes, por um lado, e o general com seu exército por outro, não é em absoluto fruto da criatividade do orador, pois a Universidade apresentava, neste tempo, um carácter militar que já não encontramos na outras Universidades da Europa depois da organização dos exércitos permanentes. Vide BRAGA, Teófilo, *Historia da universidade de Coimbra*, Tomo II, 1895, pp. 489-490.

Não é a primeira vez que a Academia presta auxílio militar: STª MARIA, Nicolau de, op. cit. Livro IX, p. 392 dá testemunho do socorro que a Universidade se presta a levar, sob o comando do reitor D. Afonso Furtado de Mendonça às gentes de Buarcos por ocasião de um ataque a Buarcos de “huns ingrezes, hereges & ladrões” em 1602.

totus exercitus uidebatur iam pugnam committere, iam in medias acies irruere, iam in confertos hostes inuolare; iam orbis cunctos perfringere, iam hostes uel profligare, uel propulsare. Quid plura? Contremuit ad tanti exercitus famam hostilis audacia, pugnam detrectat, terram fugit, pelago potius fudit. Sed quanto nostro omnium dolore? Cernitis quo iure appellauerim sapientiam belli neruos? Itaque fortior est ad debellandos hostes litterarum industria, quam pecuniarum potentia.

Expensis uero tot Sapientiae opibus, et consumpto diuitiarum thesauro quasi rerum inops, ac egenus haereo dubius. Vnde possum dignum Theologia pretium comparare?

O me pauperem, et infelicem, cum ad explicandas reliquas scientiarum disciplinas tot munera superessent, uni duntaxat Theologiae, quae pretio excedit omnes, defuerunt? Absit infelix paupertatis augurium.

Etenim in ipsa Theologia inclusos diuitiarum thesauros, et reconditas gemmarum thecas reperiemus. Huiusce rei notissimus ille Bruti baculus inditium praetulit singulare. Qui Brutus Delphos iturus, ut Apollinem de rebus grauissimis consuleret, penes quem erat scientia rerum diuinarum, dicitur baculum aureum inclusum scipione cauato ex paupere materia Apollini donum tulisse per ambages, effigiem

daquela algazarra com que toda a tropa parecia já pelejar, irrompendo pelas fileiras, caindo sobre as alas cerradas, destroçando as formações, desbaratando e esmagando o inimigo. Sabeis que mais? Treme a ousadia inimiga diante da fama de tão grande exército, deixa a lide, fuge de terra, prefere deitar-se ao mar⁵⁸. Mas com quanto padecimento de todos nós! Entendeis agora com que razão chamei eu nervo da guerra à Sabedoria? Assim, para derrotar o inimigo, é mais forte a arte das Letras que o poder do dinheiro.

Ponderadas agora tantas excelências da Sabedoria e consumado o tesouro das suas riquezas, detenho-me indeciso e desamparado, como que falto de recursos. Como posso encarecer devidamente a Teologia?

Ó pobre de mim, e infeliz! Sobrando-me tantos dotes para expôr as demais ciências, somente para a Teologia, que a todas em valor excede, me haveriam de faltar. Longe de mim este mau agoiro de penúria!

Com efeito, na própria Teologia encontramos encerradas as riquezas, escondidos os cofres dos melhores tesouros. Singular exemplo disto nos traz o famoso ceptro de Bruto. Indo o dito Bruto⁵⁹ a caminho de Delfos com o intuito de, a respeito de gravíssimos negócios, consultar Apolo em cujas mãos estava a ciência das coisas divinas, conta-se que levou de presente a Apolo um ceptro de ouro encerrado em um bastão de humilde matéria esculpido⁶⁰; significando

Temos notícias de outras actividades militares do Reitor com estudantes na consolidação da Restauração da Independência: GOMES, Joaquim Ferreira, em *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1991, diz-nos que em 1640 o Reitor Manuel Saldanha comanda um batalhão de 630 estudantes para o Alentejo, e remete-nos para FIGUEIROA, Francisco Carneiro, *Memórias da Universidade de Coimbra*, 1937, pp. 135 e ss.

⁵⁸ Mais uma vez, FARIA, op. cit., fol. 256 f e v confirma a versão de Francisco Machado: Cfr. "Introdução", nota 53, p. 82.

⁵⁹ Sobrinho de Tarquínio, o Soberbo, Júnio Bruto fingiu-se demente para se defender do tio que eliminava qualquer opositor ao seu poder, ainda que seu familiar, o que acontecera com o pai do mesmo. Imune por via da sua aparente loucura, Bruto acompanhou os seus primos que se dirigiam a Delfos, "mais por bobo que por companhia", diz Tito Lívio (vide *infra.*), para consultar o Oráculo sobre terríveis presságios que atemorizavam Tarquínio. Júnio Bruto veio a ser um dos principais causadores da expulsão do último rei de Roma, Tarquínio, o Soberbo.

⁶⁰ Não encontramos qualquer referência a este enigmático bastão que encerrava um ceptro de ouro, nem outra ocorrência deste episódio nas orações que lemos, o que aponta mais uma vez para a originalidade dos exemplos escolhidos por Francisco Machado. Machado usa habilmente esta imagem para ilustrar a riqueza da Teologia e, naturalmente, sem grande esforço, encontra nela o pretexto para tecer o elogio de ilus-

ingenii sui, seu ut dicam uerius, imaginem Theologiae ad uiuum expressam. Et merito baculum aureum Theologiam appellamus, non solum propter auri pretium, et fulgorem absconditum, uerumetiam quia instar baculi sacrum orbis imperium regit, ac sustinet.

Testor Pastores, ac Pontifices, qui baculis nixi commissum sibi fidelium regimen administrant.

Testor eos praecipue, qui ad hunc Brutum, seu Britum antiquam referentes originem magnam huius imperii partem summa prudentia moderantur.

Testorque totius Orientis populos, apud quos Illustrissimus Praesul, ac Gubernator Britus, humanis pariter, ac diuinis rebus praeest, ouibus praeficitur et hostibus, infulam capiti implicat, et galeam,

assim por enigmas a imagem do seu engenho! Ou, a bem dizer, vivíssima imagem da Teologia! E com razão ao ceptro de ouro chamamos Teologia, não só pelo valor do ouro e pelo seu escondido fulgor, mas também porque à maneira de um ceptro, rege e sustém todo o poder sagrado deste mundo.

Olhai os pastores, os Pontífices que, apoiando-se em seus ceptros administram o governo dos seus fiéis, que têm por encargo.

Olhai, antes de mais, aqueles que entroncando a sua antiga linhagem no dito Bruto ou Brito, governam com suma prudência grande parte deste reino.

Olhai ainda os povos do inteiro Oriente entre os quais o mui ilustre bispo e governador Brito⁶¹ governa tanto nas coisas de Deus como nas dos homens à frente do seu rebanho e do seu exército, impondo sobre a mesma cabeça amicto⁶² e elmo, usando quer do báculo quer da

tres 'Britos' que descendem daquele Brito, ou Bruto, tirando partido da oscilação do uso das semi-vogais *i* e *u*. O episódio, recolheu-o em provavelmente em Tito Lívio no Livro Primeiro da *História de Roma*, cap. LVI, 9:

'Is tum ab Tarquiniis ductus Delphos, ludibrium uerius quam comes, aureum baculum inclusum corneo cauato ad id baculo tulisse donum Apollini dicitur, per ambages effigiem ingenii sui.' (Cfr. trad. na "Introdução" p. 84).

Texto de Machado:

'Qui Brutus Delphos iturus, ut Apollinem de rebus grauissimis consuleret, penes quem erat scientia rerum diuinarum, dicitur baculum aureum inclusum scipione cauato ex paupere materia Apollini donum tulisse per ambages, effigiem ingenij sui,...'

Como vemos, só no final – *per ambages effigiem ingenii sui*, – Francisco Machado decalca o texto de Tito Lívio.

⁶¹ Francisco Machado refere-se a D. Frei Luís de Brito Meneses que, segundo informação da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Tomo I, p. 112, que infelizmente não refere as fontes, em Janeiro de 1627 teria sucedido no Governo da Índia ao Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama. D. Brito de Meneses foi provincial dos eremitas de Stº Agostinho em Goa, depois bispo de Meliapor confirmado em 1615, e bispo eleito de Cochim, mitra em que não foi confirmado. Teria reunido portanto os dois munus de bispo e de governador, de Janeiro de 1627 a 28 de Junho de 1629, data em que faleceu. Muito provavelmente o orador elogia aqui um familiar próximo do reitor, pois também este pertence à linhagem dos Britos, e só a esse propósito seria oportuno referir o bispo governador.

A propósito da indefinição dos dados de que dispomos sobre o vicereinado do Bispo Governador veja-se "Introdução", pp. 85-86 e notas 58-62 nas mesmas páginas.

⁶² Amicto, no latim *'infula'* véu sacerdotal da Antiga Roma. O amicto é uma peça dos paramentos sacerdotais da Igreja Latina. Consiste num pano quadrangular que envolve o pescoço tendo originariamente a função de absorver a transpiração. No rito de paramentação porém, veio a adquirir a função simbólica de um véu, impondo-se, antes de se prender ao pescoço, sobre a cabeça enquanto se recitava a oração prescrita pelo Missal Tridentino: *'Impone, Domine, galeam salutis in capite meo ad expugnandas omnes diabolicas fraudes, inimicorum omnium uersutias superando.'*

baculo utitur, et gladio. Dubitabit in quo munere praeclarior, in Pontificio, an in Regio obeundo? Ille regales redditus nimium dissipatos mire (congressit, congestos magnopere)¹² auxit, auctos pelago commisit; commissos in Regnum feliciter inuexit: ille cum clausa ita nobis essent omnia maria, ut neque priuatam rem maritimam, neque publicam obire possemus industria sua patefecit, ille apparatusissimis classibus, quas subito aedificauit, ornauitque ingentes maculas, quae penitus iam insederant, atque inueterauerant in Lusitano nomine magna ex parte deleuit.

Quid plura? Te denique testor, Academia, quae iam diu experta es huius baculi aurum, et quidem aurum: sapientiae, aurum nobilitatis, aurum clementiae, aurum iustitiae, ceterarumque uirtutum aurum spectatissimum.

Ita uero baculum experta es, ut aurum semper, ac simul inuenires, quia si rigorem praefert ut baculus, amorem spirat ut aurum. In tuis oculis, Illustrissime Rector Britorum decus immortale, in tuis, inquam, oculis, in tuo ore, uultuque totus acquiescerem, nisi modestia tua singularis dicentem auerteret. Praetereo igitur pulcherrimas tui animi dotes, cum certo sciam nihil aliud magis a tuo animo abhorrere, quam

¹² Texto entre parêntesis anotado à margem.

espada. Perguntar-vos-eis em qual dos ofícios se há-de mais assinalar, se no de rei, se no de pontífice! Foi ele quem milagrosamente juntou as rendas reais tão devassadas, e juntas muito as acrescentou, acrescentadas, pelo mar as mandou, mandadas, em boa hora ao reino as fez chegar. Foi ele quem, quando se nos cerravam ainda todos os mares sem que ao tráfego marítimo nem público nem privado pudessemos aceder, por seu engenho no-los abriu. Foi ele quem, com frotas bem aprestadas que ele mesmo de pronto edificou, e ainda armou, lavou em grande parte as largas manchas que fundamente já gravavam e escureciam o nome de Portugal⁶³.

E mais! Olha ainda para ti mesma Academia, que de há tanto vens conhecendo o ouro deste ceptro, e que ouro: o ouro da Sabedoria, da nobreza, o ouro da clemência, o ouro da justiça, o ouro tão demandado de todas as outras virtudes.

Conheceste em verdade um ceptro tal que sempre nele ao mesmo tempo ouro encontrasses, pois que se temor te impõe enquanto ceptro, amor te inspira enquanto ouro. Em vossos olhos, ilustríssimo reitor⁶⁴, ornamento imperecedouro da linhagem dos Britos, em vossos próprios olhos, dizia, em vosso olhar e em vosso rosto encontraria inteiro assentimento se a vossa modéstia singular me não impedisse de o dizer. Passarei pois em silêncio os vossos elevados dotes de alma sabendo eu seguramente que nada mais aborreceis que a mais leve

⁶³ Com efeito, a decadência económica da nação agravara-se nos últimos anos, acrescida das consequências da situação de guerra que Filipe III declarara a Carlos I em Maio de 1626. Portugal não poderia ficar imune nos conflitos do monarca da vizinha Espanha, pois o inimigo não distinguia as duas coroas. Desta feita, “O perigo no Atlântico era maior que nunca para a costa portuguesa e para as armadas vindas da Índia e do Brasil”, in SERRÃO, J. V., op. cit., vol. IV, p. 108.

⁶⁴ Trata-se de D. Francisco de Brito de Meneses, reitor que sucede a D. Francisco de Meneses, em 1624, escolhido por D. Filipe entre os nomes indicados pela Universidade. Filho de Sebastião de Brito Meneses, D. Francisco terá nascido em Lisboa. Doutor em Cânones, foi desembargador do Porto, da Suplicação e dos Agravos, procurador dos padroados Reais, deputado do St^o Offício e visitador da Inquisição de Coimbra. Diz-nos ainda Francisco MORAIS em *Reitores da Universidade de Coimbra, Notas Biográficas e Retratos*, Coimbra, 1951, pp. 26-7, que o reitor terá sido colegial de S^o Paulo. Em Janeiro de 1625 foi incumbido de continuar a reformação do seu predecessor, mas, ao contrário do que informa a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, com a restrição das honras e preeminências de reformador, como diz Francisco MORAIS, op. cit., citando António de VASCONCELOS in *Relação dos Reformadores*. Reconduzido em 1627, viria a morrer em Coimbra, ainda reitor, em Janeiro de 1631. Foi durante o seu reitorado que se festejou na Universidade e em toda a cidade a canonização da Rainha Santa Isabel em 1625.

uel leuissimam adsentationem. Praetermitto deinde optimum tuae sapientiae aurum, quo nostram locupletas Academiam. Missa facio Academiae inferioris aedificia, quae in dies magis, ac magis crescunt tuis auspiciis, tua munificentia: plane quot lapides, tot monumenta tui nominis eriguntur. Et quanquam edax temporis iniuria opera illa delet, cum nihil sit opere, aut manu factum, quod aliquando non conficiat, et consumat uetustas, nunquam tamen infixis animis eximia tua in nos merita ulla delebit obliuio.

Hoc unum est omnium iudicium, dum hic Academicus orbis tuo baculo fultus steterit, Conimbricensis Academia baculum aureum, ut est in ueteri prouerbio, gestabit. Quod si magnitudinem meritorum tuorum attendamus, abhinc multos annos tuus hic baculus, non iam Rectoris Academiae, sed Pastoris Ecclesiae diceretur.

Cum uero praesentem Reipublicae statum considero, te ad hoc usque tempus Academiae datum, et diuinitus reuersatum iudico. Quando scilicet Lusitania uiperino¹³ fetu exaestuans extremam Fidei calamitatem perhorrescit. O utinam aliquando dolor Lusitaniae pariat, quod iam diu parturit?

Pro dolor! Quid agis Lusitania? quamdiu feres teterrimos Fidei hostes? Quamdiu patieris pestilens hoc tui sanguinis contagium?

¹³ Sic: *veperino*

adulação. Em silêncio passo ainda o ouro fino desse vosso saber com que enriqueceis a nossa Academia. Deixarei de lado ainda a fábrica das Escolas Menores;⁶⁵ a qual cresce de dia para dia sob os vossos auspícios e por vossa munificência. Cada pedra sua é um monumento erguido ao vosso nome. E ainda que a voraz injúria do tempo venha a arruinar aquelas obras, pois nada há de construído ou fabricado a que a idade não arruine ou dê sumiço, nunca esquecimento algum logrará apagar em nós esses vossos elevados merecimentos que na alma nos gravastes.

E outra opinião não há. Enquanto o orbe⁶⁶ desta Academia em vosso ceptro se amparar, há-de a mesma Academia, no dizer do velho rifão⁶⁷, ostentar um ceptro de oiro. Pois que se atentássemos na multidão dos vossos merecimentos, muitos anos houvera já que esse ceptro vosso, não mais de Reitor da Universidade se diria, mas de Pastor da Santa Igreja.

E, em verdade, quando me ponho a considerar o presente estado da república, mandado vos vejo à Academia para estes tempos e a ela por milagre bem volvido; agora que Portugal, ardendo em uma ninhada de víboras, estremece de pavor à mais rude aflição da Fé. Óh! Praza a Deus que as dores de Portugal dêem à luz, enfim, o que há tanto engendrando vêm.

Ai, dores! Pois que fazes, Portugal? Por quanto tempo háis-de tu suportar esses tenebrosos inimigos da Fé? E por quanto tempo háis-de

⁶⁵ Neste momento Francisco Machado agradece polidamente ao reitor o 'patrocínio' das obras de edificação das Escolas menores, ou Colégio das Artes, a cargo da Companhia de Jesus. Desde 1595 os padres da Companhia envidavam esforços para recomeçar a construção do edifício iniciada em 1568 e abandonada em 1573 por falta de meios. Durante largos anos a Companhia debateu-se com o problema do patrocínio das obras, intimamente racionado com a querela dos estatutos do Colégio, no que dizia respeito à autonomia ou dependência deste em relação à Universidade.

É de assinalar o facto de Francisco Machado aproveitar este momento em que toma a palavra na Universidade, diante do Reitor, para o louvar pela construção que foi tão polémica e agora é pretexto para um rasgado elogio. Veja-se a este propósito "Introdução", pp. 86-88.

Para estudo deste ponto veja-se: RODRIGUES, Francisco, op. cit., tomo 2, vol. 2, pp. 200-249; tomo 3, vol. 1, pp. 211-243 e TEIXEIRA, António José, *Documentos para a História dos Jesuítas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899, Nota H, pp. 703-712.

⁶⁶ O ceptro dos imperadores era encimado por um globo, o *orbe*, símbolo, precisamente, do império.

⁶⁷ Não lográmos encontrar este rifão.

Quamdiu sustinebis insignem hanc tui nominis contumeliam in dies nequitia sua corroborandam?

Non iam in externos, sed in domesticos Fidei hostes amor patriae excandescit; uerum non contumeliose, sed dolenter dicam. Bellum intestinum, nefarium, post hominum memoriam crudelissimum, ac maximum iampridem Lusitaniae incumbit, intra patrios lares continetur, intra nostra latera acerbissima sica uersatur, intus sunt hostes, intus insidiae, intus pericula, in uenis, ac uisceribus Reipublicae uenum inclusum latet, in dies ingrauescit haec lues, gliscit haec pestilentia, grassatur hoc incendium, in tectis, in domibus, in templis, in delubris, in sacellis, in augustissimo totius Reipublicae sacrario ardent faces funestissimae. Vae tibi Lusitania, si non exstinguantur.

Tibi uni, o Sapientia, hoc bellum indictum est, una suscepisti inimicitias perditorum hominum, una tuas diuitias conscleratorum diuitiis opposuisti, una districtos gladios rotundes, una intentos mucrones a iugulis nostris reiicias, una hanc luem; hanc pestilentiam, hoc incendium, has faces, hos ignes diuorum templis iamdiu subiectos exstingues.

Plane sapientiam res ista quaerebat.

Has uero uictorias, et Fidei triumphos felix illud auspiciam, quo sanctissimorum Pontificium, summorumque hominum exercitus fuit Nabantiae comparatus, dubio procul pollicetur.

Quos inter triumphale uexillum extulit Illustrissimus Praesul Conimbricensis, qui sane ad hanc pestem comprimendam, et funditus

padecer que se toque o sangue teu com outro tão pestilento? Por quanto tempo hás-de sofrer que essa afronta sem igual feita ao teu nome vá medrando cada dia na sua própria malvadez?

E não já contra os inimigos da Fé, de lá de fora, se me incendeia o amor pátrio; mas contra os de dentro! Não, porém, injuriando, vos falarei agora, mas condoendo-me.

Vem pesando, desde há muito, sobre Portugal, uma guerra que é intestina; a mais nefasta, a mais cruel e desmedida de que entre os homens haja memória. E é dentro das casas de família que ela assenta os arraiais! Mora-nos no peito um punhal de amarguras: estão dentro os inimigos, dentro as insídias, os perigos... Nas veias, nas entranhas da república, se aloja, bem escondido, este veneno. E todos os dias essa peste alastra! E engorda, essa pestilência! E grassa, esse incêndio! Em casebres ou palácios, em ermidas, capelas e igrejas, no augustíssimo santuário da república, nefastas labaredas vão ardendo. Ai de ti, Portugal, ai de ti, se as não apagarem.

Só a ti, ó Sabedoria, foi esta guerra declarada. Arcaste sozinha com os inimigos que causam a humana perdição. Sozinha opuseste tuas forças às forças aliadas do inimigo. Só tu, também, arrombarás as espadas que nos tendem e desviarás os ferros que nos apontam à garganta. Só tu lograrás pôr fim a este flagelo, esta peste, este incêndio, estas labaredas; a estas chamas que, de há muito, aos templos sagrados se pegaram.

Tudo isto, justamente, vem ao caso, a propósito da Sabedoria⁶⁸.

Com efeito, tais vitórias e triunfos da Fé, é o que, sem dúvida, nos promete aquela feliz deliberação com que, em Tomar, um exército se constituiu, de santos sacerdotes e eminentíssimos varões⁶⁹.

Empunhou entre eles o vitorioso estandarte o mui ilustre Bispo de Coimbra⁷⁰ que, decerto, para repressão da dita peste e sua total

⁶⁸ Lit: Era justamente a Sabedoria, o que este caso vinha reclamando: '*Plane Sapientiam res ista quaerebat*'.

⁶⁹ Trata-se da Junta dos prelados em Tomar sobre os remédios contra o Judaísmo, catalogada na "Cronologia da Inquisição" de BETHENCOURT, Francisco, op. cit., p. 26. Foi D. João Manuel, na altura bispo de Coimbra, o principal mentor desta Junta que se pretendia Concílio como referimos na nota 70 *infra*.

⁷⁰ Segundo CARDOSO, Brito, op. cit. era a esta altura pastor da diocese de Coimbra, D. João Manuel que nela pontificou de 25 de Maio de 1625 a 1632. Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, nomeado bispo de Viseu em 1609 por Filipe II, foi sagrado em 1610 em Lisboa e tomou posse da sua diocese em 1611, no dia de S. Marcos. Em 1625 foi transferido para a Sé de Coimbra e foi durante o seu pontificado nesta diocese que em 1628, eleito pelo clero reunido para o desem-

delendam natus esse uidetur, et quasi diuino munere donatus Reipublicae quippe qui non solum propter eius salutem Haeticorum improborumque omnium odia sibi conflauit, sed etiam impiger appetiuit ad omne periculum, ad omnem inimicitiam se obiecit, et ad obruendas opulentissimorum largitiones sacros suos redditus effudit, quanquam non sumus usi eo uerbo quo decuit; non enim effudit, sed in salutem Reipublicae collocauit.

Nec ego praetermittam Doctorum grauissimorum suppetias, quas Rector, ac Censor Illustrissimus misit, quae quidem illis Pontificalibus comitiis grande fuere subsidium. Quis autem tantorum hominum labor in negotiis? quod studium in causis? Quae assiduitas in libris? quae frequentia in conciliis? quae industria in agendo? quae celeritas in conficiendo? quod ingenium in disputando? quae subtilitas in refutando? Qua firmitas in sustentando?

Neque ab his praeclarae laudis insignibus illos uiros eximo, qui Academiae negotiis impediti interesse non potuerunt, quia cum in illorum rationibus non minus insit auctoritatis, quam facultatis, tam bene absentes Reipublicae commodo, salutique consuluerunt, ac si praesentes fuissent.

Itaque fructus uberrimos fore speramus quos ex tanto, ac tam praeclaro summorum hominum conuentu ceperimus, omnes ad uestrum omnium laborem, atque industriam referemus.

extirpação nascido nos parece e, por graça de Deus, dado à república. Porquanto, por salvá-la, não só contra si veio a acender os ódios dos herejes e demais perversas gentes mas se dispôs ele mesmo a buscar toda a sorte de perigos, expondo-se a toda a sorte de inimizades; e, para cobrir as larguezas interesseiras dos opulentos, suas próprias rendas eclesiásticas quis gastar! Não usámos, todavia, o termo que aqui convém. Não as gastou, com efeito. Ao serviço as pôs, da salvação da república.

E não esquecerei a assistência dos gravíssimos Doutores⁷¹, mandada pelo mui ilustre Reitor e Censor nosso; a qual, em tais reuniões eclesiásticas, foi, em verdade, de grande valimento. Que dedicação, a de tão alta gente, a seus ofícios! Que zelo nos pleitos! Que apego aos livros! Que constância nos conselhos! Que diligência no proceder! E que presteza em bem acabar! Que engenho na contenda! Que finura em confutar! E que firmeza em sustentar!

Nem tão pouco, de entre os varões insignes que o público louvor assinalou,⁷² desconto aqueles que, impedidos pelos negócios da Academia, não puderam aí acorrer. Pois que tanto de autoridade havendo em seus juízos, quanto de ciência, cuidaram os ausentes, do bem-estar e da salvação da república, tão bem como se presentes foram.

É assim esperança nossa que fartos frutos haverá; os quais a tão grande e nobre Conselho saberemos ir colher⁷³. Ao labor, porém, de todos vós, e à vossa diligência, tudo havemos de agradecer.

penho de uma missão diplomática junto da Corte, ele próprio sugere que se proponha ao Rei a convocação de um Concílio Nacional sobre o judaísmo em Portugal. Autorizada a proposta mas faltando o beneplácito do Papa, a Junta, e não Concílio, inaugura as reuniões no dia 23 de Maio de 1629 no Convento de Cristo em Tomar, por ser lugar central para todos os prelados. Arcebispo de Lisboa desde 1632, D. João Manuel recebeu o pesado encargo de vice-rei de Portugal em Abril de 1633. Talvez a sua recepção em Maio desse ano, marcada por um acidente em que morreram algumas dezenas de pessoas, tenha contribuído para apressar a sua morte, pois na semana seguinte ficou doente e morreu no dia 1 de Julho, não tendo chegado a fazer exercício do seu múnus de governador. Veja-se AZEVEDO, op. cit., pp. 193-209; SERRÃO, op. cit., vol. IV, pp. 104 e 117.

⁷¹ Cfr. *Collecção Cronológica da Legislação portuguesa 1627-1633*, pp. 152-3, Livro de Consultas da Mesa da Consciência, fol. 106. Em carta de 22 de Junho de 1629 dirigida a D. Filipe, os bispos referem esta “assistência dos gravíssimos doutores”. Cfr. “Introdução”, nota 85, p. 92.

⁷² Lit: Nem tão pouco, de entre estes insignes de público louvor, desconto aqueles varões que...: *‘Neque ab his praeclaræ laudis insignibus illos viros eximo qui...’*

⁷³ Quanto às deliberações tomadas nesta Junta pouco pudemos apurar. FARIA, na sua obra já citada diz que “ficou tudo em segredo e assy ate agora se não puderão penetrar as resoluções que se tomarão” e acrescenta que até então a única resolução com implicações práticas é a de a gente de nação poder 'hir deste Reyno e vende-

Quapropter, siquidem patriae honori adeo uelificari gaudetis, uos per Deum immortalem uehementer oro, obtestorque, ut non solum pecunias aduersum patriam, aduersum leges, ueramque Religionem conciliatas, repudietis uerum etiam reliquas omnes prae sapientiae diuitiis, adulterinas credatis.

Sic enim optime praecauebitis, ne illa auaritiae, malorumque omnium flamma, in multis accensa, in uos etiam conualescat. Et facietis, ut affluens bonorum omnium copia accumulatissime uobis accedat. Vobis ante omnibus licet pro tantis in Rempublicam meritis gratia referri tanta non possit, quanta debetur, habenda tamen est quantam maximam animi nostri capere possunt.

Viue ante omnes, Academiae Rector Illustrissime, sub cuius felici imperio uera Religio uiuit, sapientiae thesaurus crescit, patriae gloria efflorescit.

Viuite Doctores, ac Magistri sapientissimi ut fidei dignitas, litterarum splendor, Regni felicitas reuiuiscat.

Viuite sanctissimi Religiosorum hominum ordines, ut pietas floreat, sapientia splendeat, et nunquam pereat Dei cultus.

Viue uniuersa Academia, in qua uiget nobilitatis flos, patriae amor, sapientiae pretium, uirtutis encomium: uiue iterum, atque iterum ter maxima, ter, illustrissima, ter, saepius, ac millies praeclarissima Academia, aeternum uiue.

Dixi.

Pelo que, se tanto folgais deveras em concorrer para a pátria honra, por Deus vos rogo, e vos imploro, não só que repudieis as fortunas que contra a pátria, contra suas leis e contra a verdadeira religião se ajuntam mas, indo além, que por adúlteras tenhais quaisquer riquezas que não as da Sabedoria.

Desta maneira, pois, mui boa precaução tomareis, não vá aquela chama da avareza, chama de todos os males que em tantos anda acesa, deflagrar também em vós. Fareis assim, também, com que a abundância de todos os bens como um rio largamente vos visite. E posto que demonstrar-vos se não possa tanto reconhecimento, quanto devido vos seria por tudo o que ante a república haveis merecido, justo é que tão grande o recebais quanto caiba em nossas almas.

Deus te salve, por primeiro, ilustríssimo Reitor, sob cujo feliz império a vera religião viceja; e o tesouro da Sabedoria se acrescenta; e a glória da pátria se enfloresce.

Deus vos salve, também, Doutores, e Mestres sapientíssimos; para que de novo vejamos levantar-se a honra da nossa Fé; o esplendor das letras; a ventura deste Reino.

E ainda a vós, santas Ordens religiosas, Deus vos salve! Para que floresça a piedade; e a Sabedoria resplenda; e o culto divino não esmoreça.

Deus te salve, enfim, inteira Academia, em que viceja a flor da nobreza; e o amor da pátria; e o apreço da Sabedoria; e o elogio da virtude. Mais uma vez, Deus te salve! E de novo, ainda, ó três vezes grande, três vezes ilustre, três vezes... muito mais, ó mil vezes tão preclara Academia, para sempre, Deus te Salve!

Disse.

rem suas fazendas e levarem procedimento dellas, como não fosse ouro, nem prata e outras mercadorias proibidas”. Fol. 258. Segundo informação da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Tomo I, 1935, p. 85 os bispos na referida Junta resolveram pedir ao Rei a expulsão geral, contra a qual lutou o Santo Ofício que assim perdia as testemunhas para futuros processos.

(Página deixada propositadamente em branco)

A ORAÇÃO DE FRANCISCO MACHADO NO CONTEXTO DO PENSAMENTO RESTAURACIONISTA DA COMPANHIA

Ao longo da leitura da Oração de Sapiência do padre Francisco Machado podemos notar uma série de passos que claramente denunciavam a sua posição autonomista em relação à união das duas coroas, de Castela e de Portugal, que há 50 anos se vive no reino. Cinco décadas de rei castelhano não foram suficientes para fazer esquecer os sentimentos de independência que uma história de séculos deixara arrear-se entre os portugueses.

Desde a crise dinástica que levou Portugal à união das duas coroas, que no seio da Companhia de Jesus se destacam alguns sacerdotes menos submissos, inconformados com a situação política do reino. Pouco depois de D. Filipe receber a Coroa Portuguesa, alguns padres da Companhia eram intimados ao desterro por terem manifestado a não aceitação dos legítimos direitos daquele rei ao trono de Portugal¹.

Cláudio Aquaviva, Geral da Companhia, várias recomendações fez aos irmãos da Província portuguesa, para refrear as manifestações de fervor autonomista, inconvenientes à boa fama da Ordem. Em carta de Julho de 1583 encarregava o Provincial de aconselhar os religiosos a não se intrometerem na questão da sucessão e a não tomar partido, “nem por uma parte nem por outra”², pois essas lutas gerariam a divisão nas comunidades. Em 1590 envia nova carta, insistindo que era preciso refrear os sentimentos, palavras ou discursos que pudessem ofender D. Filipe, separando, se necessário, os religiosos que assim se comportassem, e afastando-os do reino se se empenhassem nas armadas com que D. António pretendia tomar Portugal³. Tais recomenda-

¹ Cfr. RODRIGUES, Francisco, *História...*, op. cit. tomo 2, vol. 2, p. 440.

² RODRIGUES, Francisco, “A Companhia...”, op. cit., p. 329.

³ *ibidem*, p. 331 e nota I da mesma página.

ções e avisos do Geral só vêm demonstrar que a conduta de alguns padres da Companhia as justificava, e a sua recorrência denuncia igualmente a insubmissão desses padres a tais recomendações.

Também a Universidade de Coimbra se mostrara contra os direitos de sucessão de D. Filipe desde o início do seu governo, denunciando-se desse modo como ambiente propício aos protestos dos inconformados. Foi na Faculdade de Leis de Coimbra que se encontraram os juristas defensores dos partidos de D. Catarina de Bragança ou de D. António na crise dinástica de 1580; por isso, afirma Hernani Cidade⁴, entendemos porque nas cortes de Tomar alguns filipistas “propunham para consolidação da monarquia dual, (...) a extinção da Universidade daquela cidade que a de Salamanca podia substituir”⁵. Aquele autor acrescenta ainda que a cidade de Coimbra elegera para seu representante nas cortes de Almeirim o partidário de D. António, Aires Gonçalves de Macedo, e que por isso Cristóvão de Moura designava o ambiente coimbrão como “el peor lugar de todos”⁶.

Tal era o ambiente em que Francisco Machado viria a estudar e a ser mestre.

A afirmação de que os portugueses que aclamaram D. Filipe teriam cedido “ao brilho adúltero” das peças de ouro, como poderíamos entrever no discurso de Machado a propósito dos seus contemporâneos, poderá caber a alguns mas não a todos. Como defendia D. Jerónimo Osório⁷, “se por nossa vontade (o reino se unir a Castela), nós podemos dar leis, que serão algumas condições honestas...”. Na verdade grandes letrados defendiam o direito de D. Filipe, e muitos dos que o aclamaram decerto viram que à força não poderiam resistir. Mais do que o Direito, porém, e o senso-comum, viria a vencer posteriormente nos portugueses, com o desencanto, o apego à autonomia e à independência.

Se desde 1580 não cessaram actos e palavras que, isolados, faziam aqui e ali acordar o desejo de um rei português, foi sobretudo na segunda década do séc. XVII que em Portugal o ambiente de descontentamento com a situação geral do reino e com as pressões do governo filipino, por um lado, e o ressurgimento das esperanças de

⁴ CIDADE, Hernani, *A Literatura...*, op. cit., pp. 159-160.

⁵ RUBIO, Julian Maria, *Filipe II de Espanha, rei de Portugal*, ed. de Cultura Española, p. 36. in CIDADE, op. cit., pp. 159-160, nota 1.

⁶ SILVA, Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Vol. I, p. 219 in CIDADE, op. cit., p. 160, nota 2.

⁷ Veja-se CIDADE, op. cit., pp. 36-47.

autonomia, por outro, se torna propício a acolher e estimular os protestos pela independência, tivessem eles lugar no papel, no púlpito ou nas cátedras. Se, numa visão global, o balanço da monarquia dual não nos trouxera pesadas consequências a nível material, pelo menos até ao fim do reinado de Filipe II, a partir de 1624-1625, a situação sofre pesadas alterações. Depois da perda e reconquista do Salvador e o agravamento da ofensiva holandesa no Brasil, a par dos problemas com a França, a coroa espanhola debate-se com grandes dificuldades financeiras e militares que se fazem sentir em Portugal graças ao governo de Olivares. Quaisquer medidas governativas, por sensatas que fossem, eram encaradas como meios de opressão, de onde podemos concluir o peso que teve o aumento da pressão fiscal em 1628, nos ânimos dos portugueses que sentiam aumentar os desejos de regresso à independência⁸.

Os anos que precedem a Oração de Sapiência de Francisco Machado foram, pois, anos em que se fortaleceu o descontentamento com a União das duas Coroas, anos propícios ao culto profético e às teorias messiânicas, causa-efeito das esperanças de autonomia⁹.

O eco da oposição ao governo filipino começava a fazer-se ouvir no povo, circulavam escritos anónimos, expressão deste protesto, e em 1628 ganhou fama um escrito profético datado de 1515 que previa a “grandeza e agonia do Portugal antigo e a sua redenção pelo sofrimento”.¹⁰

⁸ Sucederam-se a este aumento fiscal vários tumultos populares em Agosto de 1628, Julho e Setembro de 1629 e Julho de 1630. Cfr. SERRÃO, op. cit., vol. IV, pp. 109-112. Mais uma vez, o protesto antifiscal seria motivo para um afamado motim popular em Évora, no ano de 1637, depois do qual para evitar piores sublevações, Filipe III concedeu perdão geral a todos quantos tinham participado no tumulto, exceptuando os cabecilhas da revolução. Aterrado com a perspectiva de incorrer na indignação de D. Filipe, o Provincial, P. Pedro da Rocha proibiu os religiosos de se intrometerem na disputa, mas estes, que gozavam de grande popularidade e reconhecimento em Évora, não se inibiram de se envolverem na questão, pelo que, denunciados, os P. Sebastião do Couto, Álvaro Pires Pacheco, Diogo de Arede e Gaspar Correia foram chamados a Madrid pelo monarca para o “aconselharem”. Desconfiando deste pedido, desculparam-se, dois com a doença e com a idade, dos outros dois, tendo-se posto a caminho, um, ficou oculto até à Restauração, o outro, chegou a Madrid onde ficou até 1639, quando o mandaram para o mosteiro de S. Fins, no Norte de Portugal até à data em que foi restaurada a independência.. Veja-se RODRIGUES, F.”A Companhia...”, op. cit., pp. 337-338.

⁹ SERRÃO, J. V. *História...*, op. cit., pp. 104-106.

¹⁰ SERRÃO, J. V. *História...*, op. cit., vol. IV, p. 105.

Entre 1621 e 1631 foram publicados os três volumes da obra do P. Francisco de Mendonça, o *Comentários dos Livros dos reis*, dedicados a D. Teodósio II, 7º duque de Bragança, a D. João, o futuro D. João IV de Portugal e ao Infante D. Duarte¹¹. As dedicatórias da obra teciam largos elogios a estas figuras, sempre associados ao seu parentesco real¹², elogios de qualidades régias que decerto alimentavam as expectativas de um novo rei, vindo da Casa de Bragança. A Província Portuguesa da Companhia esforçava-se – e continuou-o pela década de 30 – por apresentar os fidalgos da Casa de Bragança de modo a que deles naturalmente surgisse aquele que subiria ao trono português.

Não era, pois, hostil – pelo contrário dessas manifestações sequioso – o ambiente em que Machado se denunciou pela autonomia de Portugal e pela recusa da união das Coroas.

Fazendo uso de um exercício retórico num ritual Académico que reunia as personalidades de maior dignidade da Academia, mas também os estudantes e representantes civis e eclesiásticos da cidade, Francisco Machado habilmente manobrou o tema da sua oração de modo a que ela não se limitasse afinal ao exercício retórico mas fosse também expressão do seu pensamento político, e uma alocução que versasse o comentário de acontecimentos relacionados com a vida e figuras da Universidade¹³. Deste modo, a sua oração decerto prenderia as atenções dos ouvintes, e para que o seu texto não se desviasse das regras da boa Oratória, estes passos surgem formalmente ao serviço do tema. É neste propósito que Machado, para justificar o tema das riquezas da Sabedoria que ele próprio vai distribuir, recorre a um tópico corrente, a caracterização do seu tempo como tempo ruinoso, carente da verdadeira Sabedoria e das suas riquezas. O estado da fazenda é de pobreza, não apenas material, mas também moral, pois aos bens verdadeiros da Sabedoria se antepõe o “brilho adúlterino” das peças de ouro.

¹¹ Este último volume publicado ao cuidado do Padre Francisco Machado. Cfr. nota 76, p. 27.

¹² O P. Francisco de Mendonça chama a D. Teodósio, “vergôntea de sangue real”, a D. João confere qualidades de “pessoa real” e a D. Duarte compara-o com os Duartes que em Portugal nasceram com sangue real. Cfr. RODRIGUES, “A Companhia...”, op. cit., pp. 333-334.

¹³ Falamos das referências à ajuda da Universidade por ocasião da ofensiva dos piratas holandeses a Buarcos, à participação de alguns dos seus doutores na Junta de Tomar contra o Judaísmo e ao decurso das obras das Escolas Menores.

Já na Introdução tivemos oportunidade de comentar que este passo atingiria os ouvintes no seu orgulho nacional e na consciência que tinham da “estreiteza da fazenda” que de há anos se vinha agudizando. Facilmente o homem daquele tempo entenderia esta descrição do estado das coisas como uma crítica, se não a todo o período de união das duas coras, pelo menos aos últimos anos de governo filipino.

A omissão do elogio de D. Filipe III para o substituir pelo de D. João III vem reforçar esta leitura da oração de Francisco Machado. Não se limitando a omitir o elogio a D. Filipe, elogio que Machado consideraria um reconhecimento da sua soberania em Portugal, o orador atreve-se a fazer o elogio de um rei que, como tivemos oportunidade de dizer, era emblema de um passado áureo não apenas da Universidade, mas do próprio reino.

A memória e o louvor deste rei vem decerto consolar o amor-próprio do reino, no auditório de Machado, e estimula os sentimentos de dignidade e orgulho nacionais. Também a exaltação de todas as regiões, e não apenas de Coimbra, pelas suas naturais capacidades para o estudo, e o elogio dos descobrimentos concorrem para o estímulo daqueles sentimentos, encarecendo as qualidades do próprio reino, que contrastam com o quadro de decadência desenhado por Machado no início da oração e em socorro do qual vem a Sabedoria.

Não foi apenas, pois, pelo lamento pessimista do estado do Reino, que Francisco Machado procurou mover os sentimentos do auditório, ele favoreceu também, pelo elogio de um rei português, dos descobrimentos e das regiões de Portugal, sentimentos de auto-estima e confiança nas qualidades do próprio reino, de fé e esperança no regresso à autonomia. Enaltecendo a grandeza do rei passado, que não é senão um bem perdido, Machado move os afectos a apoucar e subestimar o presente, o que provoca desejos de mudança para um futuro melhor¹⁴.

Francisco Machado não era único, porém, a usar da palavra para estes fins. Muitos outros jesuítas, como temos vindo a verificar, viviam com esperança o ideal da independência. É o que nos diz António Garcia:

¹⁴ Deste modo, Machado dá uso a um conselho ciceroniano: convém enaltecer o bem perdido ou prestes a perder-se. Nada há que mais mova os afectos que o lamentar a mudança da felicidade para a infelicidade, da riqueza para a miséria. Cfr. CICERO, *Partitiones oratoriae*, XVI, 57.

“Senhores (os jesuítas) do púlpito, do confessionário e da cátedra, valiam-se da eloquência sagrada, da autoridade do magistério e da reputação de santidade para minarem lentamente o coração dos povos,(...) e a pretexto de zelarem pela boa memória dos príncipes naturais e as recordações da independência perdida, estimulavam a saudade do passado e o aborrecimento do presente”.¹⁵

Empenhados no sucesso da revolução que restaurou a independência de Portugal, os jesuítas aderiram com grande entusiasmo à sua propagação pelo reino especialmente onde tinham casas suas. Em Lisboa, armaram todos os estudantes do seu colégio de StºAntão, divididos em companhias, e desfilaram frente ao Paço Real dizendo: “Estes soldados forma a Companhia de Jesus para servir a Vossa Magestade na defesa dos seus reinos”¹⁶. Em Vila Viçosa foram os religiosos da Casa Professa da Companhia ao Paço beijar a mão ao Rei. Em Évora fizeram uma das mais notáveis manifestações de apreço por D. João IV e pela Restauração. Na sua visita à igreja da Companhia naquela cidade, foi el’Rei agraciado com uma breve representação teatral na qual desfilaram figuras alegóricas, personagens da Casa de Bragança e Santos da Companhia, dirigindo-se todos à Magestade de D. João IV, aclamando-o vitorioso em versos latinos¹⁷. Em Coimbra, desde que correu a notícia da Restauração, os estudantes percorreram as ruas públicas com a bandeira, e no Colégio das Artes a Companhia celebrou o acontecimento com a exposição do Santíssimo, Missa, dois sermões e discurso na sala Pública com a assistência da Universidade. Também pelos domínios do Oriente e das Américas os Colégios da Companhia se desdobraram em festas sendo os jesuítas promotores de muitas das manifestações de apoio a D. João IV nas cidades em que se encontravam.

¹⁵ GARCIA, António, “Jesuítas na Restauração”, in *Brotéria* 1940, pp. 424-441, citando Oliveira Martins.

¹⁶ RODRIGUES, “A Companhia...”, op. cit., p. 348, citando SEYNER, *Historia del Levantamiento de Portugal*, Zaragoza, 1644, p. 43.

¹⁷ Desfilaram nesta representação a Universidade de Évora, D. Afonso Henriques, o Anjo da Guarda de Portugal, D. João I, D. Nuno Álvares Pereira, o Reino de França oferecendo perpétua aliança, o de Castela derrotado e os Santos Inácio e Francisco Xavier por cuja intercessão alcançara o triunfo D. João IV. Informações de RODRIGUES, “A Companhia...”, op. cit., pp. 351-357 citando *Copia de huma carta que de Evora escreveo hum Collegial do Real Collegio da Purificação a outro seu amigo em Lisboa, em que lhe relata o recebimento de Sua Magestade nesta cidade de Evora*, Lisboa, 1643.

A Companhia de Jesus em Portugal foi impulsionadora da Restauração e forte lutadora pela sua consolidação¹⁸. Prova disto mesmo é o elenco de jesuítas que depois de 1640 serviram D. João IV em missões diplomáticas e mesmo militares¹⁹. Não só estimulavam, como vimos, o movimento da Restauração, como lhe deram apoio e desde o primeiro momento, desempenharam importantes missões para que aquela fosse reconhecida por todos na Europa e Além-Mar. Nomes como João de Matos, Nuno da Cunha, Gaspar Gouveia e António Vieira são alguns dos que ao serviço de D. João IV desempenharam importantes funções diplomáticas no tratamento dos negócios do reino²⁰.

Não foi, porém, apenas em missões diplomáticas que a Companhia lutou pela consolidação da Restauração. Muitos jesuítas manifestaram o seu apoio à causa da Independência pelo uso da palavra em sermões e outros textos, que posteriormente publicavam. Cada qual, usando de seu talento servia aquela causa. Logo em 1642 foi publicado um opúsculo a justificar a justiça e o direito com que D. João IV recebeu a Coroa, da autoria do P. Francisco Freire²¹. No ano seguinte saiu a 1ª edição de uma obra do P. João de Vasconcelos, sob o pseudónimo de Gregório de Almeida, a *Restauração de Portugal Prodigiosa* e mais tarde, em 1657 depois da morte de D. João IV sai também publicado um opúsculo sobre a propagação da Fé, em que o autor, P. Manuel Monteiro, põe em relevo as felicidades de D. João IV, sublinhando a interferência divina na sua aclamação como Rei. Também Baltasar Telles, na sua *Chrónica da Companhia de Jesus* que dedica a D. João IV exalta as suas qualidades de excelente rei.

Foram publicados ainda alguns sermões destinados a louvar a Restauração e a encorajar os portugueses a lutar na fronteira contra as investidas dos Habsburgos. Foi o caso do sermão pregado em Évora

¹⁸ Veja-se SERRÃO, J. V. *História...*, op. cit. vol. IV, p140.

¹⁹ Foi o caso do irlandês Simão Falónio, professor de matemática na *Aula da Esfera* do Colégio de Stº Antão, que dirigiu, como engenheiro obras de fortificação e do flamengo João Pascácio Ciermans, que se tornou célebre com o nome de Cosmander. Em passagem por Portugal, destinado às missões da China, Cosmander acaba por ficar no reino, primeiro como mestre de matemática do Príncipe D. Teodósio, depois como soldado e engenheiro militar nas frentes de Batalha. António Álvares foi outro jesuíta que prestou serviços militares a D. João IV. Outros ainda acompanhavam os exércitos para dar assistência, “Consolando, curando, sacramentando e animando os soldados”. RODRIGUES, *A Companhia...*, op. cit., p. 394.

²⁰ Veja-se GARCIA, op. cit.

²¹ *Apologia Veritatis, ac Justitiae, praesertim in foro Conscientiae vindicatrix*. Como informa RODRIGUES, “A Companhia...”, op. cit. 374 nota (I).

pelo P. Diogo Lopes no fim de uma novena realizada pelos religiosos da Companhia pelo “felice sucesso das armas del Rei Nosso Senhor em 15 de Agôsto de 1643”²². Do mesmo ano é a publicação de um sermão que o P. Francisco Machado pregou no Colégio de St^o Antão “pello felis sucesso das armas, & jornada de Sua Magestade”²³; vemos, assim, que Machado, entusiasta da autonomia, continuou a usar da palavra para lutar pela consolidação da independência restaurada. Muitos outros sermões, além destes, foram publicados, todos procurando demonstrar que do lado dos portugueses estava a Vontade Divina, não havendo, pois, nada a esperar do combate, a não ser a vitória sobre os castelhanos²⁴.

O fervor autonomista do P. Francisco Machado não se ficou pelos sermões. Em 1647 a tentativa de homicídio de D. João IV, que fracassa e posteriormente é denunciada, vai ser motivo para a publicação de um Elogio do Rei e seu louvor por ter saído ileso deste atentado. Machado interpreta o fracasso desta conjura, que teria vitimado o Rei na Procissão de Corpo de Deus, como um evidente sinal divino, garante da legítima Realeza de D. João IV e da tradicional aliança do Deus dos exércitos e da História com o Reino de Portugal desde os tempos da sua Fundação. Este pensamento enquadra-se, aliás, na corrente de legitimação da Restauração de 1640, pela sua apologia como expressão da vontade Divina²⁵.

Em 1657, dedicou ainda a D. Afonso VI um mausoléu literário de D. João IV, opúsculo escrito em versos latinos, feito de louvores à grandeza e às virtudes do Restaurador, confirmando os seus grandes méritos no zelo pela Liberdade do reino²⁶. Termina o opúsculo com este elogio:

²² RODRIGUES, “A Companhia...”, op. cit., p. 377, citando o próprio *Sermão que pregou o P. Diogo Lopes, da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1644, na nota (3).

²³ *Sermam que pregou o R. P. M. Francisco Machado da Companhia de Jesus no Collegio de Santo Antão da mesma Comp^a. Estando Exposto o Sanctissimo Sacramento pello felis sucesso das armas, & jornada de Sua Magestade*. Lisboa, na Officina de Domingos Lopes Rosa, & à sua custa. Anno de 1643. Na fase de consolidação da Soberania Restaurada é muito frequente esta associação entre o culto eucarístico e o ‘encorajamento patriótico’, reforçando a mística da aliança divina entre o reino de Portugal a mão de Deus na História. Veja-se a este propósito MARQUES, João, *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*, Porto, 1989.

²⁴ Veja-se RODRIGUES, “A Companhia...”, op. cit., pp. 374-405. O autor refere alguns destes sermões, mas não o de Francisco Machado.

²⁵ Cfr. nota 38, p. 20.

²⁶ *Mausoleum Maiestatis Joannis IV Augustissimi Regis Lusitanorum, & uitae, & obitus Compendium*, Lisboa, ed. Craesbeek, 1657.

IOANNI IV
REGI AVGVSTISSIMO,
Lusitano, Africano, Asiatico, Brasilico,
Liberatori feliciss°. Restauratori fortiss°.
Seruatori constantissimo,
PATRIAE PARENTI
Religionis Propagatori, Fidei Defensori,
Vaticiniis prodigioso, victoriis praeclaro,
Virtutibus inclyto,
A Caelo donato, a Caelo rapto.
Qui
Regnavit inuitus, vixit inuictus,
Quieuit armatus, vicit pacificus,
Obiit fortunatus, abiit gloriosus.
POSVIT
Ex Regis decreto
Ex Amoris incitamento
Ex Religionis obsequio,
P. FRANCISCVS MACHADO
Ex Societate IESV.

Foi esta a última obra de Machado, que viria a morrer dois anos depois, e, de entre as publicadas, a que teve maior projecção, sendo referida por todos os bibliógrafos que consultámos.

Como pudemos ver, o P. Francisco Machado tomou como sua a causa da Casa de Bragança, não apenas defendendo a autonomia antes da Restauração da independência, mas promovendo depois a sua consolidação e a justificação da realeza de D. João IV.

(Página deixada propositadamente em branco)

A ORAÇÃO DE FRANCISCO MACHADO NO CONTEXTO DAS ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA DO RENASCIMENTO

Tradição e novidade

Na Oração de Sapiência proferida por Francisco Machado à Academia de Coimbra em 1629 não podemos identificar, como é costume na leitura das suas congéneres de quatrocentos e de quinhentos, aquele vasto leque de citações ou *contaminatio* dos clássicos com que nos brindava a erudição dos seus autores. Não fazendo sequer uma citação daqueles em termos formais, Machado usa alguns tópicos e *exempla* que de certo recolheu, directa ou indirectamente nos autores consagrados da antiguidade, mas o uso destes instrumentos na sua arte é muito menor em proporção ao uso que deles fazem os autores dos textos já estudados do séc. XVI. Do mesmo modo, nos admiramos com o papel subsidiário atribuído às disciplinas, que nas orações de Sapiência constituíam em regra a estrutura do discurso, e somos surpreendidos pelo destaque dado a vários e curiosos episódios que desenvolvem os *exempla*, na maioria dos casos, invulgares ou pouco conhecidos do leitor dos nossos dias.

Assim, após uma leitura, mesmo superficial, do texto que estudamos intuímos que estamos perante um novo modelo, (um novo tipo ou gosto) de oração de Sapiência. Esta intuição confirma-se num estudo mais aprofundado, numa leitura integrada com o estudo dos manuais de Retórica e outras obras auxiliares da produção de texto mais populares na época e na Escola em que este texto foi pronunciado. Trata-se com efeito de um exemplar, e um exemplar de qualidade, de um novo tipo de Oração de sapiência. Parece-nos, porém, que este não é fruto da instituição de novas regras, ou de novos cânones literários, mas apenas de uma diferente gestão das regras que no século passado já tinham orientado a criação de outros textos do mesmo género. Assistimos pois a uma alteração de hierarquia, a uma revalorização dos instrumentos e regras dos cânones literários vigentes no momento.

Algumas das diferenças mais perceptíveis são, pois, fruto da moda, outras, fruto do gosto e do estilo pessoal do autor. Lamentavelmente, como já tivemos oportunidade de referir, apenas encontramos uma Oração de Sapiência relativamente próxima (1611)¹ no Códice 994, onde se encontra o texto de Francisco Machado. As restantes orações que se encontram no mesmo volume, são discursos pronunciados no início dos diferentes cursos do Colégio das Artes e, por isso, de âmbito muito mais restrito, ou em actos solenes, como a recepção ao reitor.²

Unidade das Orações de Sapiência nos séc. XV e XVI.

– O modelo ciceroniano

Como demonstrou Luíz Carlos Stamato Marcellino de Carvalho na sua tese de doutoramento a que deu o título – *A Oração de Cataldo em Bolonha: sua permanência na oratória do século XVI*, após a leitura comparativa de algumas orações desta época³ podemos constatar a existência de uma forte unidade entre elas, começando pelas fontes a que recorreram os oradores, entre as quais se destaca Cícero como a mais importante fonte de consulta, passando pela estrutura comum, divergindo apenas quanto à diferente valorização das disciplinas manifestada no variável destaque dado a cada uma, na ordem como são apresentadas, etc⁴. Como observa Américo da Costa Ramalho⁵, o espí-

¹ ABREU, Gonçalo de, *Oratio anniuersaria...*, op. cit.

² Vide Índice das obras copiadas no código 994: *Oratio pro Initio Cursus Philosophiae habita a P. Fr.co de Tavora* anno Dni 1620 (FOL. 244); *Oratio pro ingressu curriculi Philosophia habita a P. Fr.co Valente* ann. 1608 (FOL. 25); *Oratio habita initio primi curriculi anno Dni 1611 A P. Petro da Rocha* (FOL. 46); *Oratio qua exceptus est D. Alphonsus Furtado de Mendonça mense Nouemb. 1626 in pub. aula Conimbricensi a P. Apollinar d'Almeida* (FOL. 136)

³ As orações que Luíz Stamato estudou comparativamente foram as seguintes: *Oratio habita in scholis Ulyxbonae*, de D. Pedro de Meneses, Conde de Alcoutim (1504); *Oratio pro rostris*, de André de Resende (1534); *De liberalium artium studiis oratio Conimbricae*, de Arnaldo Fabrício (1548) e a *De omnium Philosophiae partium laudibus et studiis oratio apud inclytum Conimbricense Lyceum habita*, de Hilário Moreira (1552).

⁴ Luiz Carlos Stamato Carvalho pretende ainda demonstrar que essa unidade perceptível nas orações não é apenas fruto da *contaminatio* dos textos entre si e destes com Cícero, mas especialmente porque exerce na sua criação grande influência como fonte inspiradora e modelo, a oração de Cataldo em Bolonha. Embora seja secundário para o nosso estudo este aspecto da investigação de Luiz Carlos Stamato, não deixa de se revestir de interesse pois põe em relevo esta característica tão própria do Humanismo Renascentista encarada naturalmente como um meio de produção de texto, a *contaminatio*.

rito humanista destes homens exigia um esforço de “emulação viva que os levava a escolher por paradigmas as grandes figuras do mundo clássico e a tentar superá-las”. Seria Cícero, o *ex libris* da oratória latina da época clássica, a constituir o modelo para os oradores do séc. XVI⁶, resultando deste facto, em parte, a grande semelhança entre as orações universitárias da época.

No universo do Renascimento uma nova cultura se afirma, não já pelo domínio da Filosofia e da Teologia, mas pelo domínio da oratória, uma cultura que se constitui com base na *imitatio*, ou ‘*l’effet de répétition*’, como lhe chama Marc Fumaroli⁷. É sobretudo por meio desta repetição, na medida em que é procura de formas expressivas reinterpretadas, que se actualiza a arte oratória, sempre voltada para os modelos da época⁸. Cícero prestava-se como modelo; ele não só fora um grande orador cujos discursos se eternizaram e de entre os quais foi eleito protótipo das orações de sapiência o *Pro Archia*,⁹ como nos deixara também os seus tratados de oratória em que explicitamente legara o seu pensamento sobre a retórica, o *De Inventione*, o *Orator*, o *De Oratore*, o *Brutus*, o *Partitiones oratoriae...*, que eram objecto de estudo na formação do *homo rhetoricus*, quer pelo contacto directo com as obras, quer pelo estudo dos manuais elaborados no séc. XVI que tinham por fundamento os autores clássicos.

Encontramos, pois, não só nestas orações estudadas por Luís de Carvalho, mas noutras que tivemos oportunidade de ler, uma estrutura comum às orações de sapiência na qual se conforma a base da sua construção. Todas elas são constituídas por uma introdução, seguida do louvor das disciplinas e terminam com elogios vários: do Reitor, do

⁵ RAMALHO, Américo da Costa, “Cícero nas orações universitárias do Renascimento” in *Para a História do humanismo em Portugal* Coimbra, 1988, Vol. I, pp. 31-47.

⁶ Como observa FUMAROLI, op. cit., p. 43, pela sua biografia e pela sua obra de teorizador retórico, Cícero adquire, juntamente com essa mesma obra, um valor paradigmático de referência central.

⁷ FUMAROLI, op. cit., p. 46.

⁸ Note-se, porém, que já na ‘primeira Renascença ciceroniana’, os humanistas mais convictos, conhecedores dos perigos de despersonalização do texto, recomendavam a moderação na imitação dos antigos, de modo a garantir a identidade pessoal e cristã do orador-imitador. É o caso de Petrarca que afirma que a semelhança não é identidade, e que o imitador deve evitar que o seu texto seja o espelho do modelo. A semelhança deve ser análoga àquela que existe entre pai e filho: ao vermos o filho, lembramo-nos do pai, mas podemos ver as diferenças que entre eles existem. Cfr. FUMAROLI, op. cit., p. 78.

⁹ Cfr. RAMALHO, “Cícero...”, op. cit., p. 36.

Rei, de figuras ilustres da Universidade, da cidade onde está instalada, etc...É então na organização e arranjo das disciplinas, nas mais ou menos profundas abordagens do conteúdo de cada uma e na composição dos elogios que o orador tem oportunidade de exibir a sua originalidade.

No que diz respeito à organização das disciplinas, Luís de Carvalho conclui que os humanistas de quinhentos não fazem uma distinção bem delimitada das artes do *triuuium* e do *quadriuium*, louvando por vezes as artes que alternam com ciências como a Filosofia, a Teologia, o Direito, a Medicina, e que se dedicam ao louvor das disciplinas fazendo por vezes uma densa abordagem do seu conteúdo¹⁰.

Igual destaque é dado ao conteúdo de cada disciplina por outros autores quinhentistas que lemos¹¹. À exceção de João Fernandes¹², que na oração de 1548 subordina a referência às disciplinas a uma organização diferente da estrutura do texto, todos eles dispensam larga importância à definição de cada disciplina e ao louvor dos seus méritos, referindo em primeiro lugar as artes e depois as ciências. Na oração de João Fernandes, as ciências são mencionadas a propósito do louvor dos ilustres mestres da Academia que as ensinam ou que nelas são peritos, não seguindo qualquer ordem organizativa. Nas restantes Orações, Jerónimo Cardoso, por exemplo, em 1535 começa por louvar todas as artes do *triuuium* (Gramática, a Poética incluída na Retórica e a Dialética), louvando depois as artes do *quadriuium* (a Matemática englobando a Geometria e a Aritmética, a Música e a Astrologia). Dedicar-se depois ao louvor das ciências Filosofia, Física, Ética, Economia e Política, Medicina, Direito civil e canónico e Teologia. João Fernandes¹³ em 1539 organiza a oração sob o tema da discórdia nas artes e ciências louvando todo o *triuuium* (Gramática, Dialética e Retórica), mas apenas a Astrologia do *quadriuium* e as ciências Medicina, Direitos Civil e Canónico e Teologia. Pedro Fernandes¹⁴, em 1550 elabora mais originalmente a apresentação das disciplinas organizando-as em torno do seu propósito de louvar o homem, (corpo e

¹⁰ Veja-se CARVALHO, Luís de, op. cit., pp. 143-160.

¹¹ CARDOSO, Jerónimo, *Oração*, op. cit.; FERNANDES, João, *Oração pública proferida na Academia conimbricense pelo mestre João Fernandes, no ano segundo a partir da Instituição da nova Academia* (1539), tradução estudo e notas de LOPES, Fernando, Coimbra, 1993; *ibidem*, *A Oração sobre a fama da Universidade*, op. cit. e FERNANDES, Pedro, *Oração de Pedro Fernandes*, op. cit.

¹² FERNANDES, João, *A Oração...*, op. cit.

¹³ FERNANDES, João, *A Oração Pública...*, op. cit.

¹⁴ FERNANDES, Pedro, *Oração de Pedro Fernandes...*, op. cit.

alma) criado por Deus. Neste contexto, Pedro Fernandes começa por louvar as disciplinas do *quadriuium* (Astronomia, permitida pela observação dos olhos, Música, que é possível graças aos ouvidos, e Aritmética e Geometria que tal como a Música conduzem à harmonia). De seguida, a oração de Pedro Fernandes louva as artes do *triuium* que testemunham a utilidade da boca (a Gramática que inclui Poesia e História, a Retórica e a Dialética). Seguem-se os louvores das ciências: Medicina, que trata o corpo caduco, e Direito Civil, Teologia e Cânones que cuidam da alma.

Todas estas orações terminam pelos costumados elogios e exortações, voltando por vezes ao tema apresentado inicialmente no exórdio e proposição, o que confere uma unidade circular às composições.

Para além da estrutura comum, unia as Orações de Sapiência a presença das citações explícitas ou implícitas das fontes clássicas, e entre estas o costumeado recurso aos *exempla* recolhidos predominantemente do universo greco-latino. Este recurso constituía por vezes a simples enumeração de uma série de nomes, seguidos ou não da explicitação de cada *exemplum*¹⁵, mas encontramos também alguns casos em que os *exempla* mereceram o tratamento de episódio, desenvolvidos em pequenas narrativas¹⁶.

O período extenso e ciceroniano destes textos obedecia aos preceitos clássicos e o vocabulário reflectia o cuidado por designar com termos clássicos as realidades do mundo contemporâneo, denunciando deste modo o domínio do modelo ciceroniano, como já referimos.

Observância dos preceitos ciceronianos e humanismo de Machado.

A originalidade da Oração de Sapiência de Francisco Machado não comprometeu em absoluto a atenção aos princípios ciceronianos, como poderíamos precipitadamente concluir. Na verdade, o texto de Machado revela-se novo, substancialmente diferente dos textos já conhecidos do séc XVI, um exemplar da mudança dos gostos literários e opções formativas da Retórica, mas comprova simultaneamente

¹⁵ Veja-se p. e. CARDOSO, Jerónimo, op. cit. (dialética) (astrologia); FERNANDES, Pedro, op. cit., pp. 74-76.

¹⁶ MENESES, Pedro, op. cit., pp. 84-85, 100, 105...; FERNANDES, João, *Oração Pública...*, op. cit., pp. 101-103, 107, 117, 131-133; FERNANDES, João *A Oração sobre a fama...*, op. cit., pp. 133-135; 143; BELEAGO, Melchior, op. cit., pp. 36, 38, 66; MOREIRA, Hilário, op. cit., pp. 61, 71, 73, 83. Não fazemos aqui uma enumeração exaustiva dos *exempla* usados por estes oradores. Referimos apenas alguns mais significativos.

a filiação humanista do seu autor, observador dos preceitos ciceronianos, fiel aos apelos de equilíbrio e harmonia do *De Arte Rhetorica*.

Conforme os preceitos que Cícero enuncia no *Partitiones Oratoriae* sobre o género epidíctico, em discursos deste teor o orador não carece de argumentação, uma vez que não procura realmente alterar uma situação nem formar ou reforçar convicção alguma mas apenas confirmar aquilo que é dado como certo: '*Non enim dubia firmantur, sed ea quae certa, aut pro certis posita sunt augentur*'.¹⁷ Para a elaboração deste discurso, no qual o orador se preocupa mais com o encantar e deleitar os ouvintes, Cícero aconselha o uso do ornamento, de termos elevados e sublimes, com quantidade e desinências semelhantes, o uso de antíteses, repetições, e de um ritmo que tornem o discurso agradável ao ouvido.¹⁸ Cícero recomenda ainda o uso da narrativa de fenómenos extraordinários, histórias nunca ouvidas ou prodígios¹⁹, para captar a atenção dos ouvintes: '*Fit etiam suavis oratio, cum aliquid aut inuisum aut inauditum aut nouum dicas. Delectat etiam quicquid est admirabile...*'²⁰

Na elaboração da sua Oração de Sapiência, Francisco Machado seguirá estes preceitos, contidos no manual pelo qual muito provavelmente terá estudado²¹. Toma para seu tema o elogio das riquezas da Sabedoria, elogio que tece em linguagem elevada e vocabulário clássico, alternando os períodos solenes com as interrogações, as invectivas, os diálogos rápidos e incisivos, enriquecendo a harmonia discursiva com as repetições, as assonâncias e tecendo o discurso com a simetria de construções, um dos traços mais característicos do estilo ciceroniano²².

¹⁷ CICERO, *Partitiones Oratoriae*, XXI, 71.

Veja-se a este propósito LAUSBERG, op. cit., p. 84, (24)

¹⁸ '*Et quoniam in his causis omnis ratio fere ad uoluptatem auditoris et ad delectationem refertur, utendum erit in his ornata oratione et singulorum uerborum insignibus, quae habent plurimum suauitatis (...) et ipsa constructione uerborum, ut pario a paribus et similia similibus saepe referantur, ut contraria, ut geminata, ut circumscripta numerose, non ad similitudinem uersuum, sed ad explendum aurium sensum apto quodam quasi uerborum modo*'. Cfr. *Partitiones*, op. cit. XXI, 72.

¹⁹ *ibidem* XXI, 73.

²⁰ *ibidem* VI, 22.

²¹ Falamos do *De Arte Rhetorica* já citado.

²² Cfr. LAURAND, *Études sur le style des Discours de Cicéron*, Paris, 1926, Tomo II, pp. 126-135.

Calmo e solene, o exórdio da oração, no equilíbrio conseguido pela alternância entre o período solene e as frases curtas agrupadas em pergunta/resposta, capta a atenção dos ouvintes, justificando na *propositio* a oportunidade do tema e prometendo alegoricamente esperanças de melhor fortuna. Deste modo, Machado abre a oração seguindo os preceitos clássicos que preconizam um exórdio capaz de cativar e atrair o interesse do ouvinte, não só pela oportunidade do tema mas pela agudeza do seu pensamento, pela sua adequação à causa e pela escolha cuidada do vocabulário²³. O léxico usado por Francisco Machado no início da Oração é clássico, todo ele ciceroniano e o mesmo podemos dizer do vocabulário que o orador usa nos passos mais formais da sua oração: o elogio do reitor, a exortação final, etc.... Nos passos em que Francisco Machado pretende exhibir a variedade lexical e deleitar os ouvintes, nos curiosos episódios que desenvolve a partir dos *exempla* ou da realidade do seu tempo, já vamos encontrar grande número de termos, sobretudo adjectivos, que não se registam no vocabulário ciceroniano²⁴.

Sinal do humanismo de Machado são também as adequações dos conceitos cristãos à terminologia do humanismo clássico²⁵, bem como as referências à mitologia e ao universo cultural greco-romano²⁶.

Também os conteúdos da oração revelam a formação humanista do orador, não apenas pela exaltação da Retórica, disciplina que primeiro merece o elogio de entre todas – saber que dignifica o homem, ornamento máximo do príncipe – mas também pela exaltação do valor humano no encómio tecido aos navegadores que contra todas as adversidades fazem chegar do Oriente riquezas para todo o mundo.

Na elaboração de uma cadência harmoniosa do texto, Francisco Machado recorre frequentemente a três figuras que, segundo Laurand²⁷, Cícero associa inseparavelmente: a antítese, a assonância e o

²³ CICERO, *De Oratore*, II, 315-316: "*Principia autem dicendi semper cum accurata et acuta et instructa sentiis, apta uerbis, tum uero causarum propria esse debent; prima est enim quasi cognitio et commendatio orationis in principio, quaeque continuo eum, qui audit, permulcere atque allicere debet(...)*" SOARES, Cipriano no *De Arte...*, op. cit. recorda estes preceitos ao orador do séc. XVI. Cfr. II, cap. IV.

²⁴ Mais à frente justificaremos esta afirmação. Vd. p. 188.

²⁵ Cfr. p. e. o uso de *diuus* e *Numen e Numen tutelaris* para designar 'santo' e 'patrono'.

²⁶ Cfr. p. e as referências a Minerva, Juno, Apolo, Gerião, Hércules...

²⁷ LAURAND, op. cit., p. 126.

paralelismo de construção, esta última, segundo aquele autor²⁸, um dos traços mais característicos do estilo ciceroniano.

São numerosos os exemplos que poderíamos citar para documentar esta afirmação, mas escolhemos para tal apenas alguns mais significativos e elegantes. É quando alegoricamente lança aos ouvintes o desafio de o seguirem para que dele recebam os bens contidos no manto de Minerva, que Machado usa, não pela primeira vez, mas neste parágrafo com a mestria do equilíbrio ajudado pela *uariatio*, aquelas três figuras. Exemplo de paralelismo é o período que exprime a condição sem a qual ninguém poderá receber os dons da Sabedoria:

'Ea tamen lege, ut nulla sit in ea desideranda remissio, nulla in ea inuestiganda socordia, nulla in ea consequenda desidia, nulla in ea retinenda obliuio'. p. 104.

A repetição da construção de frase, graças às características da Língua Latina, gera naturalmente a assonância que nas interrogações seguintes se mantém:

'Cuius opulentia, quid abundantius? Cuius utilitate, quid amabilius, Cuis aestimatione, quid pretiosius?...' p. 104.

A simetria de construção continua a ser usada, desta vez enriquecida com a antítese: é tal o preço da Sabedoria que

'ardua in facilia, amara in dulcia, aspera in suaui diuinitus conuertat.' p. 104.

O parágrafo termina com a promessa da assistência da Sabedoria, num período que sugere repouso, depois de uma agitada alternância de pergunta/resposta onde a *uariatio* das afirmativas evita o efeito de monotonia. Machado nunca repete os termos, usando nas seis respostas expressões diferentes:

'Non inficior. (...) Ita praenuncio.(...) Fateor. (...) Id praedico. (...) Sic existimo. (...) Assentior. (...).' p. 104.

Embora faça largo uso do paralelismo de construção, Machado tem em conta a norma ciceroniana da adequação e do equilíbrio não

²⁸ LAURAND, op. cit., p. 127.

caindo, pois, no exagero da simetria matematicamente exacta²⁹ e alternando-a com outros processos como a *gradatio*³⁰ e o uso do diálogo despojado de solenidade, reproduzindo o movimento natural da conversação espontânea³¹. Exemplo disto mesmo é o diálogo entre Numeriano e os seus súbditos, diálogo que Machado descreve com vivacidade, quase nervosismo, para depois descansar na contemplação do ensinamento contido no *exemplum*. Neste episódio descrito por Machado, o orador empresta vivacidade ao diálogo, não apenas na sucessão pergunta/resposta de frases progressivamente mais curtas, mas também pelo uso da *gradatio* que contribui para gerar surpresa e espanto no ouvinte. Com efeito, quando Numeriano vê a estátua em seu lovor erguida na praça pública, para espanto de todos manda que a destruam:

'Statuam illam sine mora, statim deturbate, affligite, comminuite, dissipate!' p. 122.

Outro recurso à *gradatio*, podemos encontrá-lo na descrição de tom épico que noutra *exemplum* o orador faz do auxílio que o exército constituído na Academia levou a Buarcos, à notícia de um novo ataque de piratas holandeses:

'Aer fulminat in glandes, liquescit in plumbum, soluitur in fulgura, conflatur in nebulas, ruit in tonitrua.' p. 138.

Outro traço a estudar para verificarmos na Oração de Machado a observância dos preceitos ciceronianos é a métrica da sua prosa.

Dada a estrutura pouco periódica deste texto, caracterizado pelas frases curtas e frequentes alternâncias de pergunta/resposta, torna-se difícil ponderar a importância deste aspecto na prosa de Machado. Sabemos que na poesia Machado revela a observância dos preceitos da métrica na composição das duas elegias que apresentamos neste trabalho; na sua prosa, porém, embora encontremos cláusulas ciceronianas quando a extensão do período o permite, não podemos afirmar se houve o cuidado de as respeitar ou se elas resultam da busca de sonoridade ou do uso de figuras de estilo que recorrem ao significante.

Na sua grande maioria, as cláusulas métricas usadas são as ciceronianas. Assim, podemos encontrar:

²⁹ Característica do estilo ciceroniano. Cfr. LAURAND, op. cit., p. 129.

³⁰ Processo aconselhado por Cícero no *Partitiones...*, op. cit. XV, 54.

³¹ Processo utilizado por Cícero. Cfr. LAURAND, op. cit., vol. III, pp. 256-260.

*crético dicoreu: *coloribus redderemus; eloquentiae singulare; arbitrium prouidebat; aedibus temperatum est; Reipublicae collocavit;*

*crético espondeu: *ducar voluntate; anteponantur; oratore quae-ratis; remeant triumphantes; regendum uidebatur .*

*duplo crético: *finxit antiquitas; quaestuosissimas; Rex potentis-simus; imperatoria; impurissimum ostendere.*

*espondeu crético: *se includere; indutam accepimus; retinenda obliuio; undarum uortices; Sic existimo; iuratissimis, sanguinis con-tagium; funestissimae*

*crético dispondeu: *diuinitus conuertat; uiueres locupletares; profundo maris expiscatur; sordida ac deformata; profligare uel pro-pulsare.*

*dicoreu³²: *singularem; propensionem; penicillo; felicitatem; mutuantur; amoeniores; dimicandum; literarum; gratulatur; scientia-rum; inscriptionem;*

Além destas cláusulas que Laurand considera as mais ciceronianas, podemos ainda encontrar:

*espondeu dicoreu: *facultates propensionem; perpetuasque esse existimabat; foedus sanciamus; sed Martem putares; amorem spirat ut aurum; praesentes fuissent.*

*péon 1° espondeu: *thecas reperiemus; Regio obeundo; nostri capere possunt;*

*espondeu péon 1°. *fortunaem spem concipite; litterarum diuitias; palmam praeripuit; solari insignitus; consternatos homines; sapientiam belli neruos; fuere subsidium.*

*péon 4° crético: *temporibus potentissimo; remedium efflagitat; modum dicit sententiam.*

*péon 1° troqueu: *filii adeunto; copiosaque habetur.*

³² A cláusula que segundo LAURAND, Cícero considera mais harmoniosa. Cfr. LAURAND, op. cit. II, p. 165.

No texto de Machado, porém, encontramos também no fim de frase o péon 4º, cláusula que Cícero condena e usa apenas uma vez, para com isso demonstrar que não se trata de uma cláusula bem ritmada,³³ e o final de hexâmetro dactílico. Para além de usar o péon 4º no final de frase, Francisco Machado peca ainda por usar o fim de hexâmetro dactílico, medida a evitar ao máximo, o que acentua a ideia de que não haveria na prosa de Machado grandes preocupações de rigor métrico.

*espondeu péon 4º: *afferri poterat; docendumque dederis, donum intuemini; lectissima Phalanx.*

*final de hexâmetro dactílico: *nominis monumentum; nobilitatem; prudentia moderantur.*

Originalidade de Machado

– Diferente organização temática.

Subjaz à Oração de Sapiência de Francisco Machado uma estrutura completamente diferente daquela que orientou a criação das suas congêneres de quinhentos, que tivemos já oportunidade de referir. É esta diferente estrutura que confere à partida uma orientação do discurso muito peculiar, à revelia dos modelos do século anterior.

Se nas orações, que superficialmente já comentámos, prevalece o esquema comum de introdução, louvor das disciplinas e elogios finais, em Machado a introdução é seguida de elogios que alternam com o louvor das artes e ciências. Francisco Machado, depois do exórdio e da proposta de contemplação da imagem da Sabedoria, configurada em Minerva ou nos navegadores portugueses, demonstra o elevado preço da Sabedoria, comprovando-o com um curioso episódio protagonizado por Carlos Magno que será pretexto para o elogio de D. João III e da Nação. A esta altura, o ouvinte da oração poderia já ter esquecido o propósito inicial do orador, mas este prontamente lho recorda, prometendo finalmente a distribuição dos dons da Sabedoria, o louvor das disciplinas.

Machado começa por louvar a Retórica, arte do *triuuium*, dando-lhe relevo naturalmente – como mestre de Retórica que é – e de seguida louva uma ciência, a Filosofia, regressando novamente a uma

³³ LAURAND, op. cit., II, p. 171.

arte, desta vez do *quadriuium*, a Astronomia que subsume na Matemática. O P. Machado dedica-se depois ao louvor das ciências Medicina, Leis, Cânones e Teologia. Como podemos verificar, esta apresentação das disciplinas foge completamente ao esquema que observámos nas orações do século anterior e não vislumbramos nela qualquer preocupação de as apresentar exaustivamente e segundo uma hierarquia, ou mesmo de as organizar entre artes e ciências. No texto de Machado podemos dizer que o orador pouco dedica à descrição das disciplinas ou ao louvor das suas qualidades intrínsecas pois, no fundo, elas surgem mais como pretexto para os episódios que o orador a seu propósito evoca, do que como matéria fundamental do discurso.

Francisco Machado consegue impressionar o ouvinte, não tanto pelo que diz de novo sobre os vários campos do saber, mas fundamentalmente pela riqueza e originalidade dos *exempla* com que nos brinda e pelo modo como os trata e aproveita. Uma primeira leitura da Oração dá-nos a impressão de estarmos diante de um conjunto de episódios, de pequenos retalhos dispersos, que por si só despertam interesse mas aparentemente se configuram desgarrados uns dos outros. Machado, com efeito, corre o risco de construir um texto disperso dada a abundância e variedade de recursos que utiliza no seu enriquecimento³⁴. Salva-o neste risco o esforço por recordar constantemente o fio condutor do texto, o tema que lhe confere unidade. Uma vez mais bem sucedido no seu esforço que noutras³⁵, Machado consegue, apesar de tudo, disfarçar aquela impressão tecendo mais ou menos artificialmente a aparência de unidade que acaba por lograr transmitir graças à menção recorrente do tema: as riquezas da Sabedoria.

³⁴ Este é um risco que naturalmente corre o orador na idade do saber 'fragmentado', das colecções de adágios e provérbios, de sentenças e exemplos. Sobretudo quando este saber é sobrevalorizado, o orador corre o risco de ceder a constantes digressões a que o tentam as frequentes sentenças e citações que interrompem o decurso 'normal' do texto, 'desorganizandoo'. Veja-se a este propósito: LAFOND, Jean, "Le centon et son usage dans la littérature morale et politique" *L'Automne de la Renaissance 1580-1630*, XXII Colloque International d'Études Humanistes, Paris, 1981.

³⁵ Um dos passos em que a ligação entre o episódio, desenvolvido por Machado, e o tema da oração, foi mais artificiosa e artificialmente conseguida é, sem dúvida, o episódio do ataque dos piratas holandeses a Buarcos. Esta pequena narrativa pretende demonstrar, depois do elogio dos Direitos Civil e Canónico, que assim como só a Sabedoria pôde salvar a nação de Afonso X, também só ela pode salvar a nossa. Com efeito, a Sabedoria é o nervo da guerra, e só graças a ela a nação pode defender-se das mais diversas agressões.

– Aparência de uma argumentação deliberativa.

Já tivemos oportunidade de referir que, como discurso de louvor, e não *'de parte'*, a oração de sapiência usa naturalmente os meios de encómio à sua disposição, o ornamento e a *amplificatio*, próprios e convenientes ao género demonstrativo ou epidíctico, género “apropriado para tratar suavemente as emoções do espírito, mais do que para convencer ou para confirmar”³⁶. A oração de Francisco Machado, porém, embora seja indiscutivelmente um discurso epidíctico e inclua para além do louvor da Sabedoria os tradicionais elogios do monarca, do reitor e do Bispo Governador, recorre não só aos meios auxiliares do discurso epidíctico mas também àqueles que constituem recurso na produção do género deliberativo. Para a eficácia de um discurso deste género, que pretende persuadir ou dissuadir os ouvintes, recomenda Quintiliano, o *exemplum*, de entre os argumentos *'ad probationem'* o mais eficaz: a recordação de um facto histórico ou fictício para persuadir o ouvinte da verdade que defendemos³⁷. Cícero aconselha também o uso deste meio, não só no género epidíctico, para o qual é útil a narrativa de factos surpreendentes e inauditos³⁸, mas também no género deliberativo, e lembra que esses *exempla* poderão ser recentes, e assim mais conhecidos, ou antigos, detentores de mais prestígio e autoridade³⁹. Importante no uso deste recurso no discurso deliberativo é, porém, a adequação do *exemplum* à causa, pois como fonte exterior àquela não tem em si qualquer valor se o talento do orador não o fizer servir a sustentação da causa⁴⁰. Cabe ao engenho do orador conseguir estabelecer esta relação de modo a que pareça ao ouvinte que o exemplo tem origem na mesma ‘unidade temática’ que a causa em questão⁴¹, engenho que Machado revelou ao conseguir usar o acontecimento do ataque de piratas a Buarcos como *exemplum ad persuadendum* o auditório da importância da Sabedoria na Salvação da *res publica*.

³⁶ SOARES, Cipriano, *De Arte...*, op. cit. Introdução, estudo e tradução de Silvério Augusto Benedito, Dissertação de mestrado apresentada à Fac. de Letras de Lisboa, 1995, vol. II, p. 32. Vd. nota 13.

³⁷ QUINTILIANO, *Institutio...*, op. cit., V, 11, 6.

³⁸ CICERO, *Partitiones...*, op. cit. XXI, 73.

³⁹ CICERO, *Partitiones*, op. cit. XXVII, 96.

⁴⁰ QUINTILIANO, *Institutio...*, op. cit. V, XI, 1

⁴¹ MOOS, Peter Von, “Sulla retorica dell'*exemplum* nel medioevo”, *Retorica e Poetica...*, op. cit., p. 63.

Francisco Machado, na verdade, usa à saciedade este meio de persuasão, que outros oradores do género epidíctico usam também, mas, estes, mais para louvar que para convencer. Em passos como o episódio de Buarcos, ou a ameaça do Judaísmo que declarou guerra à Sabedoria, não estamos apenas perante a *vituperatio*, o que é normal num discurso do género demonstrativo, mas perante um discurso que nos pretende mover. Mover contra o judaísmo, no segundo caso, e quase mover à luta e ao combate, no primeiro. As interrogações e invectivas que Machado dirige ao ouvinte, são formalmente exortações, como se o orador pretendesse persuadir-nos de algo. São também exortações os recorrentes apelos de Francisco Machado a que os seus ouvintes sigam as verdadeiras riquezas da Sabedoria, especialmente na peroração, como se, de facto, presidisse a este discurso o objectivo de uma deliberação e estivesse em causa nesta assembleia de homens doutos tomá-la.

Parece-nos, portanto, que Francisco Machado neste discurso epidíctico encena, por vezes, artificialmente o ambiente do discurso deliberativo com o objectivo de tornar a sua oração cativante, dando-lhe uma feição partidária, costume que na oratória barroca chega a ser levado à exaustão⁴².

– Sobrevalorização dos *exempla*; potência narrativa.

No texto de Machado, uma das notas mais denunciadoras da revalorização das regras clássicas que presidem à produção do texto demonstrativo é precisamente a intensa valorização e uso dos *exempla*.

Ao uso deste recurso na criação literária fora reconhecido desde sempre o valor da sua missão quer na *inuentio* quer na *elocutio*. Toda a citação do ‘já dito por outrém’, na sua forma de sentença, de provérbio, de exemplo, enriquece o texto, confere-lhe brilho e autoridade. Já

⁴² O próprio Machado em outro discurso faz uso deste costume ainda mais artificialmente, no Sermão que pregou no Colégio de Santo Antão diante do Santíssimo Sacramento, “pello felis sucesso das armas, & jornada de Sua Magestade” em 1643. Neste sermão, Machado procura responder à questão: Qual dois braços, o de Cristo Crucificado, ou o de Cristo Sacramentado, mais auxiliou Portugal nas suas vitórias, mais se empenhou pela nação portuguesa? A cada uma destas facções Machado junta os repectivos argumentos como se de um litígio real se tratasse, para concluir que “ambos são nossos Restauradores. Hum vai por tenente do outro, outro fica por fiador do outro. Christo Crucificado vai dar batalha em nome de Christo Sacramentado: Christo Sacramentado fica por refens de Christo Crucificado, a victoria de hum he gloria do outro.” Cfr. MACHADO, *Sermam ...*, op. cit. Miscelânea 6141, p. 181.

os tratadistas latinos, independentemente das suas divergências, davam suma importância nas suas obras ao *splendor sententiarum*⁴³ que apontavam como *tropos*, como *ornatus*, como *argumentatio*, como *amplificatio* do discurso⁴⁴. A citação não é um detalhe curioso do texto, ela tem nele um importante lugar estratégico, desde os textos clássicos até ao texto humanista, passando pela Idade Média em que funciona como *'source d'énergie pour l'amplificateur'*⁴⁵.

Francisco Machado, embora use também as breves citações e os provérbios⁴⁶, revela claramente a sua preferência pelo uso dos *exempla*, que não são poucos no seu discurso. Neste, parece-nos que o exemplo não é apenas usado por Machado pela eficácia da sua argumentação, que Cícero e Quintiliano preconizam, mas pelo seu potencial narrativo e descritivo, discursos que parecem agradar mais a Machado, do que o simples elogio.

Se atentarmos nas formas literárias que Francisco Machado escolhe para o uso dos *exempla* no seu discurso, verificamos que optou maioritariamente pela *narratio*, e faz uso também da *descriptio*, evitando, no entanto, o cansaço do abuso destas formas, recorrendo também à *breuitas* – à alusão breve⁴⁷.

A sua preferência pela *narratio*, que acaba por constituir uma digressão dentro da *argumentatio*, permite-lhe revelar o seu talento na capacidade de imaginar e compôr os episódios que constituem a maior parte da oração. Partindo do 'esqueleto' de um *exemplum*, Machado desenvolve uma narrativa breve, não raro enriquecida com o diálogo e com descrição, usando para isso de um estilo pouco periódico, como recomenda o espírito clássico⁴⁸. São os episódios que, de facto, mar-

⁴³ SOARES, Nair Castro, "A literatura de sentenças no humanismo português: *res et uerba*", *Actas do Congresso Internacional: Humanismo português na época dos Descobrimientos*, Coimbra, 1993, pp. 378-410. Citamos, p. 388.

⁴⁴ Veja-se a este propósito COMPAGNON, Antoine, *La seconde main ou le travail de la citation*, Paris, 1979, pp. 140-145.

⁴⁵ Cfr. COMPAGNON, op. cit., p. 91.

⁴⁶ Veja-se por exemplo: "Mas alguém estará já murmurando; e há-de querer decerto atalhar-me logo ao abrigo da oração, com um reparo muito antigo: 'Rica a pintaste, porque a não pudeste fazer bela!' ". Cfr. p. 101; '*Caeterum quis insurraat, et illud antiquum uel in ipso orationis limine, iam obiicit? Diuitem pinxisti, quia pulchram facere non potuisti.*' Cfr. p. 100.

⁴⁷ Veja-se a propósito destas formas LAUSBERG, Heinrich, *Hund buch der literarischen rhetorik. Eine grund legung der literatur wissenschaft*, Munchen, 1960, trad. J. P. RIESCO, Madrid, 1966, reimp. 1990, Tomo I, § 415 e 422. Esta classificação, Lausberg documenta-a com a obra de Cícero e Quintiliano.

⁴⁸ QUINTILIANO, *Institutio...*, IX, 4, faz a recomendação de que deve ser evitado o estilo periódico na narrativa.

cam a memória do ouvinte: o episódio de Carlos Magno, de Numeriano, do filósofo moribundo, de Afonso X e do ataque de piratas a Buarcos. Digressando continuamente por estas pequenas histórias que Machado recheia de pormenor e vivacidade, ou pela descrição elaborada, por exemplo, do manto de Minerva, o orador revela ostensivamente a sua opção pelo investimento no *delectare*. O seu cuidado humanista, porém, impede-o de resvalar no abuso do discurso densamente carregado de pequenas novelas e acumulações descritivas quando usa *exempla* sob forma de breves alusões como a de Beroso, Tycho Brahe, Hipócrates e Júnio Bruto, conseguindo transmitir-nos uma impressão de equilíbrio e brevidade⁴⁹.

No uso preferencial da forma narrativa do *exemplum*, Machado segue afinal um gosto da sua época, mas continua na esteira da tradição medieval da Arte de Pregar. O *exemplum* entre os restantes instrumentos de Retórica apontados pelas *Artes Praedicandi*, é decerto um dos que lhe merecem mais destaque e que mais beneficiam a Oratória sagrada na Idade Média.⁵⁰

Na Idade Média, como podemos confirmar pela obra literária e pastoral de S. Gregório Magno, a narrativa exemplar tem uma finalidade moralizante, é vista como meio eficaz de conversão e educação, sobretudo dos fiéis menos cultos⁵¹; por isso assistimos a um movimento de renovação na arte de pregar, que atravessa os sécs. XIII e XIV, no qual os pregadores deixam, no dizer de Le Goff, o *exemplum* antigo que normalmente apresenta uma personagem exemplar como modelo a imitar, para contar uma história edificante, um *exemplum* narrativo em que a ‘história’, e não o sujeito, passa a ser o centro das atenções⁵², um *exemplum* acessível às massas, proposto como ‘instrumento de salvação para o homem’⁵³.

Como vemos, Machado segue esta tendência da ‘amplificação’

⁴⁹ Não encontramos este equilíbrio, p. ex. na Oração de Gonçalo de Abreu já citada, na qual as longas descrições acumuladas de adjectivos sinónimos, reveladoras de riqueza vocabular, as relações de nomes como *exempla*, as sucessões de imagens dão uma impressão de densidade e saturação destes recursos.

⁵⁰ Cfr. LE GOFF, Jacques, “L’*exemplum* et la rhétorique de la prédication aux XIII^e et XIV^e siècles”, *Retorica e Poetica tra i secoli duodecimo e quatordecimo*. Acti del secondo Convegno internazionale di studi dell’associazione per il medioevo e l’umanesimo latini, Octobre 1985; A cura di Claudio Leonardi ed Enrico Menestò, Spoleto, 1988, reimp. 1991, pp. 3-29.

⁵¹ DELCORNO, Carlo, *Exemplum e Letteratura tra Medioevo e Rinascimento*, Bologna, 1989, pp. 9-10.

⁵² LE GOFF, op cit., pp. 4-5.

⁵³ LE GOFF, op. cit., pp. 22-23.

do *exemplum* em narrativa⁵⁴ e dele faz uso no contexto de uma retórica de persuasão dirigida ao *pathos*, insistindo sobretudo no *delectare* ‘mas também no *mouere*, ‘apelo aristotélico à afectividade do auditório’⁵⁵ que o momento de Machado favorece, e mesmo aconselha nos tratados de Retórica Eclesiástica.

Desde os finais do séc. XVI, com efeito, a cultura de Reforma da Igreja Católica favorece não só a edição das colecções de sentenças e *exempla* dos clássicos tão gratas aos humanistas, mas a reedição das velhas *summae* que recolhiam *exempla* isolados e desgarrados do seu contexto literário, para dotar os pregadores de instrumentos de trabalho mais eficazes⁵⁶.

Nas Orações de Sapiência do séc. XVI verificamos, como já vimos, o mesmo recurso aos *exempla* e estes são na sua maioria de carácter histórico, pois que uma vez que são recolhidos da realidade histórica e se referem a acontecimentos e personagens conhecidos no meio humanista, são, por isso mesmo, mais credíveis. Francisco Machado, porém, recorre a outras ‘fontes materiais’⁵⁷ do *exemplum*, usando, para além do histórico, o *exemplum uerisimile*, como no caso daquele que ilustra as riquezas da Sabedoria contidas na Filosofia. A sua preocupação não é tanto documentar os *exempla* a que recorre, ou mesmo indicar as suas fontes e ostentar a sua erudição, mas a de enriquecer o seu texto com pequenas histórias surpreendentes e cativantes, agradáveis de ouvir pela forma como estão contadas, escolhidas mais para deleitar que para instruir.

Já tivemos também oportunidade de referir que Machado recorre a exemplos antigos e recentes, como recomendam os clássicos. Não podemos negar que é surpreendente o entusiasmo que Machado revela pela sua contemporaneidade⁵⁸. O nosso orador, não só recorre a figu-

⁵⁴ Tendência que aliás se verificara já na evolução do apotegma, que de simples máxima ou sentença de carácter gnómico se viera a transformar em “longas narrações que se vão assemelhando a uma *novela*”. Cfr. FREIRE, José Geraldes, *Commonitiones Sanctorum Patrum. Uma nova colecção de apotegmas*, Coimbra, 1974, p100. A este propósito veja-se também do mesmo autor “*Paschasii Dumiensis Apophthegmata Patrum*” Cap. II, 1 – Os Apotegmas como género Literário, *Humanitas*, Vols. XXI e XXII, Coimbra, 1969-1970, pp. 35-38.

⁵⁵ LE GOFF, op. cit., p12.

⁵⁶ DELCORNIO, op. cit., p. 14. Este tipo de obra começara a ser publicada na segunda metade do séc. XIII. Cfr. LE GOFF, op. cit., p. 7.

⁵⁷ Veja-se a propósito desta classificação LAUSBERG, *Manual de Retórica...*, op. cit., pp. 349-351.

⁵⁸ É uma tendência medieval, mas também humanista, esta de o orador não se ficar apenas pelas grandes figuras da antiguidade histórica, mas de se deter também no mundo contemporâneo. Cfr. DELCORNIO, op. cit., p. 8 e LE GOFF, op. cit., p. 19.

ras contemporâneas para referir como exemplo de verdadeiros cultores da Sabedoria – é o caso de Tycho Brahe – como se serve de acontecimentos que envolveram a Academia para os usar como *exempla*. Onde terá ido Machado procurar material para a maior parte dos exemplos que usa, é questão que não pudemos infelizmente apurar com certeza. Se alguns deles, por sinal os que estão expressos na forma breve, têm a sua fonte nos autores clássicos, os restantes, aqueles de que Francisco Machado tira partido desenvolvendo-os como narrativas ou descrições, são para o leitor, habituado às orações de Sapiência do séc. XVI, exemplos novos e originais, ainda que o não sejam para o ouvinte/leitor contemporâneo de Machado. Na verdade, alguns destes exemplos, para nós inauditos, parecem circular pelo meio humanista, como podemos concluir pelo que alcançámos saber dos exemplos de Numeriano, da descrição do manto de Minerva e do emblema do príncipe italiano. Algumas leituras⁵⁹ permitiram-nos perceber que estes *topoi* circulavam e eram usados mesmo em outro género de obras. Se já tivemos oportunidade de verificar que o manual de sentenças de André Eborense era conhecido de Francisco Machado que usa algumas delas, o mesmo não podemos dizer em relação aos exemplos, mas parece-nos muito provável que Machado tenha recorrido ao segundo volume desta obra tão popular no meio humanista da altura, volume que recolheria de autores clássicos e cristãos exemplos variados e os colocava à disposição da *inuentio* do orador. Com efeito, segundo Nair Castro Soares, a colectânea de André Rodrigues de Évora “reunia os ditos exemplares de autores gregos e latinos, de par com os extraídos dos Doutores da Igreja, de autores medievais como Beda, Boécio, Cassiodoro e modernos, como R. Volaterranus, Teodoro Gaza, Erasmo”.⁶⁰ Recorde-se que, pelo menos Rafael Maffei, o *Volaterranus*, terá feito referência ao episódio de Numeriano, conforme verificámos pela leitura do *Viridarium* do P. Francisco Mendonça. Não é, pois, de excluir a hipótese de que ele circulasse também no segundo volume da obra de André Eborense.

Este segundo volume, infelizmente não lográmos consultá-lo, o que nos impede de confirmar a hipótese que colocamos. Na verdade, embora esta obra tenha merecido várias edições⁶¹, não temos entre

⁵⁹ Referimo-nos a ABREU, Gonçalo, op. cit, MENDOÇA, Francisco, op. cit e TELLES, Baltasar, op. cit.

⁶⁰ SOARES, Nair Castro, “A literatura de sentenças no humanismo português: *res et uerba*”, *Actas do Congresso: Humanismo Português na época dos descobrimentos*, Coimbra, 1993, pp. 377-410. Citamos p. 406.

⁶¹ A propósito das várias edições veja-se *infra* e MACHADO, Barbosa, op. cit. T. I, pp. 145-146.

nós, pelo menos na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, nenhum exemplar do segundo volume. Embora Costa Pimpão⁶² afirme que a edição dos dois volumes de 1569 se encontra na Biblioteca Nacional, depois de termos folheado todos os exemplares existentes naquela Biblioteca, não alcançamos identificar nenhum do volume que, segundo o autor, recolhe os *exempla*. O mesmo aconteceu na consulta do exemplar existente em Coimbra, edição de Veneza de 1572⁶³. Conforme o catálogo da Biblioteca Nacional de Paris, este segundo volume encontra-se à nossa disposição nesta Biblioteca nas edições de 1557 (Lião), 1569 (Paris), 1585 (Veneza), 1590 (Paris) e 1617 (Paris)⁶⁴.

– Sobrevalorização dos *exempla*; potência descritiva.

Falámos já do potencial narrativo que constituem estes *exempla*. Falta ainda referir o gosto da descrição que Machado revela no desenvolver dos episódios e imagens que escolhe para oferecer ao ouvinte. Esta aptidão pela riqueza de imagens, pelo brilhantismo das figuras retóricas, pelo esplendor da forma, aproxima o nosso orador das tendências barrocas, sem que, no entanto, a sua oração resvale no excesso em que contemporâneos seus caíram. Graças à leitura da Oração de Sapiência de Gonçalo de Abreu, podemos verificar que, pelo menos na prosa – o mesmo não poderíamos dizer da sua poesia – Francisco Machado é sensível aos apelos ao equilíbrio e harmonia expressos no texto definitivo da *Ratio Studiorum* de 1598, evitando os caminhos daqueles que “julgavam obter um discurso eloquente, amontoando

⁶² PIMPÃO, A. J. da Costa, “André Eborense e o seu livro de Sentenças e Exemplos”, *Escritos Diversos*, Coimbra, 1972, p. 396

⁶³ O título desta obra confirma a sua divisão em dois volumes, um para sentenças e outro para exemplos: *Sententiae et Exempla ex probatissimis quibusque scriptoribus collecta et per locos comunes digesta, per Andream Eborensem Lusitanum. Et ne oneroso uolumine grauaretur lector, totum opus in duos diuisum est Tomos: quorum alter sententias, alter exempla refert.*

⁶⁴ Informação que agradecemos ao Prf. Doutor Américo da Costa Ramalho. O título deste segundo volume reafirma a divisão da obra em sentenças e exemplos: *Exemplorum memorabilium, cum ethnicorum tum christianorum, e quibusque probatissimis scriptoribus, per Andream Eborensem lusitanum selectorum, tomus posterior.* Lugduni, 1557. (T. II de l’Ouvrage ayant pour titre: Sententiae et exempla ex probatissimis quibusque scriptoribus collecta). Cfr. CATALOGUE GÉNÉRAL DES LIVRES IMPRIMÉS DE LA BIBLIOTHÈQUE NATIONALE, auters, Tome CXLIX, Paris, 1938, col. 582. Também neste catálogo este autor se encontra confundido com André de Resende. Veja-se a propósito desta confusão, PIMPÃO, op. cit., pp. 385-401.

exemplos, emblemas e fábulas, desdobrando longas sucessões de chefes, reis e imperadores, ou ordenando séries de palavras ocas, embora retumbantes”⁶⁵, caminhos que em parte vimos percorridos por Gonçalves de Abreu na sua Oração de Sapiência pronunciada em 1611.

Seguindo, pois, cautelosamente a sedução da imagem e da descrição, Machado documenta a mudança de estatuto do discurso descritivo e a sua revalorização na transição do séc. XVI, para o XVII.

Não podemos negar que a imagem ganha na segunda metade do séc. XVI uma relevante importância como meio de comunicação. A este sucesso da imagem como significante no livro, chama G. Mathieu-Castellani⁶⁶ *‘trionphe de l’illustration’*⁶⁷, lançando-nos mesmo a questão se estaremos perante uma *‘civilisation de l’image’*⁶⁸, dado o interesse do homem da Renascença pela sua *‘rhétorique silencieuse’*⁶⁹.

Este gosto pela imagem acaba por se reflectir também no texto de Machado, no qual, pese embora o facto de ser um texto oral, podemos verificar que o orador explora a potência imagética da palavra, propondo-nos a ficção de determinadas figurações que a sua pormenorizada descrição nos faculta. É o que encontramos, por exemplo, na contemplação do emblema do nobre príncipe italiano. Cada elemento desta imagem significa por si só, fala e representa simbolicamente: A mão que deixa cair o ouro é símbolo da Providência divina que generosamente Se entrega como Sabedoria ao homem, revelando-Se pela Sua própria Palavra (livro aberto)⁷⁰ e pela suprema Revelação de Deus ao mundo, o sacrifício de Seu Filho Jesus (altar). Francisco Machado dota este emblema de uma dupla significação, pois é ele próprio que distribui as riquezas da Sabedoria (moedas de ouro) pelos que o ouvem, os doutos mestres e alunos da Academia que cultivam o Saber (livro aberto sobre o altar).

⁶⁵ CASTRO, op. cit., p. 69.

⁶⁶ MATHIEU-CASTELLANI, Gisèle, “Lisible/Visible Problématique de la Représentation dans les Emblèmes” *Le livre et l’image en France au XVIe siècle*, Cahiers V. L. Saulnier n.º 6, Paris, 1989, pp. 135-145.

⁶⁷ MATHIEU-CASTELLANI, op. cit., p. 135.

⁶⁸ MATHIEU-CASTELLANI, op. cit., p. 136.

⁶⁹ MATHIEU-CASTELLANI, op. cit., p. 136.

⁷⁰ O valor metafórico do livro, ou a metáfora do ‘livro do mundo’ desenvolve-se bastante sobretudo depois do movimento de Reforma Protestante que insiste no papel da Sagrada Escritura e da Palavra em detrimento da tradição icónica de representação, embora esta seja reabilitada pela Reforma Católica postridentina. Cfr. DUBOIS, Claude Gilbert, *L’imaginaire de la Renaissance*, Paris, 1985, p. 50. e SIMONIN, Michel, “Le statut de la Description”, *L’Automne de La Renaissance 1580*, Paris, 1981, p. 137.

A própria formação do jesuíta favorece esta tendência de valorizar a descrição e a imagem, como podemos verificar pela estratégia inaciana dos *Exercícios Espirituais*.⁷¹ A imaginação constitui na pedagogia dos Exercícios um meio importantíssimo para alcançar pela meditação e contemplação o discernimento dos espíritos. Assim, Santo Inácio faz preceder cada exercício de meditação ou contemplação, de pelo menos um preâmbulo de composição de lugar, ou seja a imaginação da pessoa ou pessoas, lugar ou lugares que se vai contemplar⁷². Usando muito do efeito de repetição, propõe, para quinta contemplação na Segunda Semana, a ‘aplicação dos sentidos’ sobre a primeira e segunda contemplações da mesma semana. Neste exercício, Santo Inácio enriquece o sentido místico descoberto nas pinturas, exemplos e emblemas, tornando palpável e sensível aos sentidos interiores o espiritual⁷³, insistindo no recurso à imaginação⁷⁴.

Hábito da pedagogia dos Colégios jesuítas era, também, no seguimento da tradição humanista, o uso das colectâneas de sentenças e exemplos, obras cujas potencialidades didácticas eram reconhecidas como valorosas numa ‘educação pelo paradigma’ cultivada na *imitatio*.⁷⁵ Os mestres jesuítas, porém, não se limitavam ao uso destes manuais, mas recomendavam aos alunos a elaboração de um inventário próprio, a recolha de alguns passos destacados das suas leituras quotidianas, segundo os critérios de uma boa *latinitas*, que lhe serviriam como abundante arsenal na composição literária. Nestes inventários, registados num caderno pessoal, os jovens estudantes recolhiam,

⁷¹ FUMAROLI, op. cit., p. 678.

⁷² Cfr. p. ex. o primeiro preâmbulo do primeiro exercício da Primeira Semana §47: “O primeiro preâmbulo é a composição vendo o lugar. Aqui é de notar que, na contemplação ou meditação visível, como, por exemplo, contemplar a Cristo Nosso Senhor, o qual é visível, a composição será ver, com a vista da imaginação, o lugar material onde se acha o que quero contemplar. Digo lugar material, como, por exemplo, um templo ou montanha onde se acha Jesus Cristo ou Nossa Senhora, conforme o que quero contemplar”.

⁷³ FUMAROLI, op. cit., p. 680.

⁷⁴ Cfr. Quinta contemplação da Segunda Semana, § 121-125: “(...) Depois da oração preparatória e dos três preâmbulos, aproveita exercitar os cinco sentidos da imaginação sobre a 1ª e 2ª contemplação, da maneira seguinte: Ver as pessoas, com a vista imaginativa, meditando e contemplando, em particular, as suas circunstâncias, e tirando algum proveito de tal vista. Ouvir, com o ouvido, o que falam ou podem falar, e reflectindo em si mesmo, tirar disso algum proveito. Cheirar e gostar, com o olfacto e com o gosto, a infinita suavidade e doçura da divindade, da alma e da suas virtudes e de tudo, conforme for a pessoa que se contempla. (...) Tocar com o tacto, assim como abraçar e beijar os lugares que tais pessoas pisam e onde se sentam, procurando sempre tirar proveito disso.”

⁷⁵ Veja-se a este propósito SOARES, Nair Castro, “A literatura...”, op. cit.

não só passos de carácter sentencial mas também descrições poéticas, comparações⁷⁶, etc...costume que se acentuará no séc XVII, quando, no dizer de Simonin⁷⁷, uma *'tentation descriptive envahisse la littérature'*⁷⁸. Documenta este *'triomphe de la description, isolée de son contexte et invitée à briller par elle-même'*, como lhe chama Pierre Laurens⁷⁹, a descrição do manto de Minerva que podemos ler no texto de Machado, que por sua vez denuncia a *contaminatio* com a Oração de Gonçalo de Abreu e com o *Viridarium* de Francisco Mendonça. Muito provavelmente esta era uma das descrições-tipo que circulavam no ambiente humanista dos jesuítas no início do séc. XVII.

O recurso a estas recolhas como verdadeira *'pédagogie de la description'*⁸⁰ nos programas educativos dos colégios da Companhia, contribui em grande parte para a gestação dos lugares comuns, esteio da composição literária, tão caros à geração barroca que a Oração de Sapiência de Francisco Machado já anuncia.

É precisamente naqueles excertos em que a *contaminatio* com os seus contemporâneos é inegável, e nos passos de teor descritivo que Machado mais se desvia da contenção e equilíbrio clássico para ceder à tentação do virtuosismo barroco. Com efeito, é nestas passagens que o orador usa mais largamente vocabulário não ciceroniano. Vejamos, por exemplo, que, na descrição de manto de Minerva, Machado usa oito adjetivos que não se registam no vocabulário ciceroniano⁸¹, e na descrição do mercado onde Carlos Magno 'comprou' a Sabedoria, podemos contar pelo menos dezasseis vocábulos que se eximem ao mesmo registo⁸². É também nestes passos que encontramos os laboriosos jogos de palavras que Machado usa à saciedade na sua poesia. Recorde-se, por exemplo, a descrição das qualidades de cada região de Portugal, em que Machado revela a sua aptidão por este recurso⁸³.

⁷⁶ LAURENS, Pierre, "L'Essai de Merveilles d'Etienne Binet", *L'Automne...*, op. cit. pp. 65-80.

⁷⁷ SIMONIN, op. cit.

⁷⁸ *ibidem*, p. 131. Diz-nos o mesmo autor que a descrição conhece a "emancipação", em seu entender, favorecida pela descoberta de novos mundos, que o entusiasmo daqueles que acabam de os conhecer, pretende revelar, descrevendo.

⁷⁹ LAURENS, op. cit., p. 75.

⁸⁰ SIMONIN, op. cit., p. 132.

⁸¹ Cfr. pp. 100-102 *ingenioso, picturatum, intertextam, uariegatam, oculatas, undulatas, uirgatas, scutulatas, gemmatas*.

⁸² Cfr. pp. 108-110 *emporio, uenerabiles, institorio, uestiarios, temporarias, gemmariorum, armariolis, prominebant, uasa, phyalas, sapphyros, pyropos, smaragdus, uniones, tripode...*

⁸³ Cfr. p. 114 *'pinxit penicillo; facilitatem et felicitatem; culmine caeleste ingenii*

Conclusão

A Oração de Sapiência que Francisco Machado pronuncia no final da segunda década do séc. XVII, permite-nos conhecer com mais alguma clareza o ambiente humanista não só da Companhia de Jesus mas o ambiente humanista em Portugal e as suas tendências no âmbito da produção oratória. Ela revela, como podemos concluir, a falência do tipo das orações de Sapiência do século anterior e a busca da novidade, não só no conteúdo como na forma, nestes textos regidos por habituais regras e lugares comuns.

Formado pelos novos manuais e métodos de ensino de Retórica, seduzido, como não podemos negar, pelas tendências barrocas cuja génese remonta ao outono do séc. XVI, e influenciado pela técnica de autopersuasão dos *Exercícios Espirituais*, Francisco Machado dá largas ao seu virtuosismo e imaginação compondo um texto pouco teorético, recheado de pequenas e curiosas narrativas em que o orador manifesta largamente a sua capacidade de ‘teatralizar’ a palavra. Recorde-se o episódio de Numeriano ou de Carlos Magno para que avaliemos a forma como Machado tornou presentes e deu a palavra a personagens ausentes, ou criou o ‘suspanse’ tão caro à narrativa. Lembremos o louvor de D. João III, elemento de união com um passado áureo, também ele tornado presente por meio das apóstrofes e das interrogações retóricas. Lembremos também a intensidade visual e afectiva que Machado imprime às descrições do filósofo moribundo e da destruição e profanação das igrejas, santos e altares em Buarcos⁸⁴. Lembremos ainda a preferência por uma *amplificatio* que insiste no afecto – na descrição do manto de Minerva ou no episódio de Carlos Magno⁸⁵. Segue também esta tendência barroca o esplendor e a riqueza do ornato que comentámos, o estilo pouco periódico, a impressão de brevidade, com que ficamos ao ler o seu texto.

Influenciada pelas novas regras da Oratória Sagrada, delineadas nos tratados que se seguem ao Concílio de Trento, a oratória profana ‘moraliza-se’ e deixa-se impregnar por parte daquelas regras⁸⁶, mas

acumen; ad Academiae facultates addiscendas atque docendas amaenissima sua regione multo sunt amaeniores.

⁸⁴ Nestes episódios, a acumulação de circunstâncias agravantes nas descrições é também um recurso de Machado que inscreve a sua oração num período de transição para o barroco. Cf. pp. 124-126 e 136.

⁸⁵ Cfr. pp. Nestes episódios, Machado detém as nossas atenções sobre um refrão para que saboreemos o seu valor: ‘*Una Mineruae palla exhibetet*’ e ‘*Emite sapientiam*’. Cfr. pp. 102 e 108.

⁸⁶ Veja-se a este propósito FUMAROLI, op. cit., p. 197. Sinal desta aliança entre a

Cícero continua a fazer o seu convite ao ornamento dentro da justa medida e do equilíbrio. Francisco Machado ouve este convite como podemos ver na ‘contenção’ que o impede de resvalar no seu discurso para a construção de um texto densamente sobrecarregado de recursos estilísticos e acumulações de artificiosismos agudos, obscuros e cansativos.

Pensamos que não será arriscar demasiado relacionar esta presença de um espírito clássico de equilíbrio por entre as tentações do virtuosismo da época com alguns teorizadores jesuítas contemporâneos da formação de Machado que, quer na Retórica profana quer na eclesiástica, remetem para Cícero como modelo privilegiado, unificando assim a dupla pedagogia da *Ratio Studiorum*, e da Companhia vocacionada para a educação de sacerdotes e leigos no universo da cultura católica.⁸⁷

Podemos, pois, concluir que numa fase de francas tendências barrocas, Francisco Machado não se exime ao cansaço do estereótipo das Orações de Sapiência que os humanistas do séc. XVI nos deixaram. O nosso orador procura novas formas, revalorizando os critérios clássicos de produção literária, trazendo a este tipo de texto categorias discursivas que naquelas orações não tinham, seguramente, o valor que ganham em Francisco Machado – a narrativa e a descrição – sem que, no entanto, esqueça o equilíbrio, a harmonia e a fluência que apreciamos no seu discurso, o que lhe permite, sem desmerecimento, ser apontado como ‘perito nas letras humanas’ e por nós considerado, no seu século, um primoroso humanista, cuja oração que estudámos lança decerto algumas luzes no conhecimento da evolução dos estudos e critérios literários do período de transição entre o Humanismo Clássico e o Barroco.

Eloquência sagrada e profana é p. e. o frontispício do edição do *Viridarium Sacrae et Profanae eruditionis* de 1631 no qual duas alegorias das *Erudio Sacra* e *Erudito Profana* dão as mãos.

⁸⁷ Referimo-nos aos jesuítas teorizadores do ‘ciceronianismo devoto’ como lhe chama FUMAROLI, op. cit., p. 179. Em 1612 e 1617, respectivamente, os padres jesuítas C. REGGIO e F. STRADA, publicam o *Orator Christianus*, tratado de eloquência sagrada, e o *Prolusiones Academicæ*, tratado de eloquência profana, que têm como esteio comum a referência privilegiada a Cícero. Este, é proposto já não como modelo exclusivo a imitar, mas como ideia inspiradora do bom gosto e da decência e *decorum* cristãos. Cfr. FUMAROLI, op. cit. sobretudo pp. 179-202.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Gonçalo, *Oratio Anniuersaria in laudem Sapientiae, habita in aula Regia anno Dni 1611*, MS código 994, Fol. 49, BGU.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso, *Mal de Ausência, o canto do exílio na lírica novilatina portuguesa do séc XVI*, Coimbra, 1990.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso, “Saudade Humanista, poemas de despedida em latim na Universidade dos séculos XVI e XVII”, Sep. *Congresso História da Universidade dos séculos XVI e XVII*, Actas, Vol. VII, Coimbra 1991.
- ANTUNES, Manuel, “A Companhia de Jesus e o seu Humanismo”, *Brotéria*, Lisboa, 1965, pp. 28-40.
- AVRELIVS VICTOR, *De Caesaribus*, edição bilingue, Paris, Les Belles Lettres, 1975.
- AZEVEDO, João Lúcio de, “Domínio Castelhana – Reinados de Filipe II e Filipe III” in *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, pp. 149-170, Lisboa, 1975.
- BACKER, August de, *Bibliothèque des écrivains de La Compagne de Jésus*, Liège-Paris, 1869.
- BAITON, Roland, *Erasmus of Christendom*, prefácio de Américo da Costa RAMALHO e tradução de Regina S. da Costa RAMALHO, Lisboa, 1988.
- BALAVOINE, Claudie “L’Image dans les livres emblématiques en France de 1580 a 1630”, *L’Automne de la Renaissance 1580-1630 XXII Colloque International D’Études Humanistes*, Tours 2-13 Juillet 1979, Paris, 1981, pp. 163-178.
- BANGERT, William V. SJ, *A History of the Society of Jesus*, tradução de Joaquim ABRANCHES SJ, e Ana Maria SILVA, Porto, 1985.
- BATTISTINI, Andrea, “I Manuali di retorica dei Gesuiti”, *La 'Ratio Studiorum' Modelli culturali e pratiche educative dei Gesuiti in Italia tra Cinque e Seicento*, Roma, 1981.

- BELEAGO, Belchior, *De Disciplinarum omnium studiis oratio ad uniuersam Academiam Conimbricae habita*, prefácio, tradução e notas de Maria Helena da Rocha PEREIRA, Porto, 1959.
- BÉNÉ, Charles, "Ignace de Loyola, Thérèse de Jesus et la piété érasmienne" in *Les jésuites parmi les hommes aux XVI et XVII siècles*, Actes du Colloque Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand, 1985, pp. 9-20.
- BETHENCOURT, Francisco, *Catálogo da Exposição organizada por ocasião do 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987.
- BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições, Fôrtugal, Espanha e Itália*, Círculo de Leitores, 1994.
- BORIAUD, Jean-Yves, "Rome et les poètes jésuites latins de la province Flandro-Belgue pendant la première moitié du XVIIe siècle" *Les Jésuites parmi les hommes aux XVIe et XVIIe siècles* Actes du Colloque de Clermont-Ferrand, Faculté de Lettres et Sciences Humaines de Clermont-Ferrand, 1987.
- BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra 1289-1872*, Lisboa 1892-1902.
- CARDOSO, A. Brito, "Catálogo dos bispos da diocese de Coimbra" Separata do *Boletim da Diocese de Coimbra*, Coimbra, 1985.
- CARVALHO, Luiz Carlos Stamato Marcellino de, *A Oração de Cataldo em Bolonha, sua permanência na oratória do século XVI*, Rio de Janeiro, 1980, tese de Doutorado, trabalho policopiado.
- CASTRO, Aníbal Pinto, *Retórica e Teorização Literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, 1973.
- CATALOGVS PATRVM QUI CONGREGATIONIBVS PROVINCIALIBVS ANTIQVAE PROVIN CIAE LVSITANIAE SOCIETATIS IESV INTERFVERE Olisipone, 1907.
- CHATELIER, Louis, "Naissance d'un type: Le devot" in *Les jésuites parmi les hommes aux XVI et XVII siècles*, Actes du Colloque Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand, 1985, pp. 257-263.
- CICERO, *De Oratore*, II, in M. Tuli Ciceronis Rhetorica, recognouit breuique adnotatione critica instruxit A. S. Wilkins, Tomus I, Oxonii, reim. 1963.
- CICERO, *Partitiones Oratoriae*, in M. Tuli Ciceronis Rhetorica, recognouit breuique adnotatione critica instruxit A. S. Wilkins, Tomus II, Oxonii, reim. 1964.

- CIDADE, Hernani, *A Literatura Autonomista sob os Filipas*, Lisboa, 1940.
- COLLECÇÃO CHRONOLOGICA DE LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA, compilada e anotada por José Justino Andrade e SILVA, Lisboa, 1854-1857, 9 volumes.
- CONTEMPORARIES OF ERASMUS, Peter Bietenholz ed. Toronto, Buffalo, London, 1986.
- COSENZA, Mario Emilio, *Biographical and Bibliographical Dictionary of the Italian Humanists and of the World of Classical Scholarship in Italy, 1300-1800*. Boston, 1962.
- DEMOUSTIER, Adrien, "Des 'Grandes Ecoles aux Collèges'." in *Les jésuites parmi les hommes aux XVI et XVII siècles*, Actes du Colloque Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand, 1985, pp. 375-383.
- DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DA BÍBLIA, Redactor, BORN, A. Van Den, tradução Frederico STEIN, Rio de Janeiro, 1971.
- DICTIONNAIRE DES SYMBOLES, Jean Chevalier, Alain Cheebrant, Robert Laffont. Jupiter, 1969.
- EBORENSE, André Rodrigues *Sententiae et Exempla Ex probatissimis quibusque scriptoribus collecta, et per locos comunes digesta, per Andream Eboensem Lusitanum*. Venetiis, MDLXXII.
- ERICEIRA, Conde da, *História de Portugal Restaurado*, Porto, 1945, vol II.
- ERNOUT, Alfred, *Morphologie Historique du Latin*, Paris, 1989, 4ª ed.
- ERNOUT, Alfred, e THOMAS, François, *Syntaxe Latine*, Paris, 1989, 2ªed. 7ª tiragem.
- EVTROPIVS, *Breuiarium Historiae Romanae*, Morais, Abel ed, Porto, 1886.
- FARIA, Manuel Severim de, *Historia Portugueza e de outras Provincias do Occidente. Desde o Anno de 1610 até o de 1640 da Felice Acclamação de ElRey Dom João o 4º*. Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, Cod. 241.
- FERNANDES, João, *De Celebritate Academiae Conimbricensis*, prefácio, introdução, tradução e notas de Jorge Alves OSÓRIO, Coimbra, 1967.
- FERNANDES, João, *Oratio pro Rostris Pronuntiata in Conimbricensi Academia*, prefácio, introdução, tradução e notas de Fernando Alexandre LOPES, Coimbra, 1983, dissertação de mestrado, trabalho policopiado.
- FERNANDES, Pedro, *In Doctrinarum Omnium Commendationem Oratio*, introdução, tradução e notas de Maria Manuela Pereira Pinto ALVELOS, Coimbra, 1965, dissertação de licenciatura, trabalho policopiado.

- FRANCO, António SJ, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus em Coimbra*, Coimbra, 1719.
- FRANCO, António SJ, *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania*, Viena, 1726.
- FREIRE, José Geraldes, “*Paschasii Dumiensis Apophthegmata Patrum*”, Cap. II.1 Os apotegmas como género literário, *Humanitas*, Vols. XXI e XXII, Coimbra, 1969-1970.
- FREIRE, José Geraldes, *Commonitiones Sanctorum Patrum. Uma nova colecção de apotegmas*, Coimbra, 1974, especialmente cap. VI, 1.
- FUMAROLI, Marc, *L’Age de L’Eloquence. Rhétorique et ‘res literaria’ de la Renaissance au seuil de l’époque classique*, Genève, 1980.
- GARCIA, António, “Jesuítas na Restauração”, *Brotéria*, Lisboa, 1940, pp. 425-441.
- GARIN, Eugénio, *Medioevo e Rinascimento*, tradução de Isabel Teresa SANTOS e Hossein S. SHOOJA, Lisboa, 1994.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1991.
- GRACOS (Grupo de Reflexão e Análise dos Colégios da Companhia de Jesus), *Características da Educação da Companhia de Jesus*, Braga, 1987.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Lisboa e Rio de Janeiro, edição do último volume em 1993.
- HARPER’S DICTIONARY OF CLASSICAL LITERATURE AND ANTIQUITIES, New York, 1965.
- HISTÓRIA DE PORTUGAL, direcção de José MATTOSO, Editorial Estampa.
- INOCÊNCIO, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1854.
- KAMEN, Henry, *Inquisition and Society in Spain in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Bloomington: Indiana University Press, 1985.
- KRISTELLER, Paul Oskar, *Iter Italicum*, London, 1989.
- LAFOND, Jean, “Le Centon et son usage dans la Litterature Morale et Politique” *L’Automne de la Renaissance 1580-1630 XXII Colloque International D’Études Humanistes*, Tours 2-13 Juillet 1979, Paris, 1981, pp. 117-128.
- LAURAND, L *Études sur le style des discours de Cicéron* Paris, Belles-Lettres, 1925, 3 volumes.

- LAURENS, Pierre, "L'Essai des Merveilles d' Etienne Binet" *L'Automne de la Renaissance 1580-1630* XXII Colloque International D'Études Humanistes, Tours 2-13 Juillet 1979, Paris, 1981, pp. 65-80.
- LAUSBERG, Henrich, *Elementos de Retórica Literária*, tradução, prefácio e aditamentos de R. M. ROSADO FERNANDES, 3ª ed, Lisboa, 1982.
- LAUSBERG, Henrich, *Hund buch der literarischen rhetorik. Eine grund legung der literature wissenschast*, Munchen, 1960, tradução de José Pérez RIESCO, Madrid, 1966, reimp. 1990, 3 volumes.
- LEBRUN, François, "Un Aspect de la Pedagogie Jesuite" in *Les jésuites parmi les hommes aux XVI et XVII siècles*, Actes du Colloque Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand, 1985, pp. 385-395.
- LOYOLA, Inácio de, *Exercícios Espirituais*, Tradução de P. Vital Dias PEREIRA, SJ, Porto, 1983.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e cronologica*, Lisboa, 1747.
- MARQUES, João Francisco, *A parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*, INIC, Porto, 1989, 2 vol.
- MATHIEU-CASTELLANI, "Lisible/visible. Problématique de la représentation dans les emblèmes", *Le livre et l'image en France au XVIe. siècle*, Cahiers V. L. Saulnier n° 6, Paris, 1989.
- MENDOÇA, Francisco SJ, *Viridarium sacrae et profanae eruditionis*, Lugduni, 1631.
- MENESES, *Oração Proferida no Estudo Geral de Lisboa*, tradução de MENESES, Miguel Pinto de e Introdução de SÁ, A. Moreira de, Lisboa, 1964.
- MERGUET, H., *Lexikon zu den Philosophischen Schriften Cicero's*, Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1961.
- MERGUET, H., *Lexicon zu den Reden des Cicero*, Georg Olms Hildesheim, 1962.
- MIRANDA, Margarida, "Uma 'Paideia' Humanística: A importância dos estudos literários na Pedagogia Jesuítica do séc. XVI", *HVMANITAS*, XLVIII (1996), pp. 223-256.
- MORAIS, Francisco, *Catálogo dos Reitores da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1951.
- MOREIRA, Hilário, *De omnium Philosophiae partium Laudibus et Studiis Oratio*, introdução, tradução e notas de Albino de Almeida MATOS, Coimbra, 1990.

- NICOLAU António, *Bibliotheca Hispana Noua*, Madrid, 1783.
- NIEDERMANN, Max, *Précis de Phonétique historique du Latin*, Paris, 1991, 5ª ed.
- NOUGARET, L. *Traité de métrique Latine classique*, Paris, Kincksieck, 1963.
- O'MALLEY, John W. SJ, *The First Jesuits*, Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estação*, Coimbra, 1991.
- PINHO, Sebastião Tavares de, "O Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, Agente da Tradição Clássica no início do séc. XVII" separata da *Biblos LXVIII* Coimbra, 1992.
- QVINTILIANVS, *Institutio Oratoriae*, texte établi et traduit par Jean COUSIN, Paris, "Les Belles-Lettres", 1976, Livro V.
- RAMALHO, Américo da Costa, "A Introdução do Humanismo em Portugal", *Humanitas* XXIII-XXIV, 1971-1972, pp. 435-452.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos sobre o séc. XVI*, Lisboa, 1983, 2ª edição aumentada.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos sobre Época do Renascimento*, Coimbra, 2^a1997.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Para a História do Humanismo em Portugal*, I, Coimbra, 1988; II, Lisboa, 1994; III, Lisboa, 1998; IV, Lisboa, 2000.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos à Antiguidade Clássica*, Coimbra, 1945.
- REGO, António da Silva, "O início do segundo governo do vice-rei da Índia D. Francisco da Gama" in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, Tomo XIX, Lisboa, 1978.
- ROCHA, António dos Santos, "Considerações sobre o estado económico da Figueira no seculo XVII", in *Materiais para a História da Figueira da Foz no sec. XVII e XVIII*, Figueira, 1893.
- RODRIGUES SJ, Francisco, "A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal 1640", *Anais da Academia Portuguesa da História*, 1ª série, vol. VI, Lisboa, 1942, pp. 323-425.
- RODRIGUES SJ, Francisco, *A Formação Intelectual do Jesuíta*, Porto, 1917.
- RODRIGUES SJ, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, 4 volumes, Porto, 1931-1939.

- RODRIGUES, Maria Idalina Resina, "Literatura e anti-semitismo Séculos XVI e XVII" *Brotéria*, Lisboa, 1979, pp. 41-56, 137-154.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro, *Cristãos novos e Cristãos velhos em Portugal*, Porto, Livraria Paisagem, 1973.
- STº MARIA, Nicolau de, *Crónica da Ordem dos Cónegos regrantes do Patriarca Stº Agostinho*, Lisboa, 1688.
- SARAIVA, António José, *Inquisição e Cristãos novos*, Porto Ed. Inova 1969
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, 1987-1989.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, Coimbra, 1988.
- SIMONIN, Michel, "Le Statut de la Description a la fin de la Renaissance", *L'Automne de la Renaissance 1580-1630 XXII Colloque International D'Études Humanistes*, Tours 2-13 Juillet 1979, Paris, 1981, pp. 129-140.
- SOARES, Nair Castro, *O Príncipe Ideal no séc. XVI e o 'De Regis Institutione et Disciplina' de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, 1980.
- SOARES, Nair Castro, "A literatura de sentenças no humanismo português: *res et uerba*", *Actas do Congresso Internacional: Humanismo Português na Época dos Descobrimentos, Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991*, Coimbra, 1993.
- SOMMERVOGEL SJ, *Bibliothèque de La Compagnie de Jesus*, Paris, 1869.
- SRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE, Teubneri, 1965, vol II.
- TEIXEIRA, António José, *Documentos para a História dos Jesuítas em Portugal*, Coimbra, 1899.
- TELLES, Balthasar, *Chronica da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1645.
- THESAVRVS SPIRITVALIS SOCIETATIS IESV, Bruges, 1932.
- TORGAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, 1982.
- VASCONCELOS, António de, *Escritos Vários relativos à Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1938.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE DE NOMES E LUGARES

- ABREU, Gonçalo, 59, 63, 68-9, 74, 103, 113, 119, 121, 133, 168, 182, 184-6, 188
- AFONSO VI (D.), 21, 23, 24, 164
- AFONSO X 79, 131, 178, 182
- AGOSTINHO (St), 23, 54, 137, 145
- ALCALÁ, 91
- ALMEIDA, Justino M., 61
- ÁLVARES, António, 163
- ALVELOS, Maria Manuela Pinto, 61, 107
- AMBRÓSIO (St.), 23
- ANDRADE, Manuel, 90
- ANDRÉ, Carlos Ascenso, 30
- ANTÓNIO, (D.) Prior do Crato, 157-8
- ANTUNES, Manuel, 49, 53, 91
- APOLO, 47, 83, 173
- AQUAVIVA, Cláudio, 51, 157
- AREDA, Diogo de, 159
- ARISTÓTELES, 24, 52, 54, 57, 73, 103
- ARTAXERXES, 78, 129
- AUGUSTO, 121
- AVRELIVS VICTOR, 76
- AZEVEDO, João Lúcio de, 90, 92-3, 153
- BABILÓNIA, 103, 125
- BACKER, August, 14, 18, 20
- BAINTON, Roland, 50, 54
- BATTISTINI, Andrea, 28, 52, 55-7
- BEDA, 184
- BELEAGO, Belchior, 99, 105, 107, 111, 113, 125, 171
- BENÉ, Charles, 53
- BENGALA, 107
- BEROSO, 74, 125, 182
- BETHENCOURT, Francisco, 89, 93, 151
- BOAVENTURA (S.), 23
- BOÉCIO, 184
- BORIAUD, Jean-Yves, 19
- BORROMEU, Cardeal, 54
- BRAGA, 13, 16
- BRAGA, Teófilo, 141
- BRAGANÇA, 13, 22, 160, 162, 165
- BRAHE, Tycho, 78, 127, 182, 184
- BRUTO, 83, 85, 143, 145, 182
- BUARCOS, 80-3, 135, 139, 141, 143, 160, 175, 178-9, 180, 182, 189
- CÂMARA, João Gonçalves, 68, 69, 113
- CANTANHEDE, 14
- CARDOSO, A. Brito, 92, 151
- CARDOSO, Jerónimo, 7, 22, 61, 125, 170, 171
- CARLOS MAGNO, 67, 197, 111-3, 177, 182, 188-9
- CARO, 121
- CARVALHO, Luíz de, 7, 56, 70, 115, 168, 169, 170
- CASSIODORO, 184
- CASTRO, Aníbal Pinto de, 26, 54, 56, 58, 186
- CASTRO, Francisco, 26, 27
- CATALDO, 56, 70, 115, 168
- CATARINA (D.) de Bragança, 158
- CEILÃO, 65, 107, 163
- CHATELIER, Louis, 54
- CHINA, 107

- CÍCERO, 52, 54-8, 74, 99, 101, 103,
 121, 123, 168-9, 172-3, 175-7,
 179, 181, 190
 CIDADE, Hernani, 62, 158
 CIERMANS, João Pascásio, 163
 COCHIM, 85, 145
 COIMBRA, 7, 11, 13, 15-6, 25, 29,
 39-0, 42-3, 49, 51-2, 54, 58-0, 70,
 72, 76, 82-3, 87, 90-3, 115, 117,
 141, 147, 151, 158, 161-2, 167,
 185
 COLÉGIO DAS ARTES, 13, 15, 16,
 49, 51, 59, 65, 68, 86-7, 88, 141,
 149, 162, 168
 COLÉGIO DE BRAGA, 16
 COLÉGIO DE GUYENNE, 55
 COLÉGIO DE JESUS, 15, 49, 87
 COLÉGIO DE MESSINA, 50-1
 COLÉGIO DE ST. ANTÃO, 15-6, 19,
 162, 164, 180
 COMPAGNON, Antoine, 181
 COMPANHIA DE JESUS, 8, 13-4, 19-
 -21, 22, 25, 31, 40, 49, 50, 51, 53,
 55-6, 71, 86-9, 90, 149, 157, 162-
 -3, 188-9, 190
 CORREIA, Gaspar, 159
 CORTESI, Paolo, 75
 CÓS, 103, 125
 COSENZA, Mario Emilio, 76
 COUTO, Sebastião do, 159
 CRETA, 125
 CRISÓSTOMO (S.), 23
 CUNHA, Nuno da, 82, 163
 D'AMICO, John, 76
 DELCORNO, Carlo, 182-3
 DELFOS, 84, 123, 143
 DEMOUSTIER, Adrien, 50
 DIDYMO, 23
 DINIS (D.), 69, 113
 DUARTE (D.), 160
 DUBOIS, Charles, 186
 DURÃO, Paulo, 25, 47
 EBORENSE, André Rodrigues, 99,
 103, 119, 121, 133, 184
 ELVAS, 14, 92
 ERASMO, 24, 50, 53, 75, 184
 ERICEIRA, Conde de, 20
 ESPANCA, Joaquim José, 14
 ESTAÇO, Aquiles, 69
 ESTREMOZ, 13-4
 ÉVORA, 17, 25-6, 43, 52, 92-3, 159,
 162-4
 FALÓNIO, Simão, 163
 FABRÍCIO, Arnaldo, 168
 FARIA, Manuel Severim, 81-3, 86,
 93, 135, 137, 139, 143, 153
 FERNANDES, João, 61, 107, 111,
 113, 170-1
 FERNANDES, Pedro, 61, 107, 133,
 170-1
 FIGUEIROA, Francisco Carneiro,
 143
 FILIPE I (D.), 62, 158
 FILIPE II (D.), 159
 FILIPE III (D.), 68, 90, 92, 113, 147,
 159, 161
 FLAVIUS VOPISCUS, 76, 123
 FONSECA, Gaspar Pinto, 82
 FRANCO, António, 13-5, 21, 25, 26,
 28
 FREDERICO II (D.) da Dinamarca,
 127
 FREIRE José Galdes, 183
 FREIRE, Francisco, 25, 163
 FRÍGIA, 103
 FUMAROLI, Marc, 19, 54-5, 57, 73,
 169, 187, 189-0
 GAMA, Francisco, 85-6, 145
 GARCIA, António, 161-2, 163
 GARIN, Eugénio, 52, 56
 GERIÃO, 80, 141, 173
 GOMES, Pereira, 25
 GOMES, Joaquim Ferreira, 25, 143
 GÓRGIAS, 74, 123
 GOUVEIA, Gaspar, 163
 HARO Luís de, 14
 HÉRCULES, 43, 141, 173
 HIPÓCRATES, 78, 129, 182
 INÁCIO de Loiola (St.), 40, 49, 50-1,
 53, 55-6, 71, 90-1, 129, 162, 187

- INOCÊNCIO, 14, 16, 20, 25-6
JAPÃO, 107
JERÓNIMO DA BATALHA (D.), 19
JOÃO III (D.), 59, 68-72, 86-7, 111-
-3, 115, 117, 161, 189
JOÃO IV (D.), 17, 20-1, 23-5, 71,
160, 162-5
JUNO, 71, 117, 173
KAMEN, Henry, 91
KRISTELLER, Paul Oskar, 18
LAFOND, Jean, 178
LAURAND, 127, 172-7
LAURENS, Pierre, 188
LAUSBERG, Heinrich, 28, 172, 181,
185
LE GOFF, Jacques, 182-3
LEBRUN, François, 52
LEONTINOS, 123
LIÃO, 11, 19, 25, 29-0, 33, 39, 41-5,
LISBOA, 7, 11, 15-22, 25, 85, 115,
147, 151, 153, 162
LÍSIAS, 47
LOPES, Diogo, 164
MACEDO, António de Sousa, 25, 135
MACHADO, Diogo Barbosa, 13-5,
18, 21-2, 25, 28, 42, 184
MADRID, 13, 20, 159
MAFFEL, Raphaelaele, 75, 184
MALABAR, 107
MALDONADO, 23
MANUEL, D. João, 92, 93, 151, 153
MARQUES, João, 22, 164
MARTE, 65, 69, 141
MARTINS, António, 13
MASCARENHAS, Francisco, 85-6
MATHIEU-CASTELLANI, Gisèle, 186
MATOS, Albino Almeida, 61
MATOS, João de, 27, 163
MEDICI, Lorenzo, 75
MELIAPOR, 85, 145
MENDES, António, 68
MENDOÇA, Francisco de, 11, 18-9,
25-7, 29-0, 33-4, 39-42, 46-7, 57,
64-5, 74-5, 103, 105, 121, 160,
184, 188
MENDONÇA, D. Afonso Furtado de,
141
MENESES, António Luís, 14
MENESES, Francisco de Brito, 82,
88, 147
MENESES, Frei Luís de Brito de, 85-
-6, 145
MENESES, Pedro (D.), 84, 107, 117,
133, 168, 171
MENEZES, Luís Miguel Pinto, 61,
117
MINERVA, 46, 62-3, 65, 101, 103,
105, 141, 173-4, 177, 182, 184,
188, 189
MIRANDA, Margarida, 53, 72
MOLUCAS, 107
MONTEIRO, Manuel, 163
MOOS, Peter Von, 179
MORAIS, Francisco, 147
MOREIRA, Hilário, 61, 113, 115,
133, 168, 171
NADAL, Jerónimo, 50
NICOLAU, António, 13
NUMERIANO, 734, 76-7, 121, 123,
125, 175, 182, 184, 189
OFIR, 107
O'MALLEY, John, 91
ORMUZ, 107
OSÓRIO, D. Jerónimo, 23, 158
OSÓRIO, Jorge, 61, 107, 113
PACHECO, Álvaro Pires, 159
PARIS, 50-1, 67-8, 73, 111, 185
PAULO III (Papa), 50
PAVIA, 67, 111
PEGO, 107
PEREIRA, Belmiro, 55, 69
PEREIRA, Maria Helena da Rocha,
92, 125
PEREIRA, Vital, 40
PIMPÃO, A. J., 185
PÍNDARO, 24
PINHO, Sebastião Tavares de, 11,
141
PLÍNIO, 24, 125
PLUTARCO, 24

- POLANCO, 50, 55
 POLIZIANO, Ângelo, 75
 QUERSONESO, 107
 QUINTILIANO, 54-5, 57, 179, 181
 RAMALHO, Américo da Costa, 7, 18, 33, 39, 50, 59, 70, 168-9, 185
 REGGIO, C., 55, 190
 REGO, A. Silva, 85
 REINOSO, Luís de, 15, 18, 29, 31, 47
 REINOSO, Miguel de, 11, 15, 18, 29, 31
 RESENDE, André de, 7, 22, 113, 168, 185
 ROCHA, António dos Santos, 82, 139
 RODRIGUES, André, *vd.* Eborensis
 RODRIGUES, Francisco, 14-7, 22, 25-8, 50-1, 53, 87-90, 149, 157, 159-0, 162, 164
 RODRIGUES, Maria Idalina, 89
 RODRIGUES, Simão, 90
 ROMA, 19, 25, 33, 73, 75, 117, 123, 143, 145
 ROSADO FERNANDES, 28
 RUBIO, Julian, 158
 SÁ, A. Moreira, 117
 SALAMANCA, 158
 SATURNO, 117
 SERRÃO, Joaquim V., 14, 81-2, 85-6, 90, 92, 119, 135, 139, 147, 153, 159, 163
 SERRÃO, Lopo, 11
 SILVA, Aguiar, 29
 SILVA, José Justino Andrade, 81, 135
 SILVA, Rebelo, 158
 SIMONIN, Michel, 186, 188
 SOARES, Cipriano, 28, 54-5, 91, 173, 179, 181
 SOARES, Nair Castro Castro, 23-4, 184, 187
 SOMMERVOGEL, 14, 18, 20, 26, 28
 SOUSA, Catarina, 13
 SPONGANO, 52
 ST. MARIA, Nicolau, 137, 141
 STRADA, F., 19, 55, 190
 TARQUÍNIO, 143
 TEIXEIRA, António José, 87, 149
 TELLES, Baltasar, 71-2, 163, 184
 TEODÓSIO (D.), 14, 160, 163
 TERTULIANO, 23
 THEODORETO, 23
 TITO LÍVIO, 24, 84, 143, 145
 TOMAR, 89, 91-3, 151, 153, 158, 160
 TOMÁS (S.), 23
 TORRAL, Luís Reis, 25, 135
 TORRES, Miguel, 90
 TRAJANO, 24, 121
 TRENTO, 54, 55, 189
 TRÓIA, 141
 URANIBURGO, 127
 URBANO VIII (Papa), 19
 VASCONCELOS, António, 15, 49, 87, 147
 VASCONCELOS, João, 163
 VATABLO, 23
 VIEIRA, António, 18, 26, 90, 163
 VILA VIÇOSA, 14, 15, 162
 VILA REAL, 15
 VITELLESCHI, Múcio, 25

Execução Gráfica

Colibri – Artes Gráficas
Faculdade de Letras
Alameda da Universidade
1600-214 LISBOA
Telef. / Fax 21 796 40 38
Internet: www.edi-colibri.pt
e-mail: colibri@edi-colibri.pt



Carlota Maria Lopes de Miranda Urbano licenciou-se em Línguas e Literaturas Clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano de 1991. Entre 1993 e 1995 foi assistente estagiária da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e desde 1995 é docente do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 1996 apresentou na mesma Universidade a dissertação de mestrado que agora se publica.

Desde então tem vindo a publicar em revistas científicas os resultados da sua investigação sobre textos de poesia e oratória de autores latinos jesuítas dos sécs. XVI e XVII.

*

Esta *Oração de Sapiência* insere-se na sequência das orações de abertura solene do ano lectivo que em Coimbra se pronunciavam, quer na Universidade, quer no Colégio das Artes. Proferida no início do séc. XVII, todavia, esta oração revela a falência do tipo das orações de sapiência do século anterior, e a busca da novidade, quer no conteúdo, quer na forma, nestes textos regidos por habituais regras e lugares comuns. Francisco Machado, mantendo o espírito clássico de equilíbrio por entre as tentações dos virtuosismos da época, escreve um texto pouco teórico, recheado de pequenas e curiosas narrativas e descrições, trazendo a estas categorias discursivas o valor que até então não tinham neste discurso de circunstância. O presente trabalho lança decerto algumas luzes no conhecimento da evolução dos estudos e critérios literários do período de transição entre o humanismo Clássico e o Barroco. Além disso, a oração do P. Francisco Machado S. J. dá-nos uma visão especial do ambiente cultural e histórico do final da segunda década do séc. XVII, quando no ar andavam já os ventos da Restauração.



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



EDIÇÕES COLIBRI

